PROFISSÃO HISTORIADORA EM SANTA CATARINA:

passados, presentes e futuros possíveis



Organizadores

Fernando Cesar Sossai • Samira Peruchi Moretto

UFFS
EDITORA

PROFISSÃO HISTORIADORA EM SANTA CATARINA:

passados, presentes e futuros possíveis



Organizadores

Fernando Cesar Sossai • Samira Peruchi Moretto



SUMÁRIO

PREFÁCIO - **HISTÓRIA E AÇÃO POLÍTICA NA ANPUH-SC** 9

APRESENTAÇÃO - **HISTÓRIA E AÇÃO POLÍTICA NA ANPUH-SC** 13

PARTE I 17

CAPÍTULO 1 - **A REATIVAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DA ANPUH-SC EM 1985: UMA NARRATIVA** 19
Joana Maria Pedro

CAPÍTULO 2 - **MEMÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO NA ANPUH-SC NO FINAL DOS ANOS 1980: EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSÃO HISTORIADORA EM SANTA CATARINA** 27
Iara Andrade Costa

CAPÍTULO 3 - **ROMPENDO FRONTEIRAS: *REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA*** 33
Samira Peruchi Moretto

PARTE II 49

CAPÍTULO 4 - **HISTORIOGRAFIA DO VALE DO ITAJAÍ: UNIVERSIDADES E MUTAÇÕES POSSÍVEIS NAS PRÁTICAS DO OFÍCIO** 51
Cristina Ferreira

CAPÍTULO 5 - **OESTE CATARINENSE E A FORMAÇÃO DE HISTORIADORES** 77
Samira Peruchi Moretto • Elison Antonio Paim • Mirian Carbonera

CAPÍTULO 6 - **PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO EM HISTÓRIA EM SANTA CATARINA: UFSC E UDESC** 103
Silvia Maria Favero Arend • Cristina Scheibe Wolff

CAPÍTULO 7 - **PRODUÇÃO DE HISTÓRIA E PROFISSÃO HISTORIADORA NA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA** 119
Michele Gonçalves Cardoso • Tiago da Silva Coelho • Ismael Gonçalves Alves

CAPÍTULO 8 - **PROFISSÃO HISTORIADORA NO NORDESTE CATARINENSE: APONTAMENTOS PARA SUA HISTÓRIA** 143
Wilson de Oliveira Neto • Weslley dos Santos Graper

PARTE III 169

CAPÍTULO 9 - **A HISTÓRIA DAS MULHERES COM ABORDAGEM DE GÊNERO E A HISTORIOGRAFIA DE SANTA CATARINA** 171
Renata Lewandowski Montagnoli • Lidia Mallet Gonçalves

CAPÍTULO 10 - **ENTRE REDES CONSTRUÍDAS E ESPAÇOS A CONQUISTAR: O GT HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE NO CAMPO HISTORIOGRÁFICO E PROFISSIONAL CATARINENSE** 191
Camila Serafim Daminelli • Elisangela da Silva Machieski • Ismael Gonçalves Alves

CAPÍTULO 11 - **INVISÍVEIS PARA QUEM? NOVAS E VELHAS QUESTÕES PARA AS INFÂNCIAS E JUVENTUDES NO BRASIL** 211
Claudia Regina Nichnig • Daniel Alves Boeira

CAPÍTULO 12 - **O(A) PROFISSIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL NO CONTEXTO DA CRISE AMBIENTAL** 229
Alfredo Ricardo Silva Lopes • Carlos Renato Carola • Michely Cristina Ribeiro

CAPÍTULO 13 - **OS HISTORIADORES E AS "ÁFRICAS": PERSPECTIVAS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA EM SANTA CATARINA** 259
Michelle Maria Stakonski Cechinel • Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano

CAPÍTULO 14 - **UM CAMPO POUCO EXPLORADO: O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL EM SANTA CATARINA** 285
Roberta Barros Meira • Cibele Dalina Piva • Giane Maria de Souza

ANEXOS 304

Ata da reunião de reativação do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina/Florianópolis, 27 de setembro de 1985 305

Ata da reunião de reativação do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina/Florianópolis, 27 de setembro de 1985 306

Ata da reunião da eleição da 1ª Diretoria do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina/Florianópolis, 9 de agosto de 1986 307

Ata da reunião da eleição da 1ª Diretoria do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina /Florianópolis, 9 de agosto de 1986 308

Lei 14.038: dispõe sobre a regulamentação da profissão de historiador(a) no Brasil e dá outras providências – Brasília, 17 de agosto de 2020 309

Carta-compromisso com os(as) profissionais de História que atuam em Santa Catarina/Florianópolis, 25 de agosto 2022 310

Listagem dos cursos de graduação e pós-graduação em História, sediados em Santa Catarina, ofertados na modalidade presencial por instituições públicas e comunitárias sem fins lucrativos (Santa Catarina, set. 2023) 314

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS) 315



HISTÓRIA E AÇÃO POLÍTICA NA ANPUH-SC

O que mais chama a atenção, logo de início, na composição da obra *Profissão historiadora em Santa Catarina: passados, presentes e futuros possíveis* é a descentralização e a interiorização do debate, antes restrito às duas principais universidades formadoras de profissionais de História no estado. Falo especificamente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Embora apresentem-se como referências no que tange à profissão, essas duas universidades não se encontram mais isoladas no cenário catarinense.

Para além disso, é possível constatarmos a ampliação do próprio corpo físico e dos lugares sociais da Associação Nacional de História – Seção Santa Catarina (Anpuh-SC), para outras cidades, regiões, universidades e escolas. O interesse da equipe organizadora, gestora da Anpuh-SC, em destacar esse aspecto está presente na distribuição das partes da obra, que tem início com textos sobre o Vale do Itajaí, o oeste e o nordeste catarinenses, ao lado das contribuições incontornáveis da capital do estado. Essa regionalização conduz a leitura a uma amplitude de características e especificidades do fazer historiográfico

em condições e relevos geopolíticos distintos, ainda que manifestados dentro dos limites de um mesmo espaço geográfico – o estado catarinense.

Algumas temáticas específicas também estão presentes no livro, em diálogo com grupos de trabalho (GTs) locais, interconectados aos GTs nacionais da Anpuh, agregando áreas de interesses. É possível notarmos a forte expressão da historiografia feminista em Santa Catarina, com base principalmente nos grupos da UFSC (Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH) e da Udesc (Laboratório de Relações de Gênero e Família – Labgef), com trajetórias bastante longevas. O primeiro grupo desenvolve, desde o início da década de 2000, pesquisas sobre gênero e feminismos no Cone Sul, abordando aspectos variados; o segundo tem como uma de suas bases a História da Infância e da Juventude, estando vinculado ao GT de mesmo nome, porém sem se distanciar dos debates mais abrangentes do GT Estudos de Gênero, da Anpuh-Brasil.

Uma das discussões mais contundentes para a comunidade historiadora na atualidade também está presente tanto na obra quanto no horizonte temático abarcado pela Anpuh-SC. Trata-se da História Ambiental, trabalhada em pleno contexto de crise e falência daquilo que aprendemos a reconhecer como meio ambiente. A urgência de uma ressignificação é colocada em pauta a partir do ponto de vista, das pesquisas e metodologias de quem vê a história acontecer e necessita lidar com a documentação de múltiplos passados, atrelados às consequências do presente.

A história do continente africano, ou das "Áfricas", também é colocada em questão, com foco na pesquisa e no ensino de História da África em Santa Catarina, um estado visto quase que de maneira estigmatizada como branco e europeu. Essa interpretação anula ou encobre relevos sociais e raciais que podem ser pautados e discutidos por meio dos componentes curriculares que oportunizam o debate sobre privilégios relações étnico-raciais que perpassam a tão diversa sociedade catarinense. Pensar em ensino da história da(s) África(s) é não permitir que as tensões sejam sublimadas ou apenas deixadas de lado, como se fossem da competência de outras localidades que não um estado da região sul do Brasil.

A obra também, apresenta uma reflexão sobre o patrimônio cultural em Santa Catarina, (re)visitado pela perspectiva profissional da História, que dele se apropria como temática para pesquisas, mas igualmente como campo de inserção profissional, seja em acervos de pesquisa, seja em instituições públicas ou particulares.

Por fim, a obra apresenta, em sua terceira e última parte, uma metanarrativa histórica, discutindo documentos ligados à Anpuh-SC que remontam à reativação do núcleo regional em 1985, destacando a eleição da primeira diretoria da entidade, no ano de 1986, quando ainda era denominada Associação dos Professores Universitários de História de Santa Catarina. Nos dias atuais, embora seja mantida a sigla "Anpuh", entendida como uma identidade historicamente construída, a filiação de profissionais do ensino básico de História – e, também, de pessoas graduadas e em processo de pós-graduação – constitui boa parte do material humano profissional dessa instituição.

Como serviço à comunidade historiadora e à sociedade mais ampla, o livro termina com a atualização (datada de 2023) da "Listagem dos cursos de graduação e pós-graduação em História, sediados em Santa Catarina, ofertados na modalidade presencial por instituições públicas e comunitárias sem fins lucrativos". Ou seja, mais do que apenas um histórico da seção estadual, deparamo-nos com questões teóricas, metodológicas e documentais colocadas em pauta e em discussão pela obra, que acaba sendo um modelo de como a autorreflexão e disponibilidade podem gerar resultados que tragam benefícios e abram horizontes para além das escolas e universidades, promovendo um material de história pública aberto e de largo alcance para novos interesses – acadêmicos, docentes ou apenas curiosos e instigados.

Pessoalmente, falar sobre o passado, o presente e as possibilidades de futuro da profissão historiadora em Santa Catarina é algo que me move política e afetivamente, visto que fui formada e pós-graduada em História pela UFSC, lugar onde me constituí como intelectual e como feminista acadêmica e militante.

Falar sobre essas mesmas possibilidades, presentes e futuras, exercendo a função de presidenta da Associação Nacional de História (Anpuh-Brasil), biênio 2023-2025, é olhar com orgulho e admiração

para uma iniciativa que contempla a historicidade de uma seção estadual da Anpuh Nacional e sua memória, manifestada em toda a sua riqueza de conteúdo – que inclui a própria criação das instituições de ensino no estado, ao longo do século XX –, mas também por meio de reflexões que partem de profissionais que a compõem, que escrevem seu presente e delineiam projetos de um futuro mais democrático, justo e republicano.

É a partir dessa inspiração que finalizo este breve texto desejando um amplo alcance a esta obra, tão relevante para as discussões acerca da nossa profissão, dos desafios e das esperanças que ela abarca, transpõe e leva adiante. Vida longa e muito fôlego à Anpuh-SC, nas lutas e ações promovidas pela associação em benefício de cada pessoa associada e da própria instituição! Esta obra representa a força dessa atuação.

Então, boa leitura!

Ana Maria Veiga
Universidade Federal da Paraíba
Presidenta da Anpuh-Brasil
(biênio 2023-2025)



HISTÓRIA E AÇÃO POLÍTICA NA ANPUH-SC

Após completarmos quatro anos de existência da Lei 14.038/2020, quais são os principais desafios de presente e de futuro da profissão historiadora em Santa Catarina? Como sabemos, a lei regulamentou e estabeleceu os "requisitos para o exercício da atividade profissional" de historiador(a) no Brasil, exigindo, para atuação, o "prévio registro perante a autoridade trabalhista competente" e a "comprovação do registro profissional" para o "exercício de cargos, funções ou empregos de historiador" (Brasil, 2020).

De acordo com a lei, são atribuições dos(as) historiadores(as):

> I - Magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio [...];
>
> II - Organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;
>
> III - Planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;
>
> IV - Assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;

> V - Assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;
>
> VI - Elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos (Brasil, 2020).

Desde agosto de 2020, a lei também determina que as "entidades que prestam serviços em História" mantenham, "em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, historiadores legalmente habilitados" (Brasil, 2020). Essa decisão dá, aos historiadores, suporte legal para sua atuação nos espaços que lhes cabem.

Procurando dialogar com as (re)configurações do cenário profissional dos historiadores, este livro busca aprofundar debates a respeito da trajetória deste ofício em território catarinense, não se limitando à análise de acontecimentos do passado. Nos limites de suas possibilidades, a publicação visa se constituir como uma importante referência para discussões sobre o presente e o futuro da profissão, além de contribuir para o reconhecimento público do trabalho dos historiadores no estado de Santa Catarina.

Fruto de uma parceria colaborativa entre a diretoria e os grupos de trabalho (GTs) da Anpuh-SC, a obra reúne textos que discutem, por um lado, aspectos da trajetória da formação do profissional de História em Santa Catarina e, por outro, alguns dos principais desafios de presente e de futuro dessa profissão no estado. À sua maneira, a *Parte I* do livro é um esforço nessa direção. Integrada por três capítulos, na primeira seção, Joana Maria Pedro, Iara Andrade Costa e Samira Peruchi Moretto abordam e interpretam a historicidade de importantes instâncias relacionadas à formação, difusão e consolidação da profissão historiadora em território catarinense. Nesse âmbito, destacam-se discussões a respeito da historicidade da *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, bem como sobre a (re)constituição da Anpuh-SC; uma entidade que, desde a década de 1980, se propõe representar os profissionais de História que atuam em Santa Catarina.

A *Parte II* desta publicação promove um encontro bibliográfico inédito. Pela primeira vez, em um mesmo livro, historiadores

e historiadoras vinculados à universidade com diferentes perfis institucionais (estadual, federal e comunitárias) somam-se em uma escrita analítica acerca de como, nos últimos 50 anos, foram sendo construídos e ofertados à sociedade catarinense cursos de graduação e pós-graduação em História. Em seus escritos, os autores e autoras demonstram que os cursos foram historicamente criados com intenções políticas, compromissos sociais e razões de ser muito diferentes quando os comparamos entre si. Nos textos, ganham relevo discussões mais amplas relativas à história da educação superior no estado de Santa Catarina, destacadamente sobre a formação dos profissionais de História na Grande Florianópolis, no Nordeste, Oeste, Sul e Vale do Itajaí. Os cinco capítulos integrantes da seção evidenciam, pois, que a oferta de formação acadêmico-profissional a historiadores e historiadoras, na modalidade presencial, é um patrimônio científico catarinense herdado do passado e que deveria ser mantido e transmitido às novas gerações como direito pétreo à educação pública, gratuita e de qualidade. Esse deveria ser um compromisso histórico permanente do poder público.

Os seis capítulos da *Parte III* desdobram-se em valorosos diálogos mantidos entre a diretoria e os GTs da Anpuh-SC. Com diferentes perspectivas e abordagens, os textos problematizam temáticas pelas quais a historiografia catarinense é reconhecida, nacional e internacionalmente, como importante referência para os profissionais de História. Em seus conteúdos, os textos apresentam reflexões sobre as contribuições de historiadoras e historiadores dedicados ao estudo da História das Mulheres, à História da Infância e da Juventude, à História Ambiental, ao patrimônio cultural, além do Ensino de História, em geral, e o Ensino de História da(s) África(s), em particular.

Por fim, como *Anexos*, compartilhamos nesta obra um conjunto de fontes que, por um lado, evidenciam lutas travadas no passado em favor da constituição de redes acadêmicas voltadas ao fortalecimento da profissão historiadora em Santa Catarina e, por outro, registram desejos de presente e expectativas de futuro em relação ao reconhecimento público do profissional de História em território catarinense.

Quer seja pela complexidade das temáticas, quer seja pela diversidade das suas abordagens, este livro é uma referência incontornável para todos(as) que desejam discutir os passados, presentes e futuros possíveis da profissão historiadora no estado de Santa Catarina.

Fernando Cesar Sossai
Samira Peruchi Moretto
Organizadores

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 14.038*, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de historiador e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 17 ago. 2020. Disponível em: https://www.sc.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2574 Acesso em: 20 set. 2023.

PARTE

I





Capítulo 1



A REATIVAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DA ANPUH-SC EM 1985: UMA NARRATIVA

Joana Maria Pedro

A história da reativação do Núcleo Regional da Anpuh-SC, ocorrida em 1985, para ser narrada, precisa retornar ao tempo em que o núcleo existia e foi interrompido. Por isso, preciso voltar a 1977. Vou começar pela interrupção para depois falar da reativação. Tudo isso, baseado na minha memória e em certificados de eventos que eu guardei através dos anos, por causa da carreira acadêmica.

Entre 17 e 23 de julho de 1977, aconteceu em Florianópolis, Santa Catarina, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o IX Simpósio Nacional de História da Anpuh, então Associação Nacional de Professores Universitários de História. Eu participei desse evento. Viajei de Itajaí, onde morava, a Florianópolis para assistir a algumas atividades. Fui de carona com a professora Maria Bernardete Ramos Flores; na ocasião, nós duas estávamos fazendo Mestrado em História no recém-implantado Programa de Pós-Graduação em História da

UFSC. Fizemos até um minicurso intitulado "Problemática social da República Romana no século II a.C.", ministrado pelo professor Armando Souto Maior.

Como estudantes de mestrado, fomos estimuladas a participar do evento, assistir às palestras etc. Quem assinou os nossos certificados foi o professor doutor Eurípedes Simões de Paula, à época presidente da Anpuh. No certificado, havia, além da tradicional logomarca da Anpuh-Brasil, uma outra, referente à Regional de Santa Catarina, com um mapa do estado aparecendo de forma estilizada.

Naquele IX Simpósio Nacional, na Assembleia Geral, é que a proposta de permitir que pessoas apenas graduadas em História pudessem se associar à Anpuh foi levada à votação. Note-se que, desde a fundação da associação, em 1961, somente professores universitários de História podiam ser sócios. Essa discussão, entretanto, vinha aparecendo em várias assembleias gerais de simpósios em anos anteriores.

Como estudantes de mestrado, nós não éramos sócias, por isso não participamos da assembleia de 1977. Mas, na semana seguinte, quando voltamos à UFSC para atividades ligadas ao mestrado, ficamos sabendo de toda a discussão que tinha acontecido. O que mais sobressaía entre nossos professores era a acusação à docente Déa Fenelon de ser radical, de ter subido numa carteira para defender que qualquer pessoa formada em História pudesse se tornar sócia da Anpuh e, de outro lado, outros professores estavam combatendo esse argumento. Ao final, a votação definiu pela abertura da Anpuh-Brasil a novas pessoas associadas. Conta-se que houve gente que rasgou em público o regimento da Associação em protesto por essa decisão, que, segundo os opositores, provocaria a baixa qualidade da ciência histórica a ser debatida e politizaria os debates.

Os professores ligados à regional de Santa Catarina, que haviam organizado o evento em Florianópolis, ficaram indignados com a decisão e se retiraram da associação. Junto com professoras da UFPR, formaram a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, que se instalou como associação em 11 de agosto de 1981, proclamando ser um "espaço acadêmico unicamente dedicado à pesquisa histórica de

alto padrão" (Westphalen, 1994, p. 45-50). Dessa maneira, o Núcleo Regional de Santa Catarina ficou sem coordenação e atuação.

Embora eu não pudesse me associar, continuei participando de Simpósios Nacionais da Anpuh. Assim, entre 22 e 27 de julho de 1979, a professora Maria Bernardete Ramos Flores e eu fomos para Niterói (RJ), de ônibus, a fim de participarmos do X Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História. Nele, apresentei um resumo de minha dissertação, defendida naquele ano na UFSC, e frequentei um minicurso.

Em 1982, fiz concurso na UFSC e, em maio de 1983, fui chamada a assumir como professora do Departamento de História da UFSC. Naquele mesmo ano, entre 17 e 22 de julho, fui, com estudantes do curso de História, de ônibus, a Salvador (BA), para participar do 12º Simpósio Nacional de História da Anpuh. Junto comigo, como responsável pelos estudantes, foi o professor Valmir Martins, também do Departamento de História. Foi uma viagem inesquecível, e eu prometi, a mim mesma, que nunca mais faria isso. No evento, não apresentei trabalho, apenas frequentei minicursos. Um deles, com Jacob Gorender, intitulado "Escravismo colonial". Eram os últimos tempos da Ditadura Militar e o marxismo era a principal abordagem historiográfica.

Enfim, outros colegas e eu continuamos a participar dos Simpósios Nacionais da Anpuh e foi no XIII Simpósio Nacional, realizado entre 21 e 26 de julho de 1985, em Curitiba, que surgiu a ideia de reativar o Núcleo Regional da Anpuh em Santa Catarina. Para esse evento, eu também fui de ônibus, mas não com estudantes; fui com minha família: mãe, irmão e filho. Eu tenho um irmão mais velho que mora lá; minha família ficou hospedada na casa dele, e eu fui para o evento. Numa das atividades, e junto com a professora Ligia Czesnat e o professor Valmir Martins, encontramos Déa Fenelon, que nos perguntou por que não reorganizávamos o Núcleo de Santa Catarina. Naquele momento, Déa era a presidenta da Anpuh e estava deixando a gestão, que seria, em seguida, assumida pelo professor Caio Cesar Boschi.

Retornando a Florianópolis, começamos a conversar sobre a possibilidade que havia sido ventilada, e organizamos a Semana de

História, evento que costumava ser coordenado por estudantes e professores. Então, começamos a pensar a III Semana de História. Com a ajuda da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e do Departamento de Assuntos Culturais, conseguimos algumas passagens, espaço em auditório e, junto com estudantes, coordenei o evento, que foi realizado entre 23 e 27 de setembro de 1985, ou seja, dois meses depois do Simpósio da Anpuh de Curitiba. Na ocasião, o professor Sergio Schmidt conseguiu, junto à Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, a liberação dos professores de História para participarem do evento.

As atividades foram realizadas no auditório do Centro de Convivências da UFSC; para nossa alegria, contaram com a participação de muitas pessoas. Para o evento, vieram a Professora Déa Ribeiro Fenelon, que era ex-presidente da Anpuh; o presidente à época, Caio Cesar Boschi; e o diretor do Núcleo Regional do Rio Grande do Sul, Adolar Koch. Além de palestras, mesas-redondas e minicursos, houve um momento de informações sobre como funcionavam as regionais, o que era a Anpuh, quais as pautas e, enfim, porque era importante retomar o Núcleo Regional da Anpuh.

Eu estive muito envolvida na organização do evento: conseguindo os recursos junto à reitoria, escrevendo ofícios, organizando a comissão de divulgação, coordenando, de fato, e muito preocupada com os resultados. Confesso que meu maior medo era o de que as pessoas não viessem. E elas vieram.

Em uma das conversas que antecederam a reunião com os professores que representavam a Anpuh – Déa, Caio e Adolar –, Déa nos perguntou quem assumiria a direção provisória da Regional de Santa Catarina. Lembro que eu, imediatamente, indiquei o professor Valmir Martins, afinal fora ele, em Curitiba, a levantar essa ideia. Tinha falado com os professores para virem a Florianópolis e, com sua liderança entre os estudantes, conseguira a participação desses envolvidos em múltiplas atividades. Na época, eu era uma professora recente na UFSC, não dava aulas no curso de História, pois ministrava História do Pensamento Econômico no curso de Economia. Portanto, os estudantes do curso de História nem me conheciam. O professor Valmir,

entretanto, disse que "não": eu é que teria de assumir essa diretoria provisória, porque – de acordo com ele – eu "carregava o piano e ainda tocava". Essa ideia foi apoiada por Déa Fénelon e pelos demais professores. Eu, apesar de relutante, aceitei. E foi essa a proposta apresentada na reunião oficial da III Semana de História que visava à reorganização do Núcleo Regional da Anpuh de Santa Catarina. Dessa forma, tornei-me a primeira diretora – mesmo provisória – dessa nova fase. Era uma direção por pouco tempo, iria somente até o ano seguinte, quando deveria acontecer o I Encontro Estadual de História e seria eleita uma diretoria que permaneceria por dois anos.

A organização da III Semana de História, juntamente com estudantes e professores do Departamento de História da UFSC, trouxe-me também alguns aborrecimentos. Fui questionada, na época, e acusada de ter feito o evento à revelia do departamento. Foi então que soube que as Semanas de História eram eventos dos estudantes e que os professores participavam, porém essa não era uma atividade do departamento. Fazia dois anos que eu estava no Departamento de História e, de fato, não tinha ainda conhecimento suficiente para entender as rivalidades, os conflitos e as alianças locais. Mas aprendi e, para realizar o I Encontro Estadual de História, comecei pedindo ao Departamento de História aprovação ao projeto, pedido em que fui atendida.

Começamos, então, a organizar o I Encontro e, dessa vez, além de termos o apoio do Departamento de História, contamos com o Centro Acadêmico de História, a Udesc e outras instituições. O que mais me lembro da ocasião é das reuniões com colegas e com estudantes para definir o que o Núcleo Regional da Anpuh de Santa Catarina poderia fazer. Lembro que ganhamos uma salinha no fundo do corredor do Departamento de História, onde hoje ficam a pia e a geladeira. Tínhamos um ex-estudante de História (agora já graduado em História) que se encarregava das atividades do Núcleo: era o Francisco do Vale Pereira.

Fizemos minicursos, discutimos questões enviadas pela presidência da Anpuh-Brasil e organizamos o I Encontro Estadual de História. Além de convidarmos professores de diferentes regiões do Brasil, trouxemos professores de História da rede municipal e estadual a fim de discutirmos propostas inovadoras de ensino, currículo e livro didático.

Mais uma vez, o professor Sérgio Schmidt conseguiu, junto à Secretaria Estadual de Educação, a liberação de professores de História para participarem do encontro. E mais: ele conseguiu que a televisão local divulgasse o evento. Eu fui até a TV e gravei um convite aos professores de História do estado. Na apresentação na TV, havia uma legenda com o número da lei que liberava os professores para participarem. Lembro que fiquei muito nervosa ao gravar essa divulgação, era a primeira vez que eu aparecia numa televisão.

O evento ocorreu, dessa vez, no auditório da reitoria, que ficou lotado. Durante uma semana, o auditório e o *hall* da reitoria lotaram, eram pessoas vindas dos mais diferentes lugares de Santa Catarina. Eu lembro que colegas do Departamento de História comentavam: "está cheio assim porque anunciaram na TV".

A professora Maria Bernardete Ramos Flores coordenou atividades com professores da rede municipal e estadual de Santa Catarina que davam aulas de História, constituindo mesas-redondas. Essas atividades fizeram o maior sucesso. Muita gente elogiava essa iniciativa de trazer pessoas que estavam dando aulas e enfrentando o dia a dia da escola. Claro que professoras convidadas de outros estados e pertencentes ao ensino superior também fizeram muito sucesso: a professora Zilda Márcia Gricoli Iokoi, que, na época, era docente da PUC/SP; Marcos Silva, da USP; Sandra Jathay Pesavento, da UFRGS. A palestra de Sandra fez muito sucesso; lembro-me das pessoas comentando no auditório. Enfim, o evento ficou na memória.

Foi naquele I Encontro que se elegeu, de fato, a primeira diretoria da Anpuh Regional de Santa Catarina, porque a anterior, no caso a que eu encabeçava, foi considerada provisória. Como diretora, ficou a professora Maria Bernardete Ramos Flores, que, à época, dava aulas no ensino superior da Univali (então Fepevi). Como vice-diretora, Maria Teresa Santos Cunha; como primeiro-secretário, Francisco do Vale Pereira. Eu fiquei no conselho consultivo.

Continuei, a cada Encontro Estadual, por muito tempo, colaborando na organização do evento e comparecendo aos Simpósios Nacionais de História. Passei a fazer parte de diretorias da Anpuh-Brasil. Fui secretária e, por fim, em 1997, fui eleita vice-presidente, encarregada

de fazer um Simpósio Nacional de História em Florianópolis, em 1999. Na presidência da Anpuh, estava, à época, a professora Lana Lage; na secretaria, a professora Zilda Márcia Gricoli Yokoi. Nessa ocasião, a abertura do evento teve que ser no Centro Integrado de Cultura (CIC).

Os Simpósios da Anpuh se tornaram cada vez mais gigantescos.



Capítulo 2



MEMÓRIAS DA PARTICIPAÇÃO NA ANPUH-SC NO FINAL DOS ANOS 1980: EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSÃO HISTORIADORA EM SANTA CATARINA

Iara Andrade Costa

Sou professora de História e trabalhei em sala de aula por 42 anos. Conhecer e fazer parte da Associação Nacional de História – Seção Santa Catarina (Anpuh-SC), para mim, foi um divisor de águas. Sempre quis ser professora, e a História sempre fez parte do meu universo do querer saber mais, de como e por que as coisas aconteciam. Essa curiosidade sempre me trouxe muitos problemas, pois não me contentava com respostas do tipo "porque sim" – porque sim por quê?

Sou de São Paulo, estudei em escolas públicas estaduais e fiz o curso superior de licenciatura e bacharelado em História na Universidade de São Paulo (USP) em plena ditadura, de 1974 a 1977. O curso tinha um alinhamento teórico Braudeliano (Fernand Braudel), portanto seguia a linha historiográfica francesa. Não eram os tempos mais

difíceis da ditadura, mas, para mim, que nem sabia que estava em uma ditadura e via meus colegas sendo presos ou mesmo "sumindo" da sala de aula, não foi fácil ter que ficar calada e esquecer meus porquês. Formei-me muito angustiada e com enormes questões não respondidas.

Eu já ministrava aulas em um curso de alfabetização para adultos na linha de Paulo Freire, e isso me abriu muitos caminhos, a possibilidade de fazer aulas diferentes de esquemas engessados. Aprendi muito, principalmente com as histórias de vida que ouvia de meus educandos. Até hoje não sei quem mais aprendeu: se foram eles ou se fui eu.

Na minha formação acadêmica, meu certificado de conclusão de curso e minha carteirinha do Ministério de Educação e Cultura (MEC) me conferia a habilitação em História, Sociologia, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) – só que, para ministrar esta disciplina, teria de obter a autorização da Secretaria de Educação e da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS, 1964-1985), precisava ter ficha "limpa". Embora tenha iniciado minha vida profissional como professora de História em 1978, em São Paulo, as frustrações só aumentavam. Em relação a tudo que queria fazer diferente, só ouvia dos meus colegas que faziam tricô e vendiam de tudo em sala de aula ou na sala dos professores, que aquilo era coisa de iniciante, que queriam me ver dali a dois ou três anos; isso me deixava muito irritada, e mesmo os alunos não queriam ouvir falar de desafios e sair de suas zonas de conforto.

Em julho de 1984, migrei para Joinville (SC) em função do trabalho do meu marido, que começou a trabalhar em um centro de pesquisa da cidade. Em agosto, eu já estava contratada para ministrar aulas no segundo maior colégio do Estado (atual Escola de Ensino Médio Governador Celso Ramos), mas aulas de OSPB no ensino médio. O que fazer? Aproveitar a brecha e mostrar os problemas e as organizações políticas brasileiras que faziam parte das suas vidas. Isso, de certa forma, me fez pesquisar muito, pois tinha que cumprir o "Programa Curricular" com uma aula semanal e discutir os 'reais problemas". Foi muito bom, os alunos se entusiasmavam e debatiam temas que jamais

haviam imaginado. Dei uma remexida no currículo deles, os fiz repensar seu cotidiano e se inserirem nas suas histórias de vida.

Precisava voltar a estudar, sentia que precisava trocar ideias e me atualizar. Em 1986, recebi um fôlder da Fundação Educacional do Vale do Itajaí (FEPEVI), hoje Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), sobre um curso de Pós-Graduação em História do Brasil em parceria com a USP. Iniciei o curso mesmo morando em Joinville e com três filhos pequenos, na certeza de que muito teria a aprender.

O curso tinha um viés marxista e os meus porquês poderiam, na dialética, ser debatidos; eu poderia perguntar. Foi ótimo porque também conheci professores excelentes e me fez repensar o ensino uspiano fora do período ditatorial. Minha leitura de mundo, agora, era outra e precisava levar isso para a sala de aula. Foi aí que as professoras Déa Fenelon, Margarete Flores e Joana Maria Pedro, entre outras, nos mostraram outro fôlder: do I Encontro Estadual de História da Anpuh, promovido pela UFSC, em Florianópolis, que seria realizado de 25 a 29 de agosto de 1986, com 40 horas-aula. Lá fui eu repensar outras Histórias. Era tudo o que eu queria! Sentava-me naquelas cadeiras do auditório da reitoria da UFSC e me sentia realizada com as palestras, mesas-redondas, os debates, lançamentos de livros; ficava lá do início da manhã até o final da tarde e, por vezes, noite adentro – que era o horário do lançamento de livros. Mais tarde, também tive a chance de lançar o livro que elaboramos, eu e meus colegas da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), hoje Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

Em 1986, iniciei como professora na FURJ, nas disciplinas de História Contemporânea e História Moderna; e aquele primeiro Encontro da Anpuh e o diálogo com professores e novos companheiros de profissão foram a possibilidade de que novos caminhos se abrissem para possibilitar um ensino diferenciado. É bom lembrar que a Anpuh era para professores de História, e não só para pesquisa como a Sociedade Brasileira de Pesquisa em História (SBPH); e, segundo a professora Déa Fenelon, ensino e pesquisa eram indissociáveis. Foi esse lema que mudou totalmente minha forma de ministrar aulas, tanto nos ensinos fundamental e médio como na universidade, onde, mais tarde, também

assumi as disciplinas de História da Ásia e África Contemporânea, Estágio Curricular Supervisionado e Metodologia do Ensino de História.

Influenciada pelas experiências dos encontros da Anpuh, em 1988, fiz Pós-Graduação em História da América. Na época, a parceria era entre a FURJ e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com uma outra linha teórica, mas que tinha um grupo já bem estruturado sobre a História do Trabalho, temática que muito me interessava pois queria aprofundar meus estudos sobre os movimentos grevistas de Joinville. Posteriormente, concluí meu mestrado nessa instituição. Meu intuito era dar voz aos silenciados da História e trabalhar com as formas de controle.

Como membro da Anpuh atuei no Conselho Deliberativo pelo Estado de Santa Catarina, no período de 1986 a 1998, como vice-diretora regional de 1988 a 1990 e fui reeleita como vice entre 1990 e 1992, bem como no Conselho Consultivo de 1994 a 1998. Participei, algumas vezes, do atual Grupo de Trabalho de Ensino de História e Educação (GT Ensino), inclusive da primeira reunião, em agosto de 2000, para sua formatação. Naquele momento, foram pensados sua organização e regimento, uma diretoria, um grupo para instituir coordenação, vice, secretarias, calendário de reuniões, publicações e organização de eventos, que seriam descentralizados de Florianópolis e bianuais. Era uma tentativa de aproximação com as redes de ensino do estado de Santa Catarina. Acabei atuando como primeira-secretária, sob a coordenação da professora Maria de Fátima Sabino Dias.

Meus trabalhos na ANPUH-SC foram muito prejudicados pela distância em relação à sede: eu morava em Joinville, e as reuniões preparativas dos eventos e de deliberações eram na UFSC, em Florianópolis. Eu tinha que ir, normalmente de ônibus, pela manhã e voltar no final da tarde, para ministrar aulas à noite. Os custos, também, eram por conta própria; a correria era muito grande, e a responsabilidade, ainda maior.

Meus colegas e alunos do curso de História, aos poucos, também começaram a ir para os encontros, participar de grupos de estudos, apresentar trabalhos; foram-se engajando como associados a fim de garantir a profissionalização do profissional de História, evitar que desvinculassem o bacharelado e as licenciaturas, acompanhar e fazer

moções para a profissionalização do historiador, que não dissociassem ensino e pesquisa, de colocar os estágios em todos os espaços, e não só nas escolas. A Anpuh-SC tinha também como meta, também, aproximar os conteúdos das disciplinas dentro das licenciaturas e que o corpo docente fosse altamente qualificado, assim como procurar formas de aproximação entre os professores e os cursos de História situados em toda Santa Catarina.

Teve muita coisa boa nessa minha experiência de aprendizagem, assim como houve momentos de muita angústia e apreensão nos eventos. Um belo dia, haveria uma mesa de abertura com o professor doutor Sidney Chalhoub e a professora doutora Maria Clementina Pereira Cunha, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e a pessoa que deveria coordenar a mesa não pode chegar à UFSC por causa de um grande atraso no seu voo proveniente de São Paulo; eu teria que coordenar os trabalhos, mas não tinha muita experiência em coordenação de mesas. Eu tremia igual "vara verde". Quando deveríamos adentrar ao auditório, o professor Sidney virou para a professora e disse: "nem sei como sairemos daqui hoje se a turba enfurecida resolver se manifestar". O auditório da reitoria estava lotado, com pessoas sentadas no chão. Lembro que o tema era realmente muito polêmico e que o público, ao final, aplaudiu de pé.

Os momentos bons também ainda estão presentes, como, por exemplo, os encontros com colegas do meu curso de graduação na USP. Uma delas foi com a professora doutora Silvia Lara, que veio falar sobre escravidão; revivemos nossos maus e bons tempos, com meus professores da graduação, das pós-graduações e do mestrado, fiz muitas amizades com professores da UFSC, da UDESC, com o pessoal de Criciúma, de Chapecó – se não fosse por esses encontros da Anpuh-SC, nunca os teria conhecido. Essa experiência toda pude trazer para o meu *campus* universitário, que, aos poucos, aproximou ainda mais nossas pesquisas e conhecimentos sobre Santa Catarina – e a descentralização dos encontros deu certo. Em 2015, tivemos um encontro na UNIVILLE: o IV Simpósio do GT História das Religiões e Religiosidades – Anpuh Regional Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul).

De 1986 a 2010, participei de todos os Encontros Estaduais da Anpuh-SC. Até 1996, participava de segunda a sexta-feira; depois desse período, minhas participações eram mais pontuais. Assumi a direção do Colégio Estadual Governador Celso Ramos e ministrava aulas na UNIVILLE; era difícil ficar toda a semana fora de Joinville. Ia mais para apresentar trabalhos ou comunicações ou participar da coordenação de algum evento.

O que posso dizer é que foram tempos muito bons, produtivos e de realizações pessoais e profissionais. Espero que continuem na luta e que muitos outros possam ter a experiência que vivenciei na Anpuh.

Capítulo 3



ROMPENDO FRONTEIRAS: REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA

Samira Peruchi Moretto

A produção e a divulgação do conhecimento científico através de revistas acadêmicas vêm apresentando dinamicidade, acompanhando as tendências nas últimas décadas. O objetivo deste texto é narrar a trajetória da *Fronteiras: Revista Catarinense de História (FRCH)*, mostrando como o periódico passou por variadas mudanças desde a sua criação e foi-se moldando para atender às expectativas dos leitores, dos autores, das agências reguladores e de fomento, assim como das bases indexadoras nos últimos anos.

De acordo com pesquisadores e editores que compõem o Fórum de Editores de Periódicos da Anpuh-Brasil, "a manutenção e existência dos periódicos, enquanto trabalho de médio e longo prazo, requerem atenção e trabalhos específicos, nem sempre reconhecidos pelas instâncias e instituições que os abrigam" (Fórum..., 2022). Nas últimas três décadas, "o lugar e o papel dos artigos científicos publicados nos periódicos ampliaram-se significativamente no campo das Humanidades" (Cueto; Cerqueira, 2022). Essas mudanças ocorrem desde o

que esperar dos autores e leitores, em grande parte devido à expansão de cursos de graduação e pós-graduação e, em parte, da indução da avaliação feita pela Capes, a agência de consolidação da pós-graduação nacional. A *Fronteiras* vem tentando manter o compromisso com o escopo da revista e buscando adequar-se às normativas impostas para os períodos visando à qualidade das publicações, desde sua criação.

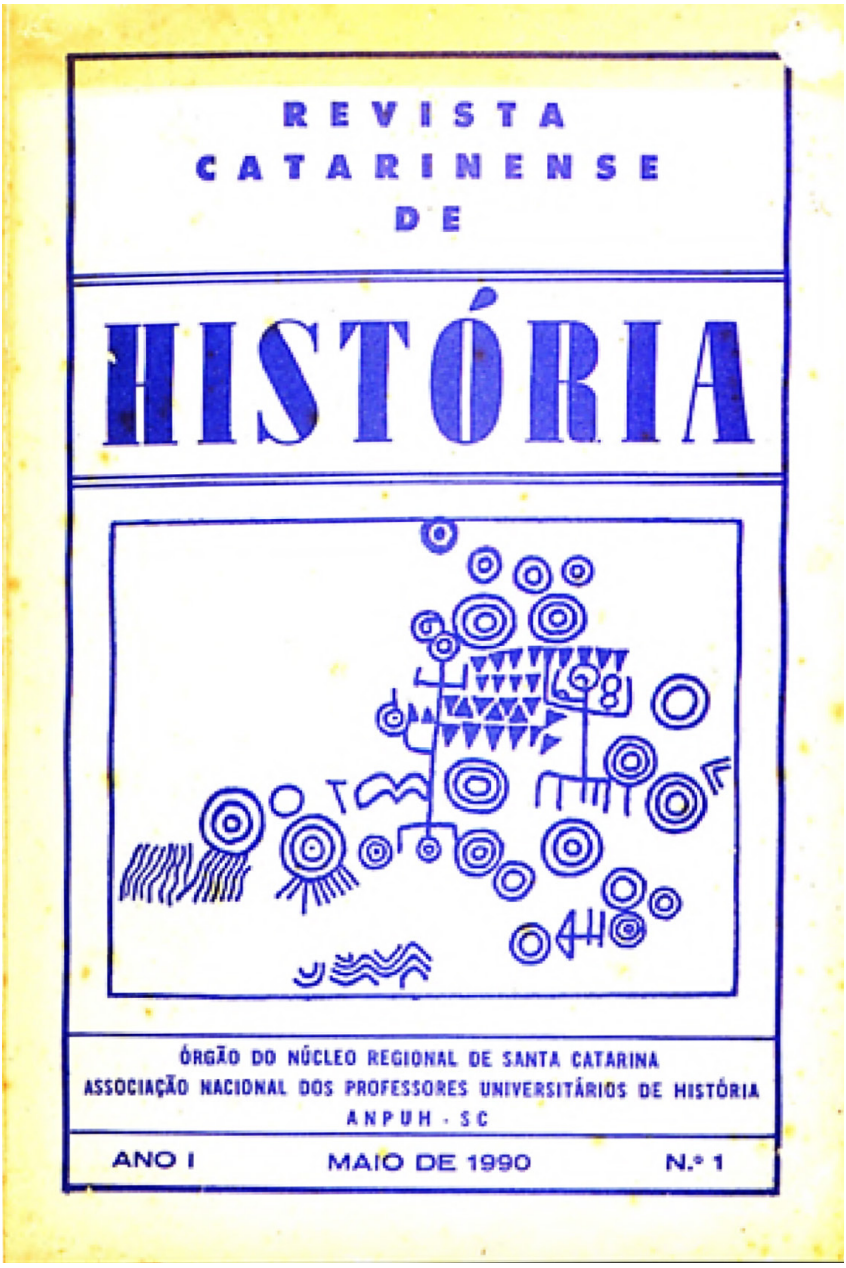
No ano de 1990, foi publicado o primeiro número da *Revista Catarinense de História*, através da Associação Nacional de História-Seção Santa Catarina (Anpuh-SC). O conselho editorial era composto por Cynthia Machado Campos, Evaristo Kiatowscki, Mariade Fátima Sabino Dias e Henrique Luiz Pereira Oliveira. Estavam na diretoria da associação Rosângela Miranda Cherem (diretora), Iara Andrade Costa (vice-diretora), Carmen Aidê Hermes Silva (1a Secretária), Maria Teresa Santos Cunha (2a Secretária) e Paulo Pinheiro Machado (tesoureiro).

Na apresentação do primeiro número, foi destacado o objetivo da revista, que era ter um espaço para divulgação do conhecimento histórico. De forma poética, os organizadores declaravam que a revista vinha para ocupar um espaço a fim de "romper o silêncio de pensadores solitários". Ainda na apresentação, declaravam que estavam nas vias de concretização de uma ideia, que visava a um "espaço destinado a produzir encontros entre pessoas preocupadas em divulgar experiências pertinentes ao ensino e pesquisa na área de História" (Revista Catarinense de História, 1990, p. 6). A Seção de Santa Catarina já havia sido reativada em 1985 e a revista vinha a cumprir importante papel: fortalecer a Anpuh-SC e propiciar a circulação dos resultados das pesquisas na área de história no estado. A equipe editorial registrou que aquele primeiro número era "mais como o primeiro encontro do que propriamente na execução de um projeto temático comum". Assim foi lançada a *Revista Catarinense de História*.

O periódico era impresso, com distribuição gratuita para todos os associados. No primeiro número, foram publicados dez artigos e uma resenha. A tiragem foi de 700 volumes, impressos na gráfica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A capa foi ilustrada com os Petróglifos da Ilha dos Corais, copiados pelo Padre João Alfredo Rohr (Figura 1), na tonalidade lápis-lazúli. As marcas do tempo que aparecem

na figura adicionam um tom nostálgico à imagem e remetem-nos a lembrar que se foram 33 anos desde então.

Figura 1 – Capa do primeiro Número da *Fronteiras: Revista Catarinense de História*



Fonte: Periódicos UFFS.

Passados quatro anos desde o primeiro número, foi publicado o segundo, em 1994, dessa vez pela Editora Terceiro Milênio. A equipe editorial foi reformulada e passou a ser formada massivamente pelos membros da diretoria da Anpuh-SC. O objetivo do periódico tornou-se "comunicar o resultado do trabalho dos pesquisadores que se dedicam a clarear o passado da nossa terra a um público ampliado, na expectativa de que este conhecimento ajude a compreensão do presente e a opção do futuro" (Revista Catarinense de História, 1994, p. 3). Nesse momento, também foi formada a parceria entre a Anpuh-SC e o Departamento de História da UFSC na condução da revista.

O número foi direcionado à composição de textos que pudessem ser utilizados em sala de aula. No final, constava anexa a lista dos projetos desenvolvidos em 1993, 1994 e 1995, assim como havia informações sobre eventos acadêmicos que seriam realizados no corrente ano, no Brasil e no exterior. A revista cumpria também o papel de ser um informativo para os historiadores do estado de Santa Catarina, uma vez que, à época, os *e-mails* ainda não eram populares no Brasil. Muito interessante perceber que a revista, antes da popularização da internet, preocupava-se em alocar uma série de informações, que atualmente são facilmente divulgadas nas redes sociais ou por correio eletrônico.

Nos anos de 1995 e 1996, foram editados números anuais, ambos pela Editora Insular. A revista contava com o apoio dos Departamento de História da UFSC e vários docentes compondo o Conselho Editorial e o Conselho Consultivo. No ano de 1997, houve uma pausa novamente, porém, em 1998, dois números foram publicados.

No número seis, de 1998, Rogerio Luiz de Souza, na categoria de representante da equipe editorial, registrou na apresentação que era um grande desafio divulgar os trabalhos inéditos e, visando manter a qualidade da revista, houve adequação às diretrizes de produção e publicação de periódicos; também foi necessária a reformulação de seus objetivos. Sendo assim, a partir do sexto volume, a revista teve uma nova roupagem, com intuitos de ampliar a preferência pela pluralidade temática, promover o intercâmbio entre pesquisadores e possibilitar a maior divulgação da produção do saber. Adicionalmente, foi constituído um Conselho Consultivo formado por "pesquisadores e de

professores de instituições nacionais e internacionais com o objetivo de emitir pareceres referentes aos trabalhos apresentados" (Fronteiras: Revista Catarinense de História, 1999, p. 5-6). Além dessas mudanças estruturais, a *Revista Catarinense de História* recebeu um novo título: *Fronteiras: Revista Catarinense de História*.

No número sete, publicado em 1999, a revista trouxe mais uma novidade: passou a publicar textos de pesquisadores estrangeiros. Naquele momento, fazia dez anos da queda do muro de Berlim e as polarizações, políticas e econômicas, estavam sendo pautadas. A *Fronteiras* se preocupou em trazer esse debate à tona, e trouxe como artigo um texto de Carlo Ginzburg – "*Unus Testis*: o extermínio dos judeus e o princípio de realidade" – que debatia o papel do historiador na construção do conhecimento histórico e quanto às verdades dentro da História. Esse artigo foi uma tradução realizada por Henrique Espada Rodrigues Lima Filho de um *paper* com título original *Just One Witness*, apresentado no colóquio *The Extermination of the Jews and the Limits of Representation*, realizado em Los Angeles, organizado pela UCLA, de 25 a 29 de abril de 1990 (Ginzburg, 1999).

Entre os anos de 2000 e 2004, foram publicados quatro números, seguindo a periodicidade. Em 2005, a revista publicou o primeiro dossiê, reunindo textos que participaram de um evento que visou dialogar sobre os 60 anos do final da Segunda Guerra e o processo de nacionalização no sul do Brasil. Em parceria entre a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e a UFSC, a *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, em seu número 13, trouxe o "Dossiê Guerra e Nacionalização", divulgando, assim, os textos das mesas e das conferências oriundos daquele evento. O sul do Brasil foi enfocado, sem desconsiderar outras regiões, por conta das normatizações e medidas repressivas para com os descendentes de ítalo-germânicos, que

> [...] (também outras etnias, menos representativas no Sul) provocaram um torvelinho de denúncias, de medo, de silêncios, de prisões, de torturas, de interdições, ao mesmo tempo em que se exacerbava uma onda de nacionalismo e a construção de imagens maniqueístas, culminando com repressões e violências (Fáveri, 2005, p. 5).

A partir de 2007, do número 15, a revista passou a contar com dossiês temáticos em todos os números, além da publicação de artigos de temas livres, resenhas, entrevistas, relatos e/ou traduções. No ano de 2009, a partir do número 17, outra importante mudança ocorreu na maneira de publicação do periódico: a revista passou a ser publicada no formato digital, através de um *website*, o qual foi desativado, em 2020, após a migração e disponibilização de todo o conteúdo no portal OJS da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A instituição, que hospeda o periódico desde 2018, atua em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFFS). Acompanhando as tendências das revistas acadêmicas de variadas áreas, a *Fronteiras* passou a ser *on-line*. Outra alteração foi na composição da equipe editorial, que passou a ser dirigida pela figura do editor. Na ocasião, Janice Gonçalves assumiu tal função e nela permaneceu por quatro anos (de 2009 a 2012).

Janice Gonçalves foi responsável, também, pela iniciativa de digitalização dos números anteriores. Na carta-programa da Gestão da Anpuh-SC de 2008-2010, composta por Janice Gonçalves (Diretora, Udesc), Sara Nunes (Vice-Diretora, UFSC), Jéferson Dantas (Secretário Geral, UFSC), Carlos Eduardo dos Reis (2º. Secretário, UFSC), Suzana Bitencourt (1ª Tesoureira, UFSC), Márcia Ramos de Oliveira (2ª Tesoureira, Udesc) e pelo Conselho Fiscal: Almir Antonio de Souza (UFSC), Paulo Pinheiro Machado (UFSC) e Paulo Sérgio Osório (Unesc), firmaram o compromisso de "digitalizar e disponibilizar, no sítio eletrônico da entidade, todos os números de sua revista, desde 1990, permitindo sua ampla consulta" (2010). O maior desafio encontrado naquele momento foi a localização dos números anteriores, pois nem todos estavam no arquivo da Anpuh-SC, sediado no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, sala 12. Foi também nessa mesma gestão que iniciaram as averiguações para a possibilidade de inclusão da revista no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), *software* de hospedagem eletrônica e gestão de periódicos.

A partir de 2012, em função da grande quantidade de textos recebidos, a equipe editorial entendeu que era momento de rever a

periodicidade da revista. Havendo uma significativa mudança, a revista passou a ter publicação semestral, isto é, duas vezes ao ano. No ano de 2013, seguindo a mesma política editorial anterior, a revista foi conduzida por membros da diretoria da Anpuh-SC. Assumiram a frente do periódico Marlene de Fáveri e Núcia Alexandra de Oliveira. As editoras seguiram à frente do periódico entre os números 21 e 25. Nos anos seguintes, passaram a conduzir a editoria da revista um editor, que compunha a diretoria da Anpuh-SC, e os respectivos organizadores dos dossiês temáticos.

Assumi a função de editora da revista no segundo ano como diretora da Anpuh-SC, em 2017. A revista vinha sendo editorada fora de um sistema de editoração de revistas e fizemos algumas tratativas com instituições do ensino superior que ofertavam o curso de História, para que a incorporássemos aos seus SEERs, porém não obtivemos sucesso.

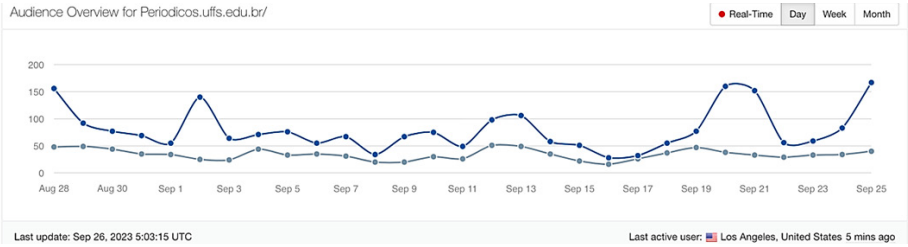
Foi então que decidimos fazer um projeto para solicitação de incorporação da revista ao SEER da Universidade Federal da Fronteira Sul. O recém-criado Programa de Pós-Graduação em História, cuja aprovação para início das atividades ocorreu em 2016. Em 2017, ao completar um ano, o curso estava esboçando um periódico para articular as redes de pesquisas sobre *Fronteiras, migrações e sociedades* e a revista conseguia comprimir a função, caso fosse gerida pelo PPGH/UFFS. Foram realizadas adequações no escopo da revista e a pareceria entre o PPGH/UFFS e a Anpuh-SC foi oficializada. A partir daí, foram realizados diversos diálogos com os diretores da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFFS, que nos orientaram à concretização de uma proposta.

O Portal de Periódicos da UFFS hospeda revistas de conteúdo científico e de acesso livre, devendo primar por uma política de qualidade científica e editorial, alicerçada nos critérios estabelecidos pelo *Directory of Open Access Journals* (*DOAJ*). A hospedagem no Portal é facultada, exclusivamente, aos periódicos institucionais que, no momento da solicitação, atendam preferencialmente aos critérios indicativos de qualidade da produção científica estabelecidos pelo Qualis/Capes, correspondentes ao estrato B3 da área de conhecimento

à qual pertence o periódico (Portal de Periódicos da UFFS, 2015). A Comissão Permanente de Periódicos (CPP) faz a análise e emite o parecer final. Em 2017, foi apresentado o projeto de incorporação da *Fronteiras* à UFFS, o qual foi aprovado em 2018.

Os dados da *Fronteiras* foram direcionados à Coordenação Executiva do Portal para cadastro na plataforma OJS. A partir do número 31, a revista vem sendo publicada pelo OJS da UFFS. O portal possibilita maiores praticidade, dinamicidade e sigilo no processo editorial. Além disso, permite-nos a obtenção de dados que mostram número e locais de acessos dos periódicos institucionais, como pode ser observado nos gráficos das figuras 2 e 3.

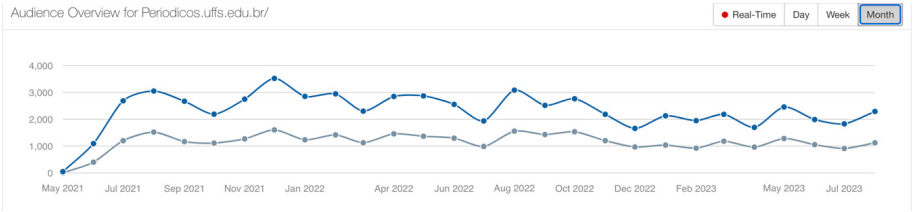
Figura 2 – Gráfico de acessos diários, em 25 de setembro de 2023 (computados 167 acessos, sendo 40 no mesmo endereço de IP)



Fonte: https://clustrmaps.com/site/1bhu4#coll1 .

A observação na Figura 2 de que há 5 minutos ocorreu um acesso ativo em Los Angeles, Estados Unidos, se dá pelo fato de eu estar escrevendo o presente texto durante o meu estágio pós-doutoral, realizado na University of California, em Los Angeles (UCLA), no período de junho a dezembro de 2023. Cito esse fato para justificar o acesso e confirmar a veracidade da constatação pelo *software*.

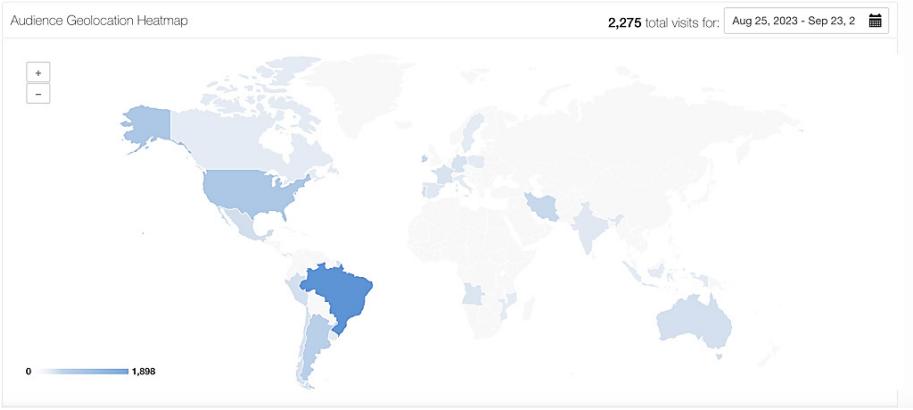
Figura 3 – Gráfico de acessos mensais (de maio de 2021 a setembro de 2023)



Fonte: https://clustrmaps.com/site/1bhu4#coll1

Foram computados 2.000 acessos médios mensais no *site* da revista e mais de 100 acessos diários, de diferentes endereços de IP. O sistema também possibilita identificar de quais países são os acessos e fornece a localidade dentro dos mais frequentes, como pode ser observado na Figura 4. Podemos verificar, de acordo com a tonalidade do mapa, os locais a partir de onde ocorreu maior número de acessos: quanto mais forte a tonalidade do azul, maiores foram os números de acessos nos respectivos países.

Figura 4 – Mapa com as localidades e os acessos à Fronteiras: *Revista Catarinense de História*



Fonte: https://clustrmaps.com/site/1bhu4#coll1

A partir dos dados coletados, pode-se perceber que, embora a grande maioria dos textos seja publicada em língua portuguesa, há muitos acessos de países de língua inglesa ou espanhola – podem-se verificar vários acessos nos Estados Unidos, na Austrália, na Argentina e no México, por exemplo. Acredito que esse fato ocorra, principalmente, pelas ferramentas de inteligência artificial para auxílio nas traduções. As temáticas instigantes dos textos da revista geram interesse, e as atuais tecnologias facilitam o acesso à informação.

Pensando na manutenção de uma coerência editorial, a revista passou também pela reformulação de seu escopo, como citado anteriormente. O escopo da revista foi direcionado pela área de concentração do PPGH/UFFS, que é "Fronteiras, migrações e sociedades". Fronteira é o eixo estruturante, articulador e propositivo. As categorias

"migrações" e "sociedades" são aplicadas para pensar e repensar fronteiras: políticas, econômicas, sociais e/ou ambientais.

A revista continuou a publicar artigos originais, entrevistas, traduções e resenhas na área de História, objetivando divulgar os resultados de pesquisas histórica, assim como entrevistas e traduções, quando apresentadas, previamente avaliadas pela editoria da revista. Os temas dos dossiês serão propostos pela editoria, que procede convite para organização, ou por sugestão dos docentes do PPGH/UFFS e/ ou dos associados/as, que também atuam na organização do dossiê, mediante chamada *on-line*. Para organizarem os dossiês, são convidados doutores, normalmente mais de um, de diferentes instituições do Brasil e do exterior, visando à diversificação de regiões e à amplificação dos olhares para as dadas temáticas.

Com a estabilidade no portal OJS, nova meta foi traçada, no ano de 2018, com o levantamento de adequações para que pudessem atender aos indexadores. Os indexadores têm por função armazenar, disseminar e divulgar a produção científica, o que efetivamente influencia na melhoria da visibilidade dos periódicos e na qualidade da comunicação científica. Importante ressaltar que cada um possui critérios específicos e que cabe ao editor e/ou à equipe editorial entrar no *site* do indexador para análise dos critérios exigidos e preparar a publicação para atendê-los (UFMG, 2017).

Entre as novas metas traçadas para atender às solicitações dos indexadores, estavam digitalização dos números anteriores, reformação do corpo editorial, mudança na data de publicação e outras exigências. Dessa forma, a revista foi-se enquadrando em padrões nacionais e internacionais de publicação e, em 2023, encontrava-se indexada nas seguintes bases: Diadorim, DOAJ, Google Scholar, Latindex 2.0, Portal de Periódicos Capes, Redalyc, REDIB, Scopus e Sumários.org.

A digitalização dos números anteriores da revista iniciou em 2018. Além da digitalização, foi realizado um trabalho hercúleo de busca dos números impressos. No acervo da Anpuh-SC, faltavam alguns números e diversos colegas historiadores se engajaram para realizar essa tarefa a fim de termos acesso a todos os números da *Fronteiras*. Após um ano de movimentação, finalizamos o trabalho. Atualmente, contamos

com todos os números disponíveis no *site* da revista. Outra inclusão realizada durante esse movimento de traçar melhorias para a revista foi a compra dos DOI (*Digital Object Identifier* ou Identificador de Objeto Digital), um padrão de números e letras que identificam publicações, o qual possibilita a manutenção da singularidade e permanência reconhecida na *web*. Dessa forma, o texto é facilmente localizado e não permite a troca de datas bases.

Recentemente foram publicadas as novas notas dos periódicos pela Capes, através do Qualis/Capes, que é um sistema brasileiro de avaliação de periódicos, mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o qual relaciona e classifica os veículos utilizados para a divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação do tipo *stricto sensu* (mestrado e doutorado), quanto ao âmbito da circulação (local, nacional ou internacional) e à qualidade (A, B, C), por área de avaliação. A revista tinha obtido nota B3 no antigo Qualis. A nota é aplicada para o quadriênio, e atualmente a mais recente é relativa aos anos de 2017 a 2020, no qual a *Fronteiras* recebeu avaliação B1. A equipe editorial da revista entendeu que poderia ter ocorrido algum equívoco, comparativamente a outros periódicos que receberam notas superiores, pois a *Fronteiras* segue as diretrizes e tem o índice H do Google Acadêmico. Sendo assim, entrou-se em consenso que seria importante elaborar e direcionar aos avaliadores um pedido de revisão de nota através do recurso formal. Até o presente momento, não obtivemos resposta. É importante ressaltar que a Área de História reconhece a complexibilidade da avaliação de forma pública, e deixa explícito no documento da Área:

> Um dos principais desafios enfrentados pela Área de História, assim como pelo conjunto das Humanidades, é de encontrar formas adequadas de classificar periódicos para gerar o Qualis Periódico da Área. Parâmetros e métricas adotados por outras grandes áreas, como a classificação a partir do fator de impacto fornecido por um ou mais indexadores, mostra-se pouco adequada e mesmo desastrosa para as Humanidades em geral e para a História em particular, como demonstram todas as projeções já realizadas (Documento de Área 40, 2019).

A revista vem traçando novas metas e caminhando para frequente melhoria, visando sempre à qualidade dos textos publicados e ao atingimento da excelência nas avaliações, reconhecendo seus limites e carências. Dessa forma, vem mantendo a periodicidade, compromisso de diferentes gestores que estiveram à frente da revista, apresentados aqui. Foram muitos desafios, porém, igualmente, muitos avanços e conquistas. Tenho participado também do fórum dos periódicos da Anpuh Nacional, que vem encabeçando diversas pautas importantes, como a divulgação das pesquisas na Área de História, ciência aberta, entre outras.

O presente texto já vinha sendo esboçado há alguns anos, havia a pretensão de publicá-lo quando a revista completasse 30 anos. Porém, no ano de 2020, o mundo foi acometido pela pandemia de Covid-19 e outras prioridades surgiram. Naquele contexto, em meio a incertezas e principalmente pelas inseguranças causadas por perdas inenarráveis, entendemos que não era momento para celebrar. Pensando em refletir e debater como a pandemia afetou a educação, a revista publicou, em janeiro de 2021, o número 37, que trouxe o *Dossiê Ensino de História em tempos de pandemia*. Na apresentação, logo no primeiro parágrafo, foram registrados números impactantes das perdas que vivenciamos e marcou-se a revolta com relação aos desgovernos que sofremos:

> Em junho de 2021 enquanto trabalhávamos no referido dossiê, o Brasil ultrapassou a devastadora marca de 540 mil pessoas mortas em decorrência da Covid-19. Um cenário desolador, marcado por ações de uma necropolítica, que causaram sentimentos de muita dor e revolta. [...] De lá pra cá temos somados perdas e indignação, seja pelo negacionismo que pautou a política do governo federal em relação às medidas protetivas ou pela demora na compra das vacinas (Fronteiras: Revista Catarinense de História, 2021, p. 3).

Diante desse panorama, evidenciamos que diversas áreas das ciências humanas buscaram interpretar o momento vivido pela sociedade através de produções acadêmicas, em especial a História. Foi nessa linha que acreditamos na necessidade de historicizar essa experiência,

através dos momentos vividos. Acreditamos que o dossiê teve como função ouvir e narrar as percepções de diferentes sujeitos envoltos no ensino de História em tempos pandêmicos, firmando, também, compromisso social e importante. Utilizamos a *Fronteiras: Revista Catarinense de História* como um espaço que se articula à função social da História e dos historiadores e historiadoras. Mesmo durante a pandemia, conseguimos reunir sete textos que abordaram o tema do dossiê; foi bastante desafiador, pois os próprios pesquisadores não estavam numa redoma, mas, sim, eram afetados cotidianamente com os problemas acarretados pela pandemia, todavia conseguiram de forma admirável reunir forças para escrever os textos. Foram anos duros, com muitas mortes, perdas econômicas, isolamento, desgastes na área da educação, cortes financeiros, crise econômica, entre outros problemas que ainda estamos tentando superar. Num suspiro de esperança, entendemos que o presente texto vem mostrar como a *Fronteiras: Revista Catarinense de História* está auxiliando na divulgação das pesquisas científicas alinhada às tendências mundiais e firmando compromisso com a ciência livre.

No ano de 2022, submetemos um projeto à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), solicitando auxílio para a revista, através da chamada pública Fapesc n. 21/2022 – Programa de Apoio e Incentivo à Consolidação de Periódicos Científicos (Número do contrato: 21/2022 -PER2022281000014). A revista recebeu aprovação e auxílio financeiro para compra de *software*, revisão e editoração da revista. Registro agradecimento à Fapesc pelo apoio.

Encerro meu texto com agradecimento aos idealizadores deste projeto, aos que trabalharam pela concretização e continuidade da revista; agradeço também aos autores, organizadores de dossiê e aos leitores. Meus sinceros obrigada à Franciele Scaglioni da Cruz, bibliotecária da UFFS, que não mede esforços para fornecer a assistência editorial à *Fronteiras* e aos demais periódicos da UFFS. Meu agradecimento também é para Michely Cristina Ribeiro, que presta o serviço de revisão textual e editoração técnica dos textos desde 2020.

Desde 2017, assumi como editora desse periódico e venho tentando seguir o compromisso firmado pelos meus antecessores: de realizar, através da revista, a divulgação do conhecimento científico de forma

gratuita e seguindo os preceitos de publicações com a devida conduta ética. Encerramos o ano de 2023 com mais de 380 artigos inéditos publicados (todos encontram-se disponíveis com acesso público e gratuito). Além dos artigos, temos mais de 80 resenhas disponíveis, além de mais de 40 relatos, entrevistas e traduções. Que venham mais muitos anos e muito outros números da *Fronteiras: Revista Catarinense de História*.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pela bolsa de produtividade (401533/2022-0) e à Fapesc pelo apoio financeiro através do Edital de Chamada Pública Fapesc n. 21/2022 – Programa de Apoio e Incentivo à Consolidação de Periódicos Científicos – *Fronteiras: Revista Catarinense de História* (PER2022281000014).

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Chapecó, n. 37, jan.-jul. 2021. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/issue/view/165 Acesso em: 20 abr. 2023.

APRESENTAÇÃO. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 1, v. 1, 1990. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/issue/view/65 Acesso em: 22 set. 2023.

APRESENTAÇÃO. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, v. 1, 1994. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/issue/view/66 Acesso em: 22 set. 2023.

CARTA-PROGRAMA da gestão 2010-2012. *Anpuh-SC*. Florianópolis, jun. 2010. Disponível em: https://www.sc.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1697 Acesso em: 25 set. 2023.

CUETO, Marcos; CERQUEIRA, R. C. Os desafios das revistas científicas de história. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, n. 29, v. 1, p. 7-12, 2022.

DOCUMENTO DE ÁREA 40: História Coordenador da Área. Coordenador: Claudio Henrique de Moraes Batalha, Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Ricardo de Aguiar Pacheco e Coordenadora de Programas Profissionais: Cristiani Bereta da Silva. Publicado em 13/08/2019. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/historia Acesso em: 10 mar. 2023.

EDITORIAL. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 6, v. 1, 1999. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/issue/view/61 Acesso em: 25 set. 2023.

FÁVERI, Marlene de. Editorial. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Chapecó, n. 13, 2005. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/issue/view/56/13.ed Acesso em: 20 mar. 2023.

FÓRUM DE EDITORES DE PERIÓDICOS DA Anpuh-BRASIL. Por uma política de valorização das Revistas acadêmicas na área de História. *Zenodo*, 1 fev. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.5940716 Acesso em: 8 fev. 2022.

GINZBURG, Carlo. *Fronteiras: Revista Catarinense de história*, Florianópolis, n. 7, 1999. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/issue/view/61/7.ed Acesso em: 10 maio 2023.

PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFFS. *Apresentação*. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/pesquisa/portal-de-periodicos-da-uffs/apresentacao Acesso em: 25 set. 2015.

UFMG. *Notícias* – o que são indexadores? 1 dez. 2017. Disponível em: https://www.ufmg.br/periodicos/voce-sabe-o-que-sao-indexadores-para-os-periodicos-cientificos-a-gente-te-conta/ Acesso em: 20 maio 2023.

WESTPHALEN, Cecilia Maria. A Contribuição da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, para o conhecimento e divulgação dos arquivos brasileiros. *Ágora*: arquivologia em debate, Florianópolis, n. 6, p. 45-50, 1994.

PARTE II





Capítulo 4



HISTORIOGRAFIA DO VALE DO ITAJAÍ: UNIVERSIDADES E MUTAÇÕES POSSÍVEIS NAS PRÁTICAS DO OFÍCIO

Cristina Ferreira

A análise histórica é a prática de um ofício, e de um ofício das mais altas exigências intelectuais, que requer um conjunto de conhecimentos especializados e o domínio das teorias, dos conceitos, dos métodos e das técnicas, quase sempre provenientes das outras ciências sociais. É um ofício que supõe, portanto, processos de formação acadêmica que não podem ser suplantados pela atividade militante nem por uma atitude improvisada e aficionada - a do *amateur*, a do erudito local (Silva, 2015).

1
Introdução

As historiadoras e os historiadores, ao unir gestos e lugares na análise histórica, utilizam operações dotadas de especificidades e requisitos próprios, com destaque à atenção direcionada ao tempo e ao espaço, a uma documentação específica e às épocas históricas, constitutivas de momentos singulares da existência das sociedades. A epígrafe sublinha elementos imprescindíveis da formação acadêmica em História, justamente para enfatizar uma premissa importante: o domínio dos métodos de ofício é fundamental para a investigação das peculiaridades entre história e memória, interligadas mediante uma relação íntima e viva com o passado, em suas múltiplas formas de representação das temporalidades. Tais aspectos do conhecimento histórico estão entrelaçados à compreensão do discurso historiográfico crítico em suas narrativas e ao cuidadoso trabalho de arquivo, sistematizado "em texto folheado do qual uma metade, contínua, se apoia sobre a outra, disseminada, e assim se dá o poder de dizer o que a outra significa sem o saber" (Certeau, 2000, p. 101). Isso significa que o estudo minucioso das abordagens dos historiadores se funde à linguagem, traduzida em escrita, no afã de comprovar o discurso e gerar um efeito de real para a legitimação do saber, concretizada mediante procedimentos de análise histórica na prática do ofício.

No âmbito do lugar social da produção historiográfica de Santa Catarina e, por natureza, da região do Vale do Itajaí, torna-se indispensável exaltar a função específica das universidades como instituições fundamentais para a guinada das narrativas de cunho essencialmente político, administrativo e militar, predominantes na cultura histórica catarinense, em direção às investigações históricas pautadas em um trabalho incessante de pesquisa, que fundamenta as análises do conhecimento histórico profissional. Logo, é inegável a importância da consolidação dos cursos de graduação e pós-graduação em História no estado de Santa Catarina, responsáveis pelo impulsionamento de

uma historiografia configurada pela dimensão crítica nas análises historiográficas entre a história e a memória, contribuindo para levar adiante o combate às "falsas ideias sobre o passado que limitam nossas esperanças coletivas de futuro" (Guldi, 2018, p. 23), além de promover mutações na escrita da História e nas práticas do ofício.

Sobre os lugares sociais da produção do conhecimento histórico, a pluralidade de procedimentos, funções sociais e convicções fundamentais do historiador, além da importância da singularidade de cada análise realizada por historiadores, consultar Certeau (2000). Acerca da contribuição de outras instituições na produção historiográfica sobre a História e Memória de Santa Catarina, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e instituições culturais de preservação documental, consultar Carola, Silva e Wolff (2011, p. 303-320).

Ao contrário de estagnado ou linear, o tempo histórico se configura na confluência entre as temporalidades, comportando sua própria história de produção e imbricado às diversas relações entrelaçadas entre o historiador e seus pares (Chartier, 2014). E, nas universidades, os historiadores e pensadores das áreas das Humanidades lidam com a identificação das regularidades e capturam as descontinuidades, atualizam as fendas e as rupturas, exercitando constantemente a "mudança na história e em história" (Hartog, 2017). Justamente nessa concepção, a pesquisa histórica configura-se com métodos específicos, voltados à compreensão das dimensões temporais, sustentada por concepções teórico-metodológicas que negam a existência de um passado estagnado e concebem o tempo como capaz de reelaborar e reconstituir sentidos em constante movimento. As análises críticas e os exercícios de produção de um conhecimento histórico regido por operações controladas por uma comunidade científica estimularam uma efervescência na pesquisa histórica, materializada em formato de monografias, dissertações e teses. Essa intensa produção acadêmica estava imbuída de uma representação histórica do passado, articulada a um lugar social e a uma prática científica, tornando-se um divisor de águas entre a escrita histórica de cunho memorialista e a historiografia que problematiza o passado, comprometida com o impacto das

lutas culturais, políticas e simbólicas na constituição do campo da historiografia.

Por natureza, as universidades se constituem em lugar social privilegiado para a formação de historiadores comprometidos com o ofício e, por força de argumentação, neste capítulo, a análise historiográfica está, direta e incondicionalmente, vinculada a duas instituições de ensino superior específicas: 1) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com seu programa de Pós-Graduação em História (Gonçalves, 2006; Silva; Wolff, 2011) e linhas de pesquisa articuladas em torno da discussão e problematização da História de Santa Catarina; 2) Universidade Regional de Blumenau (FURB) e seu curso de graduação em História, que também contribuiu para a execução de pesquisas históricas sobre o Vale do Itajaí. Para fins de especificidades e procedimentos de seleção, a linha demarcatória das escolhas aqui direcionadas circunscreve-se, exclusivamente, aos trabalhos de pesquisas elaborados por professores universitários e graduados ou pós-graduados na área de História nas universidades de Santa Catarina mencionadas. Alerto com veemência que se trata de uma proposta inicial para debatermos a historiografia do Vale do Itajaí, em conjunto com os pares que estudam a temática; portanto, estou muito distante da pretensão de fazer jus à imensa quantidade de trabalhos vinculados às instituições universitárias, brasileiras e internacionais, que contribuíram decisivamente para a formação de inúmeros profissionais da área de História em Santa Catarina, com pesquisas dedicadas à região em suas mais diversas abordagens e métodos de pesquisa. A divisão geopolítica da região do Vale do Itajaí comporta quatro mesorregiões: Itajaí, Ituporanga, Rio do Sul e Blumenau. Para fins de seleção na composição deste capítulo, considerei, especificamente, apenas a mesorregião de Blumenau e Rio do Sul para discussão sobre a historiografia do Vale do Itajaí.

A despeito das diferenças de tratamento metodológico, na maioria dos trabalhos historiográficos sobre o Vale do Itajaí vinculados às universidades de Santa Catarina, prevalece uma linha interpretativa voltada à crítica das abordagens por vezes já sedimentadas pela cultura histórica memorialista, ávida por definir versões narrativas

limitadas às transcrições de documentos e regidas sob a concepção linear e progressiva de tempo, resultando em proposições que reafirmavam uma história com características identitárias unificadas e hegemônicas em relação ao Vale do Itajaí, pautada na exaltação da contribuição europeia e estrangeira ao desenvolvimento regional. Dada a importância crucial em discutir as repercussões e os desdobramentos da historiografia iniciada sob os pressupostos da formação universitária em História, e diante da impossibilidade para reunir/citar todos os trabalhos acadêmicos relevantes sobre a História do Vale do Itajaí sob o critério da profissionalização de historiadoras e historiadores, agrupei os argumentos para análise histórica em quatro seções temáticas: 1) história econômica e demográfica das instituições; 2) imigração europeia e culturas transnacionais; 3) memória(s) na simbologia das festas e diversidade étnico-cultural; 4) culturas políticas, mundos do trabalho e História Ambiental na História do Tempo Presente.

2
Entre a história econômica e a demografia: instituições em pauta

No âmbito da formação acadêmica, a criação do Mestrado em História na UFSC (1975) possibilitou o desenvolvimento de pesquisas sobre a história catarinense e suas regiões, inicialmente concentradas em cinco áreas: "história das instituições, história econômica, história demográfica, história política e, de forma mais específica, história da educação" (Gonçalves, 2006, p. 40). Foi sob essa rubrica temática que a região do Vale do Itajaí recebeu seus primeiros trabalhos dissertativos produzidos por historiadores.

Anselmo Antônio Hillesheim (1979) mobilizou relatórios financeiros e demográficos da colônia Blumenau, a fim de investigar a ampliação do mercado interno, a circulação de produtos fomentados pela chegada de novos imigrantes e os investimentos imperiais, como a construção de estradas que otimizariam os trajetos e o comércio. Em

perspectiva semelhante, Luiz Vendelino Colombi (1979) explorou o ambiente econômico de Blumenau por meio da investigação sobre a criação e o desenvolvimento da empresa Gebrüder Hering, depois conhecida como Cia. Hering, a partir do escrutínio de fontes contábeis da empresa. Em 1934, o grande município de Blumenau deu origem a 38 novos municípios na região do Vale do Itajaí.

Igualmente sobre as indústrias têxteis e sua trajetória, a historiadora Maria Luiza Renaux Hering (professora da Universidade Regional de Blumenau no período de 1988 a 2008), em sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), transformada no livro *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*, se debruçou sobre o desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí entre o período de 1880 a 1945, analisando o caso da Indústria Têxtil Companhia Hering, de Blumenau e a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, de Brusque. Com base na história econômica e nas teorias de Joseph Schumpeter, que concebia o "empreendedor" como agente de inovação por conta da implementação de novos produtos e serviços na ordem econômica, a historiadora argumentou que a economia local no início foi marcada pela pequena e média empresa voltada ao mercado interno, justificando que essa era uma característica oriunda da dinâmica da colonização alemã e do isolamento econômico de Santa Catarina (Hering, 1987).

Sob outro ponto de vista temático estava a dissertação intitulada *Os clubes de caça e tiro em Blumenau*, de Sueli Maria Vanzuita Petry, defendida em 1979 e, posteriormente publicada em formato de livro (1982). A pesquisadora explorou as sociabilidades de alemães e teuto-brasileiros nos *Schützenvereine*, sociedades voltadas às práticas de tiro ao alvo. Sua pesquisa se diferenciava por ter explorado não apenas as fontes produzidas pelas instâncias oficiais, mobilizando técnicas da história oral e incorporando, à pesquisa historiográfica sobre o Vale do Itajaí, métodos e fontes que também consideravam os elementos da memória como componentes históricos. Essa experiência motivou a historiadora a trabalhar na organização técnica do acervo documental do Arquivo Histórico de Blumenau na área da arquivística e, na continuidade, a assumir importante função na

direção editorial da revista *Blumenau em Cadernos* (conferir Schmitt (2011) e Silva (2008) para saber mais sobre a revista), editada ininterruptamente desde 1957 até os dias atuais. A imensa contribuição à História do Vale do Itajaí impressa nas páginas da revista vai muito além das publicações documentais e textos literários, memorialistas e entusiastas do passado, pois conta com uma série de artigos de historiadores especializados e profissionais da História envolvidos com as temáticas concernentes à história do Vale do Itajaí, oportunizando uma série de pesquisas futuras a partir das fontes documentais e outros importantes dados históricos ainda pouco explorados pela historiografia catarinense. Destaco o número comemorativo dos 50 anos, contendo textos dos seguintes historiadores: Sueli Petry, Maria Luiza Renaux, Méri Frotscher, Ricardo Machado e Cristina Ferreira (Blumenau em Cadernos, 2007).

3

Imigração europeia e culturas transnacionais: historiografia(s) que recusa(m) a exaltação

No conjunto das produções escritas sobre a temática da imigração até 1980, prevaleceram, de modo persistente, as abordagens denominadas laudatórias, que destacavam aspectos positivos sobre a prosperidade, a capacidade notável para enfrentar adversidades, exaltando uma espécie de vocação inata dos europeus para o campesinato e a industrialização e supervalorizando o aspecto vitorioso do processo de ocupação no Vale do Itajaí. Um número expressivo de memorialistas, geralmente pesquisadores com laços familiares ou representantes de sua terra natal, já se dedicou ao estudo da imigração, pautando-se bem pouco na análise de fontes documentais ou problematização de processos históricos e muito mais na atividade de transcrição e cópia de documentos. Tudo isso sem contar o estilo narrativo, eivado de uma carga simbólica voltada à exaltação ao passado, com efetiva recorrência à memória histórica.

O propósito desses trabalhos de memória vinculava-se à ordenação de fatos históricos voltados à solidificação do passado por meio da construção de especificidades locais, legitimando assim uma memória histórica de cunho oficial, sustentada por grandes personagens e registros históricos gloriosos. Predominava, nesse processo de elaboração de memórias sobre a imigração, a construção de uma imagem de harmonia entre europeus, compondo certa homogeneidade na constituição de Blumenau e municípios ainda hoje vinculados entre si por raízes históricas e geopolíticas em comum.

Para contrapor tais abordagens, a partir da década de 1990, algumas dissertações e teses vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC começaram a analisar a imigração do ponto de vista da problematização das identidades culturais europeias no Vale do Itajaí, considerando especificamente a contraposição às abordagens generalizantes e laudatórias, com ênfase na crítica ao forte senso nacionalista e de superioridade promovido pela imigração alemã em Santa Catarina. Nessa perspectiva, Méri Frotscher (1998) discutiu a questão da etnicidade e do labor, problematizando o conceito de "trabalho" e sua centralidade como elemento fundante da colonização no Vale do Itajaí e justificativa para o desenvolvimento da região de Blumenau. Giralda Seyferth, historiadora (UFSC) e antropóloga vinculada ao Museu Nacional (RJ), demonstrou, em sua vasta produção acadêmica, a diversidade no heterogêneo cenário da imigração alemã no Brasil e a criação do espaço geográfico, político e social denominado colônia, mediante a identificação dos imigrantes como "colonos", discutindo a identidade étnica, a exemplo de: Seyferth (1994, p. 11-40); Seyferth (2004). Mediante configuração teórico-metodológica semelhante, analisei (Ferreira, 1998) os conflitos políticos e culturais entre luso e teuto-brasileiros, explicitando como a construção da cidadania brasileira forjou-se nos embates interétnicos, mediante a opção dos teuto-brasileiros em cultivar o pangermanismo para promover o insulamento da cultura germânica, por meio da manutenção da língua e dos costumes herdados de seus antepassados, materializados culturalmente nos órgãos de imprensa e na literatura em língua alemã produzida no Vale do Itajaí no século XIX. Sugiro conferir outras

possibilidades analíticas sobre a temática em: Oliveira (2009); Nicoceli (2009); Deschamps (2015); Nicoceli (2009); Oliveira (2009).

Mas, para além dessas perspectivas historiográficas iniciais, André Voigt considerou fundamental problematizar e analisar o próprio sentido atribuído ao teuto-brasileiro, sob o argumento de que a operacionalização desse conceito reiterava a "preocupação política em manter o Brasil como um Estado democrático consensual, no qual é reconhecida a identidade de cada grupo, mas não sua capacidade política" (Voigt, 2008, p. 191). Além disso, no âmbito dos debates sobre a organização do espaço de Blumenau em fins do século XIX e início do século XX, Ricardo Machado (2006) demonstrou como a questão da propriedade e o investimento na mobilidade dos indivíduos modificaram a ordem urbana e geraram conflitantes perspectivas em torno da racionalização desses elementos via legislação. Ambos os historiadores também organizaram uma coletânea (Machado; Voigt, 2012) para discutir a noção de região como uma construção discursiva e mobilizando esforços para a discussão dos limites e das possibilidades do conceito de "identidade regional".

No tocante às relações da imigração com a educação e a religiosidade, Norberto Dallabrida (1993) analisou o catolicismo romanizado nos núcleos de colonização italiana de Blumenau, por meio da constituição das primeiras capelas e organizações leigas, introdução da congregação franciscana e nas relações de conflitos entre clérigos e fiéis em âmbitos social, econômico, religioso e pedagógico (vale conferir a biografia do mestre-escola Giovanni Trentini, escrita por Norberto Dallabrida, em 2021). Nesse sentido, Gabriel Dalmolin (2020) também contribuiu para esse debate em seu estudo sobre a "Sociedade da Capela", extrapolando a exclusividade de imigrantes de fala italiana, com destaque para as diferenças e as semelhanças na convivência entre indígenas, luso-brasileiros e poloneses. Explorou as relações de conflito e solidariedade entre o clero franciscano (germânico) e os fiéis católicos (italianos) pertencentes a diferentes grupos sociais, regidos pela reciprocidade assimétrica, discutindo o sistema de desigualdades na interação entre clérigos e fiéis, protagonistas das ações de transformação que reafirmavam a equidade de uma relação de intercâmbio entre pessoas desiguais. Para outras

contribuições ao debate sobre a imigração italiana, consultar: Dalmolin (2021) – Traduzido para o italiano como "Legami Transoceanici", em 2022; Girardi e Dalmolin (2022).

No caso das relações entre imigração, educação e luteranismo, ressalto a contribuição de João Klug (2017), que estudou a atuação do Pastor Aldinger junto à região de Hansa Hammonia (atuais municípios de Ibirama, Presidente Getúlio, Dona Emma, Witmarsun, José Boiteux e Vitor Meireles), utilizando como fio condutor a atuação do pastor luterano junto à comunidade escolar, além de sua contribuição literária na redação do jornal *Der Hansabote*.

Para demarcar a mudança progressiva de significados das questões voltadas à análise sobre deslocamentos e migrações transnacionais, destaco a coletânea *Travessias oitocentistas: relatos de viagem, temporalidades e imigração no Brasil* (Ferreira; Furtado, 2022), com o objetivo de discutir sobre viagens e viajantes, projetos colonizadores e processos de e/imigrações para o Brasil monárquico, partindo da região Sul, porém sem isolar suas Províncias de todo o conjunto do Império, tanto nas avalições e registros sobre esses movimentos históricos que emergiram, sobretudo no oitocentos, quanto nas leituras sobre eles feitas no século XX. Para demarcar *la desmistificacion* dos mitos fundantes, no capítulo "A personificação de uma Colônia e as origens de um mito: Hermann Blumenau entre viagens e projetos para o sul do Brasil", problematizei a gênese da mitificação de Hermann Blumenau na composição da Colônia particular estabelecida no Vale do Itajaí, em um exercício de micro-história, que discute as peculiaridades locais para ressaltar as diferenças entre o particular (Vale do Itajaí) e o geral (Brasil) nos estudos sobre as trajetórias e a imigração no Brasil (Ferreira, 2022, p. 21-59). André Furtado (2022, p. 85-110), em "Miragens de uma cronologia insular: a Colônia oitocentista de Blumenau segundo a renovação historiográfica do novecentos", avaliou o peso do empreendimento editorial liderado por Sérgio Buarque de Holanda (Coleção História Geral da Civilização Brasileira) e da interpretação de Carlos Henrique Oberacker Júnior, para configurar um certo olhar sobre o papel da imigração alemã para o Brasil na emergência de uma classe média e no fim da escravidão, mudando as estruturas do Império. Evander

Ruthieri da Silva (2022, p. 61-84), no texto "A sensibilidade de Johann Jakob von Tschudi: território e paisagem social nas colônias Dona Francisca e Blumenau (décadas de 1850-1860)", analisou os escritos do naturalista suíço a respeito do Brasil Meridional, atentando para o conjunto das idealizações de matriz romântica em sua avaliação da fauna e da flora, das sociedades, de seus conflitos e, entre outros aspectos, das condições de trabalho em princípio livre nos projetos colonizadores. Méri Frotscher (2022, p. 111-132), no capítulo denominado "Entre liberdade e constrição: o diário do e/imigrante Paul Schwarzer (Brieg – Colônia Brusque, 1862-1864)", investigou os trajetos desse jovem que, sozinho, deixou o reino da Prússia em direção à monarquia tropical – embora o Chile também estivesse no seu horizonte de possibilidades –, e conferiu particular atenção aos momentos biográficos decisivos nesses percursos, os percalços que enfrentou e como suas ações confluíram para fixar um plano pessoal enquanto emergia um projeto familiar. Karen Macknow Lisboa (2022, p. 179-210), no texto "'É muito belo um país estranho / Mas nunca se tornará uma pátria': três mulheres em movimento entre a Alemanha e o Brasil (1880-1900)", comparou testemunhos femininos sobre a e/imigração, a partir dos escritos das alemãs Therese Stutzer (1841-1916), Ina von Binzer (1855-1929) e Emilie Heinrichs (1823-1901) em cartas, livros, publicações póstumas, entre outros registros. No emaranhado dessas configurações em trânsito entre o particular e o geral, numa circularidade incessante dos indivíduos às sociedades, as abordagens historiográficas do livro discutiram de modo geral as historicidades de mitificações de personagens e documentações, na multiplicidade de seus significados. Para contrapor a história geral da imigração europeia oitocentista, segundo o prefácio de Giovanni Levi (2022, p. 8), a coletânea tornou-se um "importante ponto de inflexão", para além das análises descritivas e quantitativas que normalmente vigoravam nos estudos sobre essa temática, apontando "novas perspectivas metodológicas" no debate sobre a contribuição alemã na forja da Nação brasileira.

Todavia, as historiografias de Santa Catarina e do Vale do Itajaí ainda precisam trilhar um longo caminho para formular novas pesquisas nessa área, tendo em vista que o desafio de estudar o processo

imigratório sob a égide do questionamento engendra a substituição de um contexto unificado, unilateral e homogêneo por um "contexto folheado", feito de uma série de contextos organizados de modo diferente, tendo em vista que os "atores sociais do passado viviam, simultaneamente, em vários mundos de significações e de ações" (Revel, 2009, p. 136). A partir de um percurso analítico mais atento e crítico sobre a História das imigrações, capaz de esquadrinhar concepções e visões de mundo que englobem não apenas ações individuais ou cristalizadas pela memória como prioritárias, talvez possamos exorcizar os fantasmas dos nacionalismos radicais e combater veementemente os discursos de superioridade cultural e racial no Brasil e no mundo, o que implica, quiçá, implementarmos em grande escala o respeito à pluralidade de ideias e à tolerância como fundamentos de uma sociedade diversa.

4

Memória(s) ficcionalizada(s) na simbologia das festas e as culturas plurais em foco

Nos desdobramentos das discussões entre a história e a memória, também constam as pesquisas voltadas às análises da simbologia das festas ligadas ao setor turístico e às invenções de tradições e costumes culturais. Destaco o trabalho de Maria Bernardete Ramos Flores (1997) questionando as ações específicas empreendidas em torno das comemorações da Oktoberfest, com especial atenção às peculiaridades da festa de chope como produtora de tradições e como espetáculo para a encenação de uma configuração cultural unificada em torno dos descendentes germânicos, maquiando costumes e vendendo a cultura como imagem de uma cidade ficcionalizada. Mais detalhes, consultar Flores e Wolff (1994).

Sob a perspectiva da análise de grupos históricos diversos na historiografia do Vale, justamente em uma ocasião comemorativa ao sesquicentenário de Blumenau, publicamos a coletânea *Visões do Vale:*

perspectivas historiográficas recentes, organizada por Cristina Ferreira e Méri Frotscher (2000), visando problematizar os usos do passado na região na festa comemorativa do aniversário de Blumenau. A discussão sobre os silenciamentos e o estranhamento mediante o dito e o escrito, somada ao questionamento de exclusões e vazios, coloca em função social os historiadores comprometidos com os pressupostos da história-problema e sua atuação em vários segmentos. Exemplo dessa abordagem na coletânea *Visões do Vale* encontra-se no artigo de Cristina S. Wolff, que discutiu os diferentes jogos políticos do cotidiano das mulheres na Colônia Blumenau, enfatizando as relações de poderes das mulheres e suas redes de solidariedade constituídas nos espaços de convivência nas relações diversas com homens e com outras mulheres. O texto está relacionado à sua dissertação de mestrado, pesquisa de grande relevância nos estudos historiográficos sobre gênero em Santa Catarina; confira Wolff (1991)). Rosilene Alves (2000) dedicou-se à discussão sobre as notícias veiculadas nos jornais que circulavam no Vale do Itajaí, apontando representações dos indígenas voltadas às concepções evolucionistas e racistas, mediante discurso pautado na missão de civilização e salvamento da barbárie, sob os pressupostos do ideal de superioridade da raça branca. Marlon J. Salomon e André F. Voigt igualmente criticaram a historiografia que negava e silenciava a relação entre trabalho escravo e a colonização europeia, evidenciando com provas documentais a presença de escravos africanos e descendentes nas colônias alemãs no Vale do Itajaí, demarcando a inclusão da escravidão na historiografia que recusava relacionar imigração estrangeira e escravidão. Rute Coelho Zendron introduziu o tema do anarquismo em Blumenau, ao mencionar a presença do anarquista italiano Giovanni Rossi e sua atuação em Rio dos Cedros, relacionando as representações da imprensa também com a notícia de expulsão da cidade de dois operários alemães acusados de liderar uma greve na Empresa Industrial Garcia. Também a temática dos movimentos sociais e greves de trabalhadores em Brusque foi abordada por Marlus Niebuhr (1999), estudando os conflitos entre capital e trabalho, detalhando o cotidiano dos operários, suas estratégias e lutas de sobrevivência dentro e fora da fábrica. *Visões do Vale*

como coletânea demonstrou a importância do estudo de sujeitos históricos que permaneceram na invisibilidade e muitas vezes estiveram à margem ou mesmo excluídos da historiografia, como indígenas, negros, mulheres, operários, à medida que lhes concebeu como sujeitos do processo histórico, mediante argumentos sólidos e pautados em pesquisa de fontes documentais. Sobre a simbologia do matrimônio nos costumes das mulheres, conferir Ehmke (2003).

Nas abordagens que privilegiam a diversidade cultural e étnica, em seu importante estudo sobre a relação entre imigrantes alemães e Xoklengs no Vale do Itajaí, Luisa Wittmann (2007) dialogou com a experiência Xokleng a partir dos confrontos e da violência enfrentada por eles no universo do choque entre culturas, recompondo a história ameríndia por meio de rastros documentais que demonstraram ações protagonizadas por indígenas sobre sua vida e cultura, para muito além da violência e do silêncio costumeiro das pesquisas históricas. Sobre o povo Laklãnõ/Xokleng, consultar: Alves (2000); Priprá (2021); Rodrigues (2021); Souza (2020).

Embora não tenha citado a integralidade dos trabalhos sobre festividades que ficcionalizavam elementos do passado para gerar discursos figurados nas imagens, símbolos, práticas e atitudes, tampouco todas as pesquisas que abordam sujeitos históricos diversos, enfatizo que a função dos profissionais das Ciências Sociais na busca pela compreensão do real está atrelada à historicidade inerente ao conhecimento histórico e à necessidade incontornável da crítica. Nesse sentido, os dados demonstram claramente a escassa produção historiográfica sobre a temática das culturas plurais, indicando o quanto ainda historiadoras e historiadores precisam se envolver e avançar nos debates em torno da diversidade étnica e da tolerância nas discussões sobre a pluralidade da configuração social na historiografia do Vale do Itajaí.

Cabe, portanto, assumirmos a tarefa de analisar historicamente a genealogia constitutiva e a permanência dos discursos desarticulados da luta pelos Direitos Humanos. Afinal de contas, os usos do passado de modo deturpado impõem uma política cultural com narrativas predominantemente unificadas, promovendo o apagamento de

culturas diversas em favor de uma unidade, formulando uma política cultural que opera uma visão etnocêntrica, fator que por si só nos obriga a discutir de forma científica e histórica a circularidade cultural do Vale do Itajaí, delineando outros tipos de desdobramentos de uma configuração social múltipla e conectada com aspectos locais, nacionais e transnacionais.

5

Culturas políticas, mundos do trabalho e História Ambiental na historiografia do tempo presente

Ao analisar as ações e estratégias discursivas de membros da elite econômica de Blumenau entre 1929 e 1950, Méri Frotscher (2003) discutiu o projeto do governo Vargas para a formulação de uma Nação brasileira de origem lusa, detalhando as ações dos homens de negócio e representantes políticos da cidade para combater o controle político-administrativo e o processo de centralização varguista, voltado ao investimento contra o Vale do Itajaí e sua força regional política. A ação imediata do interventor Aristiliano Ramos foi a publicação de um decreto de emancipação dos distritos de Hammonia, Timbó, Indaial e Gaspar, esfacelando o município de Blumenau e reduzindo-o de 10.375 km2 para 1.650 km2, motivando os governantes locais a criar uma série de manifestações públicas denominada "Movimento por Blumenau Unido", que não obteve êxito em seus objetivos, tamanha a força das ações interventoras contra os regionalismos e favoráveis à centralização cultural para o ideal de Nação brasileira. Inspirada em Norbert Elias para considerar as redes de interdependência na elaboração de estratégias de ação dos indivíduos, como também em Jürgen Habermas para discutir as noções de esfera pública política e esfera privada de produção, realizou uma abordagem inovadora para a historiografia sobre a Campanha de Nacionalização, analisando historicamente as práticas das elites voltadas à preservação de capitais.

Além disso, discutiu o simbolismo das relações entre cultura e política na formulação de identidades e na afirmação de alteridades nas relações de poder entre as diferentes esferas administrativas.

No debate sobre o ímpeto nacionalizador, Luiz Felipe Falcão (2000), com base na noção de "fronteira" de Sergio Buarque de Holanda, estudou a temática da identidade cultural sob a perspectiva do dinamismo e da adaptação em circunstâncias inovadoras, em vez de tomá-la como forma fixa ou rígida em sua demarcação temporal ou espacial. Para tanto, questionou os sentimentos de pertencimento à Nação brasileira, com destaque para o nacionalismo das décadas de 1930 e 1940, explicitando os motivos da adesão de descendentes de alemães e italianos ao integralismo. Seu enfoque central escapou sabiamente da simplificação desses movimentos políticos nacionalistas e, mediante uma análise sistemática das tensões entre o germanismo, o nazismo e o integralismo, ressaltou as diferenças que lhe são inerentes, com explicações e ampla pesquisa documental sobre as especificidades das nuances do movimento integralista, tanto no Vale do Itajaí como em Santa Catarina.

Em um recorte temporal semelhante (1935-1955), Roberto Marcelo Caresia (2002) analisou os anúncios sobre tecnologia e saúde publicados na imprensa de Blumenau e concluiu que demonstravam uma proposta de camuflagem da germanidade, apontando um processo de ruptura cultural pautado no discurso de modernização em uma versão brasileira do *American way of life*. Adotaram-se perspectivas que caracterizavam como "velhos" os discursos voltados ao passado germânico e europeu, em contraposição ao "novo", com alterações na arquitetura e urbanismo, mostrando uma cidade modernizada que deveria abandonar os resquícios do jeito de viver do século XIX, mediante a ênfase no progresso legitimada pelas comemorações do centenário da cidade.

No âmbito do cotidiano da Segunda Guerra Mundial, Marlene de Fáveri (2004) enfrentou ausências, ressentimentos e silenciamentos provocados pelas dores do passado, para discutir os múltiplos desafios de homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, e compreender como vivenciaram a "outra" guerra durante a repressão e o controle rígido das

normatizações sociais nesse período. O Vale do Itajaí e as mulheres receberam atenção especial da historiadora, tanto na ampla pesquisa documental quanto na memória recuperada pela história oral. Com uma narrativa envolvente, fez uma interpretação que ressignificou esse período histórico na historiografia catarinense, utilizando as emoções e sensibilidades para compulsar a trajetória de vida de mulheres que viveram experiências traumáticas e, ao mesmo tempo, suportaram o medo construindo uma rede de solidariedade para o enfrentamento da violência física e psicológica, compondo formas distintas de resistência à intolerância.

Dentre as investigações voltadas às discussões sobre imaginário social, destaco o trabalho de Edison Lucas Fabricio (2019), que analisou a inserção do Partido Comunista em Blumenau e a posterior constituição de um imaginário anticomunista entre 1960 e 1964. Mediante fundamentação teórica em diálogo com Bronislaw Baczko e Pierre Bourdieu, analisou documentação variada, conferindo atenção especial à imprensa como principal arena de combates entre comunistas e anticomunistas. Discutiu o Golpe de Estado de 1964 e a prisão dos membros do Partido Comunista, enfatizando como a luta contra o comunismo foi protagonizada por jornalistas, empresários, sacerdotes e antigos combatentes integralistas, visando legitimar a intervenção militar na consolidação do apoio civil ao governo autoritário implementado no Brasil a partir de 1964.

O processo histórico que englobou o final da chamada "experiência democrática" (1958-1964) e o início da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1968) foi a tônica da investigação que realizei, vinculada ao Núcleo de Pesquisas e Estudos em Movimentos Sociais (Nepemos) e ao Centro de Memória Oral e Pesquisa (Cemope) da Universidade Regional de Blumenau. A ênfase recaiu sobre o modo como os trabalhadores urbanos do segmento têxtil de Blumenau constituíram suas culturas de classe, em relação ao universo da sociabilidade e da política, considerados elementos indissociáveis da dimensão do cotidiano. Problematizei os discursos de uma cidade aparentemente "perfeita", contrapondo a invenção consagrada da história de Blumenau, moldada em torno do empreendedorismo dos donos de

fábrica de origem alemã, e de uma sociedade que se pretendia isenta de conflitos sociais e etnicamente homogênea, provando que a maior parte dos trabalhadores provinha de fora de Blumenau, frequentemente de regiões do estado de Santa Catarina em que a imigração alemã tinha pouco ou nenhum peso. Sob o domínio da História Social da Cultura, analisei as diversas formas de expressão dos trabalhadores: o associativismo, as modalidades de lazer e comemorações, sua inserção na política institucional e a rede de solidariedade nas frestas de liberdade, em uma demonstração evidente de suas ações concretas no cotidiano, mediante a composição de fraturas e a inversão da ordem na rede de disciplinamento fabril (Ferreira, 2015).

Inserida no universo das pesquisas sobre mundos do trabalho e os movimentos sociais no Vale do Itajaí, Ellen Annuseck (2005), que havia iniciado sua pesquisa sobre mulheres na indústria têxtil como bolsista de iniciação científica no curso de História da FURB, discutiu, no Mestrado em História da UFSC, o cotidiano dos operários da Empresa Industrial Garcia, em especial suas formas de lazer e sociabilidade em meio às estratégias de sobrevivências e condições de trabalho, no período de 1940 a 1950, no contexto de sua inserção no processo de desenvolvimento da indústria têxtil regional. Sua pesquisa analisou como os festejos do Centenário de Blumenau (1950) silenciaram a atuação dos trabalhadores que, naquele mesmo ano, em fevereiro, haviam paralisado seus trabalhos em cinco indústrias, destacando-se a Empresa Industrial Garcia, que permaneceu fechada durante quase um mês devido à greve.

No âmbito das pesquisas iniciadas no Nepemos (FURB), Sara Krieger do Amaral (2008) estudou as associações civis de grupos não germânicos e, em sua dissertação de mestrado, analisou o segmento de trabalhadores metalúrgicos durante o período ditatorial, concentrando-se nas experiências que conectavam suas culturas de classe. Pautada em documentação do Arquivo Nacional, estudou o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico realizado em Blumenau (1968), demonstrando que, mesmo diante da repressão política na ditadura, os trabalhadores apresentaram pautas reivindicativas e articulavam

a militância e a luta por direitos em sua vida cotidiana (Amaral, 2016). Para o estudo dos ferroviários e os movimentos sociais, consultar Costa (2016).

Na formulação do campo profissional de conhecimentos históricos que se situam nas análises sobre o Vale do Itajaí, também constam os estudos sobre meio ambiente e sustentabilidade, com ênfase na contribuição da História Ambiental, protagonizada pelo Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí – GPHAVI (FURB). Ao discutir as influências antrópicas ocorridas no Parque das Nascentes e seu entorno pela comunidade da Nova Rússia em Blumenau, articulando seus resultados para a Floresta Atlântica e para as populações humanas da região durante o século XX, Martin S. Garrote, Gilberto F. dos Santos e Vanessa Dambroski (2007) analisaram fontes e coletaram depoimentos orais, identificando exploração de minérios; exploração do potencial hídrico, com os moinhos de farinha e as serrarias; exploração da mata nativa, de madeira de lei, do solo para agricultura, pecuária; reflorestamento com espécies exóticas; caça e pesca como ações que acarretaram o esgotamento e a extinção de alguns dos recursos mais explorados, principalmente entre 1960 e 1980, quando se introduziu a exploração realizada por máquinas, provocando sérios danos à Floresta Atlântica e às comunidades do entorno do parque.

Ao discutirem as diversas atividades de extrativismo (caça, pesca, vegetal e madeireiro) da Mata Atlântica e o uso dessa biodiversidade no século XIX, Santos e Garrote (2022) relatam sobre as diferenças entre a beleza da Mata Atlântica e a erosão das margens do rio Itajaí-açu (baixo vale), mesmo diante da presença da cobertura florestal. Defendem que a riqueza na variedade da flora representava uma diversidade nas propriedades das espécies, como dureza, resistência, facilidade de manuseio da madeira e composição química, que condicionaram seu uso para fins diversos. Os resultados de sua análise, para além de reafirmarem a abundância na biodiversidade no século XIX, alertam para o fato de que a sucessiva exploração da Mata Atlântica colocou sob ameaça de extinção algumas espécies da fauna e da flora, fator suficiente para a mobilização de profissionais voltados à criação de unidades de conservação.

O leque de pesquisas históricas que abordam as problemáticas das culturas políticas e os nacionalismos, mundos do trabalho e sustentabilidade demonstra a riqueza de abordagens na historiografia sobre o Vale do Itajaí. No entanto, alerto que essas temáticas não estão retidas no passado; pelo contrário, são dimensões que também se relacionam com a atualidade de modo muito próximo e, diante do fato de que o tempo presente requer que revisitemos o passado a partir de suas demandas e exigências, na condição de historiadores, precisamos seguir interrogando sobre a relação peculiar entre presente e passado. Considerando que a dimensão do presente confere uma ressignificação ao pretérito, em uma relação de circularidade entre as distintas temporalidades, nas lides diárias dos historiadores no estudo sistemático de imagens e atores do passado, somos responsáveis pela articulação política de uma escrita da histórica vinculada às experiências humanas no tempo.

Todas as áreas da historiografia do Vale do Itajaí abordadas foram gestadas nas universidades e se inscrevem na profissionalização da pesquisa histórica, com o objetivo de discutir e problematizar, com método e ciência, os silêncios e equívocos das leituras factuais das fontes históricas que concebiam o passado como mera progressão para o presente/futuro. As diferentes tipologias de fontes mobilizadas pelas historiadoras e historiadores mencionados demonstraram o quanto a análise histórica é um procedimento relevante para o ofício, tendo em vista que o conhecimento científico da História é elaborado no entrelaçamento entre a fonte e o problema e concebido mediante o acesso a novas documentações, resultando em outras questões à pesquisa ou permitindo repensar antigas abordagens.

Ao reconhecer/caracterizar diferenças e eixos comuns, privilegiando as visões de conjunto para entrelaçar problemas, questões e perspectivas semelhantes, fiz um esforço de análise histórica voltada à atribuição de significados às temáticas elencadas sobre a historiografia do Vale do Itajaí. É certo que a predominância de temas vinculados à imigração indica o quanto ainda precisamos avançar do ponto de vista da diversidade e, muito embora a historiografia já tenha iniciado o processo de inclusão de culturas e sujeitos diversos nas pesquisas

sobre o Vale do Itajaí, ainda precisamos pesquisar muito intensamente, escapando das interpretações que indicam uma lógica harmoniosa nas relações humanas, sob a constante interrogação acerca dos conflitos e das divergências nas práticas político-sociais. Com isso, aumentam nossas expectativas para evitar uma sociedade excludente e pautada em uma versão unilateral, aumentando as perspectivas plurais em torno dos processos de construção cultural em Santa Catarina e no Vale do Itajaí.

6
Considerações finais

Não existe a menor dúvida de que o estudo sistemático da História e das humanidades contribui para a formulação da consciência crítica e possibilita estabelecer nexos entre passado e futuro, função crucial para instrumentalizar pesquisadores à ação diante dos enfrentamentos diários da profissão. Ao afugentar o espectro do curto prazo, em que quase toda a vida humana fica demarcada em escala temporal de poucos meses, a História oferece instrumentos indispensáveis na distinção do verdadeiro e do falso no passado e no presente, submetendo as distintas temporalidades a exame crítico e contribuindo para constantes questionamentos e tensões criativas gestadas na convivência de grupos sociais com perspectivas diferentes.

Voltando ao começo e aos entrelaçamentos entre as questões necessárias à profissionalização de historiadoras e historiadores, para muito além das premissas sobre quem somos, qual nossa vinculação institucional, como escrevemos História e de que maneira concebemos a historiografia catarinense e do Vale do Itajaí, cabe acreditarmos nas possibilidades de transformação pela ação humana, lembrando que nosso futuro depende diretamente de como seremos capazes de modificar constantemente nossas proposições teórico-metodológicas nas universidades, revisitando o passado a partir das demandas e exigências do tempo presente e das constantes mutações nas práticas do ofício.

REFERÊNCIAS

ALVES, Roselane Maria. *Se mostram os bugres*: abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena (1900-1914). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

AMARAL, Sara Krieger do. *Muitos caminhos para a ação*: culturas de classe entre os trabalhadores metalúrgicos de Blumenau (1968-1978). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ANNUSECK, Ellen. *Nos bastidores da festa*: outras histórias, memórias e sociabilidades em um bairro operário de Blumenau (1940-1950). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau, t. XLVIII, n. 11-12, nov./dez. 2007.

CARESIA, Roberto Marcelo. *Ícones da Vida Moderna*: tecnologia e saúde nos anúncios publicitários veiculados em Blumenau (1935-1955). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CAROLA, Renato Carlos; SILVA, Janaine Gomes da; WOLFF, Cristina Scheibe. A historiografia de Santa Catarina: Olhares sobre os últimos 50 anos. *In*: GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 303-320.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014.

COLOMBI, Luiz Vendelino. *Industrialização de Blumenau*: o desenvolvimento da Gebrüder Hering – 1880-1915. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

COSTA, Leandro Lopes. *Culturas de classe dos ferroviários da estrada de ferro Santa Catarina em Blumenau* (1957-1971). 2016. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do campanário*: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açú (1892-1918). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

DALLABRIDA, Norberto. *O mestre-escola*: retalhos da vida de Giovanni Trentini em Rio dos Cedros. Florianópolis: Dois Por Quatro, 2021.

DALMOLIN, Gabriel. *A sociedade da capela*: trabalho, fé e educação no povoado de Rodeio (1883-1904). Blumenau: Edifurb, 2020.

DALMOLIN, Gabriel. *Laços Transoceânicos*: o Pacto de Amizade entre Rodeio/SC e Fornace/TN. Blumenau: 3 de maio, 2021.

DESCHAMPS, Mariana Luiza de Oliveira. *Na trilha das estradas*: a vida cotidiana e o trabalho na Colônia Blumenau (1850-1880). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

EHMKE, Clarice. *O Dia do Sim*: ritos e práticas matrimoniais no Vale do Itajaí (1950-1970). 2003. Monografia (Especialização em História) – Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2003.

FABRICIO, Edison Lucas. *A produção do espectro comunista*: imprensa, política e catolicismo no contexto do golpe de 1964. Curitiba: Appris, 2019.

FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã:* diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Univali, 2000.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC; Itajaí: Univali, 2004.

FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira*: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí. 1998. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história*: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968). 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Meri (org.). *Visões do Vale*: perspectivas historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FERREIRA, Cristina; FURTADO, André (org.). *Travessias oitocentistas*: relatos de viagem, temporalidades e imigração no Brasil. Blumenau, SC: Edifurb, 2022.

FLORES, Maria Bernardete R. *Oktoberfest*: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FLORES, Maria Bernadete; WOLFF, Cristina. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. *In*: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naíra (org.). *Os alemães no sul do Brasil*: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994. p. 11-27.

FROTSCHER, Méri. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade*: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau

(1929-1950). 2003. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e trabalho alemão*: outros usos e outros produtos do labor humano. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

GARROTE, Martin Stabel; SANTOS, Gilberto Friedenreich dos; DAMBROWSKI, Vanessa. A relação entre a comunidade da Nova Rússia e a Floresta Atlântica durante o século XX em Blumenau-SC. *Revista de Estudos Ambientais*, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 39-50, 2007.

GIRARDI, Aline Maria; DALMOLIN, Gabriel. *Viver em comunidade*: o processo de povoamento da paróquia de Santa Maria (Benedito Novo/SC). Rodeio: Autor, 2022.

GONÇALVES, Janice. Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GULDI, Jo. *Manifesto pela História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HERING, Maria Luíza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: FURB, 1987.

HILLESHEIM, Anselmo Antônio. *O crescimento do mercado interno numa colônia do império*: o caso de Blumenau 1850-1880. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

KLUG, J. Da Alemanha para a floresta subtropical brasileira: as propostas do Dr. Paul Aldinger para as colônias alemãs no sul do Brasil. *In*: GERHARDT, M.; NODARI, E. S.; MORETTO, S. P. (ed.). *História ambiental e migrações:* diálogos. São Leopoldo: Oikos, 2017. p. 45-62.

LEVI, Giovanni. Prefácio. *In*: FERREIRA, Cristina; FURTADO, André (org.). *Travessias oitocentistas*: relatos de viagem, temporalidades e imigração no Brasil. Blumenau: Edifurb, 2022. p. 7-12.

MACHADO, Ricardo. De colônia a cidade: propriedade, mobilidade e ordem pública em Blumenau de fins do século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MACHADO, Ricardo; VOIGT, André (org.). *Desterritorializações do Vale*. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2012.

NICOCELI, Vanessa. *O retorno do Colonizador*: representações na memória no translado dos restos mortais de Hermann Blumenau e a construção do Mausoléu Dr. Blumenau. 2009. Monografia (Graduação em História) – Departamento em História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

NIEBUHR, Marlus. *Ecos e Sombras*: memória operária em Brusque-SC na década de 50. Itajaí: Univali, 1999.

OLIVEIRA, Mariana. *A construção da ordem na Colônia de Blumenau*: novas representações e sujeitos para uma antiga Colônia. 2009. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

PETRY, Sueli Maria V. *Os clubes de caça e tiro na região de Blumenau*: 1859-1981. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982.

PRIPRÁ, Walderes Coctá. *Lugares de Acampamento e Memória do Povo Laklãnõ/ Xokleng, Santa Catarina.* Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

REVEL, Jacques. *Preposições*: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

RODRIGUES, Cintia R. "Os senhores da floresta": impressões sobre os indígenas na imprensa de Blumenau/SC. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-11, 2021.

SANTOS, Gilberto Friedenreich dos; GARROTE, Martin Stabel. A Paisagem e o uso da biodiversidade da Mata Atlântica no Vale do Itajaí-açu (Santa Catarina) no século XIX. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 23, n. 88, p. 173-188, 2022.

SCHMITT, Darlan Jevaer. *Blumenau em Cadernos e José Ferreira da Silva*: passado e presente para o Vale do Itajaí – Santa Catarina (1957-1973). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 149-197, dez. 2004.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. *In*: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). *Os alemães no Sul do Brasil*: cultura, etnicidade, história. Canoas: Ulbra, 1994. p. 11-40.

SILVA, Carla Fernanda. *Grafias da luz*: a narrativa visual sobre a cidade na Revista Blumenau em Cadernos. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Renán. *Lugar de dúvida*: sobre a prática da análise histórica – Breviário de inseguranças. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SOUZA, Hiago de. *A relação entre nativos e imigrantes em Hammonia, no Vale do Itajaí do Norte (1899-1914)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

VOIGT, André Fabiano. *A invenção do teuto-brasileiro*. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque*: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC, (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da Colônia Blumenau* – Cotidiano e trabalho (1850-1900). 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

Capítulo 5



OESTE CATARINENSE E A FORMAÇÃO DE HISTORIADORES

Samira Peruchi Moretto
Elison Antonio Paim
Mirian Carbonera

1 Introdução

Os primeiros cursos de graduação em História e áreas afins conectados ao oeste de Santa Catarina foram criados há mais de 30 anos, e existem acadêmicos em número representativo formados em cidades da região, como Chapecó, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Joaçaba, Concórdia, Caçador, Curitibanos, Canoinhas, Mafra, Lages, Porto União, todas no estado de Santa Catarina. As mesmas regiões concentram um número significativo de arquivos, museus, casas de cultura e centros de memória, cujos acervos disponibilizam fontes históricas originais. O ambiente acadêmico vem se desenvolvendo

desde a década de 1970 com a criação de instituições comunitárias e pela realização de eventos interinstitucionais, como o Encontro de Cientistas Sociais, realizado na década de 1990 entre a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc, SC), a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí, (S) e a Universidad Nacional de Misiones (Unam, Argentina). Assim, vislumbra-se que há um comprometimento na formação de profissionais da História para atender a região. Nesse ensejo, e como tema do presente capítulo, registra-se que três instituições tiveram um importante papel na formação de historiadores na região oeste de Santa Catarina: a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

2
A Unochapecó: de Estudos Sociais a História

O curso de História da Unochapecó foi criado em 1973, e sua última turma, em 2013. Foram várias denominações e modalidades de oferta do curso: Licenciatura curta em Estudos Sociais na modalidade regular, licenciatura plena em Estudos Sociais em períodos de férias escolares, licenciatura plena em História em modalidade regular, licenciatura em modalidade alternativa (em finais de semana) e licenciatura plena em História pela Plataforma Freire.

Em toda a região oeste de Santa Catarina, o único curso para formação de professores de História durante a década de 1970 foi implantado pela Fundeste, em Chapecó. Os professores formados foram licenciados em História e Geografia, em nível de primeiro grau, e em Educação Moral e Cívica, em nível de segundo grau. O curso de Estudos Sociais da Fundeste teve o seu funcionamento autorizado pelo Conselho Estadual de Educação mediante o Parecer 231/73, tendo sido aprovado em caráter definitivo pelo Conselho Federal de Educação em 26 de junho de 1977. Funcionou inicialmente no período noturno, em regime regular.

Em 1978, foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação a carta-consulta para que os cursos de licenciatura de primeiro grau passassem a funcionar em regime de férias; suas aulas seriam ministradas nos turnos matutino e vespertino, durante os meses de férias escolares – janeiro, fevereiro e julho. A criação dos cursos de férias justificou-se pelo baixo número de professores habilitados nas quatro Unidades de Coordenadorias Regionais de Educação (Ucres) de abrangência da Fundeste. Em História, o total de professores habilitados era de 37, para 26 não-habilitados, enquanto em Geografia eram 19 habilitados, para 43 não habilitados. Em outras áreas de ensino, os números de não habilitados eram maiores; cerca de 44,9% das funções docentes em educação eram exercidas por esses profissionais (Processo de autorização..., 18 set. 1984).

A seguir, foram criados os cursos de licenciatura plena em História e Geografia, em nível de segundo grau. A plenificação era obtida mediante o "acréscimo de créditos" para obtenção da licenciatura plena (Processo de autorização..., 18 set. 1984). Os egressos dos cursos de Estudos Sociais da instituição e de outras congêneres ingressavam sem o concurso de vestibular e cursavam disciplinas referentes a mais quatro módulos, totalizando 960 horas-aula e integralizando um currículo de 2.340 horas – conforme o exigido pelas Resoluções 19/62 e 1/72 do Conselho Federal de Educação.

A Fundeste seguiu os padrões curriculares determinados pelo Conselho Federal de Educação. Havia uma total desvinculação do que foi ensinado da história local. Como exemplo dessa desvinculação com o local ou regional, destaca-se a existência de apenas uma disciplina de 75 horas-aula de História de Santa Catarina, bastante voltada à história política dos governadores e seus feitos. Não existia nenhuma disciplina voltada para a História Local e Regional (Paim, 2005).

Grande número de professoras/es escolheu o curso de História como segunda opção. Por exemplo, no vestibular da Fundeste de 1977, quando se inscreveram para Estudos Sociais 24 candidatos e matricularam-se, devido à escolha em segunda opção, 41 estudantes (Parecer de reconhecimento de Estudos Sociais, 1 jun. 1977). A formação estava comprometida com a manutenção da ordem vigente. Dessa forma,

não havia preocupação em abordar no curso a situação dos indígenas e caboclos da Região Oeste. Destacamos a continuidade de uma História única, homogênea, garantindo assim uma imagem harmônica da sociedade brasileira e chapecoense (Paim, 2005).

Por outro lado, apesar da pressão, do controle, da vigilância, foram desenvolvidas práticas de resistência. Como formas de resistência, eram indicados livros proibidos a alguns alunos; fora do ambiente da sala de aula, propunha-se a leitura de jornais contestadores, encaminhavam-se discussões fora dos muros da faculdade. O curso de Estudos Sociais teve sua duração até meados da década de 1980, quando foram organizados novamente os cursos de História e Geografia, que passaram a funcionar em períodos de férias escolares.

Em 1986, foi organizado um Curso de Especialização em História de Santa Catarina em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os professores que ministraram disciplinas já vinham de uma formação voltada à pesquisa, e incentivavam os estudantes a fazerem o mesmo. Nesse sentido, os professores de História/estudantes da especialização, muitos graduados pela Fundeste, foram instigados a desenvolver pesquisas sobre temas das histórias de seus municípios (Paim, 2005).

Em 1989, foi elaborada uma proposta de criação do curso de História Licenciatura Plena, oferecido à noite, em período regular, assim expresso no documento enviado ao Conselho Estadual de Educação:

> O Curso programado com duração de 08 semestres letivos integralizáveis em 04 anos, terá regime seriado semestral [...], o Currículo pleno terá a duração de 2.775 horas/aula no total. O Estágio supervisionado componente obrigatório do currículo pleno do curso, está caracterizado, destinando-se 150 horas/aula. A distribuição de atividades por semestre letivo encontra-se equilibrada e o currículo proposto está estruturado em perfeita correspondência à natureza do curso e de acordo com as normas em vigor (Parecer n. 123/89, folha 01).

Conforme os estudos de Paim (2005), a matriz curricular apresentava preocupações com algumas temáticas, como História da América

com ênfase em História da América Latina, História de Santa Catarina e Metodologia da Pesquisa Histórica. Evidencia-se nessa versão a preocupação com uma história que procurasse atender demandas locais e regionais, por meio da pesquisa:

> A Proposta curricular apresentada pela FUNDESTE está bastante adequada à natureza do curso a ser implantado. É de se destacar a ênfase dada à Pesquisa Histórica através de trabalho a ser desenvolvido junto ao recém implantado Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina – CEOM/FUNDESTE, com o objetivo de propiciar a desejada articulação 'ensino-pesquisa e conhecimento sistematizado – saber popular' (Relatório da Comissão de Verificação Prévia, 7 abr. 1989, folha 2).

A autorização para o funcionamento do curso foi dada pelo decreto presidencial 98.275, de 11 de outubro de 1989. O início das atividades foi a partir do primeiro semestre de 1990, com objetivo de:

> Habilitar o graduando para atuar no ensino de 1º e 2º graus na área específica; Aprimorar os conhecimentos do alunado na área de concentração oferecida pelo curso; Desenvolver uma atitude investigativa no graduando, para aprimorar-lhe a cultura geral; Atualizar-se com as metodologias e técnicas de disciplinas afins (Relatório de avaliação..., 15 jun. 1993).

Logo após sua implantação e iniciadas as aulas, a coordenação, em conjunto com os estudantes do curso, apresentou e aprovou a matriz curricular no Conselho Superior da Fundeste, em reunião do dia 1 de novembro de 1990, justificando:

> 1o - A grade atual apresenta uma concepção de História dicotomizada entre teoria e prática, transmitindo ao aluno um arranjo desorganizado do conhecimento e do processo de conhecimento histórico; 2o - A grade em vigor apresenta carência de disciplinas que possibilitam uma visão interdisciplinar da ciência histórica com as demais ciências humanas e sociais com as quais possa dialogar e produzir novas fontes de

> pesquisa; 3o - As disciplinas pedagógicas encontram-se colocadas a partir do segundo período momento em que o aluno não dispõe de domínios de conteúdos essenciais para instrumentalizar-se na prática da docência. Entende-se também que no momento atual por que passa a ciência histórica é fundamental que um curso de História privilegie a História Regional (Ata da 26ª..., 1 nov. 1990).

Com a alteração da matriz curricular, ocorreu mudança na disciplina de Metodologia da Pesquisa Histórica, que passou a ser denominada Teoria e Metodologia da Pesquisa Histórica, perfazendo 12 créditos e 180 horas-aula. Foram incluídas as disciplinas Estudos e Preservação dos Bens Culturais, Movimentos Sociais na América Latina, Sociologia, Antropologia Social, Geografia Regional. Metodologia do Ensino da História teve sua carga horária aumentada com o objetivo de alicerçar, teórico-metodologicamente, a prática da docência (Paim, 2005).

Embora fosse um curso de licenciatura, a atitude investigativa colocada nos objetivos do curso foi destacada. Inclusive, várias ementas de disciplinas davam ênfase às pesquisas que seriam desenvolvidas em cada disciplina, culminando com uma monografia ao final do curso. A preocupação com as pesquisas nessa fase do curso (1990 a 1995) foi relativa a temáticas regionais e locais, vinculando as pesquisas com o território onde estavam inseridos os acadêmicos matriculados. A partir desse momento, a pesquisa passou a ser uma constante ao longo do curso de graduação e das várias turmas de especialização em História do Brasil República, Museologia, História Regional, História, Cultura e Poder.

No acervo bibliográfico do CEOM, foi possível elencar alguns temas e o número de pesquisas encontradas, sem distingui-las quanto à graduação ou especialização: mulheres (37); povos indígenas (25); festas (3); italianidades (11); caboclos (9); urbanização/urbanidade (28); igrejas e religiosidades (16); instituições (9); migrações (4); lutas pela terra (10); biografias (12); Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (9); sindicatos/associações (13); Partido dos Trabalhadores (4); colonização (20); patrimônios (11); Guerra do Contestado (3); História da Educação (25); ensino de História (12); violência criminal em Chapecó

(2); tradicionalismo gaúcho (3). Outros temas contam com apenas uma produção: movimento negro em Chapecó; aplicação da Doutrina de Segurança Nacional em Chapecó durante a Ditadura Militar iniciada em 1964; a dança em Blumenau; deslegitimação da prática dentaria; a história do Brasil cantada; federalismo e positivismo na obra "O tempo e o Vento"; a colônia militar de Foz do Iguaçu; representações sobre o oeste catarinense; caminho das tropas em Nonoai (RS); o Território Federal do Iguaçu; controle de qualidade total; cinema e História: o filme "O que é isso companheiro"; identidade e limites; masculinidades oestinas; emancipação política do município de Paial (SC); a Revolução Federalista em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Nesse período, evidenciava-se uma preocupação com atividades formativas não-formais, visando a um currículo mais completo dos acadêmicos. Assim, foram organizadas e desenvolvidas várias atividades extraclasse: palestras, seminários, semanas de estudos e viagens; em 1990, aconteceu o I Encontro de Estudos Históricos. A partir desse momento, tornou-se habitual organizar um encontro semestral, mantido até a VIII edição com esse nome. Porém, cada semana de estudos tinha um tema geral: globalização, regionalização; movimentos sociais; trabalho escravo, indígena e negro; entre outros. Além da participação dos estudantes e professores do curso, havia a presença expressiva da comunidade externa, principalmente dos professores de História das redes estadual e municipal de ensino de Chapecó e de municípios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Paim, 2005).

Entre 1994 e 1999, os professores e acadêmicos do curso de História participaram e apresentaram trabalhos de pesquisa nos "Encontros de Cientistas Sociais" organizados pela Unam, Unoesc e Unijuí. Além disso, eram organizadas viagens de estudo , quase todas as turmas foram a Sete Povos das Missões. Em 1992, foi organizada uma viagem às Ruínas de San Ignácio, na Argentina. Foram organizadas diversas viagens de estudo a assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Houve também preocupação com a formação continuada de professores das redes estadual e municipal de ensino. Para tanto, foram oferecidos vários cursos para professores de História e professores dos

anos iniciais do Ensino Fundamental, voltados quase exclusivamente para o ensino da história local e regional.

Com a crescente diminuição do número de inscritos para os vestibulares, a troca de curso e as desistências, foi sendo pequeno o número de formados em cada ano. Nas atas do colegiado de curso, encontram-se vários motivos apresentados como responsáveis pelo esvaziamento. Entre eles, a crise econômica brasileira na década de 1990, a qual afetava principalmente os estudantes de licenciaturas e, no caso da Unoesc, o de História era considerado o mais atingido.

Com a ameaça de fechamento do curso e demissão dos professores, iniciaram-se estudos e pesquisas buscando novas modalidades educacionais para o curso. O maior público interessado em cursar História, na época, era composto por profissionais liberais, secretárias, donas de casa, representantes comerciais, agricultores, professores de anos iniciais das redes estadual e municipal de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Foi elaborado um projeto para o curso de História funcionar em regime especial, com uma metodologia diferenciada, a qual buscava combinar o ensino presencial com a orientação a distância, denominada modalidade alternativa. Para que o curso de História em modalidade alternativa acontecesse foram necessárias muitas reuniões com a direção do *campus*, reitoria, Conselho Universitário e convencimento corpo a corpo dos professores membros do próprio curso. Praticamente todos alegavam a ilegalidade do curso. Depois de muitas lutas, o curso foi aprovado internamente. Foi encaminhado, então, o projeto para o Conselho Estadual de Educação (CEE) (Paim, 2005).

O curso de História na modalidade alternativa possuía carga horária de 2.580 horas-aula, era dividido em oito fases e quatro anos letivos, subdivididos em dois módulos. Segundo Paim (2005), no Módulo I estavam as disciplinas básicas, num total de 60 créditos (900 horas-aula); no Módulo II, as disciplinas específicas do curso, num total de 112 créditos (1.680 horas-aula). Havia um encontro mensal para cada disciplina ministrado na forma de seminário, no qual os estudantes apresentavam ao professor e aos demais colegas seu trabalho, elaborado a distância. As aulas ocorriam durante sextas-feiras e sábados.

Com o vestibular em fevereiro de 1995, 50 matriculados e a implantação do curso, surgiram novos desafios institucionais. Cada final de semana que os estudantes vinham para a universidade, a coordenação do curso precisava procurar em outros cursos a disponibilidade de salas para as aulas, pois não havia salas fixas designadas para o curso. Era necessária uma grande mobilização para que os serviços de tesouraria, biblioteca, xerox, secretaria disponibilizassem funcionários para atender esses estudantes. Foi difícil para que os funcionários, a direção do *campus* e alguns professores entendessem a dimensão do que estava sendo implementado.

A implantação do curso de História na modalidade alternativa possibilitou um maior acesso de pessoas ao curso, ampliando o número de profissionais na área da educação e suprindo a carência de professores habilitados para o exercício do magistério de 1º e 2º graus. Isso porque essa modalidade semipresencial possibilitou reduzir os gastos com transporte e alimentação (Paim, 2005).

Conforme os estudos de Paim (2005), o curso participou dos Encontros Nacionais da Anpuh em Belo Horizonte, Florianópolis e Rio de Janeiro; dos encontros estaduais da Anpuh; dos encontros de estudantes de História; dos encontros de iniciação científica do sistema Acafe em Blumenau, Joaçaba e Chapecó; dos encontros de cursos de História entre a UFSC e a Unoesc *Campus* Chapecó, com a apresentação de trabalhos de discentes das duas universidades; de semanas de História; de viagens de estudo para os museus e arquivos públicos em Joinville, Florianópolis, Blumenau e Brusque, em Santa Catarina, e ruínas de São Miguel, nos Sete Povos das Missões, Rio Grande do Sul.

Durante o funcionamento do curso de História na modalidade alternativa, ocorreram quatro entradas de acadêmicos. Formaram-se no ano de 1998 35 professores; em 1999, 45; em 2000, 29; em 2001, 27 (Paim, 2005). Publicada a Resolução n. 47 Consepe/99, o curso de História passou a oferecer vestibulares a partir de julho de 1999, anualmente com 50 vagas, em caráter permanente. E para a turma de 1999 o curso passou a ser oferecido em regime regular noturno, entrando em vigor a matriz 141, que prevaleceu com as mesmas

disciplinas propostas pela matriz curricular 136 na modalidade alternativa, com a inclusão da disciplina de Prática de Ensino de História III, para atender a necessidade legal de 300 horas (Paim, 2005).

O curso de História da Unochapecó pautou-se numa proposta de integração entre ensino e pesquisa, em que os profissionais tivessem domínio do instrumental teórico-metodológico para a produção de conhecimento histórico. Buscou-se superar a dicotomia entre ensino e pesquisa desenvolvendo o Estágio Curricular, vinculado às temáticas de pesquisa desenvolvidas pelos estudantes. Dessa forma, o professor não estaria somente transferindo e reproduzindo conhecimento para o estudante da escola, mas construindo, em conjunto, o conhecimento e fazendo-se professor (Paim, 2005).

O estudante deveria realizar trabalho de conclusão de curso (TCC) com temáticas locais ou regionais, deveria "desenvolver uma monografia sobre um tema específico do programa; desenvolver projeto de pesquisa, cujo resultado será apresentado no Seminário de Pesquisa ao final do curso; realizar atividade de pesquisa e extensão voltadas para o interesse da comunidade de origem do acadêmico" (Projeto do curso de História..., 1995, p. 20).

A Prática de Ensino era desenvolvida em três disciplinas, totalizando trezentas horas. Deveria ser vinculada à produção de conhecimento histórico das pesquisas de TCC. Conforme expresso no Manual de Normas e Procedimentos de Estágio do curso de História, em seu artigo 1º:

> O estágio do curso de História aponta para a integração teórico-prática pedagógica, oportunizando ao aluno um momento de confronto entre os estudos teóricos proporcionados pelo curso e a realidade experimentada em sala de aula ou em outra instância de divulgação de estudos históricos. Neste confronto busca-se uma reflexão maior sobre as diferentes possibilidades de ação pedagógica e um estímulo, para a investigação técnica-científica no campo histórico.

Conforme Paim (2005), na disciplina de Prática de Ensino de História I, apresentavam-se as diversas perspectivas teórico-metodológicas do

ensino de História expressas nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Propostas Curriculares. Também nesse período os acadêmicos recebiam orientações para realizarem o Estágio de Observação. Na sequência, acontecia um seminário de socialização e debate do observado com a produção de um relatório.

Na disciplina de Prática de Ensino de História II, eram apresentadas aos discentes várias experiências de ensino como o uso de músicas, fotografias, etc. Os acadêmicos construíam os Projetos de Estágio. O estágio estava preocupado em demonstrar a viabilidade de um ensino diversificado, saindo dos conteúdos tradicionais, procurando romper com a perspectiva tecnicista e conservadora, na qual a transmissão e a produção de conhecimento são dissociadas (Paim, 2005).

Na Prática de Ensino de História III, os acadêmicos realizavam o estágio de docência em escolas com, no mínimo, 12 horas-aula ou na forma de curso extensão com, no mínimo, 20 horas-aula. O professor orientador realizava o acompanhamento das atividades de preparo e docência do acadêmico.

Concluído o estágio de regência, o(a) acadêmico(a) deveria produzir um relatório de estágio explicitando detalhadamente todas as atividades desenvolvidas, a avaliação dessas atividades, bem como, em anexo, cópia de todo o material utilizado e produzido durante as atividades. Para conclusão das atividades, era organizado um seminário, quando todos os acadêmicos expunham como foi executado o seu estágio e realizavam a análise da experiência vivida (Paim, 2005).

Quando novamente o curso passava por grandes dificuldades em sua manutenção, o governo federal criou um programa especial para formação de professores chamado Plataforma Paulo Freire (Parfor), em que repassava recursos para as universidades privadas e comunitárias custearem seus cursos. A Unochapecó abriu e formou uma turma nessa modalidade entre 2010 e 2014. Assim, desde a década de 1990, quando foi implantado o Curso de Licenciatura Plena em História, foram formados 410 profissionais.

Além da formação de historiadores, a Unochapecó abarcou um programa de preservação da memória regional com a criação do CEOM, como veremos a seguir.

3

O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó) e as diferentes perspectivas na formação profissional

O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) iniciou suas atividades em 1986, sendo sua criação oficial datada de 16 de julho de 1987, pela portaria n. 15/CES/Fundeste, como um programa de pesquisa e extensão da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), atual mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), à qual o Centro está vinculado.

A idealização do Centro remonta a princípios da década de 1980, quando o oeste catarinense carecia de iniciativas que visassem à preservação e à valorização da história e do patrimônio cultural. Nesse período, a região vivenciava um processo acelerado de urbanização e perda dos referenciais de memória. A Fundeste, na época, preocupada com as problemáticas regionais, assumiu, através do CEOM, o compromisso de gerir o processo de valorização e preservação das histórias locais, como referências para a construção de identidades.

A criação do Centro, em linhas gerais, visava recuperar e sistematizar a memória, com ênfase em dois grandes períodos: a Pré-História e a História. Foi idealizado por professores da Área de Ciências Humanas cientes da importância de analisar a história criticamente e compreender melhor os processos constitutivos do oeste de Santa Catarina. Desde o princípio, foram priorizadas ações interdisciplinares com vistas a atender História, Antropologia, Geografia, Sociologia, Arqueologia, posteriormente Museologia e Arquivística.

Ao longo das décadas, o CEOM foi-se configurando numa referência regional a partir da seguinte estrutura operacional: Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc), responsável pelos acervos documentais; Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos (NEEA),

dedicado à salvaguarda e pesquisa das áreas-título; Programa Patrimônio-Escola-Comunidade, dedicado a atender demandas da comunidade em relação à produção de livros históricos, assessorias na área de preservação e difusão da história e do patrimônio cultural; Núcleo de Difusão Cultural e Educação Patrimonial, que desenvolve atividades de difusão do patrimônio cultural salvaguardado pelo CEOM; Divulgação Científica e Cultural, responsável pela comunicação científica do Centro, tendo como atividade principal a publicação da revista *Cadernos do CEOM*; e Biblioteca Setorial, que reúne e disponibiliza obras de referência nas áreas de atuação do Centro.

No que tange à formação de profissionais, desde as primeiras atividades, realizadas entre 1986 e 1989, que contou com apoio financeiro do CNPq (1986/1987), da Funarte (1988), Fundeste e de Prefeituras Municipais, foram realizadas oficinas de capacitação com diferentes temas – memória, história oral, preservação de documentos, entre outros –, engajando professores, autodidatas, autoridades municipais e outros interessados no processo. Os resultados foram a constituição de quinze Comissões Municipais de Coordenação da Memória Local e um significativo interesse em relação à preservação. Desse movimento inicial, tiveram origem alguns museus, casas de cultura ou centros de memória na região. As oficinas de orientação foram desenvolvidas junto aos municípios e buscavam estimular os profissionais quanto a coleta, preservação, conservação e organização técnica dos objetos e documentos escritos, fotográficos e museológicos.

Ganhou destaque, nesse período inicial, a realização, em 1987, do I Simpósio de História do Oeste Catarinense, promovido em parceria com o curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado entre 25 e 27 de novembro. No ano seguinte, em 1988, foi realizada a Oficina de Museologia, promovida de 14 a 21 de dezembro. Também dessa época datam os primeiros números publicados da revista *Cadernos do CEOM* e *Série Documentos* (figura 1). Essas publicações visavam comunicar resultados de pesquisas e fontes de história regional; o público-alvo eram os professores de ensino básico que teriam à disposição material sobre sua região.

Figura 1 – Capas de algumas das primeiras edições da revista *Cadernos do CEOM* publicadas na década de 1980: capa v. 3, n. 4; capa v. 3, n. 5; capa v. 4, n. 1-2



Fonte: acervo do CEOM/Unochapecó.

Profissionais vinculados ao CEOM contribuíram na criação do curso de licenciatura plena em História, na década de 1990, coincidindo também com o período no qual a Fundeste integrou-se a outras fundações universitárias para dar origem à Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) *campus* de Chapecó. A partir de então, o CEOM passou a ser um "laboratório" importante na formação profissional, em que os discentes podiam encontrar fontes para suas pesquisas e usufruir de ações de extensão, publicações, cursos, exposições de curta e longa duração, entre outras. A criação, em 1999, do Programa Patrimônio-Escola-Comunidade (PEC) também é um exemplo de ação concebida, ao menos em seu momento inicial, como forma de orientar docentes e gestores culturais a fim de registrar, selecionar e formar acervos de história local que serviriam como base para publicação de livros.

A partir do final da década de 1990 e início da de 2000, o Centro ampliou e organizou suas ações, o que resultou no crescimento exponencial dos acervos salvaguardados. Pode-se dizer que, durante os primeiros 15 anos de atuação, as atividades tinham maior foco em formação e sensibilização da comunidade para a importância da preservação da memória sociocultural. Desse período inicial,

a importância da preservação das fontes históricas ganhou maior atenção de autoridades e também da comunidade. Como reflexo, foram necessários espaços que assumissem o papel de guarda. Assim, o CEOM passou a receber acervos em diferentes suportes, ganhando destaque os documentais e os arqueológicos, que possibilitaram o diálogo interdisciplinar e forneceram subsídio para o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas, o que pode ser percebido nos inúmeros trabalhos produzidos por estudantes de graduação e pós-graduação.

Para dar conta desse novo cenário, foram necessários mais profissionais, tanto para atuarem no CEOM como para atenderem instituições públicas e privadas. No caso do CEOM, houve demanda para ampliação do quadro funcional. A efetivação de novas vagas foi resultado de um longo processo de negociação com a gestão da universidade que surtiu efeito positivo. Para além das vagas de coordenador e técnico de pesquisa, que já existiam naquele momento, foram criados os cargos de técnico em educação patrimonial, técnico em arqueologia e documentalista, e, um pouco mais tarde, de dois auxiliares administrativos.

Devido ao aumento das atividades contínuas e de projetos temporários, o CEOM passou a dialogar com diversos campos profissionais e, portanto, passou a ser também um espaço de formação para os acadêmicos. Inicialmente, o Centro contratava estudantes para estágios não obrigatórios remunerados, os acadêmicos eram oriundos dos cursos de História, Geografia, Filosofia, Pedagogia, Arquitetura, Artes Visuais, Jornalismo, Biologia – da própria Unochapecó. Com as mudanças nas leis relativas à atuação de estagiários, essa modalidade de contrato ficou restrita a acadêmicos do curso de História. Por outro lado, acadêmicos de outros cursos podiam atuar no Centro por meio de bolsas de extensão, desde que o aluno bolsista desenvolvesse atividades extensionistas orientadas por profissionais do Centro.

Atualmente, tendo em vista o espaço privilegiado para a formação profissional que o CEOM representa, são recebidos estudantes de graduação para realização de estágios obrigatórios não remunerados e não obrigatórios remunerados. As vagas não se restringem apenas

aos acadêmicos da Unochapecó, mas abrangem também as instituições de ensino conveniadas com a universidade, a exemplo da Universidade Federal da Fronteira Sul *campus* Chapecó. Os estudantes são orientados em atividades relacionadas ao campo de atuação profissional, resultando em uma formação mais sólida e que tem contribuído para a sua inserção no mercado de trabalho, bem como para dar continuidade em estudos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

No caso dos estágios remunerados não obrigatórios, os estudantes de graduação têm oportunidade não somente de desenvolver atividades relacionadas ao ciclo completo do processo curatorial dos acervos documentais e arqueológicos, mas também de desenvolver ações de educação patrimonial, participar de projetos de pesquisa e de extensão, de projetar e conceber exposições, entre outras atividades. Os discentes vivenciam empiricamente o processo de gestão do patrimônio cultural.

Na última década, o CEOM firmou parcerias que consolidaram novas frentes, como a internacionalização e novos projetos de pesquisa que vêm destacando o Centro como uma referência na produção de conhecimento, sobretudo relativo ao passado pré-colonial, temática que era uma grande lacuna regional. Sendo assim, as possibilidades de formação não só aumentaram, mas também estão cada vez mais qualificadas, conferindo aos estudantes vinculados novas oportunidades.

Santiago Júnior (2015) salienta que, a partir da década de 1990, a historiografia se apropriou do patrimônio por meio da noção dos lugares da memória. Segundo ele, o patrimônio tem sido incorporado à esfera pública e às humanidades como forma social de afirmação pública de comunidades variadas. Dentro dessa perspectiva é que o CEOM, inserido nas problemáticas de sua região, procura orientar suas ações de trabalho com base nos diferentes tipos de patrimônio e da problematização do passado, com vistas ao desenvolvimento regional, com base no tripé que alicerça os museus – salvaguarda de acervos, pesquisa e comunicação – e também na tríade universitária de ensino, pesquisa e extensão.

4
A Universidade Federal da Fronteira Sul: relatos e perspectivas

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada através da Lei n. 12.029, de 15 de setembro de 2009. De acordo com seu artigo 1º, a UFFS é de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro no município de Chapecó, estado de Santa Catarina. A instituição caracteriza-se regionalmente através de atuação *multicampi*, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com *campi* nos municípios de Cerro Largo e Erechim; o oeste de Santa Catarina, com *campus* no município de Chapecó; e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com *campi* nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza. Na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, espaço no qual a UFFS está inserida, tal desafio reveste-se de uma materialidade singular. Seus *campi* instalados nos três estados do Sul, nas proximidades das fronteiras com a Argentina, têm abrangência sobre uma área de 121 mil quilômetros quadrados, composta por 396 municípios e, aproximadamente, 4 milhões de habitantes. As primeiras faculdades da região foram criadas a partir do final da década de 1960 – especialmente as ligadas ao campo da formação de professores, por iniciativa das lideranças comunitárias, constituindo as fundações públicas de direito privado. Atualmente, a Mesorregião possui 357 instituições de ensino superior credenciadas no Ministério da Educação, 128 na região oeste de Santa Catarina. Dentre os 396 municípios que compõem a Mesorregião, Chapecó (SC) é o que possui o maior número de instituições (22). Das 357 instituições referidas, apenas uma oferta ensino de pós-graduação *stricto sensu* na área de História: a Universidade de Passo Fundo, localizada na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Antes da criação da UFFS, o Movimento Pró-Universidade almejou a construção de uma instituição de ensino superior distinta das experiências existentes na região. Havia a intenção de ter uma instituição de caráter público e gratuito que a diferenciaria das demais instituições

da região, privadas ou comunitárias, sustentadas na cobrança de mensalidades. A proposta entendia que, para fazer frente aos desafios encontrados, era preciso mais do que uma universidade pública: era necessária a construção de uma universidade pública e popular. Esse projeto de universidade aposta na presença das classes populares na universidade e na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a região, tendo como seu eixo estruturador a agricultura familiar e camponesa (PPC, 2010).

Em dezembro de 2009, uma comitiva dos três estados da Região Sul esteve em audiência na secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) buscando agilizar os trâmites para a implantação da UFFS, pois as aulas deveriam iniciar no primeiro semestre de 2010. Na definição dos cursos de graduação, a Comissão de Implantação da UFFS priorizou as áreas de Ciências Agrárias e das Licenciaturas. Nessa referência, em maio de 2009, foram construídas as primeiras versões dos projetos pedagógicos dos cursos (PPC, 2010, p. 12).

Nesse ensejo iniciaram as contratações, e o primeiro edital para seleção de professores foi publicado no *Diário Oficial da União* em 2 de outubro de 2009. Aproximadamente três mil candidatos se inscreveram para o concurso público, que selecionou 165 professores para os cinco *campi* da universidade. Já a seleção dos primeiros 220 servidores técnicos administrativos foi regida por edital publicado no *Diário Oficial da União* em 3 de novembro de 2009. Quase 6.000 candidatos inscreveram-se para as vagas disponibilizadas. A nomeação dos primeiros aprovados nos concursos acontece no final de dezembro de 2009.

O processo de construção coletiva dos PPCs iniciou ainda em 2009, os quais delinearam o ponto de partida para a elaboração dos dezenove projetos pedagógicos referentes aos cursos oferecidos pela UFFS no ano de 2010 (PPC, 2010). Após a chegada dos primeiros docentes concursados pela instituição, a formatação dos PPCs ficou sob responsabilidade dos colegiados de curso. A organização e as definições dos projetos pedagógicos estiveram pautadas em torno de três eixos: (1) domínio comum; (2) domínio conexo; e (3) domínio específico, sendo levadas em consideração propostas de cunho multi e interdisciplinar.

O curso de História no *campus* de Chapecó foi criado pensando em

> [...] potencializar a atuação dos órgãos já existentes na região (CEOM, Arquivo Histórico de Erechim), mas, a médio ou longo prazo, fomentar o surgimento de novas instituições na região voltadas para a preservação da memória, em especial nos pequenos municípios que integram a região e que ainda não possuem em sua organização administrativa estruturas de tal natureza (PPC, 2010, p. 20).

Dessa forma, o curso de História foi desenhado com o objetivo geral da "formação de professores para atuarem nas diferentes esferas do ensino de História com habilidades e competências necessárias para pensar historicamente e ensinar a pensar historicamente, proporcionando assim uma leitura crítica da realidade social" (PPC, 2010, p. 24).

No ano de 2012, o PPC do curso foi atualizado e a matriz curricular se encontra da seguinte forma até o presente momento:

> Os componentes curriculares ou disciplinas do domínio específico do Curso de História são os que segue: Introdução aos Estudos Históricos, História Antiga I, Arqueologia pré-histórica, História antiga II, História Indígena, Teoria e metodologia do Ensino de História, Teoria e Metodologia da História I, História Medieval, História Moderna I, Teoria e Metodologia da História II, História da América I, Teoria e Metodologia da História III, História Moderna II, História do Brasil I, História da América II, História Contemporânea I, História do Brasil II, Estágio Curricular Supervisionado I, História do Brasil III, História Contemporânea II, Estágio Curricular Supervisionado II, História da África, História do Brasil IV, Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I, Estágio Curricular Supervisionado III, História de Santa Catarina, Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II, Estágio Curricular Supervisionado IV. Seminário Temático I, II, III e IV (PPC, 2012).

A nova matriz curricular está em fase de tramitação e em breve será publicado o novo PPC do curso de História da UFFS. Atualmente, o curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul tem 186

alunos graduados. A UFFS disponibiliza dois cursos de graduação em História, que oferece 50 vagas anuais em Chapecó e 50 em Erechim, cidades localizadas a menos de 80 quilômetros de distância entre si. No ano de 2014, aconteceu a formatura das primeiras turmas e os trabalhos de conclusão de curso, necessários para a habilitação dos acadêmicos, propiciaram experiências de orientação.

Paralelamente à criação do curso de graduação em História, houve a criação de um grupo de trabalho visando à fundação de um mestrado em História no *campus* Chapecó da UFFS. Assim, no ano de 2013, foi submetida uma proposta de APCN à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esta considerou que a proposta estava adequadamente concebida e o número de docentes era suficiente para dar sustentação ao curso; verificou, porém, que havia necessidade de adequação da infraestrutura, de modo especial quanto a instalações físicas, disponibilidade de acervo, crescimento da produtividade docente e consolidação da pesquisa, negando assim a criação do curso no primeiro momento.

Em virtude das carências apontadas pela comissão avaliadora, o grupo de docentes responsável pela implantação do mestrado acadêmico em História na UFFS promoveu ajustes e alterações, com o objetivo de adequar a proposta às condições necessárias e que justificavam a existência e o funcionamento de um curso de mestrado acadêmico de qualidade. Entre as alterações mais significativas introduzidas na presente proposta em relação à versão enviada anteriormente, destacam-se a redefinição da área de concentração e das linhas de pesquisa, o acréscimo de laboratórios e a indicação de quatro novos docentes com pesquisa consolidada, experiências de orientação, produção acadêmica representativa e em sintonia com as temáticas investigadas pelos demais professores indicados.

A decisão em reapresentar a proposta no ano de 2015 resultou em melhorias significativas nos aspectos considerados frágeis pela comissão avaliadora e, acima de tudo, da existência de um grupo de professores habilitados para implantação e consolidação de um mestrado acadêmico em História na UFFS. A nova proposta foi construída concomitantemente à inauguração do novo *campus* de

Chapecó, que ocorreu em 2014. O novo *campus* passou a contar com espaços físicos adequados para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa. Foram disponibilizadas salas de aula, salas para professores, bibliotecas, laboratórios e auditórios, que têm facultado a realização de eventos acadêmicos e culturais. A biblioteca da UFFS, que em 2012 contava com um acervo de aproximadamente 74 mil volumes e 13.700 títulos, em 2015 abrigava em torno de 110 mil volumes e mais de 46.000 títulos. As novas edificações permitiram a instalação de 6 laboratórios, locais adequados para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, orientação e ensino, além de abrigar acervos documentais e bibliográficos relevantes. O número de livros disponíveis nos diferentes laboratórios aproxima-se de 18 mil, totalizando quase 6 mil títulos. No dia 10 de abril de 2015, foi inaugurada a nova edificação que abriga a Biblioteca da UFFS *campus* Chapecó. A nova APCN do mestrado em História apresentou tais melhorias estruturais, assim como qualitativas em relação ao corpo docente. Dessa forma, o Mestrado em História foi aprovado em 2015, e a primeira turma ingressou em agosto de 2016.

O *campus* Chapecó, sede do Programa de Pós-Graduação em História, está localizado na região oeste de Santa Catarina, na qual existem 9 instituições que oferecem cursos de graduação em História, algumas há mais de 20 anos. Porém, nenhuma oferece o curso de mestrado. Por outro lado, Chapecó localiza-se numa região de fronteiras com os demais estados do Sul e com a Argentina, razão determinante pela opção da área de concentração Fronteiras, Migrações e Sociedades.

Embora a maior parte dos professores indicados para compor o PPGH/UFFS seja formada por jovens e com doutoramento recente, todos apresentam experiências de orientação de trabalhos de conclusão de curso. Quase todos orientaram monografias de especialização e projetos de iniciação científica. Muitos orientaram e estão orientando dissertações e teses de doutorado. A formação e a produção docente, em sintonia com a área de concentração e a atuação nas linhas de pesquisas, foram os critérios priorizados para a formação do quadro docente dessa proposta. Dentre os 30 professores que atuam nos cursos de graduação em História de Chapecó, 10 doutores foram

indicados para o PPGH/UFFS. Contudo, outros docentes que não fazem parte do elenco atual poderão participar do programa em curto espaço de tempo, como os docentes que são historiadores mas que estão atuando em outros *campi* ministrando Componente Curricular de Domínio Comum, que são três professores do *campus* de Laranjeiras e outros em Cerro Largo. Outros docentes que atuam junto da graduação em História no *campus* de Erechim podem vir a compor o nosso quadro do PPGH. Quatro docentes, dois do curso de Geografia e dois do curso de Ciências Sociais, atuam no programa como professores permanentes. Uma professora da Unochapecó atua como docente colaboradora no PPGH/UFFS, mostrando a colaboração interinstitucional na região.

Nos processos seletivos, são ofertadas 15 vagas para ingresso no Programa de Pós-Graduação em História – mestrado. Desde a aprovação, em 2016, o curso Programa de Pós-Graduação em História da UFFS já formou 72 mestres. Os egressos do curso vêm atuando em espaços de memórias, trabalhando como professores na rede básica e superior de ensino, cinco são servidores da UFFS e seis seguiram a carreira acadêmica e estão cursando doutorados em outras instituições.

No ano de 2022, o curso foi avaliado pela primeira vez pela Capes e subiu seu conceito para nota 4. Desta forma, possibilitou a elaboração de uma proposta para criação de um Doutorado em História. A aprovação foi concedida pela Capes em junho de 2023, e para julho de 2024 espera-se o ingresso da primeira turma de doutorado do PPGH/UFFS.

5
Considerações finais

A região do oeste de Santa Catarina foi ocupada por grupos colonizadores a partir da segunda década do século XX. Havia na região caboclos e indígenas, que eram muitas vezes ágrafos e não alfabetizados, praticantes da oralidade como perpetuadora da memória. Mesmo com a chegada de maior número de ocupantes, eram poucos os cursos formadores de professores. O primeiro curso de História/

Estudos Sociais nas regiões Oeste e Extremo-Oeste foi fundado pela Unochapecó e atuou por 40 anos. Importante destacar que existem outras instituições próximas ao oeste catarinense que dialogam com a formação de historiadores, como a Universidade do Oeste de Santa Catarina, a Universidade Comunitária de Santa Catarina, a Universidade do Contestado, a Universidade Regional Integrada, a Universidade de Ijuí, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tais instituições têm acervos e até mesmo cursos de História, sendo importantes espaços de memória da região, assim como o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina.

O CEOM, que iniciou suas atividades em 1986, disponibiliza um amplo acervo documental e arqueológico, principalmente sobre questões de fronteiras, colonização, migrações, movimentos sociais, populações indígenas, conflitos sociais, caboclos, agricultura, cooperativismo e meio ambiente. O CEOM busca direcionar suas atividades laborais com base nas diversas formas de herança cultural e na análise crítica do passado, fomentando a história regional, fundamentado nos três pilares que sustentam os museus – salvaguarda de coleções, pesquisa e comunicação – e na tríade acadêmica de educação, pesquisa e serviço à comunidade.

Dessa forma, o CEOM vem servindo a toda a comunidade e, principalmente, aos historiadores que utilizam do acervo para acessar fontes de suma importância para desenvolvimento de suas pesquisas. Com a chegada da Universidade Federal da Fronteira Sul à região, o número de trabalhos sobre a temática local tem aumentado, o que é propiciado principalmente pelas fontes do CEOM.

Os profissionais que atuam nas instituições que são tema do presente texto – Unochapecó, CEOM e UFFS – estavam e estão trabalhando para formação de historiadores e para a manutenção das pesquisas no oeste catarinense. Mesmo com a descontinuidade do curso de História na Unochapecó, ainda existem laços com o CEOM e a UFFS. Muitos dos egressos do curso de História da Unochapecó atuam como docentes na rede básica e na UFFS, assim como trabalham no CEOM. Dessa forma, percebe-se que, mesmo com dificuldades e desafios, a região oeste do estado de Santa Catarina tem-se mostrado

participante na formação de historiadores e como um importante local preocupado com a memória e a atuação dos profissionais de História.

Agradecimentos

A pesquisa contou com auxílios das seguintes agências de fomento: CNPq (401533/2022-0, Chamada 26/2021 - 409340/2021-9 Chamada 4/2021-310850/2021-5, Chamada 9/2022 - 305609/2022-0); Fapesc (Edital 16/2021 - UFF2021331000005); UFFS (2022-0276, PES-2023-0230, PES-2023-0046, PES-2023-0025 e PES 2023-0031, PES-2023-0044, e PES-2023- 0045).

REFERÊNCIAS

ATA da 26ª Reunião do Conselho Superior CES/Fundeste. 1 nov. 1990.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BRASIL. *Lei número 12.029, de 15 de setembro de 2009*. Brasília: Palácio do Planalto, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12029.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz (org.). *A Fundeste e o ensino superior no oeste catarinense*: 50 anos de história. Chapecó: Argos, 2020. 170 p.

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Unoesc. *Resolução n. 47*. Chapecó, 1999.

CONSUN – Conselho Universitário da Unoesc. *Resolução n. 39*. Chapecó, 1999.

DIÁRIO OFICIAL. *Decreto n. 98.275, de 11 de outubro de 1989*. 12 out. 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FUNDESTE – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. *Projeto de Universidade*. Chapecó, 2001.

FUNDESTE – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. *Projeto de Universidade*. Chapecó, Grade Curricular Proposta Para o Curso de História, 1989.

FUNDESTE – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. *Projeto de Universidade*. Chapecó, Grade Curricular Proposta Para o Curso de História, 1990a.

FUNDESTE – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. *Projeto de Universidade*. Chapecó, Objetivos e Ementas Para o Curso de História, 1990b.

FUNDESTE – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste. *Projeto de Universidade*. Chapecó, Sistema de Pré-Requisitos Para o Curso de História, 1990c.

PAIM, Elison Antonio. *Memórias e Experiências do Fazer-se Professor(a)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2005.

PARECER de Reconhecimento do Curso de Estudos Sociais do Centro de Ensino Superior – Chapecó – SC, processo número 5.322/76 aprovado em 01/06/77.

PPC n. 1/CCLHCH/UFFS/2010. *Projeto Pedagógico (PPC) do curso de graduação em História (licenciatura) do campus Chapecó (EMEC 5000400) (ingressos de 2010 até 2012)*. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/cclhch/2010-0001 Acesso em: 23 maio 2023.

PPC n. 2/CCLHCH/UFFS/2012. *Projeto Pedagógico (PPC) do curso de graduação em História (licenciatura) do campus Chapecó (EMEC 5000400) (ingressos a partir de 2013)*. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/cclhch/2012-0002 Acesso em: 13 jun. 2023.

PROJETO do curso de História modalidade alternativa. 1995.

RELATÓRIO da Comissão de Verificação prévia do Conselho Estadual de Educação. 7 abr. 1989.

RELATÓRIO de avaliação para o reconhecimento do curso de História. 15 jun. 1993.

RICCI, Cláudia Sapag. *Da intenção ao gesto* – quem é quem no ensino de História em São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo, 1992.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Comissão de Ensino Superior. *Autorização (projeto) para funcionamento do Curso de História – Licenciatura Plena*. Florianópolis: CEE, 1989.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Comissão de Ensino Superior. *Relatório de Verificação Prévia – Fundeste*. Florianópolis: CEE, 1989.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Comissão de Ensino Superior. *Autorização para oferta do Curso de História - Licenciatura Plena na Modalidade Alternativa*. Florianópolis: CEE, 3 jan. 1995.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da "problemática dos lugares". *Projeto História*, São Paulo, n. 52, p. 245-279, 2015.



Capítulo 6



PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO EM HISTÓRIA EM SANTA CATARINA: UFSC E UDESC

Silvia Maria Favero Arend
Cristina Scheibe Wolff

1 Introdução

A formação das e dos profissionais em História passa pelo aprendizado em nível superior, mas para isso é necessária uma complementaridade entre ensino, pesquisa e extensão. A pós-graduação tem assumido, no Brasil, um papel duplo: de formação profissional e produção de conhecimento. A pesquisa historiográfica é ainda um trabalho artesanal, pois é preciso experimentar e tatear as fontes, uma atividade que envolve a cabeça e o coração, com vistas a construir interpretações. Assim, são muitas horas dedicadas a "queimar pestanas" em leituras, além de conversar com colegas e professores, e escrever, reescrever, escrever mais uma vez. É o processo da produção

do conhecimento histórico, aquilo que Marc Bloch chamava de "oficina do historiador", e que nós historiadoras também gostamos de chamar de "cozinha da historiadora", onde a gente tempera, cozinha, experimenta e produz saberes e sabores.

Assim, para compreender os processos de formação de historiadoras e historiadores em Santa Catarina, é necessário reconhecer o importante papel de várias instituições de ensino e pesquisa, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, por seu pioneirismo, a antiga Faculdade de Filosofia que deu origem ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com seu departamento e curso de História, e o curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Outros cursos de graduação são muito importantes no estado, como certamente outros capítulos deste livro irão mostrar. Mas, neste capítulo, detemo-nos em especial aos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, da UFSC e da UDESC.

2

Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e a formação dos historiadores e das historiadoras

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina foi instalado em 1975, tendo sido o oitavo programa da área de História no Brasil, numa universidade bastante jovem. A UFSC tornou-se universidade em 1964, marcada pela Reforma Universitária e a intervenção direta dos governantes da Ditadura militar nas instituições de ensino superior (Farines; Tuyama; Auras, 2021). O programa de pós-graduação nasceu sob os auspícios dos acordos MEC-Usaid, que previam incentivos para as universidades brasileiras através da United States Agency of International Development (Usaid), desde que fossem realizadas reformas no sistema universitário. Não havia professores doutores no Departamento de História naquele início, então a vinda de docentes estadunidenses e de outros países foi muito importante para

a formação dos próprios quadros do departamento. Como destacam Janice Gonçalves e Felipe Matos (2011, p. 20), na época, atuaram no programa os seguintes professores: Lawrence James Nielsen (História Demográfica – 1976-1981), Errol Dean Jones (História Social e Política – 1977-1979), George Philip Brown (História Oral – 1978-1979), Roger Frank Colson (História Econômica – 1977-1979), Ernesto Aníbal Ruiz (argentino com formação nos Estados Unidos, História Econômica, a partir de 1979), Aníbal Abadie Aicardi (uruguaio, História Social, a partir de 1979), Kendall Walker Brown (História Econômica, a partir de 1979) e Thomas H. Holloway (História Social e Econômica, 1980-1981). O primeiro coordenador foi o professor Walter Piazza, formado em história na antiga Faculdade de Filosofia que deu origem ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, e livre docente. Segundo Piazza, "[...] esta equipe de professores traçou um 'plano de pesquisa global', a partir do qual foram elaborados 'projetos setoriais desenvolvidos com a participação de docentes e de pós-graduandos, e, em determinados momentos, também de graduandos (como auxiliares de pesquisa)'" (*apud* Gonçalves; Matos, 2011, p. 20).

Assim, as primeiras linhas de pesquisa do programa concentraram-se em estudos sobre história econômica, história demográfica e história política, e os projetos de pesquisa tiveram financiamentos como da Fundação Ford e da Organização dos Estados Americanos (OEA), que financiou o primeiro Laboratório de História Oral do Brasil, ainda em 1975. E justamente a primeira dissertação de mestrado defendida foi a de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, intitulada *O documento de História Oral como fonte histórica: uma experiência brasileira*, em 1977. Aos poucos, os professores estrangeiros foram embora, com exceção de Ernesto Ruiz e Aníbal Abadie-Aicardi, que aqui se estabeleceram; tomaram lugar outros professores, formados na própria UFSC e em outras universidades brasileiras: Walter Fernando Piazza, Carlos Humberto Corrêa, Marly Anna Fortes Bustamante Mira e Rufino Porfírio Almeida (Gonçalves; Matos, 2011, p. 20-21).

As linhas de pesquisa desse período, embora incorporassem certas metodologias bastante inovadoras, como a história oral e a história serial, utilizada tanto na história demográfica quanto na história

econômica, tinham uma perspectiva teórica e política bastante tradicional, no sentido em que Peter Burke utiliza, e que foi utilizada por Cristina Scheibe Wolff (1994) e por Norberto Dallabrida (1996). A história oral era utilizada para entrevistar aqueles considerados verdadeiros atores históricos, ou seja, governadores, políticos, religiosos etc., pessoas "importantes" (Corrêa, 1977); a história serial trazia números de população, de batismos, mortes, casamentos, médias etárias, e também exportações e importações, valores de bens comercializados ou produzidos, custo de obras etc. Mas, a interpretação desses números era bastante superficial, e não permitia vislumbrar realmente as pessoas envolvidas, suas vidas de trabalho, exploração, festas, emoções e cultura.

Esse panorama teve uma virada significativa na década de 1990. Com a aposentadoria de muitos professores e a renovação dos quadros do Departamento de História, vieram para o departamento pesquisadoras e pesquisadores formados em outros programas de pós-graduação, especialmente paulistas, como a PUC de São Paulo, a USP e a Unicamp, e, depois, também de outras universidades. Duas professoras se destacam nesse quadro: Maria Bernardete Ramos Flores, cujo doutorado foi defendido em 1991 na PUC-/SP; e Joana Maria Pedro, que defendeu sua tese em 1992. Foram elas que acabaram propondo uma nova orientação para o PPGH, iniciada a partir de 1994, com dissertações que mudavam radicalmente a perspectiva anterior, centradas em estudos sobre movimentos sociais, migrações, gênero e outras temáticas (Flores; Brancher, 2011). Em 1998, essa mudança se consolidou com a alteração da área de concentração do programa para História Cultural e a criação do curso de Doutorado em História.

Esses anos foram de uma grande produtividade para o PPGH, que inclusive passou à nota cinco na avaliação da Capes, colocando-se entre os principais programas do País e começando a receber muitos estudantes de outros estados. Como mostram Janice Gonçalves e Felipe Matos (2011), até então, a grande maioria dos estudos era sobre Santa Catarina, e eventualmente alguma coisa sobre o Rio Grande do Sul e o Paraná, refletindo a proveniência dos estudantes. A criação do

doutorado, e especialmente a vinculação do programa a uma área de concentração mais conectada com os rumos da teoria e da metodologia da história contemporâneas, trouxe muitos estudantes de todas as partes do País, diversificando as pesquisas e, ao mesmo tempo, desdobrando a influência do programa para além de Santa Catarina.

Nesse período, também, foi fundada a revista *Esboços*, num primeiro momento com a proposta de divulgar os trabalhos dos e das estudantes, mas, aos poucos, foi tomando um rumo diferente: primeiro com a publicação de números temáticos, depois consolidando-se como um periódico científico de qualidade, com diversidade na origem dos artigos e pareceristas, e cada vez melhores resultados no Qualis Capes/MEC.

Ao longo da década de 2000, foram-se consolidando linhas de pesquisa vinculadas à História Cultural e que se refletiram também nos laboratórios, integrando a pós-graduação com a graduação, a pesquisa e a extensão. Nesse período, consolidaram-se o Laboratório de História Social do Trabalho, o Laboratório História da Arte, o Laboratório de Estudos de Gênero e História, o Laboratório de História Indígena e o Laboratório de História Ambiental e Migrações, para citar os que aglutinaram mais professores e estudantes, e que permaneceram por mais tempo, sem, porém, negar a importância de outros.

O Departamento de História foi aos poucos sofrendo uma grande renovação com a contratação de novos professores e professoras, com formação diversificada. Em 2017, começou-se a discutir uma nova transformação da área de concentração do PPGH, agora voltando-se para a História Global. O entendimento de História Global passa por uma visão do mundo que não seja mais centrada somente no Norte Global, na Europa e nos Estados Unidos, expandindo as perspectivas e fronteiras, em termos espaciais e temporais (Conrad, 2019). As diversas linhas de pesquisa já vinham trabalhando com perspectivas geográficas mais amplas, como os trabalhos de histórias comparativas e cruzadas dos países do Cone Sul, os trabalhos de História Ambiental com perspectivas transnacionais, as questões da diáspora africana, histórias indígenas que ultrapassam as fronteiras brasileiras, histórias asiáticas, entre outras, que se consolidam agora nessa nova área de concentração.

Essa nova orientação do programa tem trazido estudantes interessados nos estudos globais e transnacionais, pós-doutorandas e pós-doutorandos, e também o credenciamento de mais professores. Os estudos não podem mais, num mundo globalizado e internacionalizado por redes informatizadas e por uma possível catástrofe ambiental em comum, concentrar-se nas fronteiras nacionais. A produção do conhecimento histórico e a formação das historiadoras e dos historiadores precisam acompanhar essa transformação do mundo, produzindo uma compreensão do passado que nos dê forças para enfrentar os desafios do futuro.

3

O Programa de Pós-Graduação em História da UDESC e a formação de historiadores e historiadoras

Em maio de 1965, a criação da então Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – atual Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – deu-se em um contexto histórico em que a formação de recursos humanos era vista como fundamental para a superação do chamado subdesenvolvimento. Foi um período marcado por iniciativas que preconizavam a intervenção estatal para a construção de infraestruturas e a industrialização do país, sendo que a formação universitária deveria integrar-se a tais esforços. Em Santa Catarina, a consolidação do ensino superior e a criação das universidades públicas estão relacionadas àquele processo, em especial a partir da década de 1960. Tal perspectiva marcou o segundo pós-guerra no Brasil e foi aprofundada até ao longo das décadas seguintes, o que se combinaria com os conflitos sociais e políticos de uma época histórica em que as universidades viram-se marcadas por um regime autoritário e por diversas lutas em torno de sua democratização.

Na Faculdade de Educação (FAED), um dos primeiros centros de ensino da UDESC, foi criado o Curso de Estudos Sociais, em 1974. A

partir de mudanças fundamentais em sua estrutura institucional, na década seguinte, em 1989, foi possível construir o Curso de História – Licenciatura Plena, voltado à formação de professores de História, para atuar em escolas de 1º e 2º graus da rede pública estadual e municipal e da rede privada de ensino. Mais tarde, a FAED viria a ser reestruturada como Centro de Ciências Humanas e da Educação, dentro da outra configuração da universidade. O curso de História começou a funcionar no primeiro semestre de 1990. Cinco anos depois, foi aprovada uma nova proposta curricular para o curso de História, que passou a ser oferecido na modalidade "bacharelado e licenciatura plena". Esse foi um marco de relevantes mudanças acadêmicas, à medida que houve a incorporação definitiva da pesquisa histórica na formação profissional dos/das discentes. A partir desse período, com a capacitação dos docentes do curso e a incorporação de novos professores e professoras doutores, a UDESC conseguiu ofertar uma formação cada vez mais qualificada para os futuros profissionais de História (Fáveri, 2014).

Em um período de 11 anos, um montante significativo de trabalhos de conclusão de curso (TCC) foi defendido pelos/as discentes do curso de graduação, contribuindo para um adensamento da historiografia, especialmente no que tange a temáticas abordadas na escala das relações sociais e das experiências históricas encontradas no território de Santa Catarina. Esse quadro de produção do conhecimento e formação de recursos humanos na área da História, aliado a uma política pública de expansão da pós-graduação no Brasil, promovida nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, depois, nos de Dilma Rousseff (2011-2016), ensejou a criação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UDESC. Em 2007, o curso de mestrado foi implementado e, em 2014, o curso de doutorado. Essa política pública de expansão da pós-graduação estava alicerçada em alguns "pilares" que, em grande medida, nortearam as ações do PPGH ao longo dos anos: a educação escolar como um vetor de superação das desigualdades sociais brasileiras; a inclusão no sistema escolar brasileiro de grupos sociais considerados excluídos; a produção de conhecimento científico sob a égide do *Open Access* ("acesso aberto");

a pesquisa realizada em "diálogo" com os campos do ensino e da extensão a partir de reflexões e temáticas que abordassem questões a partir de perspectivas que partiam do chamado Sul Global; a perspectiva da internacionalização da ciência brasileira.

O PPGH da UDESC foi criado tendo por área de concentração a chamada História do Tempo Presente. Movimento historiográfico que emergiu na Europa (especialmente na França e na Alemanha) a partir da década de 1970, a História do Tempo Presente buscou questionar alguns pressupostos epistemológicos da disciplina: as múltiplas temporalidades constitutivas de determinado fenômeno social; a incompletude, a transitoriedade e as constantes disputas em torno dos processos históricos; a multiplicidade de fontes e suas abordagens metodológicas; as responsabilidades dos historiadores e historiadoras no âmbito da esfera pública mediante as narrativas produzidas; a dimensão ética presente na "operação historiográfica", tendo em vista os diferentes marcadores sociais; e um efetivo diálogo da História com outros saberes das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. Vale observar que até o presente momento os cursos de mestrado e doutorado em História da UDESC constituem ainda o único programa de pós-graduação da área de História do Brasil com essa área de concentração. Todavia, nos últimos anos, as reflexões acerca da História do Tempo Presente expandiram-se e ganharam consistência, envolvendo diferentes e destacados investigadores e investigadoras de renomadas instituições brasileiras.

Desde o início da organização do curso, um grande desafio esteve presente na elaboração dos estudos produzidos por docentes e discentes do PPGH da Udesc. A área de concentração inovadora demandava produzir conhecimento a partir de premissas epistemológicas e conteúdo historiográfico ancorados nas experiências, práticas e discursos oriundos do chamado Sul Global. De acordo com Arend e Lohn (2022, p. 109),

> Neste caso, não se está pensando em uma referência regional ou geográfica, muito embora esta dimensão não possa ser descartada, mas em um posicionamento às margens do processo histórico dominante, evidenciando menos as tramas

> epistemológicas de uma historiografia consolidada e mais os temas e as difíceis condições para tratar de problemáticas alheias a uma gramática do tempo histórico estabelecida previamente por escolas ou vertentes hegemônicas.

Inicialmente, o curso foi criado tendo duas linhas de pesquisa – "Culturas Políticas e Sociabilidades" e "Linguagens e Identificações" –, compostas por docentes provenientes dos Departamentos de História, de Ciências Humanas e de Geografia da Faed, além do Departamento de Moda do Centro de Artes, Design e Moda (Ceart) da UDESC. Posteriormente, em 2018, em função sobretudo do ingresso de novos docentes no curso, uma nova linha de pesquisa foi constituída, denominada "Políticas de Memória e Narrativas Históricas". Devido às alterações ocorridas entre 2007 e 2020 na composição das referidas linhas de pesquisa, optamos por apresentar a nominata do corpo docente permanente do PPGH da UDESC tendo em vista uma listagem de cunho geral, a saber: Cristiani Bereta da Silva, Caroline Jaques Cubas, Cláudia Mortari, Emerson César de Campos, Gláucia de Oliveira Assis, Janice Gonçalves, Luciana Rossato, Luísa Tombini Wittmann, Luiz Felipe Falcão (*in memoriam*), Mara Rúbia Sant'Anna, Marcia Ramos de Oliveira, Maria Teresa Santos Cunha, Mariana Rangel Joffily, Marlene de Fáveri, Maurício Aurélio dos Santos, Nucia Alexandra Silva de Oliveira, Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Rafael Rosa Hagemeyer, Reinaldo Lindolfo Lohn, Rogério Rosa Rodrigues, Sérgio Schmitz, Silvia Maria Fávero Arend e Viviane Trindade Borges. O curso, atualmente, é avaliado com o conceito 5, atribuído pela Capes/MEC em 2022.

Há três estudos disponíveis que efetuaram uma análise da produção de conhecimento do PPGH da UDESC entre 2007 e 2020. O primeiro foi realizado pelas professoras Luciana Rossato e Maria Teresa Santos Cunha, tendo como foco 121 dissertações de mestrado defendidas no curso entre 2008 e 2016, sendo 74 na linha de pesquisa "Linguagens e Identificações" e 47 na linha de pesquisa "Culturas Políticas e Sociabilidades" (Rossato; Cunha, 2017). De maneira geral, as autoras concluíram que o recorte temporal de uma parcela significativa das investigações estava centrado na década de 1970 (Ditadura Militar) e no período compreendido entre 1980 e 2000. Em relação ao

recorte espacial, os mencionados estudos, majoritariamente, abordavam fenômenos ocorridos no âmbito do território de Santa Catarina, sendo que somente 21 tratavam de questões nacionais, e 8, de questões internacionais. As referidas dissertações foram construídas a partir de uma diversidade de fontes – história oral, produção audiovisual, documentos produzidos pelo Estado e por instituições civis, arquivos pessoais, sítios eletrônicos, etc. –, com ênfase às emitidas pelas imprensas estadual e nacional. As investigações abordavam, sobretudo, as seguintes temáticas: o discurso da imprensa, partidos políticos, patrimônio histórico, urbanização, ensino de História, arquivos pessoais, família e infâncias, relações de gênero, migrações internacionais, produções culturais e audiovisuais, violação de Direitos Humanos e movimentos sociais.

Outro estudo foi realizado por Igor Lemos Moreira e Kelly Carolina Noll da Silva, abarcando informações de 68 dissertações de mestrado e 29 teses de doutorado defendidas entre 2016 e 2020 (Moreira; Silva, 2022). Os autores constataram que, nesse grupo de estudos, as principais temporalidades eleitas para análise foram as décadas de 1960, 1970 e 1980, ou seja, situando-se nos marcos políticos e sociais do período da Ditadura Militar e da transição política que marcou um processo de construção democrática no Brasil. Os recortes espaciais das pesquisas privilegiam em grande parte os processos ocorridos em âmbito regional. Todavia, como afirmam os dois autores, há um conjunto de estudos sobre os fenômenos ocorridos em âmbito nacional e, em menor número, transnacional. O cenário relativo ao uso das fontes empregadas na produção dos estudos permaneceu semelhante ao do período anterior. A novidade nesse montante de trabalhos foi a presença de uma maior proporção de pesquisas que exploraram fontes oriundas do universo digital (Web 2.0). As temáticas investigadas nos estudos, nesse período, ampliaram lentamente o seu escopo, assim como as metodologias utilizadas. Essas últimas passaram a estar ancoradas, muitas vezes, em uma perspectiva de análise interseccional, especialmente a partir dos marcadores sociais de etnia/raça, classe social, relações de gênero e geração/idades da vida, e nos debates acerca da História Pública.

Os pesquisadores Carlos Eduardo Pereira de Oliveira e Carolina Wanderley Van Parys de Wit, por sua vez, analisaram 29 teses de doutorado defendidas entre 2018 e 2021, visando identificar nos estudos os "caminhos" teóricos utilizados que denotavam a inserção da pesquisa no campo da História do Tempo Presente. Os dois autores se utilizaram da perspectiva da História dos Conceitos, do historiador alemão Reinhart Koselleck, para realizar a referida tarefa. O historiador e a historiadora concluíram o seguinte acerca do universo conceitual das teses de doutorado:

> A utilização mais recorrente de alguns autores em relação a outros autores é um reflexo do próprio campo da História do Tempo Presente e dos conceitos suscitados por estas discussões. Aqui dois pontos devem ser pontuados: **a memória e as temporalidades.** Como vimos anteriormente, a memória talvez seja um dos conceitos mais reivindicados por historiadores do presente. Suas relações intrínsecas com os passados traumáticos e difíceis, com os testemunhos e a criação de identidades é justamente o seu frequente uso. E, se a memória possui um papel quase central nas teses produzidas pelo programa de História do Tempo Presente, os autores referenciais para a discussão das conexões entre memória e história ganham destaque nos trabalhos produzidos no programa. Assim, Paul Ricoeur, Henry Rousso, François Dosse e Michel Pollack são autores largamente citados nas teses (Oliveira; Wit, 2022, p. 179, grifo nosso).

Em relação às temporalidades, as abordagens dos historiadores europeus Reinhart Koselleck, François Hartog, Henry Rousso e François Dosse são as que balizaram a maior parte dos estudos (Oliveira; Wit, 2022, p. 181-183).

Em 2022, a tese de Michelle Maria Stakonski Cechinel, produzida no PPGH da UDESC, recebeu a menção honrosa no Prêmio Tese Capes 2022 na área da História. Intitulada "Zongos em itinerância: migrações ganesas em Criciúma no tempo presente (2014-2021)", a tese foi orientada pela professora Gláucia de Oliveira Assis. A investigação analisou relações sociais vivenciadas pela população ganesa

muçulmana, em um circuito migratório transnacional – Gana (África), Brasil (América) e Alemanha (Europa) – que engendra a concomitância de novas identificações para homens e mulheres, exclusão social e redes de solidariedade. O estudo constitui-se em um exemplo do que afirmamos anteriormente em relação a uma lenta edificação de um campo historiográfico. Ou seja, uma narrativa de História do Tempo Presente que procurou "olhar" para os processos históricos a partir de problemas que costumam estar alheios a produções marcadas por perspectivas hegemônicas.

A difusão da produção de conhecimento em esferas nacional e internacional da História do Tempo Presente constituiu-se em outro desafio para o PPGH da UDESC (Lohn; Arend, 2019). Em 2009, tendo em vista as diretrizes da Capes/MEC para internacionalização da ciência brasileira, os/as docentes do curso criaram a revista *Tempo e Argumento* no formato *Open Access* (https://revistas.udesc.br/index.php/tempo). Entre 2009 e 2023, foram publicados 40 números da revista *Tempo e Argumento*, que apresenta artigos, entrevistas, resenhas e outros textos de autoria de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Nos últimos anos, a equipe editorial do periódico passou a ser composta por docentes, discentes e pós-doutorandos/as, bem como por técnicos universitários da UDESC. Vale observar que o técnico universitário Anderson Mendes atua na secretaria da revista *Tempo e Argumento* desde o início das suas atividades editoriais. O periódico está indexado nas bases internacionais *Scopus* e *Web of Sciense* e galgou o Qualis A na área da História (2017-2020), ingressando no estrato mais alto da listagem da Capes/MEC.

O PPGH da UDESC, visando ampliar ainda mais a divulgação científica do referido campo historiográfico, organiza, desde 2011, o Seminário Internacional de História do Tempo Presente. O evento, que se encontra atualmente na sua quinta edição, tem como temática geral "As Epistemologias do Sul" – https://doity.com.br/v-seminario-internacional-historia-do-tempo-presente

Atualmente, os seguintes laboratórios fazem parte do PPGH da UDESC: Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC), Laboratório de Ensino de História (LEH), Laboratório de Estudos Pós-Coloniais

e Decoloniais (AYA), Laboratório de Imagem e Som (LIS), Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural (Lahpac) e o Laboratório de Relações de Gênero e Família (Labgef). Nesses importantes espaços acadêmicos da UDESC, são desenvolvidas pesquisas em rede, realizadas atividades de extensão universitária, além da elaboração e oferta de formação extracurricular. Nos laboratórios, os/as discentes de graduação e pós-graduação são capacitados para atuarem em áreas diversas, engajando-se em projetos que visam especializar e aprofundar perspectivas e abordagens historiográficas, o que contribui para uma formação ampla, que possibilita oportunidades de estudos, inserção social e profissional capacitada. Entre 2007 e 2020, equipes dos referidos laboratórios do PPGH da UDESC, em parceria com outras instituições públicas e privadas, desenvolveram importantes projetos na área de História, especialmente para o estado de Santa Catarina. Dentre esses projetos, destacamos a criação da Hemeroteca Digital Catarinense – http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/; a organização das coleções Elpídio Barboza, Victor Márcio Konder e do professor Walter Fernando Piazza, salvaguardadas no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH) da Faed-Udesc – https://www.udesc.br/faed/idch/coleções; a instituição do "Projeto Arquivos Marginais" – https://arquivosmarginais.com/; a implementação do Observatório das Migrações de Santa Catarina – https://www.udesc.br/faed/observatoriomigracoessc; o projeto "Rede Specula" acerca do patrimônio histórico de Santa Catarina – https://redespecula.pro.br/sobre/; o projeto "IDES: mais de dois séculos de História" sobre as infâncias abandonadas – https://www.udesc.br/faed/idch/ides; o projeto "Estação Contestado" – https://www.udesc.br/faed/labec; a organização do Encontro Internacional Pós-Colonial e Decolonial – https://www.udesc.br/faed/aya/eventos; o projeto "Elogio da Escola" – https://www.udesc.br/faed/lec/extensao; o projeto "Guardar canções: exercício de memória, História e identidade" – https://www.udesc.br/faed/lis/extensão/projetos.

O PPGH da UDESC aprovou em 2019 uma normativa que regulamentou uma Política de Ações Afirmativas, objetivando o acesso e a permanência nos cursos de mestrado e doutorado de alunos e alunas

pertencentes a grupos sociais considerados excluídos socialmente no Brasil (Resolução CPG/PPGH n. 18, de 5 de dezembro de 2019). Essa Política de Ações Afirmativas tem como foco as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas, trans (travestis e transexuais), solicitantes de refúgio e/ou visto humanitário, refugiados/as ou imigrantes com visto humanitário e pessoas com deficiência. Tal política foi construída visando contribuir para o enfrentamento de desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras vigentes na sociedade brasileira há longa data. Para além da garantia do ingresso desses grupos sociais na pós-graduação do País, ações como essa procuram ampliar o escopo epistêmico e de conteúdo da História do Tempo Presente em um processo de incorporação de saberes e perspectivas muitas vezes desconsideradas no meio acadêmico. Essa iniciativa tem sido levada a cabo no curso desde a seleção para o ingresso de discentes do ano de 2020. Possivelmente, teremos mudanças em alguns cenários do curso descritos nesta narrativa nos anos que se seguem.

4
Considerações finais

Os cursos de pós-graduação da UFSC e da UDESC têm contribuído, desde que foram instituídos, nas décadas de 1970 e 2000 respectivamente, para a formação de historiadores e historiadoras em Santa Catarina, bem como para a produção de uma historiografia que vai muito além do âmbito regional. Os desafios, conforme descritos nesta narrativa, foram inúmeros em relação a um conjunto de fatores associados à construção de campos historiográficos inovadores e à formação de profissionais em nível de pós-graduação sob a ótica de uma cidadania plural e inclusiva. Esperamos que esses processos no âmbito universitário sejam aprimorados cada vez mais na busca de uma sociedade brasileira mais igualitária e justa.

REFERÊNCIAS

AREND, Silvia Maria Fávero; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Nas margens do tempo: a contribuição da Udesc para a História do Tempo Presente no Brasil. *In*: MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (org.). *História do tempo presente*: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 107-129.

CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. *Zongos em itinerância:* migrações ganesas em Criciúma no tempo presente (2014-2021). Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Lisboa: 70, 2019.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *O documento de História Oral como fonte histórica: uma experiência brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, 1977.

FARINES, Jean-Marie; TUYAMA, Laura; AURAS, Marli (org.). *Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil militar*. Florianópolis: UFSC, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5007/978-65-5805-037-7 Acesso em: 20 jan. 2023.

FÁVERI, Marlene de. Fazendo História na FAED: 25 anos. *In*: TEIVE, Gladys Maria Ghizoni; SCHEIBE, Leda; KOCH, Zenir Maria (org.). *FAED/Udesc*: 50 anos de educação (1963-2013). Florianópolis: Udesc, 2014. p. 115-133.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; BRANCHER, Ana Lice (org.). *Historiografia 35 anos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011.

GONÇALVES, Janice; MATOS, Felipe. Entre a colheita e a semeadura: O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e a historiografia catarinense. *In*: FLORES, Maria Bernardete Ramos; BRANCHER, Ana Lice (org.). *Historiografia 35 anos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011. p. 13 - 29.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; AREND, Silvia Maria Fávero. Geografias historiográficas: o tempo presente visto do Sul em uma revista brasileira. *In*: ELIBIO, Antônio; SCHUSTER, Karl; PINHEIRO, Rafael (org.). *Tempo presente*: uma História em debate. Recife: Edupe, 2019. p. 147-169.

MOREIRA, Igor Lemos; SILVA, Kelly Caroline Noll da. História em tempos presentes. Recortes, abordagens e caminhos de pesquisa. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa *et al. O fio que se faz a trama*. A História do Tempo Presente e a responsabilidade na pesquisa histórica. Vitória: Milfontes, 2022. p. 147-168.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de; WIT, Carolina Wanderley Van Parys de. Por uma História do Tempo Presente: balanço teórico das pesquisas no PPGH/

Udesc. *In:* RODRIGUES, Rogério Rosa *et al. O fio que se faz a trama*. A História do Tempo Presente e a responsabilidade na pesquisa histórica. Vitória: Milfontes, 2022. p. 169-186.

ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 162-185. jan./abr. 2017.

Capítulo 7



PRODUÇÃO DE HISTÓRIA E PROFISSÃO HISTORIADORA NA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

Michele Gonçalves Cardoso
Tiago da Silva Coelho
Ismael Gonçalves Alves

1 Introdução

Assim como em outras regiões do estado, o sul catarinense tem suas primeiras publicações, de cunho histórico, e seus primeiros espaços de memória organizados por memorialistas. É difícil conceituarmos, de modo categórico, o que seria um memorialista e quais seriam as suas funções, mas, pensando amplamente, vamos compreendê-lo como um entusiasta da história local, alguém que toma para si a função de promover pesquisas, analisar documentos, produzir textos e divulgar sua perspectiva de história. Seja de modo espontâneo

ou incentivados por determinados grupos, os memorialistas foram responsáveis pela preservação, valorização e difusão de diversos acervos, ao mesmo tempo que, por meio de suas obras, produziram diversas invisibilidades e silenciamentos que continuam ressoando no tempo presente.

No sul catarinense, os primeiros memorialistas a publicarem livros e constituir espaços de memórias foram, majoritariamente, padres católicos. Portadores de um saber formal muitas vezes negado a seus paroquianos, os religiosos tomavam para si a tarefa de escrever e documentar, indo muito além das atividades de registro esperadas pela função sacerdotal. Sendo constantemente estimulados a se deslocarem, esses religiosos aliavam a curiosidade pelo novo com o desejo de pesquisar aspectos históricos, geográficos, políticos, populacionais, ou mesmo ambientais, dos lugares por onde passavam, legando, assim, os primeiros contornos da produção historiográfica do sul do estado.

Esses autores buscaram narrar a história da região a partir dos processos colonizadores desempenhados ao longo do século XIX, que, por iniciativa pública ou privada, objetivavam assentar imigrantes europeus e configurar núcleos coloniais. O mito do vazio demográfico legitimava a posse e a venda das terras, desconsiderando aqueles que já a ocupavam, nesse caso, especialmente os Xokleng. O intenso processo colonizador também estimulou a vinda de representantes da Igreja Católica, já que muitos sacerdotes europeus foram enviados às colônias com o objetivo de zelar pelas almas, mas também de manter certa unidade entre os colonos. As missões de Turim e Munster, por exemplo, foram responsáveis pelo envio de dezenas de padres à região; e ambas possuíam como fundamento a manutenção dos vínculos entre a igreja e os países de origem, consolidando os binômios fé/italianidade e fé/germanismo.

Foi um representante da Missão de Turim, o padre Luigi Marzano, que legou a primeira obra de cunho histórico para a região sul catarinense. O livro *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil* (Marzano, 1985) se caracterizou como uma obra singular, pois a característica de sua escrita, pautada numa narrativa biográfica com contornos de diário pessoal e de relato de viagem, nos legou importante

perspectiva sobre os processos de colonização no estado de Santa Catarina. Marzano saiu da Itália, em 1899, rumo à colônia de Urussanga, fundada no sul catarinense em 1878. No período em que viveu na localidade (quatro anos), tornou-se um destacado agente político, o que gerou diversas disputas e custou-lhe a indisposição com autoridades locais, acarretando o fim do projeto missionário e seu retorno à Itália.

O relato de seu período no sul catarinense foi, originalmente, publicado em italiano em 1904, sendo que a obra passou a circular de modo mais efetivo na região somente a partir da tradução realizada pelo padre João Leonir Dall'Alba, em 1985. A tradução foi publicada pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Prefeitura Municipal de Urussanga. Nesse processo de circulação, observa-se como as narrativas de Marzano foram sendo incorporadas ao imaginário migratório catarinense. Segundo a historiadora Chiara Pagnotta (2017), a característica testemunhal do texto reforça um discurso de veracidade e de confiabilidade da memória individual, tornando-se uma referência para a compreensão da mentalidade dos imigrantes do período de colonização, de seus descendentes e, ainda, para a criação do mito do migrante pioneiro. Podemos destacar que muitos dos contornos de uma identidade italiana cunhada no contexto migratório catarinense são pautados pela narrativa de Marzano, principalmente os elementos que envolvem o contato com os indígenas, a concepção de progresso, a relação com a natureza e a religiosidade católica.

Essa intensa relação entre os núcleos coloniais e a igreja católica continuou sendo o tema privilegiado para a escrita dos memorialistas, que buscavam na história das colônias legitimar o presente, as relações sociais, políticas e econômicas dos descendentes de migrantes, sendo que, em sua maioria, além de representantes do catolicismo, também eram, eles próprios, descendentes de migrantes. Baseados em documentação diversa, os livros por eles publicados tornaram-se narrativas oficiais das cidades pesquisadas e, de modo ampliado, da própria região. Essas produções reverberam, ainda hoje, em museus, monumentos, festividades e nos acervos documentais. Escritas por "homens sagrados" e "comprovadas" pela documentação, essas obras foram pouco problematizadas e exaustivamente reproduzidas, criando

invisibilidades e legitimando discursos. Nesse sentido, vale destacar neste texto, mesmo que brevemente, algumas dessas obras.

Seguindo o esquema narrativo já apresentado, temos as obras de padre Raulino Reitz (1919-1990). Nascido em Santa Catarina, o sacerdote atuava principalmente como botânico, sendo a maioria de suas publicações destinada a esse campo de pesquisa. Contudo, em 1948, Reitz publicou a obra *Paróquia de Sombrio – Ensaio de uma monografia paroquial*, que, segundo o autor, se caracterizava como um trabalho "estatístico-descritivo sobre a terra, o povo e as realizações religioso-sociais desta novel Paróquia" (Reitz, 1988, p. 3). Resultado de uma intensa pesquisa nos arquivos paroquiais do extremo sul catarinense, como também em dados do Departamento Estadual de Estatística e do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, o livro buscava dar contornos aos processos de ocupação do sul catarinense, em especial do extremo sul, caracterizando a população local e destacando as diferentes fases de atuação da igreja católica na região.

No mesmo período em que Reitz publicava sua obra, o catarinense Agenor Neves Marques (1915-2006) chegava ao sul do estado, inicialmente atuando como sacerdote em Criciúma e, posteriormente, em Urussanga. Além das funções de clérigo, Marques possuía forte vínculo político, liderando diversas ações anticomunistas. Paralelamente às atividades religiosas e políticas, realizava diversas pesquisas de cunho histórico e publicações literárias. Como resultado das pesquisas históricas, publicou duas obras: *Imigração italiana* (Marques, 1977) e *História de Urussanga* (Marques, 1990). Concomitantemente às pesquisas, o sacerdote organizou um grande acervo particular com objetos de famílias italianas e, também, elementos da cultura material indígena. Por meio da doação de seu acervo, foi originado o museu histórico da cidade, inaugurado em 1988.

Na esteira dessas ações, o Monsenhor Quintino Baldessar (1923-2009), catarinense de nascimento, foi designado para a paróquia de Nova Veneza em 1952. Assumindo a Capelania Militar do Exército Brasileiro no posto de capitão, viajou por todo o Brasil e, posteriormente, integrou a Força de Emergência das Nações Unidas. Em 1994, voltou ao sul catarinense atuando no município de Criciúma. No início da década

de 1990, o sacerdote publicou as obras *Os imigrantes no confronto com os donos da terra, os índios* e *Imigrantes: sua história costumes e tradições no processo de colonização no sul do Estado de Santa Catarina* (Baldessar, 1991). Em 2007, publicou, ainda, *Imigrantes: sua história costumes e tradições* (Baldessar, 2007). Apesar da ênfase dada ao tema no título da primeira obra, a presença indígena se dá como contraponto do projeto colonizador/civilizador, legitimando, inclusive, as incursões que buscavam dizimar esses grupos.

Assim como Baldessar, a década de 1950 marcava também a chegada de padre Paulo Hobold (1918-1996) ao município de Araranguá. O sacerdote atuou na cidade durante 21 anos, realizando uma extensa pesquisa sobre a região. Somente em 1994 o clérigo conseguiu publicar a obra *História de Araranguá*: *reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930* (Hobold, 1994). O livro foi revisitado pelo historiador Alexandre Rocha, tendo recebido algumas informações atualizadas para ser publicado novamente em 2005.

Foi também Alexandre Rocha que organizou a publicação *Histórias do Grande Araranguá* (Dall'Alba, 1997), escrita pelo padre João Leonir Dall'Alba, que, por ocasião de seu projeto missionário no Equador, não conseguiu concluir a obra. E é com Dall'Alba que finalizamos a incursão pela trajetória dos memorialistas. O sacerdote nascido em Caxias do Sul começou a atuar no município de Orleans em 1967 e, logo que chegou, iniciou suas pesquisas de cunho histórico, encontrando, inclusive, a documentação da empresa colonizadora Grão-Pará. A partir dessa documentação, publicou sua primeira obra, *Pioneiros nas terras dos condes* (Dall'Alba, 1971), e começou a organizar o primeiro acervo documental da região, que deu origem ao Centro de Memória e Documentação Plínio Benício (Cedohi).

Ao longo de sua vida, publicou mais de 20 livros, cujas temáticas, na sua maioria, diziam respeito ao sul catarinense. Além dos já citados, publicou também *O Vale do Braço do Norte* (Dall'Alba, 1987), *Laguna antes de 1880: Documentário* (Dall'Alba, 1979), *Imigração Italiana em Santa Catarina: Documentário* (Dall'Alba, 1983), *Memórias do Araranguá* (Campos, 1987), *Colonos e mineiros no grande Orleans* (Dall'Alba, 1986). Além da diversidade documental mobilizada em suas obras, Dall'Alba

utilizava como metodologia de pesquisa a realização de entrevistas, legando um outro importante acervo sobre a história da região e dos lugares por onde passou, tendo realizado em torno de 750 entrevistas orais. Além disso, foi diretamente responsável pela criação do Museu da Imigração Conde d'Eu e do Museu ao Ar Livre Princesa Isabel.

Os museus fundados em Orleans foram sendo organizados ao longo da década de 1970 e se tornaram referência para os demais construídos no período, já que diversos municípios passaram a inaugurar suas instituições museais motivados pelos centenários de imigração europeia na região. Os museus de temática migratória são predominantes no sul catarinense. Ainda hoje, por conta da oficialidade vinculada a esses espaços, tornam-se locais de difícil acesso para os profissionais de história.

Ainda sobre os memorialistas, salienta-se que as redes de sociabilidade dos referidos sacerdotes foram fundamentais para a garantia de suas pesquisas e publicações. Escritores de uma história coesa e sem contradições, têm seus textos, ainda hoje, compreendidos como a "verdadeira" história da região; continuam servindo de modelo para escritores atuais que prosseguem narrando a história de seus municípios e de suas famílias, replicando os mesmos moldes dos memorialistas. Apesar das permanências desses discursos, a chegada das instituições fundacionais de educação, especialmente dos cursos de História, vai modificar o panorama de pesquisas no sul catarinense.

2
A criação das instituições de ensino superior no sul catarinense

Durante as décadas de 1960 e 1970, diversas regiões catarinenses protagonizaram ações com o objetivo de interiorizar o ensino superior, que, até aquele momento, estava centralizado na capital do estado.

> A interiorização da educação superior em SC começou a ser impulsionada a partir da segunda metade dos anos 60, por

> meio de políticas públicas voltadas à criação das fundações educacionais de direito privado. Estas, majoritariamente criadas pelos poderes públicos municipais, foram responsáveis pela implantação dos primeiros cursos de graduação nas principais cidades de SC, dando origem, mais tarde, às universidades comunitárias (Bastiani; Trevisol; Pegoraro, 2018, p. 376).

As universidades comunitárias são instituições públicas não estatais e sem fins lucrativos, cujo modelo foi regulamentado no Brasil apenas em 2013, pela Lei n. 12.881. Antes desse marco, as instituições comunitárias já eram respaldadas tanto pela Constituição Federal quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que consideravam as "escolas comunitárias" como formatos educacionais brasileiros.

No sul do estado, a primeira fundação educacional criada por iniciativa da comunidade foi a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (Fessc), localizada no município de Tubarão. A instituição surgiu como Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Santa Catarina em 1964 e, após diversos processos, passou a ser reconhecida como Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em 1989. Foi nessa instituição que surgiu o primeiro curso de graduação em História da região, que iniciou suas atividades em maio de 1970, ainda como curso de Estudos Sociais. Posteriormente, com o Decreto n. 72.822, de 4 de junho de 1975, o acadêmico que desejasse a licenciatura plena em História, para lecionar no segundo grau (ensino médio), deveria fazer a complementação, com carga horária adicional. Ao ampliar seu *campus* para o município de Araranguá, em 1992, a Unisul também implementou na cidade o curso de História, ampliando ainda mais o número de profissionais formados no sul catarinense. Mas, apesar de sua trajetória fortemente vinculada à comunidade regional, atualmente a instituição não faz mais parte das entidades comunitárias catarinenses.

Outra iniciativa que partiu da comunidade regional ocorreu no município de Criciúma, com a criação da Fundação Educacional de Criciúma (Fucri), por decreto municipal, em 1968. Para poder criar os cursos de graduação, a Fucri constituiu faculdades, tendo fundado em 1970 a Faculdade de Ciências e Educação (Faciecri). Em 1974, foi criada a Escola Superior de Educação Física e Desporto (Esede); em 1975,

mais duas escolas foram concebidas: a Escola Superior de Tecnologia (Estec) e a Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas (Escca). A Faciecri começou a funcionar junto ao Colégio Madre Teresa Michel, deslocando-se depois para a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC). Somente em 1974 é que passou a funcionar em um *campus* universitário próprio (Bitencourt, 2011).

Ao longo da década de 1990, fortaleceu-se o movimento para a transformação das escolas em universidade, momento em que se criou a Unifacri, que representava a União das Faculdades de Criciúma. A Unifacri foi um marco na vida da instituição e da região sul catarinense, já que representava o surgimento de uma estrutura pré-universitária, que, vivenciada por mais de três anos, permitiu o avanço em direção a uma visão mais ampla quanto à função do ensino superior e, principalmente, com relação à sua inserção na comunidade externa. Em 1997, a Unifacri transformou-se em Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), consolidando-se como uma universidade comunitária (Bitencourt, 2011).

Ainda no sul do estado, outra fundação educacional criada por iniciativa do poder público municipal foi a Fundação Educacional Barriga Verde (Febave), fundada em 1974 na cidade de Orleans, tendo como um de seus articuladores o já citado padre João Leonir Dall'Alba. A proposta seguiu as já estabelecidas Fessc (Unisul) e Fucri (Unesc), antevendo a possibilidade de auxílio para a Educação Básica e a criação de cursos superiores. A Febave transformou-se no ano de 2006 em Centro Universitário Barriga Verde (Unibave). Mesmo não possuindo em sua trajetória formação em nível superior na área de História, a Unibave mantém e administra importantes estruturas para a memória do estado de Santa Catarina, como o Centro de Memória e Documentação Plínio Benício (Cedohi), o Museu da Imigração Conde d'Eu e do Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. A história dessas entidades confunde-se com o trabalho de História produzido pelo padre João Leonir Dall'Alba, que articulou por décadas as produções em História da região sul do estado (Cardoso, 2018).

As fundações educacionais, aos poucos, foram-se transformando em universidades, implementando uma política de formação sólida

em nível superior, suprindo boa parte da demanda da formação de professores de História, incentivando práticas de pesquisa e docência, disputando a produção historiográfica com os memorialistas locais, produzindo e difundindo o conhecimento acadêmico e profissional. Os cursos de História da região sul, concentrados principalmente na Unisul e na Unesc, tiveram sua formação inicial com o curso de Estudos Sociais, depois História licenciatura e História bacharelado, focando na pesquisa e extensão, atuando na salvaguarda do patrimônio cultural da região sul do estado.

3
O curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

A trajetória do curso de História na Unesc tem início com a implementação do curso de Estudos Sociais da Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma (Faciecri), em 1974. Ao longo de quase duas décadas de existência, o curso foi dividido em dois momentos distintos: o primeiro, entre a sua fundação e 1980, já que, em 1978, o vestibular foi suspenso por falta de demanda – o curso habilitava para Estudos Sociais no ensino de 1º grau e para Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Moral e Cívica para o 2º grau, conforme a legislação criada no contexto dos governos militares; a segunda fase teve início em 1987 e se encerrou em 1991: nessa fase, implantou-se uma nova grade curricular no curso e a obrigatoriedade do trabalho de conclusão de curso (TCC), passando também a funcionar no período noturno, com a entrada no vestibular de inverno (Unesc, 2002).

Especialmente no segundo momento de oferta do curso, pode-se perceber a efetiva participação de alunos no movimento estudantil e de professores nas discussões políticas da instituição, movimento que impulsionou a criação do Centro Acadêmico de Estudos Sociais em 1988, como também diversas atividades acadêmicas, como, por exemplo, as Jornadas de Estudos Sociais. Sobre esse evento, o professor Nivaldo Aníbal Goularte escreveu:

> No período em que o curso de História e o de Estudos Sociais existiam simultaneamente, houve a iniciativa de se promover um evento internacional com professores do Mercosul. Uma professora da Argentina apresentou [a] história daquele país sob a ótica deles, na relação com o Brasil. O mesmo fez um professor do Uruguai e uma professora do Paraguai. [...] O tema foi "Mercosul, integração e resistência" (Goularte, 2005, p. 9).

Figura 1 – Cartaz da Jornada de Estudos Sociais e História de 1995



Fonte: acervo do Centro de Memória e Documentação (Cedoc) da Unesc.

Também nesse período, foram iniciados estudos de arqueologia, tendo a universidade liderado uma campanha de conscientização sobre a existência e a preservação dos sambaquis na região. Em 1992, o vestibular para o curso de Estudos Sociais foi novamente suspenso. Dessa vez, a razão foi a possibilidade de transformá-lo em dois cursos: História e Geografia, finalizando, assim, a existência do curso de Estudos Sociais (que formou, ao longo de sua trajetória, 204 profissionais).

Desse modo, em 1995, foi implantado o curso de História e, também, seu Centro Acadêmico, que homenageou o estudante secundarista assassinado no restaurante Calabouço, em 1968, Edson Luís de Lima Souto. O curso manteve a linha crítica do curso de Estudos Sociais, caracterizando-se pela participação de alunos e professores nas discussões políticas e eleitorais, organização de eventos, realização de debates, promoção de viagens de estudo, etc. Mesmo assim, parte dos professores avaliava que o projeto do curso e a estrutura curricular impunham alguns obstáculos para se construir uma identidade para o curso de História e para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. A estrutura curricular praticamente manteve-se a mesma do curso de Estudos Sociais, ou seja, era formado por um conjunto de disciplinas da História, da Geografia e da Pedagogia. Além disso, aboliu-se a obrigatoriedade da monografia como requisito para a conclusão do curso, reforçando a dissociação entre ensino e pesquisa e, consequentemente, desestimulando a prática de pesquisa no curso (Unesc, 2002).

Em vista dessas observações, em 1997, criou-se uma comissão para redefinir a proposta pedagógica do curso, processo que foi concluído no ano 2000. A partir de 2001, o curso passou a ser ofertado como licenciatura e bacharelado em História. Nesse mesmo período, atendendo a necessidade de diversos professores graduados em Estudos Sociais, o curso de História implementou, juntamente com a Secretaria Estadual de Educação, o Magister em História. Ofertado no período noturno e com carga horária 1.440 horas, o curso foi realizado no município de Araranguá em 1997, e buscava auxiliar na complementação da formação acadêmica em Estudos Sociais, formando, assim, mais 48 profissionais habilitados em História (Unesc, 2002).

Tendo em vista as novas exigências para o campo da formação profissional regional, e a necessidade de atender a licenciatura e o bacharelado, o curso de História buscou uma proposta de formação em ensino e pesquisa de modo integral e indivisível, balizados pela perspectiva da História social e cultural. Devido à inserção regional da universidade, e ao gigante passivo ambiental da exploração carbonífera, o curso se preocupou, desde sua criação, com as questões socioambientais da

região. A trajetória das pesquisas e dos interesses da graduação em História se misturava com a trajetória de seus estudantes e docentes, cuja formação se deu concomitante ao processo de amadurecimento da graduação.

Muitos dos primeiros docentes do curso de História da Unesc tiveram sua formação na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), no *campus* de Tubarão, visto que, até a década de 1990, fora a única a ofertar a formação disciplinar específica. A constituição desses pesquisadores e pesquisadoras fomentou um aprofundamento teórico e temático na história e cultura do carvão em Santa Catarina, principalmente na formação desses docentes na pós-graduação, fato que levou à criação de um do grupo de pesquisa intitulado *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*, que legou um importante conjunto documental, bem como dois livros sobre a região carbonífera (Carola, 2011; Goularti Filho, 2004). Parte desse levantamento documental também contribuiu para os estudos sobre as estruturas carboníferas da região e seu potencial patrimonial, resultando no livro *Memórias e identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina* (Costa; Osório, 2017).

As pesquisas sobre a região carbonífera e os intensos diálogos com a comunidade regional foram ampliados significativamente, com a criação do Centro de Memória e Documentação (Cedoc/Unesc), no ano 2000. O desejo de criar um espaço para a preservação e a difusão da memória regional existia desde o curso de Estudos Sociais, quando, em 1992, apresentou-se uma proposta para a criação de um arquivo histórico regional. Entretanto, a intenção de constituir o Centro de Documentação foi amadurecida somente no primeiro semestre de 2000, quando a direção do Fórum da Comarca de Criciúma tornou pública a intenção de se desfazer dos processos judiciais que haviam expirado o prazo de permanência em poder do Fórum e não caberia mais nenhum tipo de recurso judicial. Alegavam à época que, se não houvesse pessoas ou instituições interessadas em recolher os referidos processos, eles seriam sumariamente incinerados, por não ter no Fórum espaço físico suficiente e necessário para a manutenção dos arquivos em questão.

Avaliando que o expurgo desses documentos judiciais representaria uma enorme perda do ponto de vista histórico e científico pela riqueza das informações ali contidas, a reitoria da Unesc, por meio do reitor, Edson Carlos Rodrigues, requereu tais processos junto ao Fórum, que prontamente se dispôs a doar o acervo, desde que fossem cumpridos todos os requisitos legais para, então, efetivar-se a doação. Nesse sentido, a partir da requisição da Unesc, e da doação efetuada pelo Fórum, os Departamentos de História e Ciências Jurídicas, em parceria, passaram a se reunir e discutir a melhor forma de conduzir o processo de transferência do acervo doado para a instituição. Dessa forma, foi providenciada uma sala ambiente no Centro de Prática Jurídica (CPJ) da Unesc, no prédio do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, estando ela equipada com um número razoável de estantes que passou a acondicionar os processos judiciais recebidos em doação em dezembro de 2001. Ao longo do ano, uma equipe trabalhou na identificação e na relação dos processos que seriam transferidos para a Unesc, nas dependências do próprio Fórum de Criciúma.

Somente em 2002 o Centro de Documentação foi transferido para a Unesc, ocupando diversos lugares durante todo seu período de existência, estando localizado atualmente no bloco administrativo da universidade. O processo de reformulação do Centro de Documentação teve como motivação a necessidade de promover maior comunicação de seu acervo, complementando o processo de rearticulação com o curso de História da Unesc, que, além de ofertar a formação em licenciatura, ofertava a dupla habilitação com a formação do bacharelado desde 2001. Orientado pelo tripé salvaguarda, pesquisa e comunicação, o Centro de Documentação passou a se chamar Centro de Memória e Documentação da Unesc, reforçando sua missão de preservar e comunicar os acervos e a memória da região sul de Santa Catarina. Atualmente, o Cedoc conta com equipe multidisciplinar e quatro laboratórios distintos: Laboratório de História Oral, Imagem e Som; Laboratório de Educação para o Patrimônio; Laboratório de Conservação e Restauro; Memorial Unesc.

Ao todo, o acervo do Cedoc/Unesc possuiu aproximadamente dez coleções documentais, em diferentes suportes – papéis, audiovisual,

cartográficos e objetos tridimensionais. Essa vasta documentação subsidia as pesquisas realizadas pelo curso de História e demais cursos da Unesc, bem como pesquisadores e pesquisadoras com interesse pela documentação salvaguardada pelo centro. O Cedoc/Unesc tem por objetivo a realização de pesquisas e exposições sobre a história e a memória da região sul de Santa Catarina, auxiliando os municípios e as empresas da região para salvaguarda, pesquisa e comunicação de suas memórias e histórias, como, por exemplo, o projeto realizado em 2021 pela equipe do Cedoc/Unesc em parceria com a Prefeitura Municipal de Nova Veneza; na oportunidade dos 130 anos de colonização do município, foram realizadas 130 entrevistas em vídeo com as pessoas mais idosas da cidade objetivando registrar as memórias dos entrevistados e também da cidade de Nova Veneza. Também é objetivo central do Cedoc a realização de atividades de educação patrimonial com as escolas da região, bem como com acadêmicos de outros cursos da instituição. Além das atividades específicas do centro, também há parcerias com outro laboratório vinculado ao curso de História: o Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (Lapis).

Como mencionado, as pesquisas arqueológicas fazem parte do curso de História, desde a existência do curso de Estudos Sociais. Ao longo dos anos, a universidade protagonizou diversas ações para preservação e divulgação das pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo corpo docente do curso e equipes técnicas. Atualmente, o Lapis se configura como um espaço formativo no qual acadêmicos e o público externo desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. O laboratório tem como objetivo desenvolver estudos interdisciplinares que buscam compreender, do ponto de vista contextual, a forma pela qual as sociedades pré-históricas e históricas se relacionaram com o ambiente, a paisagem e o território que ocuparam.

O Lapis desenvolve atividades ligadas a escavações arqueológicas, análise tecnológica de indústrias líticas, análise de material cerâmico, atividades e projetos de educação patrimonial, guarda de material arqueológico e endosso institucional. Também, a produção de conhecimento por meio de projetos de pesquisa e extensão que, a partir da

Arqueologia, da História, do patrimônio e do diálogo com diferentes comunidades indígenas, têm assumido o compromisso com a Lei n. 11.645/2008 e com a descolonização de saberes eurocentrados, tensionando uma historiografia construída a partir dos colonizadores.

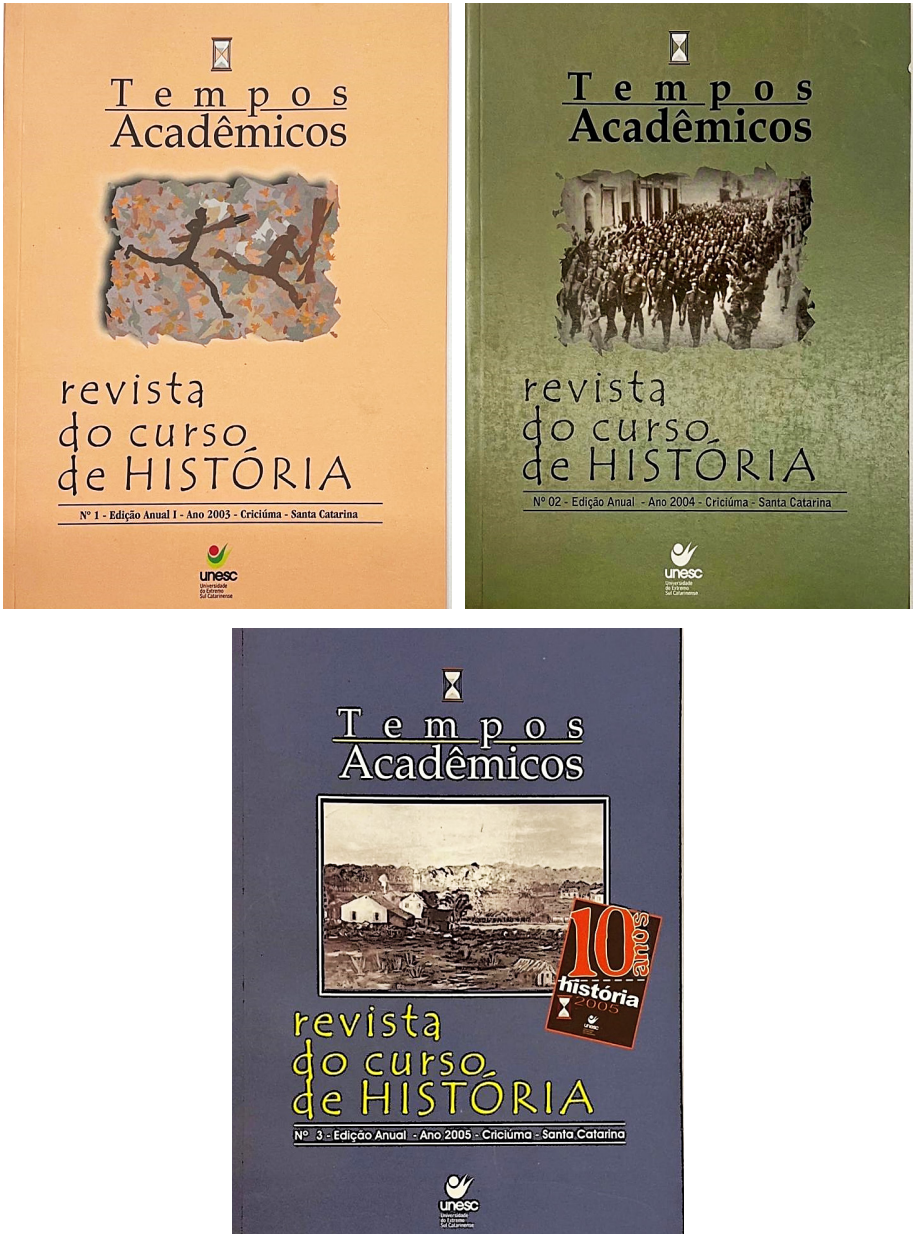
Os laboratórios do curso de História da Unesc são, em parte, formulados tanto pelas necessidades encontradas pela comunidade acadêmica quanto pelas pesquisas e pelos interesses de seu corpo docente, que durante sua existência foi composto majoritariamente por professores e professoras provenientes da região sul de Santa Catarina, bem como de outras regiões do estado e do sul do País. A preocupação com a especialização dos profissionais de História do extremo sul catarinense, região de abrangência da Unesc, esteve presente até mesmo em períodos anteriores à criação do curso de História como disciplina específica (1995), pois, no final da década de 1980, com conclusão em 1987, foi realizado um curso de especialização pela Fucri intitulado *Especialização em História do Brasil* e, entre 1991 e 1993, outra oferta, intitulada *Especialização em História*, trouxe para a Fucri professores de outras universidades para formação em pós-graduação, fato importante para o contato com outras realidades e oportunidades de formação. Dessas experiências, inseriram-se na pós-graduação professores da Educação Básica que, posteriormente, fizeram parte do quadro de docentes do curso de História (que seria criado alguns anos depois). Outro fato importante para a compreensão do quadro de pesquisas, profissionais e atuações do curso de História da Unesc e de seus laboratórios foi o fato da recomposição do quadro docente na década de 2010 com profissionais egressos do próprio curso, com variadas formações, na pós-graduação.

Essa formação em instituições distintas e com áreas de interesse diversas possibilitou ao curso de História e aos seus docentes uma significativa produção acadêmica nos mais diversos suportes e temáticas, "[...] novos professores saídos recentemente de seus mestrados postulavam uma 'nova história' e, assim, uma nova forma de fazer e pensar a disciplina" (Carola; Bitencourt, 2004, p. 7). Ao longo dos anos, diversas publicações têm colaborado com o registro e a difusão das histórias da região. Para exemplificar apenas algumas publicações,

podemos citar aquelas diretamente relacionadas à cidade de Criciúma: *Circulando por lugares sagrados: reconhecendo a memória religiosa de Criciúma* (Ostetto; Costa, 2001), *O tempo atravessou a vila: memória dos moradores do bairro Primeira Linha – Criciúma-SC/1892-2000* (Costa, 2001) e *Tudo isso eles contavam: memória dos moradores do bairro Santo Antônio – Criciúma-SC 1880-2000* (Costa, 2000). Sobre os municípios vizinhos à Unesc, podemos mencionar a obra *Forquilhinha: do presente para o passado, outras memórias, uma nova história* (Zanelatto; Osório, 2012).

Também há outras publicações realizadas por docentes do curso de História, vinculadas ou não a projetos desenvolvidos com a presença de discentes: *As curvas do Trem: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina* (Nascimento, 2004), *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)* (Carola, 2002), *Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)* (Zanelatto; Alves, 2017), *Mundos do trabalho em Santa Catarina* (Zanelatto; Salvaro, 2019), *Migrações, identidade e trabalho na contemporaneidade* (Zanelatto; Cardoso, 2023); ainda, as séries organizadas com a participação do Lapis sobre patrimônio cultural e arqueologia, intituladas *Planejamento e gestão territorial* (4 volumes) (Ladwig; Campos, 2019, 2020, 2021, 2022) e *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente* (4 volumes) (Campos *et al.*, 2015, 2016, 2018, 2021). Ademais, podem ser destacadas as produções que envolvem diretamente os acadêmicos e as acadêmicas do curso de História, como a revista *Tempos Acadêmicos*, que surgiu com a finalidade de compartilhar as produções de acadêmicos e egressos do curso de História, mas que aceitou, durante suas edições, contribuições externas à universidade (Zanelatto; Carola, 2003).

Figura 2 – Capas das três primeiras edições da revista *Tempos Acadêmicos* (2003, 2004, 2005)



Fonte: acervo do Centro de Memória e Documentação (Cedoc) da Unesc.

Outra iniciativa com grande participação e produção dos acadêmicos e acadêmicas do curso foi a publicação *Migrar é um direito humano: guia de acolhimento para migrantes* (Zanelatto; Cardoso, 2019), vinculada diretamente ao trabalho do subprojeto de História e Geografia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); articulando atividades de ensino, pesquisa e extensão, as ações e a publicação tiveram por objetivo articular o acolhimento aos migrantes contemporâneos nas escolas e nas cidades da região de Criciúma.

As publicações citadas são apenas algumas daquelas produzidas nessa trajetória de quase 30 anos de existência do curso de História. Transformando-se a partir das demandas da comunidade, bem como das modificações de legislação, o curso segue ofertando, desde 2015, a graduação em licenciatura. Ao olharmos retrospectivamente para a trajetória do curso de História da Unesc, destacamos a marca de 580 profissionais formados, demonstrando a importante contribuição do curso para a prática da profissão historiadora.

4
Considerações finais

Para finalizar, vale ressaltar que atualmente o curso de História da Unesc se coloca como um espaço dialógico e comprometido com a pluralidade de saberes. O pesquisar e o ensinar vão entrelaçando a formação docente desde as primeiras fases do curso, reforçando que, no ofício da história, há saberes que precisam ser aprendidos como prática, como artesania, construindo outros olhares, sensibilidades, sujeitos e abordagens. Para tanto, é na sala de aula que o ensino e a pesquisa começam a ser problematizados com uma historiografia constantemente revisitada e com outros jeitos de ensinar e aprender.

A articulação dos saberes da profissão historiadora com o ensinar e aprender da didática em história constrói espaços seguros para o desenvolvimento humano de cada pessoa matriculada no curso de História da Unesc. A estrutura curricular do curso, os espaços de

representatividade estudantil, como o Centro Acadêmico, mas também os espaços colegiados são pautados por uma prática política e pedagógica estruturada para recepcionar e acolher as diversidades de ser e pensar. Os acontecimentos decorridos da pandemia e do isolamento social provocados pela Covid-19 constataram a importância do curso de História como um espaço de acolhimento e desenvolvimento, em que a proposta de formar historiadores e historiadoras do futuro complementa largamente as necessidades do presente, tanto no acolhimento, na discussão e na problematização das demandas do contemporâneo quanto nos horizontes apreendidos na vivência cotidiana de estudantes e docentes.

Tanto por isso, a obra *Profissão historiadora em Santa Catarina: passados, presentes e futuros possíveis* é, sem dúvida, um importante exercício de registro e de conhecimento das diferentes experiências vivenciadas no estado catarinense em torno da profissão historiadora. Compartilhar as experiências vivenciadas em cada região do estado é fundamental para percebermos as especificidades do estado catarinense, como também as semelhanças que nos aproximam. Compreender as dinâmicas sociais, políticas e pedagógicas dos espaços de formação, dos grupos de trabalho e da seção Santa Catarina da Associação Nacional de História contribui significativamente para a democratização do conhecimento no estado, bem como para ações de incentivo à diversidade e ao acolhimento ao diferente, em um espaço público tão marcado pelo conservadorismo, racismo e preconceito.

Nestes quase 30 anos de existência, o curso esteve presente na construção da Anpuh-SC, seja participando ou sediando seus eventos, seja compondo sua gestão, seja, ainda, articulando demandas políticas e pedagógicas juntamente com os demais associados.

Revisitar essa história foi, também, observar aspectos pouco discutidos e, por vezes, ainda não salvaguardados; foi encontrar-se com passados complexos, com pessoas que não estão mais presentes; foi reencontrar com dinâmicas ignoradas. A experiência de escrever sobre seu espaço de vivência cotidiana garantiu a chance de revisitar aspectos não evidenciados, como as propostas políticas de futuro,

pensadas na época da graduação em Estudos Sociais; mas, também, com as aspirações das pessoas que hoje compõem o quadro discente e docente dessa instituição, possibilitando pensar e repensar as ações para os próximos 30 anos.

REFERÊNCIAS

BALDESSAR, Quinto Davide. *Imigrantes: sua história, costumes e tradições no processo de colonização no Sul do Estado de Santa Catarina*. Urussanga: [s.n.], 2007.

BALDESSAR, Quinto Davide. *Os imigrantes no confronto com os donos da terra, os índios*. [S.l.]: Edição do Autor, 1991.

BASTIANI, Sherlon Cristina de; TREVISOL, Joviles Vitório; PEGORARO, Ludimar. A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917-2017). *Eccos Rev. Cient.*, São Paulo, n. 47, p. 375-395, set. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5585/eccos.n47.7974 Acesso em: 16 out. 2023.

BITENCOURT, João Batista. *Unesc*: a trajetória de uma universidade comunitária. Criciúma: Ediunesc, 2011.

CAMPOS, Bernardino de Senna. *Memórias do Araranguá*. Seleção e coordenação do padre João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de (org.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente*: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. v. 1. 255 p.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de (org.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente*: perspectivas sobre diversidades, cultura e memória. Curitiba: Multideia, 2016. v. 1. 262 p.

CAMPOS, Juliano Bitencourt *et al. Patrimônio cultural, direito e meio ambiente*: arqueologia e Turismo Sustentável. Criciúma: Ediunesc, 2021. v. 1. 498 p.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian H. da S. Gomes; SANTOS, Marcos César Pereira (org.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente*: educação contextualizada – arqueologia e diversidade. Criciúma: Ediunesc, 2018. v. 1. 340 p.

CARDOSO, Michele Gonçalves. *As Missões de Pe. João Leonir Dall'Alba*: história, memória e produção de discursos étnicos sobre o sul do Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da história*: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: UFSC, 2002. 262 p.

CAROLA, Carlos Renato (org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*: impactos sociais e ambientais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. 326 p.

CAROLA, Carlos Renato; BITENCOURT, João Batista. Apresentação. *Tempos Acadêmicos*, Criciúma, n. 2, 2004.

COSTA, Marli de Oliveira. *O tempo atravessou a vila*: memória dos moradores do bairro Primeira Linha – Criciúma/SC – 1892-2000. Criciúma: Prefeitura Municipal de Criciúma, 2001. v. 1. 133 p.

COSTA, Marli de Oliveira. *Tudo isso eles contavam*: memória dos moradores do bairro Santo Antônio – Criciúma/SC. Criciúma: Prefeitura Municipal de Criciúma, 2000. v. 1. 135 p.

COSTA, Marli de Oliveira; OSÓRIO, Paulo Sérgio (org.). *Memórias e identidades*: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina. Tubarão: Copiart; Criciúma: Ediunesc, 2017. 110 p.

DALL'ALBA, João Leonir. *Colonos e mineiros no grande Orleans*. Florianópolis: Edição do Autor, 1986.

DALL'ALBA, João Leonir. *Histórias do grande Araranguá*. Araranguá: Orion, 1997.

DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*: Documentário. Caxias do Sul: Educs; Florianópolis: Lunardelli, 1983.

DALL'ALBA, João Leonir. *Laguna antes de 1880*: Documentário. Florianópolis: Lunardelli/Udesc, 1979.

DALL'ALBA, João Leonir. *Pioneiros nas terras dos condes*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1971.

DALL'ALBA, João Leonir. *O vale do Braço do Norte.* Orleans/SC: Edição do Autor, 1987.

GOULARTE, Nivaldo Aníbal. Apresentação. *Tempos Acadêmicos*, Criciúma, n. 3, p. 7-9, 2005.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 394 p.

HOBOLD, Paulo. *História de Araranguá*: Reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: Palmarinca/EST, 1994.

LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). *Planejamento e gestão territorial*: áreas protegidas. Criciúma: Ediunesc, 2021. 510 p.

LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). *Planejamento e gestão territorial*: arqueologia e direito ambiental. Ponta Grossa: Atena, 2022. 177 p.

LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). *Planejamento e Gestão Territorial*: Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade. Criciúma: Ediunesc, 2020. 408 p.

LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). *Planejamento e gestão territorial*: o papel e os instrumentos do planejamento territorial na interface entre o urbano e o rural. Criciúma: Ediunesc, 2019. 534 p.

MARQUES, Agenor Neves. *Imigração italiana*. Criciúma: Ribeiro, 1977.

MARQUES, Agenor Neves. *História de Urussanga*. Urussanga: Secretaria de Educação e Cultura, 1990.

MARZANO, Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*. Tradução Pe. João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: UFSC, 1985.

NASCIMENTO, Dorval. *As curvas do Trem*. A presença da Estrada de Ferro no Sul de Santa Catarina. Criciúma: Unesc, 2004.

OSTETTO, Lucy Cristina; COSTA, Marli de Oliveira (org.). *Circulando por lugares sagrados*: reconhecendo a memória religiosa de Criciúma. Criciúma: Unesc, 2001. 113 p.

PAGNOTTA, Chiara; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Os italianos no espaço público de Santa Catarina (Brasil). Entre epopeia e festas étnicas. *Confluenze*, Bologna, v. 9, n. 1, p. 78-106, 2017.

REITZ, Raulino. *Paróquia de Sombrio*: Ensaio de uma monografia paroquial. 2. ed. Brusque: Azambuja, 1988. (Edição fac-similar da edição de 1948).

UNESC. *Projeto político e pedagógico do curso de História da Unesc*. Criciúma, 2002.

ZANELATTO, João Henrique; ALVES, Ismael Gonçalves (org.). *Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)*. Criciúma: Ediunesc; Itajaí: Univali, 2017. 270 p.

ZANELATTO, João Henrique; CAROLA, Carlos Renato. Apresentação. *Tempos Acadêmicos*, Criciúma, n. 1, 2003.

ZANELATTO, João Henrique; CARDOSO, Michele Gonçalves (org.). *Migrações, identidade e trabalho na contemporaneidade*. Criciúma: Ediunesc; Blumenau: Edifurb, 2023. No prelo.

ZANELATTO, João Henrique; CARDOSO, Michele Gonçalves (org.). *Migrar é um direito humano*: guia de acolhimento para migrantes. Criciúma: Ediunesc, 2019.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. *Forquilhinha*: do presente para o passado, outras memórias uma nova história. Forquilhinha: Ediunesc, 2012. 349 p.

ZANELATTO, João Henrique; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto (org.). *Mundos do trabalho em Santa Catarina*. Criciúma: Ediunesc; Itajaí: Univali, 2019. 344 p.



Capítulo 8



PROFISSÃO HISTORIADORA NO NORDESTE CATARINENSE: APONTAMENTOS PARA SUA HISTÓRIA

Wilson de Oliveira Neto
Weslley dos Santos Graper

1 Introdução

Era o início de uma das noites de aulas no *campus* Joinville da Universidade da Região de Joinville (Univille). Começo do segundo semestre de 1999 e um dos autores deste capítulo, à época graduando do primeiro ano do curso de História, estava conversando com alguns colegas de turma sobre o XX Simpósio Nacional de História, realizado em Florianópolis, em julho daquele ano. Conversa vai, conversa vem, de repente chegou perto de nós uma simpática professora do curso de História, que logo perguntou como foi "a Anpuh". Brincamos com

ela e respondemos que bebemos muito vinho. Ela riu e perguntou que tipo de vinho. "Tinto suave, de garrafão", respondemos. A professora riu ainda mais e comentou que não conseguia tomar mais vinho suave e que, à medida que ingressamos no mundo dos vinhos, "adestramos nosso paladar" e passamos a apreciar cada vez mais os vinhos secos. Encerramos a conversa com boas risadas e fomos para nossas aulas.

Um ano mais tarde, a protagonista dessa anedota foi professora de História de Santa Catarina dos calouros com os quais ela conversou sobre vinhos. Seu nome era Eneida Raquel S. Thiago, uma pioneira na pesquisa acadêmica disciplinar em História no município de Joinville, assim como no nordeste de Santa Catarina. Registra-se que, para este capítulo, pesquisa acadêmica disciplinar em História significa um trabalho científico e profissional realizado conforme as regras e censuras disciplinares do campo da História, em nível de pós-graduação stricto sensu ou em instituições de ensino e pesquisa, tais como arquivos históricos, museus e universidades, sendo seus sujeitos historiadores(as) por formação, graduados e pós-graduados. Graduada em 1973 pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, a professora Raquel, como costumávamos chamá-la, tornou-se Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1983 e, ao longo da sua carreira, exerceu o ensino e a pesquisa em nível superior no curso de História da Univille, além de ser coordenadora do Laboratório de História Oral (LHO/Univille) e diretora do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Sua dissertação de mestrado, Um caso de liderança luso-brasileira na região de Joinville: Abdon Baptista 1884 – 1922, pode ser considerada como uma das primeiras obras historiográficas disciplinares produzidas em âmbito acadêmico sobre a história de Joinville. Em 15 de outubro de 2022, aos 82 anos de idade, a professora Raquel nos deixou.

Este capítulo é dedicado a ela – uma das pioneiras da profissão historiadora no nordeste catarinense – e apresentará ao leitor uma síntese do percurso histórico do ofício de historiador (ou profissão historiadora) na microrregião nordeste do estado de Santa Catarina, em um recorte temporal situado principalmente entre a criação do curso de História da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Joinville, em 1967, e o estabelecimento da Universidade da Região de Joinville, em 1995. Para tanto, os autores evocaram memórias e consultaram fontes primárias e secundárias que resultaram em um texto despretensioso de ser uma "história definitiva" (se é que isso possa ser possível no campo da História), mas uma contribuição com os trabalhos desenvolvidos pela Seção Estadual da Associação Nacional de História (Anpuh-SC) em prol da consolidação da profissão historiadora no território catarinense e da memória sobre os estudos históricos em Santa Catarina.

2
Espaço geográfico: o nordeste catarinense

Neste capítulo, o espaço geográfico conhecido como norte e nordeste catarinenses corresponde à Microrregião Nordeste de Santa Catarina. Segundo dados coletados no site da Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (Amunesc, 2023), o nordeste catarinense abrange uma área que abriga nove municípios – Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul –, com um total estimado de 882 mil habitantes.

A ocupação humana desse território remonta ao período pré-colonial, em um tempo situado em torno de dez mil anos. Contudo, a constituição dos atuais municípios que fazem parte da microrregião está localizada na colonização portuguesa iniciada por volta do século XVII, com a fundação da vila que corresponde hoje a São Francisco do Sul, e de populações europeias de língua alemã, durante o início da década de 1850, a exemplo da antiga Colônia Dona Francisca.

Trata-se de uma microrregião em que os municípios possuem extensas áreas rurais, porém a maioria da população reside nos espaços urbanos, que estão, pelo menos desde a década de 1960, em processo de expansão demográfica e espacial. De uma forma geral, o nordeste catarinense possui uma economia diversificada, que abrange diversos *clusters*, como, por exemplo, o cerâmico e o moveleiro em São

Bento do Sul e Rio Negrinho, o metalmecânico em Joinville, e o automobilístico em Araquari.

Desde o século XIX, existem descrições, relatos e outras formas de registros acerca dos passados natural e humano da microrregião escritos por colonos, naturalistas ou viajantes. Esses escritos, por muito tempo, serviram de referência para as memórias sociais acerca das cidades fundadas nessa microrregião, mas não podem ser considerados historiografia, algo que, sobre esse lugar, surgiu somente no século XX. Contudo, são textos considerados fontes históricas importantes para a pesquisa em História, bem como em outros campos da ciência, como na Arqueologia.

3
Amadores e colecionadores

Como em outros lugares de Santa Catarina ou mesmo do Brasil, a historiografia no nordeste catarinense veio antes da profissão historiadora, mesmo em espaços que hoje são ocupados pelos profissionais do passado graduados em História, como no caso do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Criado pela lei Municipal n. 1.182, de 20 de março de 1972, até 1986 o AHJ funcionou em uma das salas da Biblioteca Pública Municipal "Rolf Colin", no centro de Joinville. Seu primeiro diretor foi o memorialista Adolfo Bernardo Schneider (1906-2001), sendo sua equipe formada por pessoas profundamente engajadas com a preservação do patrimônio documental acerca da história de Joinville, porém sem formação de nível superior em História, como, por exemplo, a pesquisadora Maria Thereza Böbel (1947-2005).

Natural de Joinville, Maria Thereza Böbel iniciou seu contato com a História por meio da tradução para a língua portuguesa de matérias sobre o antigo 13o Batalhão de Caçadores (atual 62o Batalhão de Infantaria) publicadas no jornal Kolonie Zeitung. Conforme entrevista concedida a Ana Paula Bueno e Giovanna Hagedorn Pereira (2023), tratou-se de uma atividade voluntária e diletante que resultou em sua contratação pela Prefeitura Municipal de Joinville dois meses após o

início desse trabalho. No Arquivo Histórico de Joinville, ela aprendeu o ofício de historiadora na prática, orientada pela memorialista Elly Herkenhoff (1906-2004).

Maria Thereza Böbel foi funcionária do AHJ durante dezoito anos, ao longo dos quais auxiliou trabalhos de outros pesquisadores, entre os quais profissionais de História graduados e pós-graduados, além de traduzir e organizar documentos e livros sob a guarda da instituição. Em sua entrevista, Böbel revelou um pouco da sua trajetória educacional e da relação com o trabalho em História:

> Eu não tenho formação acadêmica, não tenho nem o segundo grau, sou autodidata. Só leio gótico, não escrevo. Tenho diploma universitário do alemão comum. É aquele diploma que todo estrangeiro tem de prestar se quiser frequentar uma universidade alemã. Aprendi a lidar com a história de Joinville no Arquivo Histórico porque sou apaixonada por história (Bueno; Pereira, 2023, p. 1).

Böbel foi uma representante de um tipo de pesquisador(a) conhecido(a) genericamente como "historiador(a) de ofício" ou "diletante", responsável pelas primeiras escritas da História no nordeste catarinense e de um movimento de preservação do patrimônio documental que deu origem a bibliotecas, museus e instituições de guarda, a exemplo do Arquivo Histórico de Joinville.

Nessa trajetória da profissão historiadora na microrregião, destacaram-se os trabalhos de amadores e colecionadores, isto é, de homens e mulheres com formações acadêmicas e profissionais diversas, muitos dos quais descendentes de imigrantes europeus, motivados pela curiosidade, pela origem familiar ou, no caso dos municípios que surgiram a partir da colonização de língua alemã oitocentista, pelo contexto dos centenários de cidades, tais como Joinville e São Bento do Sul.

Geralmente, essas pessoas são rotuladas como "positivistas" e acusadas de escreveram histórias factuais, laudatórias e ufanistas – em uma palavra, "tradicionais". Foge ao escopo deste capítulo uma discussão a respeito de como essas rotulações são datadas e frágeis e não levam em consideração diversos aspectos circunstanciais em

que ocorreram a escrita da história local por essas pessoas. Se formos situá-las em um tipo de escrita sobre o passado por meio da História, podemos dizer que o modelo que influenciou essas pessoas foi o Historicismo, orientação teórica que guiou por muito tempo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e suas seções estaduais, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).

Grosso modo, reuniam-se as fontes primárias e secundárias (geralmente colecionadas) para, em seguida, a partir da sua leitura, escrever narrativas lineares que dessem conta de um recorte situado entre a fundação das antigas colônias ou vilas e o início do século XX, uma vez que o presente não era visto como um domínio da História, cujo estudo necessitava de um certo distanciamento temporal do historiador. O presente, acreditava-se, pertencia aos jornalistas, politólogos e sociólogos (Tétart, 2000).

Em Joinville, Carlos Gomes de Oliveira (1894-1997) pode ser considerado outro representante desse contexto anterior ao início da profissionalização historiadora. Filho do casal Francisco e Isabel Vieira Gomes de Oliveira, foi advogado, escritor, jornalista e professor, além de político local, estadual e federal – chegou a ser Senador da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em duas Legislaturas: de 1951 a 1955 e de 1955 a 1959. A graduação em Direito pela antiga Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (atual Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP) forneceu a ele o repertório básico para o trabalho intelectual em diversos campos, entre os quais a História, pois, em um contexto histórico anterior ao aparecimento dos cursos de graduação em "Ciências", a formação inicial do aspirante a intelectual e político passava pelo curso de Direito. Carlos Gomes foi um longevo e morreu aos 103 anos de idade. Dirigiu e fundou jornais e publicou livros, entre os quais *Integração: Estudos Sociais e História de Joinville* (Oliveira, 1984).

De nossa perspectiva, Adolfo Bernardo Schneider, Carlos da Costa Pereira, Carlos Ficker, Carlos Gomes de Oliveira, Elly Herkenhoff e Osny Vasconcellos foram historiadores amadores responsáveis pelos primeiros trabalhos formalmente considerados historiografia no nordeste catarinense. Influenciados pelo Historicismo ou pela erudição

decorrente das suas respectivas formações profissionais, Carlos Gomes (advogado) e Osny Vasconcellos (oficial do Exército Brasileiro) publicaram seus estudos através de colunas em jornais locais ou em livros, muitos dos quais escritos nos contextos dos centenários de Joinville e São Bento do Sul, momentos propícios para uma escrita autorizada sobre o passado dessas cidades.

Coleções, pesquisas e escritas foram iniciadas na segunda metade do século XX, em um momento em que as cidades do nordeste catarinense, em especial aquelas originadas da colonização oitocentista de língua alemã, experimentaram processos de industrialização e urbanização, além de celebrarem seus primeiros centenários. A historiografia produzida foi influenciada por essas circunstâncias e, por meio de uma certa teleologia, estabeleceu fortes vínculos entre presente e passado, ligados através do pioneirismo dos primeiros imigrantes e do empreendedorismo dos empresários euro-brasileiros do seu presente. Também, foi a superação dos rótulos e dos traumas decorrentes da Campanha de Nacionalização (1938) e do envolvimento brasileiro com a Segunda Guerra Mundial (1942-1945).

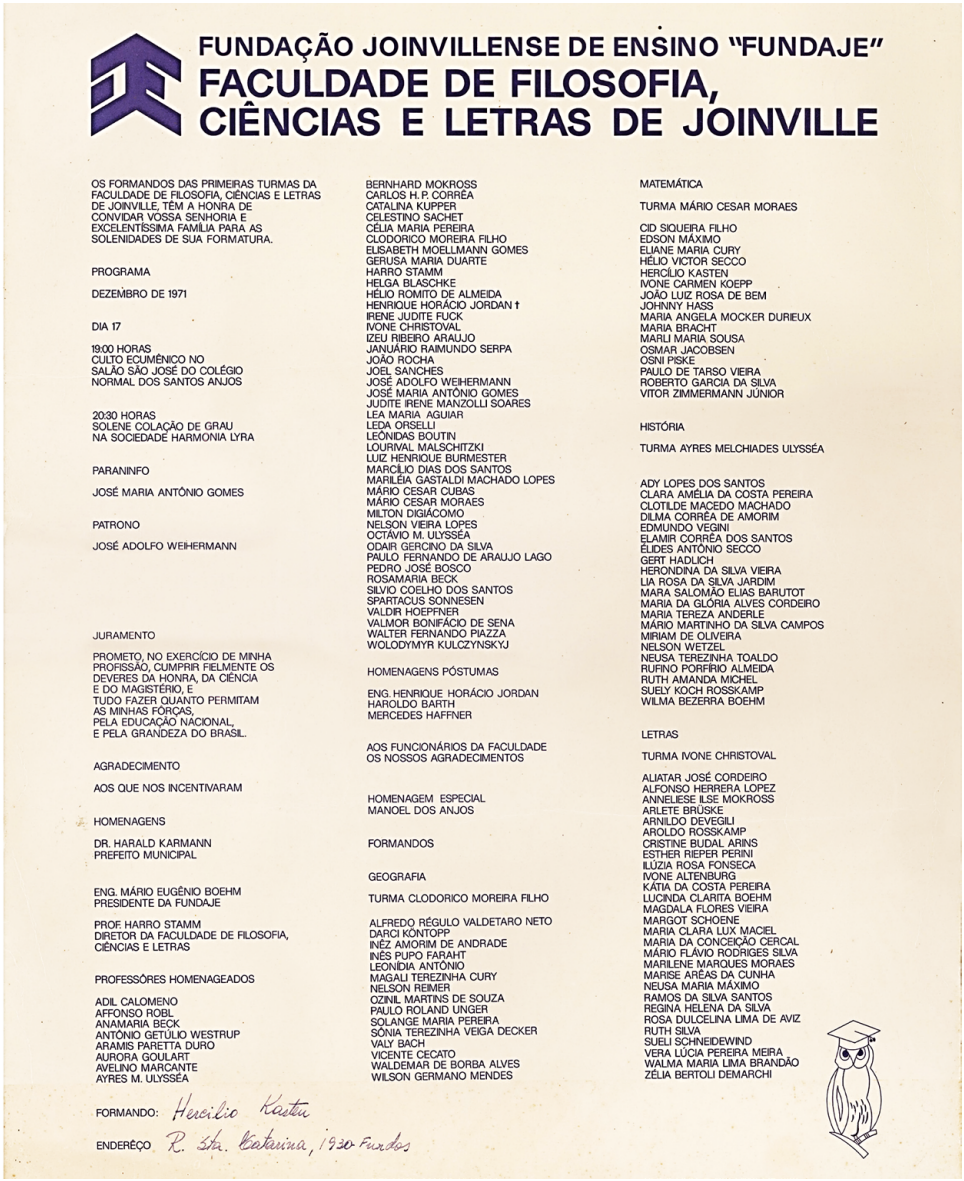
O esforço de superação de um passado traumático foi recorrente em outros lugares do sul do Brasil relacionados à colonização de língua alemã, afetados durante as décadas de 1930 e 1940, como, por exemplo, o Rio Grande do Sul. Durante o pós-guerra, delimitado neste capítulo pelo recorte situado entre 1945 e meados da década de 1950, as antigas comunidades teuto-brasileiras sul-rio-grandenses realizaram esforços em diversas áreas no intuito de reverter os efeitos das tensões políticas e sociais decorrentes da nacionalização e da guerra (Gertz, 2018).

Durante o final da década de 1960, a profissão historiadora foi favorecida com a introdução do ensino superior no nordeste catarinense, por meio da criação da Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje) e da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, quando, em 1968, foi aberta a primeira turma do curso de graduação em História.

4
Ensino superior e profissão historiadora

Joinville, 17 de dezembro de 1971. As solenidades de formatura das primeiras turmas da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Joinville foram iniciadas às 19 horas, com um culto ecumênico, celebrado onde é hoje o Salão Nobre do Colégio dos Santos Anjos, localizado na avenida Juscelino Kubitschek, próximo da Catedral Diocesana, no centro de Joinville. A partir de 20h30min, na Sociedade Harmonia-Lyra, ocorreu a solene colação de Grau dos 80 formandos dos cursos de Geografia, História, Letras e Matemática. O paraninfo das turmas foi o senhor José Maria Antônio Gomes, e o patrono, o senhor José Adolfo Weihermann. Na ocasião, o Diretor da FFLC era o professor Harro Stamm, como se verifica na figura a seguir.

Figura 1 – Convite para as solenidades de formatura das primeiras turmas da FFCL de Joinville, em 17 de dezembro de 1971



FUNDAÇÃO JOINVILLENSE DE ENSINO "FUNDAJE"

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JOINVILLE

OS FORMANDOS DAS PRIMEIRAS TURMAS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JOINVILLE, TEM A HONRA DE CONVIDAR VOSSA SENHORIA E EXCELENTÍSSIMA FAMÍLIA PARA AS SOLENIDADES DE SUA FORMATURA.

PROGRAMA

DEZEMBRO DE 1971

DIA 17

19:00 HORAS
CULTO ECUMÊNICO NO
SALÃO SÃO JOSÉ DO COLÉGIO
NORMAL DOS SANTOS ANJOS

20:30 HORAS
SOLENE COLAÇÃO DE GRAU
NA SOCIEDADE HARMONIA LYRA

PARANINFO

JOSÉ MARIA ANTÔNIO GOMES

PATRONO

JOSÉ ADOLFO WEIHERMANN

JURAMENTO

PROMETO, NO EXERCÍCIO DE MINHA PROFISSÃO, CUMPRIR FIELMENTE OS DEVERES DA HONRA, DA CIÊNCIA E DO MAGISTÉRIO, E TUDO FAZER QUANTO PERMITAM AS MINHAS FORÇAS, PELA EDUCAÇÃO NACIONAL, E PELA GRANDEZA DO BRASIL.

AGRADECIMENTO

AOS QUE NOS INCENTIVARAM

HOMENAGENS

DR. HARALD KARMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ENG. MÁRIO EUGÊNIO BOEHM
PRESIDENTE DA FUNDAJE

PROF. HARRO STAMM
DIRETOR DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

PROFESSÔRES HOMENAGEADOS

ADIL CALOMENO
AFFONSO ROBL
ANAMARIA BECK
ANTÔNIO GETÚLIO WESTRUP
ARAMIS PARETTA DURO
AURORA GOULART
AVELINO MARCANTE
AYRES M. ULYSSÉA
BERNHARD MOKROSS
CARLOS H. P. CORRÊA
CATALINA KUPPER
CELESTINO SACHET
CÉLIA MARIA PEREIRA
CLODORICO MOREIRA FILHO
ELISABETH MOELLMANN GOMES
GERUSA MARIA DUARTE
HARRO STAMM
HELGA BLASCHKE
HÉLIO ROMITO DE ALMEIDA
HENRIQUE HORÁCIO JORDAN †
IRENE JUDITE FUCK
IVONE CHRISTOVAL
IZEU RIBEIRO ARAUJO
JANUÁRIO RAIMUNDO SERPA
JOÃO ROCHA
JOEL SANCHES
JOSÉ ADOLFO WEIHERMANN
JOSÉ MARIA ANTÔNIO GOMES
JUDITE IRENE MANZOLLI SOARES
LEA MARIA AGUIAR
LEDA ORSELLI
LEÔNIDAS BOUTIN
LOURIVAL MALSCHITZKI
LUIZ HENRIQUE BURMESTER
MARCÍLIO DIAS DOS SANTOS
MARILÉIA GASTALDI MACHADO LOPES
MÁRIO CESAR CUBAS
MÁRIO CESAR MORAES
MILTON DIGIÁCOMO
NELSON VIEIRA LOPES
OCTÁVIO M. ULYSSÉA
ODAIR GERCINO DA SILVA
PAULO FERNANDO DE ARAUJO LAGO
PEDRO JOSÉ BOSCO
ROSAMARIA BECK
SILVIO COELHO DOS SANTOS
SPARTACUS SONNESEN
VALDIR HOEPFNER
VALMOR BONIFÁCIO DE SENA
WALTER FERNANDO PIAZZA
WOLODYMYR KULCZYNSKYJ

HOMENAGENS PÓSTUMAS

ENG. HENRIQUE HORÁCIO JORDAN
HAROLDO BARTH
MERCEDES HAFFNER

AOS FUNCIONÁRIOS DA FACULDADE OS NOSSOS AGRADECIMENTOS

HOMENAGEM ESPECIAL
MANOEL DOS ANJOS

FORMANDOS

GEOGRAFIA

TURMA CLODORICO MOREIRA FILHO

ALFREDO RÉGULO VALDETARO NETO
DARCI KONTOPP
INÉZ AMORIM DE ANDRADE
INÊS PUPO FARAHT
LEONÍDIA ANTÔNIO
MAGALI TEREZINHA CURY
NELSON REIMER
OZINIL MARTINS DE SOUZA
PAULO ROLAND UNGER
SOLANGE MARIA PEREIRA
SÔNIA TEREZINHA VEIGA DECKER
VALY BACH
VICENTE CECATO
WALDEMAR DE BORBA ALVES
WILSON GERMANO MENDES

MATEMÁTICA

TURMA MÁRIO CESAR MORAES

CID SIQUEIRA FILHO
EDSON MÁXIMO
ELIANE MARIA CURY
HÉLIO VICTOR SECCO
HERCÍLIO KASTEN
IVONE CARMEN KOEPP
JOÃO LUIZ ROSA DE BEM
JOHNNY HASS
MARIA ANGELA MOCKER DURIEUX
MARIA BRACHT
MARLI MARIA SOUSA
OSMAR JACOBSEN
OSNI PISKE
PAULO DE TARSO VIEIRA
ROBERTO GARCIA DA SILVA
VITOR ZIMMERMANN JÚNIOR

HISTÓRIA

TURMA AYRES MELCHIADES ULYSSÉA

ADY LOPES DOS SANTOS
CLARA AMÉLIA DA COSTA PEREIRA
CLOTILDE MACEDO MACHADO
DILMA CORRÊA DE AMORIM
EDMUNDO VEGINI
ELAMIR CORRÊA DOS SANTOS
ELIDES ANTÔNIO SECCO
GERT HADLICH
HERONDINA DA SILVA VIEIRA
LIA ROSA DA SILVA JARDIM
MARA SALOMÃO ELIAS BARUTOT
MARIA DA GLÓRIA ALVES CORDEIRO
MARIA TEREZA ANDERLE
MÁRIO MARTINHO DA SILVA CAMPOS
MIRIAM DE OLIVEIRA
NELSON WETZEL
NEUSA TEREZINHA TOALDO
RUFINO PORFÍRIO ALMEIDA
RUTH AMANDA MICHEL
SUELY KOCH ROSSKAMP
WILMA BEZERRA BOEHM

LETRAS

TURMA IVONE CHRISTOVAL

ALIATAR JOSÉ CORDEIRO
ALFONSO HERRERA LOPEZ
ANNELIESE ILSE MOKROSS
ARLETE BRÜSKE
ARNILDO DEVEGILI
AROLDO ROSSKAMP
CRISTINE BUDAL ARINS
ESTHER RIEPER PERINI
ILUZIA ROSA FONSECA
IVONE ALTENBURG
KÁTIA DA COSTA PEREIRA
LUCINDA CLARITA BOEHM
MAGDALA FLORES VIEIRA
MARGOT SCHOENE
MARIA CLARA LUX MACIEL
MARIA DA CONCEIÇÃO CERCAL
MÁRIO FLÁVIO RODRIGES SILVA
MARILENE MARQUES MORAES
MARISE ARÉAS DA CUNHA
NEUSA MARIA MÁXIMO
RAMOS DA SILVA SANTOS
REGINA HELENA DA SILVA
ROSA DULCELINA LIMA DE AVIZ
RUTH SILVA
SUELI SCHNEIDEWIND
VERA LÚCIA PEREIRA MEIRA
WALMA MARIA LIMA BRANDÃO
ZÉLIA BERTOLI DEMARCHI

FORMANDO: Hercilio Kasten

ENDEREÇO: R. Sta. Catarina, 1930 - Fundos

Fonte: acervo LHO/Univille.

Com o nome Ayres Melchiades Ulysséa, a primeira turma de História da FFCL foi composta por 21 formandos e representou o marco inicial da profissionalização do campo da História em Joinville e nos municípios vizinhos. Natural de Laguna, Santa Catarina, Ayres M. Ulisséa nasceu em 1931. Professor licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Ulisséa foi um dos precursores do ensino superior em Santa Catarina, tendo sido um dos professores da FFCL. Faleceu em 2007 (Carneiro, 2023).

A criação dos cursos de licenciatura da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Joinville está diretamente associada à instalação do ensino superior no município, durante o final da década de 1960.

Segundo Ilanil Coelho (2015), a implantação do ensino superior na cidade ocorreu em 1965, com a abertura da Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville, através da Comunidade Evangélica de Joinville, que adquiriu o Colégio Bom Jesus da sua mantenedora, a Sociedade Civil Filantrópica Bom Jesus, a qual enfrentava uma crise decorrente da queda nas matrículas e na depreciação do seu patrimônio.

Em 9 de março de 1964, tendo como pano de fundo o aniversário do município, foi realizada a sessão solene de fundação da Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville, prestigiada por autoridades públicas e membros da elite local, entre os quais o senhor Raul Schmidt, cuja família, à época, era proprietária da empresa Tupy S.A. Inicialmente, a partir de 1965, a faculdade funcionou no que é hoje o prédio histórico da Associação Educacional Luterana Bom Jesus (Ielusc), no período noturno, tendo sido o primeiro vestibular realizado em fevereiro. Em março do mesmo ano, foi ministrada a Aula Magna para seus primeiros 50 estudantes matriculados (Coelho, 2015).

Dois anos depois, por meio de lei Municipal n. 871, de 17 de julho de 1967, foi criada a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), em documento assinado pelo prefeito Nilson Wilson Bender, com o objetivo de promover a expansão do ensino superior em Joinville. Ao contextualizar esse fato, Coelho (2015) situou o surgimento da Fundaje como parte de um processo de criação de instituições de ensino superior pelos poderes municipais catarinenses, a exemplo de

Blumenau, Itajaí e Tubarão, que criaram suas respectivas fundações educacionais ao longo do ano de 1964, respectivamente em março, setembro e novembro. Em 1960, Celso Ramos foi eleito governador de Santa Catarina pelo Partido Social Democrático (PSD).

De acordo com Ilanil Coelho (2015, p. 30),

> […] sua vitória deveu-se ao fato de seu programa de governo estar alinhado tanto à noção de um Estado Planejador de cunho econômico-desenvolvimentista quanto aos anseios do empresariado catarinense explicitado no decorrer do Seminário Socioeconômico, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) entre 1959 e 1960. O documento resultante desse seminário apontou os problemas enfrentados para integrar a economia e consolidar a industrialização em Santa Catarina […]. Incorporado no Plano de Metas do Governo (Plameg) da administração de Celso Ramos (1961-1965), a área da educação ocupava a terceira posição no orçamento previsto para sua execução, atrás das áreas rodovias e energia.

Ainda sobre esse contexto, Coelho (2015) sugere certa insatisfação das elites empresarial e política locais, isto é, de Joinville, quanto à velocidade lenta em que a interiorização do ensino superior prometida pelo governo estadual ocorria, o que justifica toda a movimentação da gestão municipal de Nilson Wilson Bender na direção da criação da Fundaje e, em consequência, da expansão da formação educacional de nível superior em Joinville.

É possível afirmar que a criação da Fundaje foi estratégica na gestão de Bender, que subvencionou uma verba inicial de 1% do orçamento municipal à entidade, com a possibilidade de aumento de até 3%, conforme a lei 871/1967. Em 14 de novembro de 1967, Bender assinou a lei Municipal n. 905, que autorizou o Poder Executivo municipal a doar uma área de terras que deveria abrigar um futuro *campus* universitário (Coelho, 2015).

Figura 2 – Paisagem do terreno destinado ao futuro *campus* universitário de Joinville, em 1969



Foto: CMU/Univille.

Em 1968, foi criada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Joinville. Ao longo daquele ano, e com uma intensa cobertura da imprensa local, ocorreu sua instalação e a autorização para seu funcionamento, além da composição do primeiro corpo docente e da realização do seu primeiro vestibular. Na solenidade de instalação da FFLC, tomaram posse os primeiros diretor e vice-diretor da instituição, respectivamente os professores José Maria Antônio Gomes e Heraldo Ribeiro do Valle (Coelho, 2015).

Inicialmente, foram oferecidos quatro cursos superiores de licenciatura: Geografia, Letras, Matemática e História. Cinco décadas mais tarde, por meio da Universidade da Região de Joinville, somente os cursos de graduação em Letras e em História continuam em funcionamento.

.

5

Um espaço de profissionalização do ensino e da pesquisa disciplinar em História

Não é possível traçar um histórico preciso da profissionalização do ofício de historiador no nordeste de Santa Catarina sem olhar, retrospectivamente, à trajetória do curso de História da Univille. Foi em torno dele que debates sobre o aperfeiçoamento da disciplina histórica na região foram travados, paralelamente à constituição de uma agenda de pesquisa histórica com enfoque na história regional. Nesta seção, abordaremos seu percurso e a sua vinculação com esforços em constituir espaços profissionais de atuação no campo da História em Joinville e região.

Autorizada a funcionar desde meados de 1967, assim como outros cursos de licenciatura da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a primeira turma do curso de História iniciou suas atividades em março de 1968 (Histórico...), formando-se no ano de 1971, como referido. A criação de um curso de História em Joinville acabou por gerar debates na imprensa da cidade, pois colocava em contradição os horizontes tecnicistas do período, marcado pelas reformas universitárias do final da década de 1960 tocadas pelo Regime Militar. Entretanto, a criação do curso recebia a defesa por parte de estudantes e professores, sob argumento de que ele serviria de apoio para o desenvolvimento e, de acordo com o professor Miraci Deretti, a sociedade estava a exigir politização, instrução e alfabetização, junto de novas ideias e dinamicidades, para além de sujeitos que servissem apenas para apertar parafusos e bater martelos sem muito cobrar (Machado; Guedes, 2005).

Cabe registrar que a reforma universitária era um tema integrante das chamadas "reformas de base" já muito debatido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) desde seus seminários promovidos em 1961, 1962 e 1963. A síntese das pautas tratava do combate à estrutura dita "arcaica" do ensino superior. Entretanto, com o golpe civil-militar de 1964, o Estado brasileiro tomou os rumos da reforma, restringindo a modernização administrativa e pedagógica conforme

o modelo norte-americano, recebendo assistência do United States Agency for International Development -– Usaid (Cunha, 2023).

No final da década de 1970, o curso passou por alguns percalços, a exemplo de seu fechamento pela diretora da FURJ no ano de 1979. Em 1980, a instituição havia promovido vestibular, mas, em razão do baixo número de matrículas (8 dos 26 aprovados), a Fundação Educacional de Joinville, FURJ (desde 1975), alegou novamente a sua desativação. Embora fosse ainda uma decisão não oficializada, estudantes e professores se mobilizaram e pressionaram a administração da instituição em assembleias e reuniões. Algo que acirrou as tensões naquele momento foi o boato de que a universidade induziria os candidatos a matricularem-se em cursos correlatos em virtude da não garantia de abertura do curso de História. Após muita pressão, principalmente por parte do Diretório Acadêmico de Filosofia (DAF), o então prefeito municipal e a diretora geral da FURJ garantiram a reabertura do curso independentemente do número de matriculados (Graper, 2023, p. 10-11).

Os anos que se seguiram, no início da década de 1980, abrangeram mudanças e transformações no curso. Uma matéria do jornal *A Notícia* de 17 de fevereiro de 1980, que abordava sua reabertura, alegava que, pelas dificuldades que a carreira no Magistério apresentava aos formandos, o Departamento de Ciências Sociais decidiu por elaborar um projeto de reestruturação do currículo do curso de História. Além de incluir novas disciplinas no curso de Licenciatura (Sociologia, Antropologia, Prática de Ensino de OSPB, Política, Economia e Filosofia), foram também inclusas disciplinas de caráter técnico e administrativo do campo escolar (Estrutura e Funcionamento de 1º e 2º graus, Estatística, Metodologia Científica, Didática, Psicologia Educacional e Prática de Ensino). As duas frentes pretendiam ampliar as áreas de atuação no magistério (A Notícia..., 1980).

Contudo, a novidade estava na oferta do curso de bacharelado em História, que, naquele momento, tinha como alvo os estudantes egressos do curso de licenciatura que fariam as disciplinas complementares para obter o título. Nota-se, por meio da instituição do bacharelado em História, o intento em formar profissionais aptos para atuarem nos diversos campos da cultura que envolvessem, de alguma forma, as Ciências

Sociais ou, propriamente, a História. Percebe-se como, nesse período, estava presente um horizonte cuja concepção do ofício do profissional de História transbordava a atuação restrita à sala de aula ou à escola.

Dizia a mesma matéria que o bacharelado pretendia "essencialmente formar pessoal técnico na área de Ciências Humanas para desenvolver trabalhos nas assessorias culturais das prefeituras, campo este ainda à espera de intelectuais habilitados e críticos". O currículo abrangeria temas diversos, tais como: "patrimônio histórico e artístico; crítica de arte; funcionamento de bibliotecas; fundações; funcionamento e funções sociais de museus regionais; implantação de museus escolares" e "planejamento de projetos culturais para administrações públicas e escolares". A prestação de serviços na área privada também era algo previsto, lançando-se mão da elaboração de projetos interdisciplinares de "lazer, cultura e recreação", além de atuação "no jornalismo [...], assessorias políticas, planejamentos, trabalhos de pesquisa e campo, tanto de História e Arqueologia como na área socio-econômica [sic]" (A Notícia..., 1980).

Essa reestruturação não ocorreu de maneira fechada e isolada, como evidencia uma carta encaminhada em 28 de outubro de 1982 a Dúnia de Freitas Toaldo (na época, Chefe do Departamento de Ciências Sociais da FURJ) por Eneida Raquel S. Thiago (do Departamento de Extensão Universitária da FURJ). Na carta, consta a interlocução das professoras com diferentes universidades do País, objetando criar um "intercâmbio cultural e de informações que nos possam ser úteis". Entre os documentos encaminhados, estavam currículos de graduação e pós-graduação em História, revistas acadêmicas, catálogos, folhetos de cursos, seminários e programas de extensão. Solicitava-se a difusão desses materiais, "bem como o estudo dos mesmos, para futuras realizações do Departamento de Ciências Sociais" (Thiago, 1982).

Outra matéria do *A Notícia* corrobora essas exigências por mudanças. Publicada na edição de 5 de janeiro de 1982, dizia que o curso de História, que havia sido recentemente extinto, estava com "boa aceitação neste ano", pois mais de 50 candidatos haviam se inscrito. A reportagem ainda afirmava que "Dúnia de Freitas Toaldo atribui essa receptividade ao novo currículo que cria o bacharelado, abrindo o campo

de trabalho e consequentemente às realizações profissionais, para os que não se satisfazem em apenas dar aulas". Conforme Dúnia, existia um esforço do Regime Militar em "eliminar" os cursos que proporcionassem capacidade de reflexão, porém, "se o curso não deve acabar, também não pode continuar do jeito que está" (A Notícia..., 1982).

O novo currículo trazia como proposta o estudo a partir do local, com enfoque na história de Santa Catarina, ligada aos demais fatos da experiência histórica brasileira. Ademais, com o bacharelado, os estudantes iriam poder "trabalhar em arquivística, pesquisa histórica, além de terem outra visão política e sempre lidando com muitos documentos". Professora Dúnia referia que o Arquivo Histórico de Joinville seria um importante espaço de trabalho e pesquisa para os egressos do curso: "Não menosprezando o trabalho da historiadora Elly Herkenhoff e da funcionária Norma [...], Dúnia diz, no entanto, que há necessidade de dar mercado de trabalho para os alunos"; a história de Joinville, desse modo, seria um importante objeto de pesquisas a partir dos documentos salvaguardados naquele espaço (A Notícia..., 1982).

A matéria se encerrava abordando o Laboratório de História Oral da Univille, então integrado à "disciplina de metodologia da pesquisa histórica". A ideia era de que os alunos, por meio da disciplina, aprendessem a técnica da história oral e produzissem entrevistas a serem incorporadas ao acervo o laboratório (A Notícia, 1982). O laboratório já estava no horizonte alguns anos antes; desde finais da década de 1970, Dúnia de Freitas e Raquel S. Thiago estavam envolvidas em uma rede de pesquisadores de história oral em Santa Catarina e empreenderam sua constituição oficialmente no ano de 1982 (Sossai; Coelho, 2022).

Tais questões chegaram a repercutir na I Semana de História da FURJ, realizada entre 9 e 16 de maio de 1984. É importante salientar como os temas a serem debatidos apontavam para um repensar da profissão historiadora, tais como: a análise crítica do curso de História e sua adequação à realidade, a discussão da responsabilidade social e política do historiador e o informe a respeito de atividades de pesquisa histórica como prática curricular e de extensão. Além disso, estava no cronograma o compartilhamento das atividades desenvolvidas pelo Laboratório de História Oral, pelo Projeto Inventário das Correntes

Migratórias, resgate de documentação histórica, dos trabalhos de campo em Arqueologia e uma pesquisa acerca da estação ferroviária de Joinville (I Semana de História, 1984). Isso também demonstra as diferentes frentes de atuação, apesar de recentes, do curso de História da FURJ.

É importante destacar que, durante três dias, o evento contou com a presença da historiadora Déa Fenelon (1933-2008). Ela foi uma pessoa engajada na incorporação de professores atuantes na Educação Básica como sócios participativos na Anpuh, em especial desde o Simpósio Nacional de História ocorrido na UFSC, em 1977 – o que seria aprovado somente em anos posteriores (Miglio, 2009). Na ocasião da I Semana de História, ela discutiu os temas da "Formação do profissional de História", "As diversas concepções de história e a reconstrução social", além de debater uma manhã inteira com os professores da FURJ (I Semana de História, 1984).

O alcance da rede de professores/pesquisadores da área de História na região nordeste de Santa Catarina desde a FURJ também pode ser demonstrado por meio das articulações em torno da seção Santa Catarina da Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh-SC), em especial, no espaço do I Encontro Estadual de História, ocorrido entre 25 e 29 de agosto de 1986.

O evento realizou-se em Florianópolis e foi promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio do Departamento de História, do Centro Acadêmico Livre de História (- CALH) e do Núcleo Regional da Anpuh. O importante a ser salientado é que na ocasião deste I Encontro Estadual, os temas debatidos foram os seguintes: a) história regional; b) comunicações sobre história de Santa Catarina; c) metodologia de ensino e relato de experiências; d) o livro didático; e) curso: Movimentos sociais na América Latina nas três primeiras décadas do século XX; f) Constituinte e História; g) avaliação do ensino de graduação. Entre os membros da diretoria provisória da Anpuh, estava participando como parte do Conselho Consultivo Eneida Raquel S. Thiago. No mesmo evento, fora realizada a Assembleia Geral para eleição de nova chapa da entidade, a partir da qual Iara Andrade Costa, também professora do curso de História da FURJ, desde aquele ano (1986), passou a fazer parte do Conselho Consultivo da Anpuh-SC (Oliveira, 1987).

No ano posterior ao I Encontro Estadual de História, realizou-se na FURJ a II Semana de História (1987). Uma reportagem do Jornal Extra noticiava que a pesquisa histórica havia sido o tema central do evento, com intento de valorizá-la "tendo como base as fontes históricas da comunidade", analisando-as no marco da "Nova História" (Extra..., 1987). Palestraram no evento as historiadoras Nanci Leonzo (USP) e Zilda Márcia Grícoli Iokoi (PUC-SP).

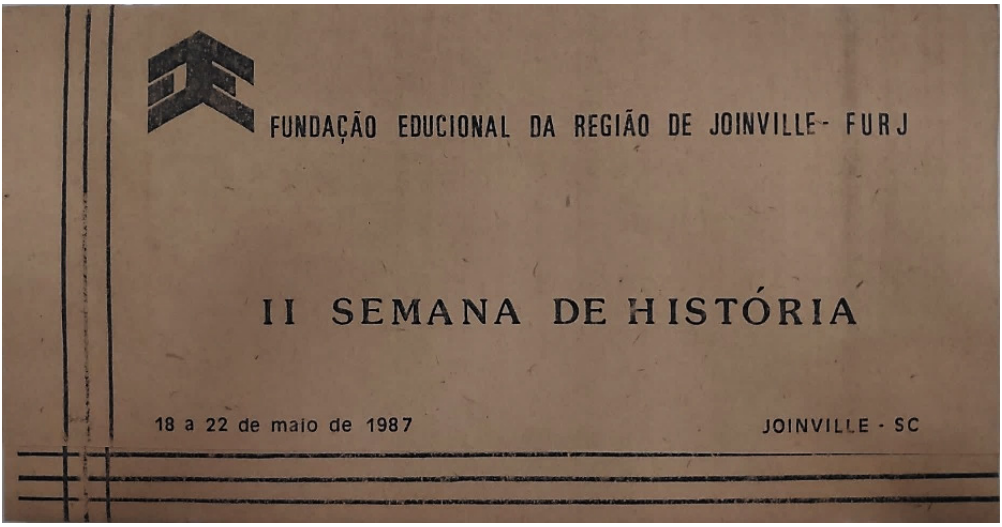
Além das falas de Leonzo e Iokoi, respectivamente intituladas "História e Nova História – o caso brasileiro" e "A Pesquisa na América Latina e no Brasil – Perspectiva Atual", houve também as comunicações de Sandra P. L. de Camargo Guedes, professora da FURJ, formada na USP — "As Mentalidades e a Morte (SP, séc. XVII- XIX) —, de Raquel S. Thiago, professora da FURJ e, na época, diretora do Arquivo Histórico de Joinville – sua fala abordou justamente este espaço de memória; e, por fim, Apolinário Ternes – "Produção historiográfica em Joinville". Vale destacar que a comunicação de Sandra Guedes era fruto de sua dissertação de mestrado, orientada por Nanci Leonzo, palestrante na ocasião da II Semana de História. A semana foi encerrada com as palestras de Joana Maria Pedro (UFSC e Diretora provisória da Anpuh-SC entre setembro/1985 e agosto/1986) – abordando a escravidão em Santa Catarina – e de Marcia Elisa de Campos Graf (UFPR) – com a palestra intitulada "Um estudo de História Regional: Importância e Método" (II Semana de História, 1987). É possível, por meio desses dados, identificar naquele contexto algumas das redes acadêmicas e temas historiográficos em debate.

Em síntese, fica evidente como uma rediscussão da disciplina histórica, no que toca ao seu ensino e à crítica aos modos e temas tradicionais de pesquisa, capitaneada pela Nova História, em voga no cenário brasileiro de maneira geral naquele período, também respingou na FURJ e em seu curso de História. As consequências que essa agitação acadêmica produziu nos estudantes da instituição é de grande interesse. É notável a organização dos estudantes da FURJ desde meados da década de 1970, em torno do Diretório Acadêmico de Filosofia. Entretanto, no ano de 1986, havia sido recentemente constituído o Centro Acadêmico Livre de História "Eunaldo Verdi" (Calhev).

Entre as diferentes propostas da chapa concorrente ao pleito de 1986, estavam aquelas relacionadas ao aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem por meio de eventos acadêmicos, a exemplo da realização anual da Semana de História da FURJ (Graper, 2023, p. 12).

A edição do jornal *O Estado* de 21 de maio de 1987, publicada ainda durante a II Semana de História, afirmava que os estudantes de história da FURJ reivindicavam "uma série de mudanças necessárias para a melhoria do nível de ensino". As reivindicações – como readaptação curricular, novas didáticas de ensino, aumento de carga horária das disciplinas de filosofia e metodologia científica – foram debatidas e resultaram justamente da II Semana de História. Alunos e estudantes elaboraram um documento "contendo as reivindicações da classe estudantil" a ser levado à direção geral da FURJ. Após discussão no Conselho Departamental, se aprovadas as reivindicações, seria encaminhada uma nova reestruturação curricular. Entre as demandas já citadas, estava também a de eleições diretas para a direção geral da FURJ, exigindo maior participação democrática, e a efetivação do estágio de bacharelado, que viria complementar a formação curricular (O Estado, 21 maio 1987).

Figura 3 – Capa do fôlder de divulgação da programação da II Semana de História da FURJ



Fonte: Centro Memorial da Univille.

É possível levantar a hipótese de que esse movimento de discussões curriculares no interior do curso de História da FURJ, iniciado desde sua reativação no início da década de 1980, impulsionou o interesse por parte de historiadores locais pela pesquisa histórica em marcos críticos, em especial da história regional/local. Isso pode ser percebido por uma série de monografias de especialização em História da América, defendidas todas em 1989, por meio de um convênio entre a FURJ e a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Esse convênio, segundo o que algumas fontes indicam, remonta ao ano de 1985, no contexto do Plano de Capacitação de Docentes da FURJ, conforme orientação da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe). Tal plano possibilitaria que professores da instituição fizessem cursos de pós-graduação com bolsas de estudo (Boehm, 1985). Novamente, em abril de 1987, a coordenação de Pós-Graduação da FURJ (cuja coordenadora era Lucinda Clarita Boehm) solicitava ao Departamento de Ciências Sociais, em nome de Dúnia de Freitas Toaldo, uma relação de professores interessados em cursar especialização, mestrado e doutorado. O documento, que seria encaminhado à Capes por meio da Acafe, deveria constar o curso de interesse e a instituição (Boehm, 1987a).

Em novembro daquele ano, Lucinda Boehm levava ao conhecimento de Dúnia os matriculados no curso de Pós-Graduação no âmbito de especialização em História da América na UFPR, previsto para ser iniciado em 25 de janeiro de 1988. Eram eles: Gelta Madalena Jonck Pedroso, Iara Andrade Costa, Jacqueline Lima Marques e Susana Claudino Barbosa (Boehm, 1987b). Com exceção de Iara Andrade Costa, formada pela USP em 1977, todas as outras inscritas eram egressas do curso de História da FURJ na década de 1980 (Relação de alunos matriculados no curso de História, 1986; Relação de formandos do curso de História, 1985).

Desse curso de especialização, resultaram algumas monografias a respeito da história de Joinville, possibilitando o impulsionamento da pesquisa histórica e contribuindo para uma futura rotinização da pesquisa histórica universitária na região. Por rotinização da pesquisa histórica universitária, adotamos a mesma compreensão de Nicodemo,

Santos e Pereira (2018, p. 33), cuja concepção é a de disseminação de novos veículos e formas do conhecimento histórico, como monografias, dissertações, teses, além da prática de defesa desses trabalhos. A noção também pode ser estendida a grupos e/ou núcleos de pesquisa, laboratórios e eventos acadêmicos, tais como congressos, encontros ou seminários com função de compartilhamento de resultados de pesquisas e/ou discussão de tendências historiográficas.

Dentre as monografias apresentadas no ano de 1989 (todas encontram-se disponíveis para consulta na Biblioteca Universitária da Univille), podemos citar as seguintes: *Os reflexos da revolução de trinta em Joinville*, de Vera Maria Meyer (egressa da FURJ de 1984); *A nacionalização da "loura" Joinville*, de Maria Terezinha Niedziewski Devegili (egressa da FURJ de 1984); *Os salesianos em Joinville, 1961-1969*, de Luiz Albino Costa; *Corpo de bombeiros voluntários de Joinville: um projeto pioneiro, 1892-1972*, de Marly Blunk Scholz (egressa da FURJ de 1975); *Joinville: uma ideologia em marcha*, de Beatriz Garcia Unger (egressa da FURJ de 1986/1987); *Estrada Dona Francisca*, de Maria Zalene Dias Agapito; *Os movimentos paredistas de Joinville – 1979-1985*, de Iara Andrade Costa (professora do curso de história da FURJ).

.

6
Considerações finais: a profissão historiadora no contexto da Univille

No ano de 1995, foi aprovado no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina a transformação da FURJ em Universidade da Região de Joinville (Univille). Esse objetivo vinha sendo ventilado desde meados da década de 1980, sedimentando-se de modo mais concreto em 1989, com a redação do "Projeto Univille". Nesse cenário, o cruzamento entre os termos "desenvolvimento" e "interdisciplinaridade" foi essencial para justificar aos Conselhos Federal e Estadual de Educação a importância de implantar a universidade. Esse arranjo viria, posteriormente, a

se manifestar nas propostas pedagógicas da universidade, a exemplo dos seus programas de pós-graduação (Coelho; Sossai; Oliveira, 2020).

Nesse entremeio, uma nova leva de trabalhos fruto de pesquisas históricas foram empreendidas, mas, dessa vez, desde a própria Univille, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Historiografia e História do Brasil da Universidade da Região de Joinville. Acreditamos que isso tenha ocorrido em um movimento de capacitar um corpo docente para ocupar postos de trabalho na recém-instituída universidade. Algumas das monografias apresentadas foram: *As mulheres joinvilenses vistas através dos Jornais: 1851-1900*, de Janine Gomes da Silva; *Fragmentos da população de origem africana em Joinville: a fundação do Kênia Clube (1960-1965)*, de Maria da Consolação Pereira Osório; *O luteranismo em Joinville nos primórdios da colonização (1851-1889)*, de Dilney Cunha – todas produzidas por estudantes egressos do curso de História da FURJ na década de 1990. Essas monografias encontram-se igualmente disponíveis para consulta na Biblioteca Universitária da Univille.

Paralelamente, na década de 1990, historiadoras, em sua maioria imigrantes, também passaram a empreender seus trabalhos de mestrado e doutorado acerca da cidade de Joinville. É forçoso afirmar que essas professoras, egressas de grandes centros universitários do País (especialmente São Paulo), tenham trazido a renovação historiográfica para a cidade. Diz o historiador Clóvis Gruner (2017, p. 59) que foi durante os "anos 90 que outras abordagens da história de Joinville começaram a ser construídas, acompanhando a própria renovação historiográfica em voga no Brasil pelo menos desde a década anterior". Corroboramos seus escritos quando afirma que a maior exposição das contradições sociais da cidade promoveu mudanças nas leituras do passado local. Porém, pensamos que sua análise perde de vista processos anteriores a esse período – os quais buscamos aqui demonstrar. Entendemos que Gruner (2017, p. 60) atribui exagerado mérito às visibilidades e sensibilidades migrantes, oriundas da "classe média dos grandes centros urbanos". Isso não significa que o trabalho de historiadoras e historiadores migrantes, que produziram suas obras desde final da década de 1980, não tenham, de fato, renovado em medidas significativas as leituras do passado de Joinville.

Tendo em vista os eventos já demonstrados, é lógico afirmar que elas vieram a somar esforços em curso. Algumas delas, desde a década de 1980, atuavam no curso de História da FURJ, tais como Sandra P. L. de Camargo Guedes, cuja sua tese de doutorado chama-se *O exercício da arte de curar: o Hospital São José de Joinville, 1852-1952* (defendida em 1992 na USP); Ilanil Coelho, com a dissertação *Joinville e a campanha de nacionalização* (defendida em 1993 na UFSCar); e Iara Andrade Costa, cuja dissertação intitula-se *A cidade da ordem: tensões sociais e controle (1917-1943)* (defendida em 1996 na UFPR).

O choque cultural, por vezes, foi relatado como vetor do interesse pelo passado da cidade de Joinville. Iara Andrade Costa, em uma entrevista concedida a Raquel S. Thiago no início da década de 2000, relatou que, quando chegou em Joinville, em 1984, "a história da cidade, bem como os meios de comunicação e o imaginário da população passavam a ideia de que em Joinville não havia problemas". Continua ela: "eu vinha de São Paulo, uma cidade industrializada, e sabia que a proporção dos mendigos e de pessoas pobres era inversa ao crescimento industrial" (Thiago, 2008, p. 25). Questionar esse discurso ordeiro a fez remeter-se e questionar o passado de Joinville.

O mesmo ocorreu, aparentemente, com Ilanil Coelho, migrante de São Paulo, chegada em Joinville em 1990. Conforme a historiadora, Santa Catarina possuía a fama de "Europa brasileira" e, em Joinville, o que "mais me chamou a atenção, entretanto, foi a permanência de algumas práticas culturais ligadas aos descendentes de imigrantes alemães". Segundo ela, identificou "essas práticas pelos hábitos alimentares, pela arquitetura, pelas festas, enfim, pelos costumes de uma maneira geral. Foi aí que resolvi estudar um pouquinho mais dessa história", voltando-se principalmente para a investigação dos impactos do Estado Novo na cidade (Thiago, 2008, p. 31).

Outras obras do mesmo período merecem também destaque, como as de Janine Gomes da Silva: *Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX* (dissertação na UFSC de 1997); de Katianne Bruhns: *Espaços de sociabilidade e o idioma: a campanha de nacionalização em Joinville* (dissertação na UFSC de 1997); de Sirlei de Souza: *Ecos de resistência da desconstrução da*

ordem: uma análise da "revolução de 64" em Joinville (dissertação na UFSC em 1998); e de Laucí Aparecida Cavalett: *O integralismo e o teuto–brasileiro: Joinville – 1930-1938* (dissertação na UFSC em 1998).

De todo modo, tendo em vista os eventos aqui demonstrados, é possível constatar como, desde finais da década de 1970, organizados em torno do curso de história da FURJ/Univille e outras instituições de ensino, professores e professoras, historiadores e historiadoras estiveram envoltos em uma agenda de profissionalização do ofício do historiador na região nordeste de Santa Catarina, especialmente em Joinville. Essa agenda de profissionalização, combinada à rotinização da pesquisa em História, tinha como fio condutor o estudo da "história regional". É sintomático que, no início da década de 2000, o lançamento do livro *Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade* – reunião de textos com resultados de alguns trabalhos aqui mencionados – tivesse no seu horizonte "a vontade de colaborar com a historiografia regional" (Guedes, 2005, p. 08). Cabe, ainda, empreender análises mais pormenorizadas acerca das características desse movimento, valendo-se tanto do manancial de documentos disponíveis em acervos quanto daqueles da história oral.

Por fim, há um último ponto relevante a ser mencionado. Em 1996, a Fundação Cultural de Joinville (FCC) realizou um concurso público a fim de prover cargos para a área cultural da cidade. Com aquele concurso, houve a criação de importantes postos para o Arquivo Histórico de Joinville, entre eles, o de historiador. Raquel S. Thiago, ex-diretora e à época partícipe do Grupo Técnico-Científico do arquivo, caracterizou aquele fato como a realização de um sonho (GONÇALVES, 2006, p. 251-252).

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

I SEMANA de História. Joinville; Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, 1984. Fôlder em tamanho A4. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

II SEMANA de História. Joinville; Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, 1987. Fôlder em tamanho A4. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

BOEHM, Lucinda Clarita. *Carta encaminhada à Oswaldo Miqueluzzi*. FURJ. Faculdade de Filosofia – História. Departamento de Ciências Sociais. Joinville, 23 out. 1985. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

BOEHM, Lucinda Clarita. *Carta encaminhada a Dúnia de Freitas Toaldo*. FURJ. Setor de Coordenação de Pós-Graduação. Joinville, 15 abr. 1987ª. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

BOEHM, Lucinda Clarita. *Carta encaminhada a Dúnia de Freitas Toaldo*. FURJ. Setor de Coordenação de Pós-Graduação. Joinville, 4 nov. 1987b. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

CURSO de história exige modificações. A NOTÍCIA, 05 jan., 1982. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

FURJ decide reabrir curso de história. *A Notícia*. 27 fev. 1980. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

HISTÓRICO do Curso de História. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

OLVIERA, Pedro Lopes de (org.). *Anais do I Encontro Estadual de História*. Florianópolis, 1987. Disponível em: https://www.sc.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2590. Acesso em: 23 maio 2023.

SEMANA de História da FURJ cria necessidade de melhoria de nível. O Estado de Santa Catarina, 23 maio 1987. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

RELAÇÃO de Formandos do Curso de História (1971-1984). FURJ, 1985. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

RELAÇÃO de Alunos Matriculados no Curso de História em 1986. FURJ, 1986. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

THIAGO, Eneida Raquel S. *Carta encaminhada a Dúnia de Freitas Toaldo*. FURJ. Departamento de Extensão Universitária. Joinville, 28 out. 1982. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

Bibliográficas

I SEMANA de História. Joinville; Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, 1984. Fôlder em tamanho A4. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

II SEMANA de História. Joinville; Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, 1987. Fôlder em tamanho A4. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

BOEHM, Lucinda Clarita. *Carta encaminhada à Oswaldo Miqueluzzi*. FURJ. Faculdade de Filosofia – História. Departamento de Ciências Sociais. Joinville, 23 out. 1985. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

BOEHM, Lucinda Clarita. *Carta encaminhada a Dúnia de Freitas Toaldo*. FURJ. Setor de Coordenação de Pós-Graduação. Joinville, 15 abr. 1987ª. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

BOEHM, Lucinda Clarita. *Carta encaminhada a Dúnia de Freitas Toaldo*. FURJ. Setor de Coordenação de Pós-Graduação. Joinville, 4 nov. 1987b. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

CURSO de história exige modificações. A NOTÍCIA, 05 jan., 1982. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

FURJ decide reabrir curso de história. *A Notícia*. 27 fev. 1980. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

HISTÓRICO do Curso de História. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

OLVIERA, Pedro Lopes de (org.). *Anais do I Encontro Estadual de História*. Florianópolis, 1987. Disponível em: https://www.sc.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2590. Acesso em: 23 maio 2023.

SEMANA de História da FURJ cria necessidade de melhoria de nível. O Estado de Santa Catarina, 23 maio 1987. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

RELAÇÃO de Formandos do Curso de História (1971-1984). FURJ, 1985. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

RELAÇÃO de Alunos Matriculados no Curso de História em 1986. FURJ, 1986. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

THIAGO, Eneida Raquel S. *Carta encaminhada a Dúnia de Freitas Toaldo*. FURJ. Departamento de Extensão Universitária. Joinville, 28 out. 1982. Disponível em: Centro Memorial da Univille.

PARTE III





Capítulo 9



A HISTÓRIA DAS MULHERES COM ABORDAGEM DE GÊNERO E A HISTORIOGRAFIA DE SANTA CATARINA

Renata Lewandowski Montagnoli
Lidia Mallet Gonçalves

1 Introdução

A mulher brasileira deve ao sopro revel que despertou a alma brasileira e levantou a Nação naquele célebre três de outubro a sua carta de liberdade. Foi a revolução quem fez a mulher brasileira o indivíduo que ela é hoje; foi a Revolução quem deu à mulher o direito de ter cérebro, de deixar de ser sombra da criatura e ser a própria criatura. Todas estas

> conquistas lindas de igualdade e progresso, todo esse panorama lindo de aptidões a se desenvolverem num desejo sensato de se aproveitarem capacidades e inteligências que o passado repudiava, num desperdício imperdoável, tudo isto de grande, de soberbo, de conquistas individuais desfrutadas, presentemente, pela mulher brasileira é fruto da semente lançada pelo ideal daquele célebre três de outubro (Barros, 1934 – embora contrariando as normas da ABNT, o negrito no sobrenome do autor indica que são contribuições de autoras e autores negros).

No dia 18 de agosto de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei n. 14.038 (Brasil, 2020b), que regulamenta a profissão de historiadora/historiador no Brasil. Essa lei, de autoria do senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (PT/RS), representa um marco importante para a profissionalização do ofício da/o historiadora/historiador no Brasil. A regulamentação da profissão de historiadora/historiador é importante por diversas razões, pois a lei valoriza a formação acadêmica das/os profissionais, reconhecendo a importância do conhecimento histórico para a compreensão da realidade. Esse movimento de profissionalização da pesquisa histórica no Brasil foi iniciado em 1961, com a criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, hoje Associação Nacional de História (Anpuh).

A institucionalização da disciplina de História no País não iniciou com a Lei n. 14.038, mas em 1934, com o estabelecimento do ensino superior em História. No Brasil, a historiografia teve grande influência perspectiva tradicional até as primeiras décadas do século passado. Contudo, foi influenciada pela herança francesa e pelo historiador da Escola dos *Annales* Fernand Braudel, que em 1934 lecionou na primeira turma de História da USP, ditando os novos rumos da escrita

da História no País, de acordo com Paulo Henrique Martinez (2002). Esse movimento de mudança da escrita da história foi aos poucos se deslocando da história econômica e tradicional, e inserindo outras/os personagens históricas/os antes pouco pesquisadas/os.

A História das Mulheres foi por muitos anos ignorada pela historiografia e, consequentemente, pelo ensino de História. As militâncias feministas tiveram um papel crucial na visibilidade dos estudos sobre as "histórias das mulheres" e dos "estudos de gênero"; para Adriana Piscitelli (2009), foi a partir da luta social que emergiu uma contribuição teórica para esses campos, incluindo os feminismos.

A produção acadêmica feminista no Brasil foi inaugurada em 1967, com a tese de livre-docência de Heleieth Saffioti, intitulada "A Mulher na Sociedade de Classes", orientada por Florestan Fernandes, de acordo com Céli Regina Jardim Pinto (2003). No entanto, foi apenas no final da década de 1970, com o apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas, em parceria com a Fundação Ford, que ocorreu uma maior produção de estudos sobre a temática no País, que desempenhou um papel crucial na formação e no desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres e de gênero. Paralelamente, na mesma época, os cursos de pós-graduação se consolidaram no Brasil, o que contribuiu para o surgimento de importantes núcleos de pesquisa sobre mulheres em universidades de destaque aqui no estado. Na UFSC, citamos o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), o Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS), o Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (Margens), o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (Nusserge), entre outros. Na Udesc, citamos o Laboratório de Estudos de Gênero e Família (Labgef).

De acordo com Janice Gonçalves e Felipe Matos (2011), em 1989, a Anpuh-SC promoveu um ciclo de palestras que apresentavam as "novas tendências" da historiografia, que seriam a História Nova e a História das Mentalidades, a/o negra/o, a mulher e a interdisciplinaridade na História. Essa visão das novas tendências historiográficas observadas pela Associação Nacional de História, seção Santa Catarina, demonstra que já havia uma preocupação da direção da Anpuh estadual com a abordagem de temas que se mostravam, naquele momento,

emergentes e que hoje se apresentam como fundamentais para a escrita da história.

No que diz respeito aos estudos sobre a "História das Mulheres" e das "relações de gênero", houve uma maior emergência a partir de 1980, inicialmente com uma perspectiva mais voltada aos estudos da "mulher", das "mulheres" e da "condição feminina" (Soihet; Pedro, 2007). Miriam Grossi (2004, p. 213) afirma:

> [...] o movimento feminista brasileiro que surge nos anos 70 se caracteriza por um intenso compromisso político, por outro, suas participantes – majoritariamente das camadas médias intelectualizadas – tiveram sempre uma forte preocupação com a pesquisa sobre a situação daquilo que se pensava ser "a mulher brasileira".

A partir da década de 1990, as epistemologias feministas, institucionalizadas nas universidades a partir de uma perspectiva da "História das Mulheres", propuseram uma ruptura com a suposta neutralidade da História, evidenciando as relações de poder na produção dos saberes, conforme destacado por Rago (2000, p. 5).

Para Joana Maria Pedro (2005), algumas historiadoras, "investindo na onda do movimento feminista", tentaram "resgatar" para a História a narrativa da vida das "grandes mulheres". Como exemplo, cita o *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, obra biográfica e ilustrada organizada por Schuma Schumaher e Érico Vital Brazil (2000), com 900 verbetes com dados biográficos de mulheres brasileiras.

A perspectiva de gênero entendida a partir de Joan W. Scott (1990), e seu artigo basilar "Gênero uma categoria útil de análise histórica", serviu de referência para as pesquisas que foram produzidas no começo da década de 1990, pois destacaram o gênero como uma categoria de análise histórica relacional. "O termo 'gênero', além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro" (Scott, 1990, p. 75).

A historiadora estadunidense, em seu texto, ainda reforça que o termo "gênero" é utilizado para "designar as relações sociais entre os

sexos" (Scott, 1990, p. 75). Já Gilmária S. Ramos (2011, p. 111) coloca que a categoria gênero "[...] tem uma historicidade que lhe é própria, não sendo, portanto, cristalizada pelo tempo, mas passível de ser agenciada conforme os embates e problemas colocados em questão a partir das inquietações do tempo presente".

A partir das definições que a categoria gênero recebeu ao longo de sua breve história, podemos observar sua importância para a escrita de uma história que objetive analisar as relações humanas de uma forma mais abrangente, não essencialista e sem estabelecer um sujeito universal masculino, que foi e é tão presente na escrita da história tradicional.

> A história era, ela mesma, responsável pela 'produção da diferença sexual', pois uma narrativa histórica nunca é neutra e, quando apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero. A história, nesse caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história. Além disso, falar de gênero significava deixar de focalizar a 'mulher' ou as 'mulheres'; tratava-se de relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre homens. Nessas relações, o gênero se constituiria (Pedro, 2011, 273).

A utilização da categoria gênero na escrita da História possibilitou outras abordagens, análises e entendimentos quanto ao que se entende por História, demonstrando que ela é construída e produzida a partir das relações de poder, "e que o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder" (Pedro, 2011, p. 273).

2
GT de Gênero da Anpuh – Santa Catarina

A formalização do Grupo de Trabalho de Gênero na Anpuh Nacional no ano de 2001 é um importante marco na consolidação dos estudos da "História das Mulheres" e das "relações de gênero" no Brasil.

Destacamos que, em 2023, o GT de Gênero da Anpuh contava com 14 GTs regionais distribuídos entre as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

> O GT Gênero/Anpuh surgiu no XXI Simpósio Nacional da Anpuh/UFF, abordando a temática 'A História do Milênio: entre o individual e o coletivo', realizado no período de 22 à 27 de julho durante a reunião em 25 de julho de 2001, no mesmo ano da institucionalização dos Grupos de Trabalho/GT na Anpuh, na Gestão de Edgar de Decca (2001-2003) (Possas, 2014, p. 9).

Naquele mesmo ano, foi formalizada a criação do GT de Gênero de Santa Catarina. Após a oficialização do GT estadual, houve maiores legitimação e presença da temática de gênero em eventos científicos, tanto em esferas acadêmicos regionais quanto nacionais.

As discussões e a escrita da história que envolvem a categoria de análise gênero em Santa Catarina propiciaram um grande salto quanto se pensa nas produções realizadas nas últimas décadas. As pesquisas que envolvem gênero demarcaram o seu espaço, consolidando-se como parte fundamental para a discussão historiográfica no estado. Para a consolidação do gênero na escrita da História, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC) teve importância crucial, pois foi um dos pioneiros na área de gênero no Brasil. O PPGH/UFSC foi fundado em 1975, tendo atualmente a linha de pesquisa "Histórias entrecruzadas de subjetividades, gênero e poder", sendo também o berço do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), fundado em 2006.

Com o crescimento dos estudos de gênero nas universidades, foram criadas linhas de pesquisa no mestrado e no doutorado, como citado anteriormente. As grades dos cursos de História, tanto da Udesc como da UFSC, passaram a ofertar disciplinas específicas na graduação e pós-graduação. Porém, vale ressaltar que o currículo do curso de História da UFSC (a maior universidade de Santa Catarina) ainda não tem uma disciplina ou um tópico que faça parte da grade obrigatória do curso, algo que pode ser entendido como contraditório para uma universidade que tem professoras com um percurso acadêmico

tão importante para as pesquisas dentro da "História das Mulheres" e de "gênero" no estado e no Brasil. São professoras e pesquisadoras de referência: Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff, Janine Gomes da Silva, Soraia Carolina de Mello, Glaucia Fraccaro, entre outras. No caso da professora doutora Joana Maria Pedro, ela foi classificada, em 2021, como uma das 165 professoras/es da UFSC mais influentes na América Latina.

> Faz-se necessário destacar ainda as condições de possibilidades que têm ambientado as discussões sobre gênero na UFSC. O sucesso desse campo intelectual diz respeito às pesquisas desenvolvidas em núcleos e laboratórios, à realização de eventos de caráter nacional e internacional ocorridos na instituição, orientação de dissertações e teses, publicações, assessorias etc. À guisa de exemplo, citamos o Instituto de Estudos de Gênero - IEG, coordenado pelas professoras Joana Maria Pedro (História), Maria Coelho de Souza Lago (Psicologia) e Zahidé Lupinacci Muzart (Literatura); o Laboratório de estudos de Gênero e História - LEGH, coordenado por Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Roselane Neckel, entre outros voltados para áreas da Antropologia Social, Serviço Social, Literatura, Psicologia (Ramos, 2011, p. 123).

O estado de Santa Catarina é reconhecido nacionalmente como uma referência na área dos estudos de gênero devido a toda a caminhada acadêmica e de pesquisas que foram realizadas pelas pesquisadoras ao longo de décadas, de lutas e de muito trabalho.

Observando a matriz curricular de alguns cursos de História no estado, é perceptível que o aligeiramento das formações em nível superior, no campo das licenciaturas, fez com que o currículo ficasse cada vez mais enxuto e com menos espaço para as discussões como as que envolvem a "História das Mulheres" e os "estudos de gênero". Dos 14 cursos de História listados no site da Anpuh seção SC, apenas três universidades especificam que em suas grades há disciplinas – não obrigatórias – que abordam a temática de gênero: Udesc, UFSC e FURB. O curso da Univille estipula que há um componente de 36 horas voltado para "Diversidade"; os demais cursos analisados não têm em

seus *sites* essas informações. Foram solicitadas informações via *e-mail* para a coordenação de alguns outros cursos. Contudo, não responderam nosso questionamento sobre sua grade curricular, a presença do debate sobre "História das Mulheres" e os "estudo de gênero" nos planos de ensino. Analisando especificamente o currículo do curso de História da UFSC,

> [...] podemos entender um pouco mais sobre o ambiente da academia, assim como um pouco mais sobre os debates que circulavam em seus corredores. O currículo oferecido para o curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina manteve-se o mesmo desde 1991 até 2007. Nele percebemos uma grande influência dos estudos de gênero com as diversas disciplinas optativas oferecidas (tópicos especiais e laboratórios de ensino), e poucas disciplinas que fossem permeadas pela História Econômica (Fernandes, 2018, p. 140).

Continuando a análise dos dados sobre os cursos de graduação de História em Santa Catarina, dos 14 cursos listados no site da Anpuh-SC, 9 são voltados apenas para a licenciatura e os outros 5 são licenciatura e bacharelado. Portanto, temos uma parcela de acadêmicas/os que não seguirão na carreira do magistério, mas se tornarão bacharéis, pesquisadoras/os, historiadoras/es sem que tenham cursado disciplinas específicas dentro dessa temática. Essa realidade é um grande desafio para as pesquisas que envolvem gênero, pois as/os estudantes finalizam sua formação sem o arcabouço necessário para o trabalho com as pesquisas que envolvam a temática gênero.

Observando o perfil das/os acadêmicas/os dos cursos de História pelo País, a partir dos dados da pesquisa financiada pela Unesco intitulada "Professores do Brasil: novos cenários de formação", coordenada por Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida (2019), a partir de dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2005 e 2014, verifica-se que a média da idade das/os licenciadas/os em História no ano de 2005 girava entre 18 e 24 anos de idade, representando um percentual de 45,4%. Já em 2014 esse número

diminuiu para 29,2%; 27,1% tinham entre 30 e 39 anos; e 22,4%, entre 25 e 29 anos. Esses números demonstram que um público mais adulto passou a constituir o maior número das/os matrículas/os nos cursos de História no País.

No item raça/cor, os dados da pesquisa (Gatti *et al.*, 2019) mostram a predominância de pessoas brancas, tanto em 2005 como em 2014. Em 2005, o total de pessoas brancas matriculadas nos cursos de História era de 57%; pardas/mulatas, 30,2%; negros eram apenas 9,8%; e indígenas, 1,5%. Em 2014, houve uma diminuição do número de pessoas que se declararam brancas: 42%, em contraponto a 57% em 2005. O percentual de pessoas autodeclaradas pardas/mulatas subiu para 38,9%; seguindo o aumento, as pessoas que se declararam negras passaram de 9,8% para 16,3%. O único índice em que não houve alteração foi o das pessoas de origem indígena, que permaneceu em 1,5% nas duas bases de referência (2005 e 2014).

O espaço das universidades, assim como inúmeros espaços de poder, foi por muito tempo reservado a uma pequena parcela da população, majoritariamente branca. Gabriel Ribeiro da Silva (2021) argumenta que o poder epistêmico reproduzido dentro das universidades brasileiras nessa relação sujeito-objeto se traduz na branquitude acadêmica, e na manutenção dessas estruturas de poder. Portanto, nos cursos de História, temos a predominância de pessoas brancas, demonstrando que, mesmo em cursos com menos prestígio financeiro/social, as pessoas brancas ainda são maioria.

Quando os dados se referem ao sexo das pessoas matriculadas nos cursos de História, temos uma pequena prevalência de mulheres com relação aos homens nas duas análises. No Enade de 2005, havia um percentual de 56,5% de matrículas de pessoas de sexo feminino e 43,5% do sexo masculino. Em 2014, houve um pequeno crescimento de matrículas do sexo feminino (57,4%) e um decréscimo das matrículas masculinas, que ficaram em 42,6% (Gatti *et al.*, 2019).

As pessoas identificadas socialmente como mulheres são a maioria nos cursos de História no País, cursos esses que, aqui no nosso estado, não priorizam o estudo da "História das Mulheres" e das "relações de gênero". A Lei n. 18.226/2021, sobre o estudo das

mulheres do campo e da cidade de Santa Catarina (Santa Catarina, 2021), pode impulsionar essa discussão, pois precisamos de professoras/os preparadas/os para o ensino da temática gênero nas escolas de Educação Básica, assim como para as discussões acadêmicas.

3
Lei n. 18.226/2021

> A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática de liberdade (Hooks, 2020, p. 273).

O texto de Bell **Hooks** (2020) sobre a educação como prática de liberdade nos permite observar que há várias outras histórias possíveis e, "[...] quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso" (**Adichie**, 2019, p. 33).

Nessa perspectiva de entender que não existe uma histórica única ou universal, algumas ações públicas auxiliam nesse processo. É o caso da Lei n. 18.226, de Santa Catarina, que foi sancionada em 13 de outubro de 2021, pelo governo do estado. "Inclui conteúdo transversal, no currículo das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, a História das Mulheres do Campo e Cidade em Santa Catarina" (Santa Catarina, 2021). Essa lei foi resultado de um projeto encabeçado pela deputada Luciane Carminatti, com o apoio de parte da "bancada feminina" da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). Auxilia no debate sobre a "História das Mulheres"

com abordagem de gênero nas escolas, pois incentiva o ensino da história de tantas mulheres do nosso estado que, muitas vezes, são representadas como apêndices da história e não como produtoras de história. Além disso, incentiva a discussão sobre mulheres de diferentes espaços geográficos, regionalizando o ensino da história e buscando potencializar as discussões que envolvem as mulheres que estejam mais próximas da realidade histórica das/os estudantes.

A partir dessa legislação, foi organizada por Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro (Laboratório de Estudos em Gênero e História/LEGH da UFSC) e Teresa Kleba Lisboa (Instituto de Estudos de Gênero/IEG da UFSC), com a colaboração do bolsista técnico Luiz Augusto Possamai Borges (UFSC), através do projeto de pesquisa "Mandonas – memórias políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)", uma lista inicial de referências bibliográficas intitulada "Mulheres que se destacaram ou ainda se destacam na História do Estado de Santa Catarina". A lista é destinada a professoras/es da Educação Básica de todos os municípios catarinenses e inclui a história de mulheres como Antonieta de **Barros**, Anita Garibaldi, Beata Albertina, entre outras, sendo uma das primeiras iniciativas referentes a essa nova legislação.

A constituição de uma legislação sobre o tema não é suficiente para que a cultura patriarcal e cis-heteronormativa que envolve o ensino de História se modifique, pois a mudança não ocorre pela força da lei, mas pelo entendimento, conhecimento e debate. Contudo, não se pode desprezar a importância da legislação, pois ela movimenta as mudanças e demarca o debate social. Para além disso, é preciso que os cursos de graduação façam o seu papel: formar estudantes que aprendam a importância das discussões sobre a "História das Mulheres" sob a perspectiva de gênero e que estejam preparadas/os para pensar, planejar e escrever a história observando todas as pessoas como agentes históricas/os. Caso contrário, a Lei n. 18.226 será apenas mais uma lei de "letra morta". A formação inicial é fundamental para que as/os futuras/os docentes e historiadoras/os estejam comprometidas/os com educação e produção do conhecimento pautadas na discussão antirracista, antitransfóbica, anti-homofóbica, antissexista, antimachista e voltada para os Direitos Humanos.

4
A vigilância antigênero

Nos últimos anos, atravessamos tempos complexos tanto no Brasil quanto em Santa Catarina no que se refere às discussões sobre gênero. O movimento político conservador no estado tem-se articulado fortemente com o intuito de barrar, perseguir e proibir as discussões que envolvam gênero no espaço escolar. Todavia, sabemos que, mesmo com essa "patrulha de vigilância ideológica", as discussões sobre o tema continuam ocorrendo com muitas ressalvas e preocupações, uma vez que existe, por parte dos grupos políticos conservadores, a intenção de silenciar as pesquisas sobre o tema.

Mesmo com toda a articulação de movimentos políticos conservadores, a sociedade civil vem-se articulando com o campo acadêmico para fortalecer o trabalho de professoras/es tanto no País como no estado. O Portal Catarinas lançou em 2022 a cartilha *Como defender-se das censuras ao debate de gênero, sexualidade e raça nas escolas*. O objetivo da cartilha é demonstrar "Estratégias para afastar perseguições e fazer da escola um ambiente mais plural" (Como..., 2022).

A educação é um campo de disputa dos movimentos políticos, por isso tantas leis e outros tantos projetos de lei buscando criminalizar o estudo da temática gênero. Isso faz com que docentes enfrentem múltiplas dificuldades quanto à abordagem da temática devido à vigilância constante. Todavia, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 24 abril de 2020, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 457 (Brasil, 2020a), decidiu sobre a inconstitucionalidade da Lei n. 1.516/2015 (Novo Gama, 2015), da cidade de Novo Gama (Goiás), que proibia a divulgação de material com informação sobre "ideologia de gênero" nas escolas municipais.

A decisão do STF foi uma grande vitória jurídica para as discussões sobre o tema, pois "garantiu a constitucionalidade e o direito de pluralidade de ideias para os estudos sobre gênero e diversidade nas escolas" (Montagnoli; Vizzotto, 2021, p. 291). Essa foi a primeira decisão da Corte com relação aos 15 processos que, naquele momento,

tramitavam no STF relacionados a leis ou planos educacionais municipais ou estaduais que proibiam as discussões sobre gênero nas escolas. As juízas e os juízes da Suprema Corte "[...] foram unânimes sobre a necessidade de se discutir questões de gênero na escola, e, segundo o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, os princípios atinentes à liberdade, conforme preceitua a Constituição Federal [...]" (Montagnoli, Vizzotto, 2021, p. 291).

Além da decisão do STF quanto à ADPF 457, a regulamentação da profissão de historiadora/o, através da Lei n. 14.038/2020 (Brasil, 2020b), é um marco importante para a categoria. Contudo, se analisarmos a escrita dessa lei, podemos observar que ela é utilizada apenas na flexão masculina para identificar as pessoas que compõem o grupo de historiadoras e historiadores.

Ademais, o artigo 4º institui as atribuições para historiadores, sendo uma delas "VI - elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos" (Brasil, 2020b). Nesse inciso, está especificado que as/os historiadoras/es são os responsáveis pela elaboração de trabalhos sobre temas históricos. Portanto, gênero é um tema histórico que deve estar evidenciado nas pesquisas históricas.

Por conseguinte, a lei que regulamenta nossa profissão perpetua a ideia de um "sujeito universal masculino" na flexão da escrita, mesmo que pesquisas mostrem que a maioria das pessoas matriculadas nos cursos de História do País são mulheres.

5
Os laboratórios de pesquisa de gênero em Santa Catarina

Mesmo neste cenário não muito receptivo para os estudos de gênero, é aqui, em Santa Catarina, que acontece um dos principais eventos que envolve a temática, o Seminário Internacional Fazendo Gênero, que reúne pesquisadoras/es de diversas áreas, mas principalmente historiadoras/es de todo o Brasil e do exterior.

O primeiro encontro (**Fazendo Gênero – Seminário de Estudos sobre a Mulher**) aconteceu de 30 de novembro a 2 de dezembro de 1994, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura. A ênfase desse primeiro encontro, de amplitude nacional, foi o gênero na Literatura, História, Psicanálise e Antropologia, enfocando também o feminismo contemporâneo (História..., 2023, grifos da autora).

O Fazendo Gênero é um evento muito importante no calendário dos eventos sobre a temática, pois apresenta as pesquisas mais recentes que estão sendo produzidas sobre gênero e privilegia o olhar para o Sul Global. O último evento foi realizado em 2021, de forma remota, com o tema "Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos". Participaram do evento 2.443 pessoas; desse modo,

> [...] o Seminário Internacional Fazendo Gênero assumiu um caráter transnacional ao procurar estabelecer laços entre os feminismos de diversos continentes e promoveu um espaço de interlocução, considerando os contextos diversos entre os diferentes campos do conhecimento, as suas expressões artísticas, e entre os movimentos sociais e a academia (Relatório..., 2022).

Segundo Lidia Gonçalves (2019), a construção do campo de pesquisa relacionado aos estudos das mulheres, de gênero e feministas em Santa Catarina teve a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como importante colaboradora. O Núcleo de Estudos da Mulher foi criado na UFSC em 1984. Organizou, em 1989, o Primeiro Encontro de Estudos sobre a Mulher. O antigo Núcleo de Estudos da Mulher passou a se chamar Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NEG), com o objetivo de reunir pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas que se dedicavam a estudar questões de gênero. Inicialmente, o NEG contava com membros dos cursos de Literatura, Antropologia, Psicologia, História, entre outros, mas, ao longo dos anos, o núcleo passou a incluir outras áreas do conhecimento. O NEG foi o precursor do atual Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). O IEG abarca laboratórios tanto da UFSC quanto da Udesc. Para ver todos os 21 laboratórios que compõem o IEG, sugere-se consultar o site institucional.

A Universidade Federal de Santa Catarina é onde acontece um dos maiores eventos sobre gênero do País. Esse cenário, hoje, só se faz possível devido a muitas pesquisas anteriores.

> Timidamente, os estudos em Santa Catarina iniciaram-se pelo estudo da História das Mulheres e, aos poucos, podemos dizer que a categoria gênero está cada vez mais presente, seja nas abordagens sobre práticas relacionadas a aborto e infanticídio, sobre os feminismos na América Latina, ou como mais recentemente, nas diferentes abordagens sobre as práticas relacionadas a prostituição (Carola; Wolff; Silva, 2011, p. 314-315).

O Instituto de Estudos de Gênero (IEG) conta com a parceria e participação de várias instituições do estado, como a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). O IEG é o responsável pela publicação da *Revista Estudos Feministas*, que é uma referência em sua área.

> [...] o PPGH/UFSC conta com o periódico indexado, interdisciplinar, *Revista de Estudos Feministas - REF*, de circulação nacional e internacional, criada em 1992, e que consiste numa referência obrigatória para todos/as que trabalham no campo dos estudos de gênero e da teoria feminista (Ramos, 2011, p. 123).

Além do IEG, a UFSC conta também com o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), que está vinculado aos Programas de Pós-Graduação de História (PPGH) e Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), o qual organiza grupos de estudos sobre a temática gênero, além de projetos de pesquisa. Segundo Carola, Wolf e Silva (2011, p. 315), "Os estudos de gênero iniciados por profissionais da UFSC espraiaram-se pelo estado, inspirando vários grupos de pesquisa e diferentes abordagens de análise histórica". Esse espraiar-se levou à criação na Universidade do Estado de Santa Catarina do Laboratório de Relações de Gênero e Família (Labgef). Um dos objetivos do laboratório é:

> Incorporar de modo sistemático os resultados das pesquisas, das atividades de extensão e de estudos de outra natureza

> realizados pelo LABGEF nos cursos de graduação e pós-graduação da Udesc por meio da oferta de disciplinas e da realização de eventos, oficinas, cursos e assessorias (Labgef..., on-line).

A professora doutora Joana Maria Pedro, ex-presidenta da Anpuh Nacional, escreveu ao final de seu artigo "Relações de gênero na pesquisa histórica", publicado na *Revista Catarinense de História*, em 1994, que ainda havia muito a ser feito na produção historiográfica relacionada a gênero (Pedro, 1994). Passados quase 30 anos da publicação, muita coisa, de fato, mudou. É possível constatar que as pesquisas no campo dos estudos sobre gênero caminharam muito no estado de Santa Catarina, contando com inúmeras pesquisadoras de grande reconhecimento científico, com institutos e laboratórios de gênero nas duas universidades públicas com pesquisas consolidadas. Todavia, isso não é o bastante, como observado nos dados apresentados neste texto.

Mesmo com sua utilização nas produções historiográficas, a categoria de análise gênero não desvalidou o uso das categorias "mulher" ou "mulheres", que continuaram a ser muito utilizadas, principalmente na região do Cone Sul, como apresenta Joana Maria Pedro (2011, p. 277):

> Os estudos de gênero, aqui incluindo as categorias 'mulher', 'mulheres', 'feminismo', 'feminilidades', 'masculinidades' e 'relações de gênero', têm buscado se colocar no centro do debate historiográfico, tentando fazer com que essas categorias se tornem comuns para quem pesquisa nesse campo. Ao mesmo tempo, como quaisquer outras, essas mesmas categorias vivem as instabilidades dos sentidos que lhes são atribuídos, resultado de lutas dentro do próprio campo. Encontra-se, ainda, portanto, nas margens do saber historiográfico. E, talvez por isso mesmo, busca novas maneiras de pensar essas margens, deslocando o centro, inventando novos percursos.

Portanto, pensar e escrever sobre gênero não está atrelado a apenas uma norma semântica, mas a abranger múltiplas possibilidades. Como escreveu **Chimamanda** (2019, p. 27), "A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que

são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história". Por isso, ainda é preciso ocupar mais espaços acadêmicos, escolares e sociais para discutir gênero, suas mudanças e permanências, sua importância, sua simbiose com as relações de poder e sociais entre homens e mulheres, entre feminilidades e masculinidades. Joan Scott (2012, p. 347), nos alertou: "E longe de estar resolvido, [...], gênero é uma questão perpetuamente aberta: quando pensamos que foi resolvido, sabemos que estamos no caminho errado".

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). *GT de Gênero*. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/grupos-de-trabalho/atividades/item/296-gt-estudos-de-genero Acesso em: 16 abr. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). *Cursos de História em Santa Catarina (graduação e pós-graduação).* Disponível em: https://www.sc.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2292. Acesso em: 16 abr. 2023.

BANCADA feminina Alesc. Disponível em: https://bancadafeminina.alesc.sc.gov.br/lancamento-oficial-site-da-bancada-feminina/. Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 457 GO - Novo Gama*. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 27 de abril de 2020a. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF457.pdf Acesso em: 8 set. 2020.

BRASIL. *Lei n. 14.038,* de 17 de agosto de 2020b. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Brasília, 2020b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14038.htm Acesso em: 9 abr. 2023.

CAROLA, Carlos Renato; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. A historiografia de Santa Catarina: olhares sobre os últimos 50 anos. *In:* GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011. p. 303-320.

COMO defender-se das censuras ao debate de gênero, sexualidade e raça nas escola. *Portal Catarinas*, 2022. Disponível em: https://catarinas.info/wp-content/uploads/2022/10/Cartilha-Como-defender-se-das-censuras-ao-debate-de-genero-sexualidade-e-raca-nas-escolas.pdf. Acesso em: 6 abr. 2023.

CURSOS superiores mais procurados e suas áreas. Disponível em: https://ead.ucs.br/blog/cursos-superiores-mais-procurados Acesso em: 16 abr. 2023.

FERNANDES, Juliana Panchiniak. Gênero e classe: a historiografia da Nova História catarinense a partir das produções do PPGH-UFSC nos anos 90. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 12, n. 1-2, p. 135-144, 2018.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e102, 2020.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. *Professores do Brasil*: novos cenários de formação. Brasília: Unesco, 2019.

GONÇALVES, Janice; MATOS, Felipe. Entre a colheita e a semeadura: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e a historiografia catarinense. *In:* FLORES, Maria Bernadete Ramos; BRANCHER, Ana Lice (org.). *Historiografia 35 anos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011. p. 13-29.

GONÇALVES, Lidia Mallet. Seminário Internacional Fazendo Gênero: contribuindo para a consolidação dos Estudos de Gênero e Feministas em Santa Catarina. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 54-69, 2019.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 2011-2021, set./dez. 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300023/9519 Acesso em: 16 abr. 2023.

GT ESTUDOS DE GÊNERO. *Anpuh*. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos/grupos-de-trabalho/atividades/item/296-gt-estudos-de-genero Acesso em: 11 abr. 2023.

HISTÓRIA DO FG. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Disponível em: http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=581. Acesso em: 9 abr. 2023.

HOOKS, Bell. *Ensinando a Transgredir*: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO (IEG). Disponível em: https://www.ieg.ufsc.br/institucional/nucleos-e-laboratorios Acesso em: 10 abr. 2023.

ILHA, Maria da (Antonieta de Barros). Farrapos de Ideias. *República*. Santa Catarina, 13 out. 1934.

LABGEF – LABORATÓRIO DE RELAÇÕES DE GÊNERO E FAMÍLIA. *FAED/LABGEF*. Disponível em: https://www.udesc.br/faed/labgef Acesso em: 9 abr. 2023.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP. *Revista de História*, São Paulo, v. 146, p. 11 - 27, 2002.

MONTAGNOLI, L. Renata; VIZZOTTO, Liane. A fogueira que queimou a alma ontem incinera a educação hoje: a perseguição aos estudos de gênero. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 19, n. 38, p. 290-313, jan./abr. 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46595 Acesso em: 9 abr. 2023.

NOVO GAMA. *Lei n. 1.516, de 30 de junho de 2015*. Proíbe material com informação sobre ideologia de gênero nas escolas municipais de Novo Gama/GO e dá outras providências. Disponível em: https://acessoainformacao.novogama.go.gov.br/legislacao/lei/id=49. Acesso em: 7 out. 2020.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SANTA CATARINA. *Publicações, link dissertações, teses e publicações científicas*. Disponível em: https://ovm.alesc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Historia-das-Mulheres-em-SC_Referencias_versao-fev.-2022.pdf Acesso em: 16 abr. 2023.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 16 abr. 2023.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jun. 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In:* ALMEIDA. Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009. p. 116-148.

POSSAS, Lidia M. V. GT Estudos de Gênero/Anpuh: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias (2001- 2014). *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 7-26, 2014.

PROJETO Mandonas. Disponível em: https://www.legh.cfh.ufsc.br/projeto-mandonas/resultados/ Acesso em: 16 abr. 2023.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In:* PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 25-37.

RAMOS, Gilmária Salviano. Nas tramas dos estudos de gênero: problematizando apropriações. *In:* FLORES, Maria Bernadete Ramos; BRANCHER, Ana Lice (org.). *Historiografia 35 anos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011. p. 110-125.

RELATÓRIO GERAL: *12º Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis, 2022.

SANTA CATARINA. *Lei nº 18.226, de 13 de outubro de 2021*. Inclui como conteúdo transversal, no currículo das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, a História das Mulheres do Campo e Cidade em Santa Catarina. Florianópolis, Diário Oficial de Santa Catarina, 15 out. 2021. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-18226-2021-santa-catarina-inclui-como-conteudo-transversal-no-curriculo-das-escolas-publicas-e-privadas-do-estado-de-santa-catarina-a-historia-das-mulheres-do-campo-e-cidade-em-santa-catarina Acesso em: 16 abr. 2023.

SILVA, Gabriel Ribeiro da. Branquitude acadêmica: poder epistêmico nas universidades brasileiras. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 21, n. 230, p. 46-54, 1 set. 2021.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (org.). *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Disponível em: https://guiadeturismornsite.files.wordpress.com/2017/02/dicionario-mulheres-do-brasil-schuma-schumaher.pdf Acesso em: 16 abr. 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3753972&forceview=1 Acesso em: 7 abr. 2023.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Tradução Ana Carolina Eiras Coelho Soares. *Projeto História*, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018 Acesso em: 9 abr. 2023.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25 p. 281-300, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINHA (UFSC). *Laboratório de Estudos de Gênero e História*. Disponível em: http://www.legh.cfh.ufsc.br/ Acesso em: 16 abr. 2023.

Capítulo 10



ENTRE REDES CONSTRUÍDAS E ESPAÇOS A CONQUISTAR: O GT HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE NO CAMPO HISTORIOGRÁFICO E PROFISSIONAL CATARINENSE

Camila Serafim Daminelli
Elisangela da Silva Machieski
Ismael Gonçalves Alves

1 Introdução

A cultura universitária do estado de Santa Catarina, marcada pela relevância de seus centros de formação no âmbito das licenciaturas, favoreceu desde cedo, ainda na década de 1960, o desenvolvimento de um campo de estudos sobre crianças e infâncias, culturas infantis

e educação. Cabe registrar que, à criação da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1960, seguiram-se as da Universidade Regional de Blumenau e a da Universidade do Vale do Itajaí em 1964, da Universidade do Estado de Santa Catarina, em 1965, e da Universidade do Extremo Sul Catarinense, em 1968. No âmbito da História, o interesse pelas infâncias se faz notar bastante mais tarde. As preocupações historiográficas dos autores e autoras catarinenses no período anterior à criação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina em 1975, o primeiro do estado, estavam centradas na construção de saberes característicos do "fazer catarinense", nas questões identitárias e nos regionalismos (Gonçalves, 2003).

Na historiografia recente, de meados do século XX em diante, o campo da história acadêmica delineou-se através da divisão entre a abordagem "tradicional" – que enfatizava a esfera da política e a perspectiva das elites – e a "temática" – que abarcava diferentes recortes e perspectivas no interior do tempo histórico (Wolff, 1994). Em que pese o advento da História Cultural, área de concentração do Programa de Pós-Graduação da UFSC até recentemente, não verificamos produção significativa de saberes históricos relativos às infâncias e às crianças, às culturas infantojuvenis e suas experiências, mesmo no interior de temas tradicionais do campo da História, como as guerras e os conflitos ou, ainda, sobre o processo de modernização pelo qual passou a capital catarinense desde meados da década de 1950.

Nacionalmente, o advento de novas abordagens historiográficas, mas também de temas que estiveram nas margens do fazer histórico até os primeiros anos da década de 1980, inaugurou o campo da história social da criança e das infâncias no Brasil no âmbito acadêmico. As pesquisas de Esmeralda Blanco B. de Moura, sobre o trabalho da mulher e do menor no Brasil independente (Moura, 1982), e de Maria Luíza Marcílio, sobre as infâncias abandonadas no Brasil e em Portugal (Marcílio, 1998), são frutos de contextos em que o interesse pelas infâncias desponta entre a comunidade historiadora. Uma geração notável de pesquisadores/as do campo das infâncias foi gestada sob a coordenação, entre outros(as), da pioneira Mary Del

Priori e dos pioneiros Moysés Kuhlmann Jr., Renato Pinto Venâncio e Ailton José Morelli.

A oferta de simpósios temáticos sobre História da Infância e da Juventude sob coordenação da professora Esmeralda Blanco B. de Moura, em 2003 e 2005, nos eventos da Associação Nacional de História, dá mostra da recente consolidação dos temas que envolvem crianças, adolescentes e jovens na historiografia acadêmica. O Grupo de Trabalho de História da Infância e da Juventude foi criado no ano de 2013 sob a coordenação de Moura em parceria com a professora Silvia Maria Fávero Arend, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Reis; Daminelli; Hermann, 2017). O GT História da Infância e da Juventude seção Santa Catarina foi gestado em uma dupla premissa: reverberar a proposta da formação de redes de pesquisadores/as, a partir do grupo nacional; e dar visibilidade institucional à produção historiográfica sobre as infâncias, as crianças e os jovens, já que Santa Catarina passou a se destacar nessa área de pesquisa. Quando nos referimos à infância, como categoria que demarca o sujeito do campo de trabalho aqui mapeado, nos amparamos no disposto pela Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (1989), que considera criança, para efeito da referida Convenção, "todo ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo" (ONU, 1989).

A criação do Programa de Pós-Graduação em História da Udesc, em 2007, foi decisiva na centralidade adquirida pelo estado. O percurso começou a ser trilhado algum tempo antes por diferentes iniciativas, tal como a oferta do curso de especialização em Metodologias de Atendimento da Criança e do Adolescente em Situação de Risco, coordenado pela professora Elisabete Anderle, entre 1998 e 2006. Ao longo destes anos, 36 monografias de conclusão foram defendidas sobre temas como as políticas de atendimento desenvolvidas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, acolhimento familiar e institucional, violências no âmbito escolar, Conselhos e violação de Direitos, entre outros, que contribuíram para desenvolver uma cultura de pesquisa sobre infâncias, adolescências e juventudes junto à Universidade do Estado de Santa Catarina.

No ano de 2005, a professora Silvia Maria Fávero Arend defendeu sua tese de doutorado sobre o Juizado de Menores da capital, obra basilar para o estudo das infâncias catarinenses no século XX, a qual foi publicada em livro em 2011. A construção do GT Santa Catarina é tributária do lugar institucional ocupado por esta pesquisadora junto ao Laboratório de Relações de Gênero e Família (Labgef/Udesc), então vice-coordenadora do GT Nacional. A criação do GT História da Infância e da Juventude seção Santa Catarina ocorreu no ano de 2014, durante o XV Encontro Estadual de História da Anpuh, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina. Na oportunidade, foram escolhidos para a coordenação do GT a professora Flávia de Mattos Motta e o professor Antero Maximiliano Dias dos Reis (ambos da Udesc).

Sempre acompanhando os encontros estaduais da Anpuh, em reuniões ordinárias, os membros do recém-criado GT se reuniram em 2016 e elegeram Antero Maximiliano Dias dos Reis e Ismael Gonçalves Alves (Unesc) para a sua coordenação, tendo o professor Daniel Alves Boeira (Udesc/Acadejuc) como secretário e, em 2018, como coordenador. A composição da gestão 2018-2020 agregou a professora Camila Serafim Daminelli (Unesc). No ano de 2021, extraordinariamente, a professora Elisangela da Silva Machieski (Udesc) substituiu o professor Antero Maximiliano Dias dos Reis. O GT adotou oficialmente a nomenclatura Comissão Coordenadora a partir de 2022, sendo composta desde então pelo professor Ismael Gonçalves Alves, e pelas professoras Camila Serafim Daminelli, Elisangela da Silva Machieski e Juliana Mello Moraes (FURB).

Ao longo de quase uma década de trabalho, o GT construiu redes de investigação importantes. Reuniu-se, presencial ou virtualmente, de forma continuada, e tem conseguido mobilizar os pesquisadores/as que o compõem em diferentes atividades realizadas em suas instituições de origem: ciclo de debates, palestras e defesas. Como entidade vinculada à Anpuh interinstitucional, o GT organizou, em novembro de 2017, a I Jornada Catarinense de História da Infância e da Juventude, dois dias de intercâmbio de saberes, acompanhamento e socialização de pesquisas. Em outubro de 2018, foi realizada a II Jornada Catarinense de História da Infância e da Juventude, nessa oportunidade em

apenas um dia – como a anterior, também sediada pela Universidade do Estado de Santa Catarina. A III Jornada Catarinense de História da Infância e da Juventude ocorreu em junho de 2023, novamente no formato de dois dias. Com a temática Infâncias Plurais, a III Jornada teve lugar na Universidade do Extremo Sul Catarinense, galgando, dali em diante, a itinerância como especificidade.

Outra atividade de relevo realizada pelo GT são os ciclos de debates virtuais, intitulados "Dimensões contemporâneas: infâncias e juventudes", atualmente na quarta edição. O ciclo foi idealizado durante a pandemia de Covid-19 como espaço de reflexão sobre diferentes infâncias e juventudes, transversalizadas pelos enfoques regionais e globais. "Dimensões contemporâneas" explora as possibilidades do mundo conectado, colocando em debate, sob um mesmo eixo temático, um/a pesquisador/a do GT seção Santa Catarina e um/a pesquisador/a da América Latina ou de diferentes estados brasileiros. Esses encontros reforçam as redes tecidas entre o GT e outras entidades nacionais e internacionais, com destaque para a *Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina* (Rehial), a qual teve, desde a sua criação, pesquisadoras de Santa Catarina representando o Brasil no seu Comitê Diretivo.

Na narrativa que segue, introduzida por esta apresentação do GT História da Infância e da Juventude seção Santa Catarina em sua configuração, procuramos cartografar o campo da história das infâncias em Santa Catarina em dois momentos. O primeiro, a situar o estado da arte: as instituições, os programas de pós-graduação e as defesas de teses e dissertações nas quais as infâncias e juventudes foram pensadas e problematizadas no âmbito da história acadêmica. O segundo momento aborda as possibilidades de atuação dos/as formados/as no âmbito da história profissional, discorrendo sobre os espaços de atuação e, também, o horizonte que se apresenta para os/as profissionais da História da Infância e da Juventude no limiar do primeiro quartel do século XXI.

2

Mapeamento da produção catarinense no campo acadêmico da História das Infâncias e das Juventudes

Na última década, o campo da História das Infâncias e das Juventudes catarinense passou por um processo de consolidação. A partir de 2009, gradativamente, os trabalhos centrados na temática tornaram-se uma constante. É perceptível o interesse que o tema suscitou em pesquisadores e pesquisadoras, principalmente daqueles/as que se dedicam à área de concentração da História do Tempo Presente. Este constitui-se um importante elemento do processo de construção do campo, diretamente associado ao surgimento do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi nesse ambiente, em especial no Laboratório de Relações de Gênero e Família (Labgef), que a maioria das investigações sobre infâncias e juventudes ganhou espaço. Ali formou-se uma geração de pesquisadores e pesquisadoras que se lançaram ao desafio de historicizar esses sujeitos que, até então, eram invisibilizados nas narrativas históricas produzidas em Santa Catarina.

Diante de tal quadro e visando compreender de que maneira a rede de pesquisadores/as foi construída, o objetivo desta seção se centra na produção de um panorama historiográfico sobre investigações que tiveram as infâncias e as juventudes como objeto de estudos ou problema de pesquisa. A organização da narrativa se debruça sobre três momentos analíticos diferentes, que se complementam: no primeiro momento, apontamos os números em espaços temporais delimitados; seguindo para uma análise centrada nas produções por instituições; e, por último, focamos nos temas de pesquisas no âmbito de programas de pós-graduação.

Para elencar a produção de dissertações e teses, considerou-se como recorte temporal o período compreendido entre 2000 e 2022. Com relação aos aspectos metodológicos, ressaltamos que a análise esteve focada em produções de programas de pós-graduação especificamente

associadas ao campo da História, por meio de pesquisa em suas páginas digitais. Inicialmente três programas foram incluídos na pesquisa: dois programas de pós-graduação em História – Udesc e UFSC – e o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – Univille. Optamos, ainda, pela inserção de dois outros programas: o Programa de Pós-Graduação em Educação da Udesc e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc. No primeiro caso, a inclusão justifica-se pela participação de investigadores/as da História da Educação associados ao GT História da Infância e da Juventude seção Santa Catarina. O segundo justifica-se pela construção da rede; precisamente, porque a formação de pesquisadores/as no campo deu origem a um novo grupo de formação e orientação de trabalhos, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Niegen). Destaque para a Linha de Pesquisa História e Gênero, que em 2023 se reorganizou, ganhando nova nomenclatura: Infâncias, Famílias e Políticas Públicas – a partir da incorporação de novos/as pesquisadores/as da infância ao núcleo. Cabe registrar que, em 2016, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) implantou o Programa de Pós-Graduação em História e passou a oferecer o curso de mestrado. Dentre as dissertações ali defendidas, nenhuma pertence ao campo da História das Infâncias e Juventudes, portanto, não foram inseridas nesta análise.

Iniciaremos por uma perspectiva ampla, centrada em quantidades e temporalidades. Entre 2000 e 2022, foram mapeados 42 trabalhos que tiveram como foco as infâncias e as juventudes; 33 provenientes de investigações de mestrado e nove de doutoramentos. Os primeiros trabalhos, defendidos em 2008, foram duas dissertações realizadas no PPGH/UFSC. No ano seguinte, observamos a produção de outras três dissertações, a primeira leva de produções resultantes da implementação do PPGH/Udesc. O ano de 2009 é um marco no campo da História das Infâncias e das Juventudes, pois, a partir daí, em nenhum dos anos seguintes, constatou-se a ausência de investigações e trabalhos nesse campo.

Entre 2008 e 2016, somente trabalhos provenientes de mestrados foram produzidos, totalizando 21 dissertações. As duas primeiras teses defendidas sobre o tema são datadas de 2017 e foram produzidas

junto ao PPGH/UFSC. A partir desse ano, a contribuição de teses de doutoramento ao campo é observada anualmente, a grande maioria produzida no PPGH/Udesc. No ano de 2021, atingiu-se o índice de maior produtividade, foram cinco dissertações e duas teses, fato que se justifica pelo ingresso das produções do PPGDS/Unesc, um novo e importante núcleo de pesquisa que se soma ao campo das infâncias e das juventudes.

No segundo momento deste mapeamento, destacamos as produções e sua vinculação aos programas de pós-graduação catarinenses. Em 2008, foram identificados os primeiros trabalhos defendidos no campo das infâncias no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Foram produzidos, entre 2000 e 2020, 11 trabalhos de investigação – nove dissertações e duas teses – no âmbito do referido campo, produção tímida para um Programa de Pós-Graduação que está entre os mais antigos do País.

O cenário foi significativamente modificado a partir de 2007, com a criação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Em 2014, foi criado o curso de doutoramento, e a partir daí o número de ingressantes no campo da história acadêmica voltado às infâncias seguiu uma linha ascendente. O PPGH/Udesc teve, entre 2007 e 2022, 13 dissertações e cinco teses no campo da História das Infâncias e das Juventudes. Somadas a essas produções, estão quatro trabalhos – duas teses e duas dissertações – defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da referida instituição, no mesmo período.

A Universidade da Região de Joinville (Univille) conta com Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. O curso de mestrado foi implantado em 2008 e, no decorrer desse percurso, foram defendidas cinco dissertações que dialogam com o campo em pesquisa: duas em 2011, duas em 2014 e uma última em 2016. Desde 2018, o programa também conta com o curso de Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Das teses defendidas nesse recorte temporal, nenhuma versa sobre o campo de estudos aqui analisado O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) produziu quatro

dissertações nos últimos dois anos de análise, despontando como um espaço promissor para o campo das infâncias.

Chegamos ao momento de mapear as temáticas das investigações. Organizamos os 42 trabalhos em dois grandes grupos. O primeiro grupo foi intitulado Infâncias e Direitos. Por se tratar de um espectro bastante amplo, dividimos o grupo em quatros subtemas: Infração e Sistema Socioeducativo; Legislação Infantojuvenil; Violências contra Crianças e Adolescentes; Infâncias em Situação de Vulnerabilidade e Institucionalização. O segundo grupo é formado por temáticas diversas: Infâncias e Ditadura; Famílias e Infâncias; Memórias e Patrimônio Cultural; Representações sobre as Infâncias; Juventudes; Assistencialismo, Maternidade e Infâncias.

O primeiro grupo está constituído por 12 produções organizadas, como mencionado anteriormente, em quatro subtemas (ver Tabela 1). O primeiro subtema, Infração e Sistema Socioeducativo, contou com quatro trabalhos: uma dissertação defendida, em 2012, no PPGE/Udesc, que explorou a intersecção entre as medidas socioeducativas, a escola e o Programa Social Bolsa Família; uma dissertação e uma tese, defendidas respectivamente em 2021 (PPGH/Udesc) e 2022 (PPGE/Udesc), que exploraram as experiências, as perspectivas e a formação de agentes socioeducativos, tendo como recorte as primeiras décadas do século XXI; e uma dissertação defendida em 2012 junto ao PPGH/Udesc, que analisou a problemática da circulação de crianças pelas ruas e as prisões realizadas pelo Juizado de Menores em meados do século XX. Duas teses compõem o subgrupo legislação infantojuvenil, defendidas em 2018 e 2020, no PPGH/Udesc, e trataram respectivamente sobre a CPI do menor e sobre a CPI do extermínio de crianças e adolescentes. Uma dissertação defendida junto ao PPGH/UFSC em 2018 abordou violências sexuais que tiveram como vítimas meninas e jovens da cidade de Joinville na primeira metade do século XX. Este último trabalho esteve associado ao subtema Violência contra Crianças e Adolescentes.

Infâncias em Situação de Vulnerabilidade e Institucionalização foi o último subtema mapeado a compor o tema Infâncias e Direitos, formado por um conjunto de cinco trabalhos. A primeira dissertação, defendida

em 2012, explorou a circulação dos chamados "menores" pelas ruas e a solução para tal demanda mediante o encaminhamento ao Patronato Agrícola de Anitápolis, entre 1918 e 1930. Duas outras dissertações também abordaram a temática da institucionalização das infâncias pobres. A primeira, defendida em 2017 pelo PPGH/Udesc, tratou da institucionalização de meninos, entre 1960 e 1978, associados a uma infância "abandonada" em Curitiba. Embora a segunda dissertação, defendida em 2018 pelo PPGE/Udesc, tenha abordado a mesma temática, o público eram meninas e moças que foram acolhidas em Florianópolis nas primeiras três décadas do século XX. Para fechar este grupo, apontamos ainda duas teses defendidas em 2019 no PPGH/Udesc. A primeira tese analisou as Políticas Sociais para infância e juventude pobre durante o regime militar, gestadas pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). A segunda, pautada na década de 1990, apresentou um panorama sobre os direitos das crianças e adolescentes em relação à institucionalização quando em situação de vulnerabilidade.

Tabela 1 – Produção acadêmica referente ao mapeamento "Infâncias e Direitos"

Infâncias e Direitos	Dissertações	Teses
Infração e sistema socioeducativo	3	1
Legislação infantojuvenil	0	2
Violência contra crianças e adolescentes	1	0
Infâncias em situação de vulnerabilidade e institucionalização	3	2
Total	7	5

Fonte: elaborada pelos autores.

O segundo grupo foi composto por um leque variado de subtemas, totalizando 29 produções (ver tabela 2). Infâncias e Ditaduras abrange a produção de duas dissertações, defendidas respectivamente em 2015 (PPGH/Udesc) e em 2020 (PPGH/UFSC). A primeira dedicou-se às torturas sofridas por crianças durante a Ditadura Militar brasileira, enquanto a segunda debruçou-se sobre a problemática de apropriação de crianças pela última ditadura argentina. As temáticas das pesquisas que formam o subgrupo Famílias e Infâncias se dividem em uma dissertação – defendida em 2014 no PPGH/UFSC – que se dedicou a casos de infanticídio nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do

XXI; e outras duas dissertações, defendidas respectivamente em 2010 e 2011 no PPGH/Udesc: uma sobre famílias que foram chefiadas por mães solos em Joinville (1997-2009), outra que abordou as disputas pelo reconhecimento paterno através do exame de DNA (1980-2008).

Os trabalhos inseridos em Representações sobre as Infâncias são resultados de três dissertações e três teses. As dissertações foram defendidas em 2013, duas delas sobre as representações das crianças em jornais catarinenses entre as décadas de 1970 e 1990; a terceira focou nas infâncias na *Revista Veja* entre 1979 e 1990. Compõem ainda este grupo duas teses defendidas em 2017, no PPGH/UFSC: uma delas explorou a mesma perspectiva dos discursos jornalísticos sobre o público infantojuvenil, à diferença do recorte espaço-temporal: Salvador no início do século XX; a segunda tese abordou representações infantis em produções literárias para crianças entre 1930 e 1940. Temos, ainda, para fechar este subgrupo, uma tese defendida no PPGE/Udesc que problematizou a construção do ideário das infâncias em Chapecó na década de 1970.

Os trabalhos inseridos no subgrupo Infâncias, Memória e Patrimônio Cultural são, em sua maioria, fruto de dissertações do PPGPCS/Univille. Duas dissertações foram defendidas em 2011: uma delas aborda a mediação cultural para crianças no Museu Guido Viaro; a segunda, defendida em 2014, dedicou-se à memória de idosos blumenauenses acerca dos brinquedos e brincadeiras de outrora. Em 2016, no mesmo programa de pós-graduação, uma outra dissertação explorou memórias relacionadas ao período da infância, com o objetivo de analisar a construção da identidade nas crianças abrigadas. O último trabalho, também uma dissertação defendida em 2014, mas no PPGH/UFSC, explorou as práticas relacionadas com o futebol e o brincar na tradição Kaingang.

O subgrupo Juventudes abarcou trabalhos de vários assuntos que têm em comum essa fase da vida e de produção de cultura. Foram oito trabalhos. Os primeiros, datados de 2008, duas dissertações defendidas no PPGH/UFSC, ambas abordam grupos específicos: a juventude católica em Santa Catarina (1948-1970) e milícias juvenis integralistas (1934-1937). Em 2009, outras duas dissertações foram defendidas no PPGH/Udesc: a primeira debruçou-se sobre as experiências

de jovens trabalhadores de uma rede de *fast-food* entre 2000 e 2007; o segundo analisou a maneira como o discurso publicitário explorou conceitos associados à juventude no contexto dos anos de 2000 e 2001. Pelo PPGPCS/Univille, em 2014, foi defendida uma dissertação sobre memórias e experiências dos participantes do *ProJovem*. Em 2016, no mesmo programa, outra dissertação analisou as expectativas de jovens em relação ao campo profissional. No PPGH/UFSC, em 2017, uma dissertação discutiu a juventude protestante brasileira no pós-guerra. O último trabalho, também uma dissertação, analisou representações de jovens conservadores da classe média brasileira entre 1980 e 1990, sendo defendido em 2019 pelo PPGH/Udesc.

O último subgrupo, intitulado Assistência Social, Maternidades e Infâncias, teve seu primeiro trabalho defendido em 2009. A dissertação explorou a introdução de práticas e valores da norma familiar burguesa, por meio de uma ordem religiosa, nas famílias de mineiros na cidade de Criciúma em meados do século XX. Os outros quatro trabalhos que compõem esse subtema foram realizados mais de uma década depois. O intervalo compreende o período de formação de um novo grupo de orientação e o começo das defesas desse núcleo. Entre 2020 e 2021, quatro dissertações que abordaram maternidade, infâncias, assistencialismo ou assistência social foram defendidas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc.

Tabela 2 – Produção acadêmica referente ao mapeamento "Temáticas diversas"

Temáticas diversas	Dissertações	Teses
Infâncias e Ditaduras	2	0
Famílias e Infâncias	2	0
Infâncias, Memória e Patrimônio Cultural	5	1
Representações sobre as infâncias	3	3
Juventudes	8	0
Assistência Social, Maternidades e Infâncias	5	0
Total	25	4

Fonte: elaborada pelos autores.

O mapeamento da produção do campo e as respectivas instituições em que os trabalhos foram produzidos se revelam importantes

para compreender a sua consolidação, permitindo também um breve diagnóstico. Observamos a centralidade da Udesc no cenário da história das infâncias catarinenses, a qual possui mais do que o dobro de trabalhos defendidos sobre a temática em comparação com a UFSC, e considerando-se a existência ainda breve de seu Programa de Pós-Graduação em História. O número de trabalhos oriundos das demais instituições, embora pouco expressivo, aponta para uma organização em rede que abrange distintas regiões do estado de Santa Catarina. A História das Infâncias e das Juventudes vem ganhando solo na Universidade do Extremo Sul Catarinense por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, que ampara a temática em perspectiva interdisciplinar. Destaque, ainda, para a atuação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança e o Adolescente (Neica) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), que se apresenta como um polo promissor para o acolhimento de pesquisas no campo, com algumas investigações do seu mestrado em Educação ainda em andamento.

No que se refere aos temas abordados pelas pesquisas, uma grande parcela dos trabalhos voltou-se aos direitos infantojuvenis, seja ao analisar as instituições que lidavam diretamente com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, seja no campo legislativo propriamente dito. Outra parcela considerável de investigadores/as debruçou-se sobre as representações das infâncias em diferentes frentes de comunicação, entretenimento e produção cultural. As pesquisas que relacionam família, maternidade e assistência social também constituem um importante nicho dentro dos temas investigados. Um elemento interessante observado no mapeamento realizado foi a clivagem etária: a maioria das pesquisas estavam centradas nas crianças e nos adolescentes; apenas oito dos 42 trabalhos inventariados se dedicaram ao público jovem. O campo da História das Infâncias e das Juventudes em Santa Catarina é ainda recente, mas vem-se estruturando com solidez no panorama acadêmico, construindo redes e buscando ocupar espaços profissionais a partir deste diferencial: um lugar próprio qualificado como professores/as-pesquisadores/as das catarinas infâncias.

3

Caminhos e possibilidades de atuação profissional na área da História das Infâncias e das Juventudes

Nos mundos do trabalho, os historiadores e as historiadoras das infâncias e das juventudes têm alargado paulatinamente o seu espaço laboral para além dos convencionalmente estabelecidos: desde espaços de ensino formais, como escolas, institutos e universidades, até espaços de pesquisa e divulgação da ciência, como arquivos e museus. Nos espaços de atuação das licenciaturas, a formação específica nas temáticas infantojuvenis, seus direitos e práticas de cultura também proporciona aos pesquisadores e pesquisadoras do campo um diferencial. Como as infâncias e as juventudes são as populações centrais das políticas educacionais no Brasil, o saber situado do/a pesquisador/a das infâncias aporta ao seu trabalho em sala de aula um conjunto de saberes, ferramentas teóricas, didáticas e pedagógicas que pode mobilizar aprendizados significativos.

Ainda no campo da educação formal, elencamos possibilidades de atuação relacionadas ao novo ensino médio (NEM), sobretudo em componentes curriculares eletivos – como Diálogos Contemporâneos das Juventudes, Pesquisa de Campo e Intervenção Local, e Estudos e Projetos Culturais –, que exigem experiências formativas na área de humanidades e, preferencialmente, específicas com o público adolescente/jovem. Conforme a proposta, o componente intitulado Diálogos Contemporâneos das Juventudes busca "estimular a pesquisa e a discussão aprofundada sobre problemas, desafios e características dos diferentes grupos juvenis, [...] abordando desde temas como manifestações culturais até preconceitos, diversidade e inserção no mundo do trabalho" (Santa Catarina, 2020, p. 33).

O chamado novo ensino médio (NEM), instituído pela Lei n. 13.415/2017, encontra-se, quando da redação deste capítulo, com consulta pública aberta visando acolher propostas de melhorias, sendo

também considerada a sua revogação, como pedem coletivos estudantis e profissionais por todo o País. Sancionado de forma autoritária, por meio de Medida Provisória, o novo ensino médio vem sendo questionado desde então, pois desconsiderou o saber situado da classe docente, que não foi consultada, não tendo sido amparado por diagnósticos da educação brasileira nem incorporado os anseios profissionais dos estudantes. Sob a alegação de uma suposta flexibilização curricular e formação para o trabalho, o NEM reduziu significativamente a oferta das disciplinas do eixo das Humanidades, que instruem para a cidadania, por exemplo, instituindo itinerários formativos não atrativos, pouco diversos e que reproduzem, a partir da sua oferta, as desigualdades sociais e regionais onde as escolas e os estudantes estão inseridos (ver Silva e Boutin, 2018).

Diante dessa proposta, os especialistas em História das Infâncias e das Juventudes podem construir percursos formativos que se centralizam na produção histórica dessas etapas da vida, fazendo com que os/as estudantes se percebam como agentes históricos a partir de seu contato direto com a produção do mundo e suas diferentes esferas da vida. Dentre os âmbitos mais especializados, o/a profissional de História pode ocupar espaços no Poder Judiciário por meio de assessoria às varas especializadas, tais como as Varas da Infância e Juventude, e as Varas da Família, trabalhando em seus arquivos, encabeçando pesquisas regionais e/ou produzindo laudos e relatórios técnicos em equipes multiprofissionais. Ainda no Judiciário, mais especificamente no catarinense, esse/a profissional poderá atuar na Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) e no Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CIJE) mediante a oferta de capacitações e projetos de formação continuada para magistrados, promotores e demais servidores que integram o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

O terceiro setor também é um importante espaço de atuação para aqueles profissionais formados no âmbito da História e, especificamente, na área da infância e da juventude. Entidades e instituições, principalmente as do campo socioassistencial, interagem diretamente com o serviço público, produzindo e implementando programas, planos e projetos voltados à atenuação e superação das vulnerabilidades sociais,

que impactam diretamente na vida das crianças e dos adolescentes. Nesses espaços, o/a profissional de História pode auxiliar na produção e execução de oficinas, procedimentos administrativos e operacionais de projetos culturais, assessoria e gestão de projetos socioassistenciais vinculados às políticas e aos programas sociais.

A Lei n. 14.038/2020, que regulamenta a profissão de historiador/a, abre um leque de oportunidades profissionais interessantes à nossa comunidade (Brasil, 2020). O reconhecimento das especificidades da profissão e sua função social estimula a valorização dos conhecimentos, das competências e das habilidades do/a historiador profissional para conduzir uma pesquisa de caráter histórico, construir sobre ela uma narrativa ou propor espaços de reflexão, análise e crítica documental. Isso se apresenta relevante para o/a pesquisador/a das infâncias, que pode conduzir pesquisas não acadêmicas no âmbito da sociedade civil organizada, por exemplo, sobre movimentos sociais nos quais as crianças tiveram protagonismo, foram partícipes e silenciadas; ou, ainda, historiar os lugares de memória das infâncias trabalhadoras, diluídas pelas narrativas centradas no mundo adulto. Em nossas sociedades adultocentradas, sua história lida com fontes muitas vezes esquecidas e desvalorizadas, daí a importância do olhar especializado para a criação de itinerários de pesquisa e salvaguarda de suas produções, objetos, roupas, brinquedos.

Regressamos, uma vez mais, ao campo da historiografia acadêmica, mais precisamente sobre as investigações e os estudos que nesses espaços vêm sendo realizados. A produção científica e a própria profissão de pesquisador/a em nosso país centram-se nos espaços universitários, o que não é diferente no estudo das infâncias e das juventudes. No âmbito da História, em suas análises dos processos sociais demarcados no tempo e no espaço, podemos afirmar que nossos estudos – além de trazerem à cena um sujeito anteriormente invisibilizado – contribuem para a formulação, o embasamento e a qualificação de políticas públicas relacionadas ao público infantojuvenil. Nossos trabalhos, ao analisarem processos históricos, ensejam a produção de conhecimentos que ultrapassem os muros acadêmicos, possibilitando assessorar o poder público na formulação e no aprimoramento de políticas sociais destinadas aos infantojuvenis nas esferas municipal, regional e nacional.

4
Considerações finais

Ao longo destas páginas, buscamos reconstruir o percurso trilhado por historiadores e historiadoras catarinenses na construção de um campo de pesquisa ainda jovem em nosso estado, o da História das Infâncias e das Juventudes. Em que pesem propostas pioneiras de trabalhos acadêmicos, oferta de cursos e protagonismos individuais, foi somente no final da década de 2000 que as produções acadêmicas da área lograram destaque no interior da historiografia catarinense. No tempo presente, o estado de Santa Catarina é reconhecido pela excelência dos trabalhos realizados na área, seja em função de projetos de pesquisa vinculados a laboratórios ou aos programas de pós-graduação, seja em razão das dissertações e das teses desenvolvidas nesses espaços institucionais. Atua, com destaque, em redes nacionais e internacionais de pesquisadores/as, cuja produção circula em países de línguas espanhola, inglesa e francesa.

Conforme historiamos a partir da pesquisa e do mapeamento dos trabalhos defendidos no estado – sob o grande guarda-chuva das infâncias e juventudes, mas sobretudo no campo historiográfico –, dois processos foram de suma relevância para a construção do campo e sua consolidação. O primeiro foi a criação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina em 2007, que concentrou junto ao Laboratório de Relações de Gênero e Família os/as interessados/as na área, sob orientação especializada e no âmbito de uma já incipiente cultura institucional de defesa dos direitos das crianças. O segundo foi a criação do GT História da Infância e da Juventude seção Santa Catarina, que possibilitou a vinculação de estudantes de graduação e de pós-graduação a um lugar institucionalizado para os encontros, as trocas e as redes, que desde então não deixaram de se expandir. Um dos exemplos dessa expansão é a recente criação da linha de pesquisa sobre Infâncias, Famílias e Políticas Públicas junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Ainda nos parece difícil abordar o campo profissional da História sem dar centralidade à docência como lugar de atuação primordial dos egressos e egressas dos nossos cursos de História. Na Educação Básica, técnica, profissional ou superior, nossos alunos e alunas são em grande medida crianças, adolescentes e jovens, e nosso conhecimento sobre essas fases da vida nos fornece instrumentos para uma atuação docente consciente dos sujeitos e familiarizada com seus processos, suas formas de aprender e de estar no mundo. Podemos, assim, tirar proveito do saber específico e qualificado que a história das infâncias nos imprime.

À guisa de considerações finais, importa alertar interessados e interessadas na área que o campo das infâncias está marcado por uma espécie de militância social, que se expressa na defesa dos direitos e na valorização da cultura e das experiências infantis de pensar e construir o mundo. Cada pesquisa sobre infâncias e juventudes realizada e publicada é uma espécie de mensagem dentro de uma garrafa lançada ao mar. Como GT História da Infância e da Juventude seção Santa Catarina, esperançamos que a garrafa seja avistada e, quando acolhida e aberta, que sua mensagem ressoe dentro e fora do campo acadêmico, ganhando forma na construção de uma sociedade sem discriminações, inclusive aquelas pautadas no etarismo e no adultocentrismo.

REFERÊNCIAS

AREND, Silvia Maria Fávero. *Histórias de abandono*: Infância e Justiça no Brasil. Florianópolis: Mulheres, 2011.

BRASIL. *Lei 14.038, de 17 de agosto de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14038.htm Acesso em: 30 maio 2023.

GONÇALVES, Janice. Arquivos e historiografia sobre Santa Catarina (1977-2002). *In*: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História* – João Pessoa, 2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543_84437652601296b05dda5ee64e4c752e.pdf Acesso em: 10 abr. 2023.

MARCILIO, M. Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial*: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989*. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca Acesso em: 30 maio 2023.

REIS, Antero Maximiliano Dias dos; DAMINELLI, Camila Serafim; HERMANN, Nathália Jonaine. Apresentação. *In*: *Anais da I Jornada Catarinense de História da Infância e da Juventude*. Florianópolis: Udesc, 2017. Disponível em: https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000081/0000810f.pdf Acesso em: 12 abr. 2023.

SANTA CATARINA. *Componentes Curriculares Eletivos:* Novo Ensino Médio Construindo e Ampliando Saberes. Florianópolis, dez. 2020. Disponível em: Acesso em: https://www2.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/29-modalidade-de-ensino 11 mar. 2023.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. *Educação,* Santa Maria, v. 43, n. 3, p. 521-534, jul./set. 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/1171/117157485009/117157485009.pdf Acesso em: 13 maio 2023.

WOLFF, Cristina S. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 3, 1994, p. 5-15. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/428 Acesso em: 15 abr. 2023.



Capítulo 11



INVISÍVEIS PARA QUEM? NOVAS E VELHAS QUESTÕES PARA AS INFÂNCIAS E JUVENTUDES NO BRASIL

Claudia Regina Nichnig
Daniel Alves Boeira

1 Introdução

Neste texto, propomo-nos discutir a importância dos/das profissionais de História no estudo das infâncias e juventudes, a partir da perspectiva do ensino de História atrelado aos estudos de gênero e aos Direitos Humanos. Ao problematizar a invisibilidade desses sujeitos na História, a nossa proposta é discutir como a perspectiva dos Direitos Humanos e dos estudos de gênero nos permite utilizar outras ferramentas para dar visibilidade a essas narrativas.

A historiografia brasileira, até os dias de hoje, tem abordado e problematizado as infâncias e juventudes marginalizadas de forma

"tímida", ou seja, ainda constatamos nas pesquisas uma certa invisibilidade no tocante às infâncias plurais, em que crianças são atravessadas por marcadores sociais como a classe, a raça, a etnia, a sexualidade. Ainda que a história das infâncias seja uma área de estudos dentro da perspectiva da História, sobretudo sob o viés da História do Tempo Presente, sobre algumas infâncias foram observados mais trabalhos, sendo que em relação às crianças consideradas às margens da sociedade – como aquelas em conflito com a lei, ou as infâncias das crianças negras e indígenas – ainda há muito o que ser estudado.

Em relação à História das Infâncias e aos chamados "menores", o debate do adolescente em conflito com a lei é uma possibilidade para o estudo das infâncias e das adolescências quando utilizamos as fontes jurídicas para o estudo desse período da vida das pessoas. É importante registrar que outras fontes são possíveis de estudar as infâncias e adolescências, relacionando a história e a educação formal, através dos diferentes documentos realizados a partir das instituições escolares, as fontes imagéticas e midiáticas, as fontes impressas, como os periódicos, que nos permitem um outro olhar sobre as infâncias. Nesse caso, estamos pensando a partir de fontes jurídicas, que usam o termo "menor" em seu bojo, trazendo a reboque toda a concepção estigmatizada principalmente por legislações, como a de 1890, que trazia a questão etária do discernimento entre delito, ato infracional ou crime. A partir dessas diferenciações legais, a ideia é problematizar como os estudos das infâncias e de adolescentes em conflito com a lei se dão através de fontes jurídicas, mas que, se forem atrelados aos estudos de gênero e aos estudos da História na perspectiva dos Direitos Humanos, é possível destinar um outro olhar sobre as infâncias e as adolescências.

Ao destinarmos um outro olhar às infâncias e juventudes brasileiras, principalmente as chamadas "marginalizadas", propomos um questionamento para pensar as invisibilidades da História, como as mulheres, as crianças e os adolescentes, quando atravessados por outros marcadores, como a raça e a etnia, por exemplo.

Desse modo, trazer à luz as conjecturas dispostas sobre a legislação e a práxis referente às categorias como as infâncias e

adolescências muitas vezes invisibilizadas pelo chamado "adulto-centrismo" em relação ao estudo da História. Quando pesquisamos sobre infâncias e juventudes marginalizadas no período republicano brasileiro, destacamos principalmente o chamado "menor infrator" e as infâncias indígenas, pois, grosso modo, são indivíduos tutelados pelo Estado brasileiro através de legislação específica, como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As mudanças nas legislações no que se refere às infâncias e juventudes, ao denominado "menor infrator", à juventude infratora, indígena e negra, foi-se construindo um arcabouço social, jurídico e econômico, até o período em que essas crianças e jovens têm proteção amparada pelo ECA, e, portanto, com visibilidade (legal) para a sociedade.

A importância do tema advém da necessidade de se refletir sobre esse estrato social, na perspectiva da História do Tempo Presente; não apenas pelo viés do recorte temporal, com origem em passado recente (ou num passado presente), mas pela renovação consequente do trabalho com novos temas, novos problemas, novos objetos (Chauveau; Tétart, 1999, p. 34).

Os temas da infância, associados aos problemas sociais, atravessaram o século XX e chegaram com muita força ao século XXI. O tema do "menor", conforme demonstra a historiografia, foi debatido em várias esferas da sociedade brasileira antes da década de 1970, e depois dela.

2

Rastros e pistas: entre ser criança e ser "menor"

À medida que o processo pós-abolição (final do século XIX) abriu caminho para homens livres, tornando-os mais numerosos, principalmente nos grandes centros urbanos do País, o entendimento de parte da sociedade passou a ser o de que esses homens (pobres e analfabetos) não estavam habilitados a incorporar uma nova concepção de trabalho, tanto nas cidades quanto no campo, pois não possuíam a educação esperada para atuar como mão de obra apropriada. Parte

dessa população percebida como "atrasada" estava inserida em diversas atividades, inclusive nas ilegais; os registros policiais e os jornais do período mostram diversos delitos dessa parcela, como embriaguez, vadiagem, jogo etc., ameaçando a ordem pública e o bem-estar social pretendidos.

O anseio pela modernidade almejado pelas elites era confrontado pela presença dos pobres nos cenários urbanos e rurais. Mas não somente se excluíam as pessoas pelo marcador de classe, as pessoas negras e indígenas eram estudadas (e enquadradas) sobretudo quando em conflito com a lei. A adequação dessa massa no mercado de trabalho tinha caráter de urgência, e a educação representava um mecanismo eficiente de intervenção. Aos jovens, era atribuído duplo valor: econômico e social, fosse como base principal do povoamento do País, fosse como futuro trabalhador, em todos os campos geradores de progresso. Nesse sentido, o Estado brasileiro tinha interesse em sua educação e proteção. Segundo o discurso médico e pedagógico, estabelecia-se uma conexão entre infância, nação e a ideologia estatal sobre assistência, o que justificava os mais diversos tipos de intervenções sobre a criança e a família.

As iniciativas para atender crianças e jovens em situação de carência, acrescidas de discursos eugenistas sobre o problema da "menoridade", ganhavam cada vez mais espaço. O termo "criança" começava a ser insuficiente para expressar as várias implicações que permeavam a questão. Para explorar o problema da menoridade, o termo precisava ser revisto. Até o século XIX, "menor" era usado para evidenciar criança ou jovem, no uso do seu limite etário. A partir de 1889, os termos "menor" e "menoridade" foram "utilizados pelos juristas na determinação de idade, como um dos critérios que definiam a responsabilidade penal do indivíduo pelos seus atos" (Londoño, 1992, p. 30).

"Menor" começava a se transformar em palavra comum, assim como "pivete", especialmente com a ajuda da imprensa. Sua definição era ambígua: poderia indicar o limite de idade (pessoa com idade inferior a 18 anos) ou se referir à criança ou ao jovem em situação de desamparo ou delinquência.

Para o período, os termos "criança" e "jovem" eram reservados aos

considerados sadios, que tinham "boa família", formadora de cidadãos ativos e aptos para o desenvolvimento da Nação.

Por outro lado, os temas "criminalidade" e "menor" foram incorporados ao debate sobre a situação da infância no vocabulário judicial da República; "menor" e suas várias classificações – como "abandonado", "delinquente", "desvalido", "vicioso" etc. – passaram a constar nos pareceres dos juristas e relatos policiais, naturalmente incorporados à linguagem, para além do círculo jurídico (Rizzini, 1995, p. 115). A preocupação relativa ao menor visava inseri-lo no projeto de Brasil civilizado e moderno; seus delitos e suas ações deveriam ser remediados conforme sua idade.

Apesar de a legislação citar os menores no Código Penal de 1890, foi somente em 1927, com o Código de Menores, que os indivíduos abaixo de 18 anos passaram a receber um tratamento jurídico específico. Essa legislação ficou como norteadora até 1979, quando houve a promulgação do Código de Menores.

O termo jurídico "menor" é fruto de uma construção histórica e social, com determinações de um conjunto de idealizações e formas de agir por parte dos diversos setores da sociedade. Ao Estado, coube uma parcela nesse processo histórico. A polícia e o Poder Judiciário foram os principais protagonistas nessa área ou estrato da população. Paulatinamente, porém, o termo se tornou "exclusivo", reservado a uma parcela da infância e da juventude brasileiras. Sob essa ótica, a referida parcela podia oferecer "perigo" à sociedade caso não fossem levadas a cabo as políticas sociais, em geral, e outras, a serem criadas, com atenção especial a esse segmento (Boeira, 2018, p. 36).

A justificativa de manter a ordem e a paz social fazia (e ainda faz) com que a sociedade (até os dias de hoje) "consentisse" de forma velada ou explícita com práticas à margem da legalidade (castigos físicos e/ou psicológicos), utilizadas por instituições estatais ou civis, em relação aos considerados infratores e/ou abandonados.

O tratamento oferecido às crianças e aos jovens numa parcela significativa das instituições estava em consonância com a concepção do Estado, que privilegiava o trabalho e o bem-estar coletivo (baseado na moral burguesa), em detrimento das liberdades individuais.

Concordamos com a tese do cientista político Hélgio Trindade, que afirma que a democracia brasileira, nas primeiras décadas do século XX, estava calcada no jargão "lógica liberal e práxis autoritária" (Trindade, 1985, p. 46-72). Dadas as devidas proporções, esse jargão continua atual.

É possível refletir que ter suas narrativas e vidas narradas em fontes documentais também pode ser considerada uma questão interseccional, pois muitos sujeitos da história marcados pelo gênero, pela classe social, raça, etnia, mas também pensando-se numa perspectiva geracional, não tiveram suas histórias escritas. Esse é o caso das infâncias e adolescências, pois, quando crianças, adolescentes e mulheres não tiveram acesso à educação formal ou estavam excluídas dos lugares de poder e decisão, não puderam narrar suas histórias e memórias de forma escrita. Escutar as suas próprias vozes foi, muitas vezes, impossível.

Dessa forma, muitas crianças, adolescentes e mulheres foram descritas em fontes jurídicas, como os processos judiciais e por fontes impressas, como as chamadas "páginas policiais" dos jornais (que passam a ser importantes fontes de pesquisa), bem como através de prontuários médicos, pois passaram por internações, algumas delas acometidas de supostas doenças psiquiátricas, muitas vezes assim determinadas por assumirem posturas e condutas fora do padrão social e moral para suas épocas históricas. Mas também foram descritas pelas fontes jurídicas, que são as legislações.

Ainda assim, podemos ser escuta de crianças, adolescentes e mulheres que tenham acessado o letramento e a educação formal; podemos ouvir suas vozes quando relatam suas experiências em escritos, como cartas, diários, livros de memórias, livros de receitas, e outros, mas também através de fontes imagéticas, como as fotografias e posteriormente imagens, como filmes e vídeos, o que faz com que suas trajetórias possam ser analisadas através de outras perspectivas.

Pensa-se, assim, a partir de dois importantes campos de estudo da História que se conectam: os estudos da História das Mulheres e o campo da História das Infâncias e das Juventudes, ambos conectados pelos estudos de gênero e os estudos feministas. Vale lembrar que ambos estão intimamente ligados através dos movimentos sociais,

como os movimentos feministas e de mulheres, como também ligados aos movimentos dos Direitos Humanos e ao movimento pelos direitos das crianças e adolescentes. Todos encontram um campo fértil a partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionados pela militância no período da redemocratização no Brasil. Se uma militância feminista, que se instala a partir de 1960 e 1970, enfoca questões sobre a igualdade no trabalho e posteriormente se abre para questões como os direitos sexuais e uma vida sem violências, é preciso destacar que a produção em relação à História das Mulheres realizada na academia tem intrínseca relação com os movimentos feministas, que traziam o protagonismo e a participação das mulheres nos processos históricos e políticos, fazendo com que fossem centrais para o estudo histórico, e portanto não podendo estar encobertos nesse sujeito neutro, dito universal. Posteriormente, os estudos de gênero tiveram seu debate iniciado na década de 1990 no Brasil, principalmente a partir da tradução e publicação do texto da historiadora estadunidense Joan W. Scott (1990). Como um campo de estudo interdisciplinar, os estudos de gênero são um campo fértil às produções a partir da História das Mulheres, ambas importantes frentes de perspectiva para a História. Partindo desse texto da historiadora francesa, este se estabelece como um campo que abre o debate para discutir suas intersecções com os estudos sobre raça, etnia, sexualidades e, ainda, os estudos decoloniais ou pós-coloniais.

Há diferenças e, sobretudo, desigualdades na sociedade brasileira, mesmo que o direito à igualdade entre homens e mulheres esteja expresso na Constituição Federal de 1988; temos nessa Carta Magna a conquista da igualdade formal, mas, perante a lei, na prática, as desigualdades persistem e são perpetuadas entre homens e mulheres, e principalmente essas desigualdades seguem sendo naturalizadas socialmente. Em relação a crianças e adolescentes, tem-se o direito a uma vida digna, sem violências, direito à proteção e ao cuidado pela família e pela sociedade, promovendo modificações de valores em relação às infâncias e às juventudes. Muitas dessas diferenças estão fundamentadas no sexo biológico ou nas diferentes fases da vida, sendo que para mulheres, crianças e adolescentes são impostas

fragilidade, dependência e uma impotência em relação aos homens, que se dão no campo da cultura, mas que buscam seus lastros no campo do biológico, o que é fortemente combatido. Não há desigualdade que justifique a perpetuação das violências impostas.

Se essas diferenças socialmente construídas ao longo de séculos produziram exclusões e a invisibilidade de mulheres, crianças e adolescentes na História, restringindo seu campo de atuação para o privado, e uma visibilidade garantida por um atravessamento da classe social, as mudanças que se iniciam com a redemocratização se instalam pouco a pouco. Assim, mesmo que as relações no campo privado sejam de suma importância, mulheres, adolescentes e crianças foram (e ainda são) muitas vezes discriminados e inferiorizados socialmente, impondo uma redução da importância e da influência desses sujeitos e sujeitas no campo das relações sociais, políticas e culturais, o que é extremamente equivocado e discriminatório. Para crianças e adolescentes, foi destinada uma invisibilidade como sujeito histórico, apenas restringindo-lhe um lugar quando em conflito com a lei, o que já foi destaque no texto.

Tais desigualdades naturalizadas são tema de desconstrução e debate a partir do olhar e das ferramentas teóricas trazidas também pelos estudos de gênero, pois, se mulheres, crianças e adolescentes foram invisibilizadas e restritas ao ambiente privado, é possível narrar seus protagonismos e suas participações sociais e políticas. Além disso, a atuação no ambiente privado passa a também ser problematizada como política, pois as práticas e fazeres a partir do ambiente da casa também influenciam o público e são transformadoras do campo social e, portanto, não podem ser consideradas como de menor importância. A restrição ao espaço privado e a negação ao espaço público a diferentes sujeitas e sujeitos trouxeram consequências para as vidas pessoais, sendo que muitas vezes acarretaram experiências de violências e discriminações, as quais eram ocultadas nos espaços privados, fizeram-se e ainda são presentes na vida de muitas pessoas no ambiente familiar e doméstico, naturalizado como o espaço da proteção e do cuidado, o "lar doce lar".

Ter conhecimento das experiências e dos protagonismos das mulheres, crianças e adolescentes pode transformar e salvar vidas,

pois, além de terem suas trajetórias reconhecidas, faz com que outras pessoas se identifiquem com experiências possíveis e possam almejar outras formas de vida. Abre-se um leque de possibilidades e experiências, sendo que o acesso à educação e as práticas políticas são alguns desses caminhos transformadores. Desta forma, os estudos de gênero, feministas e os estudos das infâncias, através de uma perspectiva dos Direitos Humanos, permitem uma nova perspectiva para a História e para a produção historiográfica, pois não estão centrados apenas em uma única História, em que os homens, principalmente os homens brancos, heterossexuais e de religião cristã etc. são as figuras universais da produção do conhecimento e suas narrativas centrais para a produção do saber histórico. O que pretendemos ressaltar neste artigo é que, ao enfocarmos o protagonismo de crianças, adolescentes e mulheres e sua participação na vida pública, também percebemos como a vida privada é política, o que permite corrigirmos injustiças históricas de invisibilidades e apagamentos, a partir de nosso fazer historiográfico, mais plural e menos universalizante.

A pesquisadora Joana Maria Pedro (2011, p. 270) afirma: "historiadoras/es que não se dedicam aos estudos de gênero têm incorporado essa categoria em sua escrita da história e nas suas reflexões". Como categoria de análise oriunda dos movimentos sociais, dos movimentos feministas, de mulheres, de gays e de lésbicas, em prol dos direitos das crianças e adolescentes, esta produção historiográfica recebe acusações, como, por exemplo, de ser uma "história militante" e, por consequência, não "científica". Joana Maria Pedro (2011, p. 1) alerta que acusações de proximidade com os movimentos sociais que ocasionaram uma incapacidade de analisar as fontes e acontecimentos, ainda continuam a assombrar e a perseguir as produções das cientistas, mesmo quando os demais também já abandonaram "a certeza da neutralidade".

De acordo com a pesquisadora,

> O campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma "história militante", portanto, não "científica", continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade.

> É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como "classe", "raça/etnia", "geração" também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma "desconfiança" e desqualificação. O campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma "história militante", portanto, não "científica", continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como "classe", "raça/etnia", "geração" também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma "desconfiança" e desqualificação (Pedro, 2011, p. 270).

Se os movimentos sociais, como o de mulheres, pelos direitos das crianças e adolescentes, florescem a partir do contexto da redemocratização, na luta pela conquista dos Direitos Humanos, estes tiveram seus direitos incorporados na Constituição Federal de 1988. Entretanto, essa foi uma "porta de entrada", muitas legislações se desdobraram e abriram caminhos, sobretudo, para a análise historiográfica.

Múltiplos sujeitos foram silenciados durante o período republicano brasileiro, com "ápices" desses silenciamentos em períodos específicos, como na Ditadura Militar brasileira, por exemplo. Mas jamais estiveram adormecidos, sendo que alguns passaram a atuar na vida pública e política. Dessa forma, pesquisas acadêmicas e a busca por direitos foram campos de efervescência. Esses grupos gritam por democracia e por participação social, sobretudo pensando em legislações protetivas para sujeitos até então invisibilizados e marginalizados. Todos com um sonho de transformação social, igualdade e liberdade.

Assim, no campo legislativo, são incorporados esses direitos das mulheres, crianças e adolescentes, por exemplo, com a inclusão de uma legislação para o enfrentamento às violências, a partir de sua promulgação em 2006. A chamada "lei Maria da Penha" (Lei n. 11.340/2006) é um exemplo desta confluência de mulheres que propunham desde a década de 1970 no Brasil uma legislação específica para esse enfrentamento, que traz em seu bojo a conscientização, de forma pedagógica,

mas também a punição para os violadores. Em relação a crianças e adolescentes, temos a promulgação do ECA, em 1990.

Se, por um lado, a atuação política fez com que legislações específicas e políticas públicas fossem reivindicadas em favor das mulheres, crianças e adolescentes, um campo de estudos se abre na academia, buscando dar voz a esses sujeitos invisibilizados por uma história que se dizia neutra, mas que trazia apenas um determinado sujeito da história.

Em relação aos estudos de gênero e das mulheres, profissionais da área de História, mesmo que não se dediquem especificamente a esse campo teórico e empírico, passaram a observar a necessidade de incluir a discussão em seus estudos e, consequentemente, no campo do ensino. Em relação ao ensino de História, afirma Circe Maria Bittencourt (2018, p. 108):

> Nos recentes currículos de História, tem-se destacado a inclusão de problemáticas sobre diversidades sociais e culturais da nossa sociedade e exemplifica, História de gênero, História da África e das culturas afro-brasileiras e indígenas têm sido introduzidas sob pressão de diversos movimentos sociais no país, assim como de fóruns e agendas internacionais que incentivaram, notadamente na década de 1990, o combate às formas de racismo, de intolerância, de xenofobia. Para o setor educacional, as reformas curriculares transformaram-se em lugares privilegiados para propor mudanças em um ensino de História calcado no padrão masculino, branco, cristão e centrado no pensamento eurocêntrico.

Assim, a inclusão de outras temáticas para a História não se deu somente por novas percepções introduzidas por correntes historiográficas, como a História Social e a História Cultural, que introduziram novos sujeitos ao debate, mas também por imposição dos movimentos sociais brasileiros, efervescentes desde o período da redemocratização, associadamente ao fato de o Brasil ter sido signatário de tratados internacionais que demandam, inclusive, que o País atue para evitar e proibir situações de violência e desigualdade em relação a mulheres, crianças e adolescentes. Concordamos com a afirmação da historiadora mexicana Susana Sosenski (2022, p. 177): "*la desigualdad de*

género se convierte en algo sistémico en las violencias a las infancias". É preciso considerar a pluralidade e as especificidades dos diferentes sujeitos históricos.

Embora as reformas curriculares busquem trazer novos sujeitos históricos, a História, por muito tempo, seguiu um padrão considerado eurocêntrico, masculino, branco, cristão e heterossexual. São os movimentos sociais que reivindicam uma universalidade do sujeito histórico – sempre masculino, era preciso trazer sujeitos múltiplos para a História.

Da mesma forma, as historiadoras Marta Abreu e Rachel Sohiet (2003, p. 7) demonstram "a importância da presença destes conceitos entre os principais objetivos do ensino de história, tornou-se estimulante dirigir-lhes um olhar mais atento e crítico"; na obra organizada por elas, registra-se a importância da relação entre os estudos de gênero e o ensino de História, sendo que o livro reforça o caráter inovador da discussão (Abreu; Sohiet, 2003). Para Helenice Rocha, Marcelo Magalhães e Rebeca Gontijo (2005), problematizar a inclusão de sujeitos plurais na História está na ordem do dia, assim como nos estudos de Mauro Cezar Coelho e Wilma de Nazaré Baía Coelho (2005, p. 291): "a trajetória da disciplina história, desde 1970 tem sido estritamente relacionada à formação para a cidadania" e, portanto, para o exercício da cidadania no Brasil, não cabe contar a trajetória de um sujeito único, demonstrando apenas um ponto de vista (dominante). A disciplina deveria estar aberta para narrar trajetórias de sujeitos múltiplos e a "escola cumpre um papel relevante na conformação da memória e da consciência histórica" (Coelho; Coelho, 2005, p. 291) e, portanto, fazia-se necessária uma alteração no saber escolar. Desta forma, a formação dos sujeitos e a relação com o saber escolar possibilitam a ideia de pertencimento e um processo de identificação, sendo de suma importância a multiplicidade de sujeitos e de narrativas históricas.

Da mesma forma, a historiadora Cristiani Bereta da Silva analisa que, ao enfocar-se a importância do estágio supervisionado como espaço de formação e de pesquisa, destaca-se "a necessidade de se entender as formas e funções do conhecimento histórico na vida das pessoas" (2005, p. 167), em que a "preocupação com uma formação

docente compromissada com a emancipação" (2015, p. 164). Para a autora, isto se tornou mais relevante no contexto brasileiro tendo em vista que se passaram "mais de duas décadas de exercício democrático e de conquistas inegáveis no âmbito dos direitos civis e da justiça social, que buscaram maior igualdade nas relações étnico-raciais, de gênero, de classe etc." (Silva, 2005, p. 164).

Esse contexto de abertura democrática e de concretização das modificações trazidas pelas Constituição Federal de 1988 trouxe a reboque a promulgação das leis 10.639 e 11.645, em 2003 e 2008 respectivamente, na intenção de reivindicar uma história que contemple a história das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas. Essa busca pela visibilidade de diferentes sujeitos e sujeitas da História, quando relacionada especialmente com o enfoque da Histórias das Mulheres, das Infâncias e dos estudos de gênero, demonstra como é preciso enfocar diferentes perspectivas e olhares, principalmente pensando na escuta de vozes plurais.

Percebendo a complexidade que foi (e ainda está sendo) tal processo para esta "jovem democracia", ainda estamos presenciando um contexto em que é necessário perceber que existem desigualdades históricas contra populações e pessoas afrodescendentes e indígenas, em que as legislações supracitadas demonstram a necessidade de apontar os protagonismos de sujeitos plurais na História. "Seu conteúdo e as transformações dela decorrentes produzem uma tensão entre a ampliação dos direitos de cidadania no país e a crescente compreensão da necessidade de enfrentamento do racismo, em suas diversas faces e nas diferentes esferas da vida social, sobretudo no âmbito da escola" (Pereira, 2008, p. 22).

Ainda que permaneçam desigualdades sociais flagrantes no Brasil, o fato de o ensino de História trazer à tona sujeitos plurais se torna uma forma de enfrentamento ao racismo, que é uma realidade a ser enfrentada através da consciência social e histórica. Pensamos que contar uma História que se relaciona efetivamente com as nossas gentes, fugindo de uma narrativa etnocêntrica para a História, pode nos ajudar a compreender as diferenças e desigualdades sociais e enfrentar práticas como as do racismo, por exemplo.

Mas, ainda que persistam invisibilidades na História, não é possível alegar que essas invisibilidades pesem em relação a todas as trajetórias e narrativas de mulheres, adolescentes e crianças. Tais invisibilidades são mais presentes quando estão atravessadas pelos marcadores de raça e etnia. Ainda há muito o que ser dito e escrito. Para que seja possível contemplar narrativas plurais de mulheres, adolescentes e crianças, é preciso abrir uma perspectiva e um novo olhar sobre suas trajetórias, pois apenas pela ótica de fontes oficiais, como as fontes jurídicas e legislativas, em que o Estado projeta seus olhares para direcionar suas formas de agir e de relacionar-se, não podemos ter uma perspectiva mais abrangente sobre suas experiências. Para dispensar-se um novo olhar, é preciso pensar em utilizar novas fontes históricas, para que estejamos mais próximos das vozes desses sujeitos plurais. Assim, a perspectiva da História Oral, em que são ouvidas as narrativas plurais dos diferentes sujeitos e sujeitas, e também a possibilidade de uma História em que as próprias mulheres, adolescentes e crianças construam por si mesmas ou construam juntas com os/as profissionais suas próprias histórias e narrativas, é de extrema valia.

Em relação a crianças e adolescentes marcados por sua etnia, mesmo para a Antropologia, paira uma invisibilidade sobre essa fase da vida das pessoas indígenas. Segundo a antropóloga Antonella Tassinari (2007, p. 12), "entre o nascimento e a vida adulta há um grande vazio de informações", o que faz com que concluamos que ainda são poucos os estudos que enfocam as infâncias indígenas. Para a antropóloga, a "ausência de informações sobre as crianças decorre do 'adultocentrismo' que marca o pensamento ocidental, dificuldade que não é compartilhada pelas sociedades indígenas que reconhecem a autonomia e a legitimidade das falas infantis" (Tassinari, 2007, p. 12), pois é a partir do adultocentrismo que a idade adulta se impõe no centro do debate como uma forma de dominação.

Segundo o filósofo Renato Noguera (2019, p. 137), é "devido ao adultescimento, fazer política tem sido uma atividade de colonização da vida. Para descolonizá-la é preciso uma política brincante". Essa política brincante permite dar atenção para a forma de agir e pensar de crianças

e adolescentes, e para o autor é sobretudo a partir das "culturas biointeracionistas", como as indígenas e quilombolas, que é possível perceber como "as crianças vivem em função do presente" (Noguera, 2019, p. 129). Dessa forma, outros olhares são possíveis, o que nos permite refletir que não existe apenas um devir, mas as dimensões de ser e estar na sociedade a partir das quais é possível destinar mais atenção à infância e à adolescência.

Estes dois autores – Tassinari e Noguera – nos ajudam a refletir como é importante abrir o debate para contemplar histórias plurais, que considerem as interseccionalidades, nas diferentes fases da vida e também relacionadas ao gênero, principalmente em searas tão sensíveis como as infâncias e juventudes indígenas e quilombolas. Acreditamos que, neste escopo de pesquisa, as infâncias e as juventudes podem ser revistas por uma perspectiva de uma história mais plural, buscando desconstruir a ideia de que as infâncias consideradas pelo Estado como infratoras e/ou marginalizadas possam ser historicizadas quando interceptadas pelos olhares normativos e punitivos do Estado e da sociedade, para que possamos ouvir esses sujeitos e suas narrativas por eles/elas mesmos/as.

3
Considerações finais

Os embates acerca do tema ou dos temas que envolvem infância e juventude continuaram; adolescente que infringe a lei, a cultura do encarceramento, a educação escolar, o gênero ou os feminismos e os Direitos Humanos foram e ainda são as formas apresentadas na sociedade para dar alguma "resposta", porém pouco ou quase nada equacionam. Para essas parcelas da população, era preciso dar dignidade no trato da prevenção dessas questões. Direitos mínimos que amparassem as infâncias ou as adolescências, muitas vezes, eram relegados a segundo plano, pois o que se reforçava na sociedade era o espectro da violência, de todas as formas e sentidos – não diferente no tempo presente.

Questões relativas às infâncias e às juventudes e temas ligados à educação, Direitos Humanos e gênero estavam e ainda estão na pauta da sociedade brasileira. Entendemos que essas demandas sociais necessitam de explicações de caráter histórico, especialmente em tempos em que predominam discursos do senso comum ou de caráter conservador nos meios de comunicação de massa e na sociedade. Cada vez mais, historiadores buscam dar respostas a "um passado que não passa", caso, por exemplo, das políticas públicas levadas a cabo para as infâncias e as juventudes marginalizadas no Brasil. Esta intermitência no período republicano brasileiro mostra os antagonismos e as similaridades de nossa historiografia.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; SOHIET, Rachel (org.). *Ensino de História*: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018.

BOEIRA, Daniel Alves. *CPI do Menor*: Infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976). 258 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2018. Disponível em: https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000069/00006966.pdf Acesso em: 16 jun. 2023.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: Edusc, 1999.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. O ensino de História e os desafios da diversidade: a conformação da consciência histórica nos processos de implementação da Lei n. 10639/2003. *In*: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.). *O ensino de História em questão*: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 283-303.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. *Momento: diálogos em educação*, v. 28, n. 1, 2019, p. 127-142.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-lei nº 10.639. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 21-43, jan./jun. 2008.

RIZZINI, Irene. O "recolhimento de creanças orphãs e expostas". A Legislação no Brasil Império. *In*: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). *A arte de governar crianças*: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, Santa Úrsula, AMAIS, 1995.

SCOTT Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SILVA, Cristiani Bereta da. Formação histórica e narrativas: efeitos de sentido sobre o ensino de história e o espaço escolar no estágio supervisionado. *In*: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.). *O ensino de História em questão*: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 163-182.

SOSENSKI, Susana. Infancia sem perspectiva: experiencias, desafíos y escrito historiografico sobre los niños en America Latina. Entrevista concedida a Marina da Silva Schneider; Silvia Maria Fávero Arend. *Revista História Unicap*, Pernambuco, v. 09, n. 17, p. 170-177, jan./jun. 2022. Disponível em: https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/2105/2113 Acesso em: 19 jun. 2023.

TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. *Tellus*, Campo Grande, n. 13, p. 11-25, 2007.

TRINDADE, Hélgio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945). *In*: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge (org.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 46-72.



Capítulo 12



O(A) PROFISSIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL NO CONTEXTO DA CRISE AMBIENTAL

Alfredo Ricardo Silva Lopes
Carlos Renato Carola
Michely Cristina Ribeiro

1 Introdução

O desenvolvimento do campo da História Ambiental se deu em um contexto em que as preocupações com as consequências antrópicas no meio ambiente passaram a ser percebidas em escala global, incentivando questionamentos de diversas áreas do conhecimento em relação ao mundo natural. Nos Estados Unidos da década de 1970, podemos localizar os primeiros pesquisadores que se intitularam como "historiadores ambientais". Entretanto, a natureza constitui uma preocupação nas reflexões de pensadores desde os tempos antigos. Com a

constituição da História Ambiental como disciplina, buscou-se superar uma narrativa que separava a humanidade do ambiente no qual ela está inserida, ou o que era cultural do que era natural.

Assim como esteve no centro das discussões que motivaram o surgimento da área de pesquisa, a crise ambiental permanece como questão relevante para o desenvolvimento atual dos trabalhos. A segunda metade do século XX presenciou um aumento sem precedentes dos indicadores da presença humana na Terra, como será exemplificado a seguir. Os impactos da civilização moderna também se tornaram cada vez mais evidentes e fora do controle que anteriormente os seres humanos acreditavam ter em relação ao meio ambiente. Alterações no ciclo da água, mudanças climáticas, aumento da vulnerabilidade de comunidades marginalizadas mediante fenômenos socioambientais e uma série de outras transformações ambientais não podem mais ser ignoradas.

Entende-se que, para além das atribuições dispostas na Lei 14.038/2020, que regulamenta a profissão do(a) historiador(a), também há uma função social da profissão no que concerne aos negacionismos contemporâneos. Igualmente, a percepção de uma indiferença – até mesmo na academia – perante o cenário atual que compromete as próprias condições de continuidade da vida, como temos visto nos últimos séculos (Chakrabarty, 2013), também foi uma preocupação que direcionou a escrita deste capítulo. Portanto, neste texto, opta-se por discutir, inicialmente, alguns aspectos relacionados à materialidade da crise ambiental e, em um segundo momento, retomar os caminhos da História Ambiental em território catarinense.

O(A) profissional de História que trata das questões ambientais não é defendido neste trabalho como o único capaz de dar conta das articulações entre História e meio ambiente. Contudo, considerando os negacionismos que cercam a crise ambiental, emerge a demanda por trabalho qualificado que dê conta das relações entre os seres humanos no âmbito dos ecossistemas natural e social. A crise ambiental desponta como um desafio civilizacional; pensar alternativas para o futuro depende de uma ampla e diversa compreensão do passado. No texto que segue, dividido em duas partes, apresenta-se uma discussão

sobre o surgimento e desenvolvimento da História Ambiental como campo dentro da História em face dos desafios criados pela crise ambiental contemporânea; e apresentam-se as produções catarinenses da área vinculadas aos laboratórios de pesquisa em História Ambiental.

2
A História Ambiental e o Antropoceno: um diálogo para compreender a época das grandes transformações

A presença do mundo natural na produção historiográfica sempre foi constante. No século XIX, com a institucionalização da profissão, a narrativa se centrava nas potencialidades do território entendidas como passíveis para o desenvolvimento do Estado-Nação. A preocupação em inserir questões de natureza ambiental já estava presente nos pioneiros da história agrária francesa, sobretudo Febvre e Bloch. A segunda geração da escola francesa também manteve esses vínculos, com Fernand Braudel, por exemplo, considerado o maior expoente da época, que focalizou seus estudos na materialidade da civilização, dialogando, ainda, com correntes da geografia, utilizando a abordagem da longa duração em seu livro mais conhecido: *O Mediterrâneo e O Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. Ao longo do século XX, a perspectiva foi-se transformando à medida que as consequências da degradação do ambiente eram percebidas pelos seres humanos. Concomitantemente às história sociais inglesa e estadunidense, a terceira geração dos *Annales*, trabalhando com séries quantitativas, abordou alguns assuntos ligados ao mundo rural, paisagem e, finalmente, ecologia. Segundo Márcia Mota (2005, p. 242), "a crescente preocupação com os recursos naturais do planeta tem dado lugar a um interesse renovado sobre o meio [ambiente]".

Acredita-se que as primeiras preocupações que tratam das questões ambientais, de forma semelhante às atuais, surgiram com o desenvolvimento da energia nuclear e sua utilização após Hiroshima e Nagasaki. Como afirma Alfred Crosby (1995, p. 1185), "as bombas

de fusão da Guerra Fria relegaram as bombas de fissão para segunda classe". O potencial destrutivo humano alcançou índices até então inimagináveis, testes e acidentes nucleares alteraram a forma como os seres humanos concebiam sua perpetuação no Planeta. A chegada à lua também é evidenciada pelo autor como um acontecimento de grande importância, foi nesse momento que a humanidade pôde vislumbrar o quanto o Planeta é pequeno em relação ao sistema solar. Essa reflexão ataca diretamente a ideia de que os recursos naturais são infinitos, o que propõe novas abordagens e ponderações sobre o meio ambiente. Nesse contexto, o debate sobre preservação tomava dois caminhos: havia aqueles que queriam preservar o meio a fim de utilizar seus recursos futuramente (conservacionistas), e outros que pregavam uma preservação mais ferrenha e menos ligada à economia (preservacionistas), ponderando sobre a incapacidade de valorar a natureza, apelando, ainda, para um discurso muitas vezes religioso (Crosby, 1995).

A conjuntura agrícola parecia inovadora na década de 1970. A "Revolução Verde" promoveu novas técnicas agrícolas e implantou novas sementes produzidas por corporações multinacionais que eram direcionadas para países menos industrializados, a fim de contribuir, de acordo com o discurso da época, para a diminuição da fome no mundo. O padrão de trabalho era a utilização de sementes híbridas, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização para diminuição do custo de manejo. A adoção desses pacotes pelos agricultores colaborou para a degradação ambiental e desarticulou a vida dos agricultores tradicionais. O fim da fome era o ponto-chave do discurso dos países industrializados, o que não ocorreu. Além de não solucionar o problema da fome, aumentou a concentração fundiária e, consecutivamente, o êxodo rural, ocasionando a dependência de sementes modificadas, maior degradação ambiental e transformou a cultura do pequeno produtor. A crescente preocupação com a "melhoria" da natureza surgiu no período, na maioria das vezes dialogando com assuntos de âmbito econômico, e no caso da "Revolução Verde" não foi diferente. Aliás, em *Primavera Silenciosa*, cuja primeira edição é de 1962, Rachel Carson desvendou de forma contundente a essência destrutiva dessa "revolução", mostrando e denunciando os impactos perversos da modernização capitalista da agricultura estadunidense:

> Pela primeira vez na história do mundo, agora todo ser humano está sujeito ao contato com substâncias químicas perigosas, desde o instante em que é concebido até sua morte. No período de menos de duas décadas desde que estão em uso, os pesticidas sintéticos foram tão amplamente distribuídos por todo o mundo animado e inanimado que se encontram praticamente em todos os lugares. Eles têm sido encontrados em quase todos os grandes sistemas fluviais e até mesmo nos cursos de água subterrânea que fluem invisíveis pela Terra. Resíduos desses produtos químicos permanecem no solo no qual foram aplicados uma dúzia de anos antes. Eles entram e se alojam no corpo de peixes, pássaros, répteis e animais domésticos e selvagens de forma tão universal que os cientistas que fazem experiências em animais consideram quase impossível localizar espécimes livres de tal contaminação. Essas substâncias foram encontradas até em peixes de remotos lagos situados em montanhas, em minhocas que escavam o solo, em ovos de pássaros – e nos próprios seres humanos. Isso porque esses produtos químicos estão agora armazenados no corpo da ampla maioria dos seres humanos, independentemente de idade. Eles são encontrados no leite materno e, provavelmente, nos tecidos dos fetos (Carson, 2010, p. 29).

Rachel Carson foi uma "pedra" muito incômoda para os empresários do agronegócio norte-americano; ela teve a coragem de afirmar que a população não tinha "a obrigação de suportar" e participar da "guerra contra a natureza" promovida pela indústria química dos pesticidas. Carson (2010, p. 24) denunciou os impactos dos pulverizantes químicos "aplicados quase universalmente em fazendas, jardins, florestas e residências", com "produtos químicos não seletivos, com o poder de matar todos os insetos, os 'bons' e os 'maus', de silenciar o canto dos pássaros e deter o pulo dos peixes nos rios, de cobrir as folhas com uma película letal e de permanecer no solo", apenas para eliminar algumas ervas daninhas e alguns insetos. A irracionalidade da "Revolução Verde" era tão chocante que Carson projetou um desafio aos historiadores/as: "Os historiadores futuros talvez se espantem com o nosso senso de proporção distorcido. Como é possível que seres

inteligentes tenham almejado controlar umas poucas espécies indesejadas por um método que contaminou todo o meio ambiente e trouxe a ameaça da doença e da morte inclusive para sua própria espécie?" (Carson, 2010, p. 24-25).

Nesse ponto, cabe um aprofundamento nas proposições de Crosby, que destaca, em seu artigo "O passado e presente da História Ambiental" (1995), muito mais as questões tecnológicas que as econômicas no intuito de materializar a emergência da História Ambiental nos Estados Unidos. Não se trata de procurar mensurar ou definir protagonismos entre os dois campos, mas entender a influência do pensamento econômico na valoração dos recursos naturais é imprescindível para elucidar o surgimento da História Ambiental. "A história não foi a única disciplina afetada por essa maré montante de preocupação pública: o trabalho acadêmico nas áreas de direito, filosofia, economia, sociologia e outras foi igualmente sensível a esse movimento" (Worster, 1991-1992, p. 199).

Nesse contexto em que a técnica e a economia definem os caminhos e as utilizações dos recursos naturais e do meio ambiente no Planeta globalizado, a História Ambiental aparece nos Estados Unidos se apropriando de conceitos oriundos da História Social e da História Cultural. E, ainda, fruto das imbricações filosóficas, econômicas e políticas da época. Os(as) historiadores(as) ambientais tornam a disciplina histórica mais inclusiva, pois, como aponta Worster (1991-1992, p. 199), "a História Ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta 'supernatural', de que as consequências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas".

Além da importância do levantamento físico do meio, e nessa questão a interdisciplinaridade com a Geografia é fundamental, o escopo ambiental se apropria do panorama cultural para melhor compreender as transformações no meio. As diretrizes de trabalho do historiador ambiental (Worster, 1991-1992) procuram avaliar as demandas em conjunto. A primeira é o entendimento da natureza tal como um determinado ambiente se organizou e funcionou no passado,

para tanto o diálogo interdisciplinar com as ciências naturais torna-se pertinente, sempre atentando ao viés ecológico. Cabe afirmar que, além da ilustração acadêmica, o historiador ambiental deve entrar em contato com os saberes daqueles inseridos no ambiente. Com os procedimentos de história oral, por exemplo, podem-se considerar o modo de vida e o posicionamento de pescadores sobre as tradições, o passado de rios, lagoas e lagos, salientando também os posicionamentos sobre a atual situação do meio. Tal abordagem ainda vai ao encontro de extrair de entrevistas as percepções de natureza, as compreensões do passado e as diferentes formas de agir na atual situação em que se encontra o meio ambiente. Tal qual aponta Worster (1991-1992), buscando os significados da natureza, o historiador ambiental deve analisar como essas ideias são socialmente construídas.

José Augusto Pádua (2010) explica que a História Ambiental nasce com o objetivo de produzir uma investigação aberta e não reducionista das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais, pautada em uma constante inter-relação, ou seja, uma "via de mão dupla", que caminha sempre para longe dos determinismos do começo do século XX. Dessa forma, a História Ambiental, até a produção do conceito de "Antropoceno", advogou sobre a necessidade de debate sobre o retorno dos condicionantes ambientais na vida humana, buscando, assim, relativizar a "supranaturalidade" (Worster, 1991-1992) do *Homo sapiens* na sustentabilidade dos ecossistemas. Com as bases conceituais do Antropoceno, tal arranjo precisa ser revisto.

A Revolução Industrial pode ser entendida, assim como a Revolução Agrícola de 11.000 a.C., como um dos processos mais significativos que possibilitaram à humanidade produzir e implantar seu atual modo de vida. Diversas foram as consequências da Revolução Industrial: a busca pelo uso cada vez maior da ciência e tecnologia no processo produtivo; a constante liberação da força de tração muscular humana; a especialização na exploração do trabalho humano.

No campo da História Ambiental, as discussões têm apontado para debates que buscam os antecedentes da Revolução Industrial. Para Robert Marks (2012), a Revolução Industrial marca a transição do Antigo Regime Biológico, baseado no fluxo de energia solar, para um

fluxo de energia baseado em outras reações químicas, em especial dos combustíveis fósseis. Durante o período do início da modernidade, uma série de elementos fez com que o Antigo Regime Biológico entrasse em questionamento: o aumento demográfico na Europa; a introdução, disseminação e mercantilização de plantas, animais e fungos do Novo Mundo; e o próprio imperialismo em sua dimensão global.

Nos últimos 200 anos, o poder da civilização moderna de transformação e apropriação dos assim denominados "recursos naturais" cresceu exponencialmente – por isso, as dinâmicas biogeofísicas do Planeta também foram alteradas, o que corrobora a teoria de que os seres humanos estariam produzindo uma nova era geológica, o Antropoceno. A possibilidade da conversão energética alcançada na Revolução Industrial empoderou as sociedades humanas para domínio da natureza, tendo como consequência o poder de transformar as dinâmicas naturais de todo o planeta (Crutzen; Stoermer, 2000).

O geólogo alemão Reinhold Leinfelder explica o Antropoceno como uma hipótese científica – já que a Sociedade Internacional de Geologia ainda não se manifestou, oficialmente, para ratificar o período – que se baseia no pressuposto de que a humanidade recentemente se tornou um condicionante para transformações globais na circulação de água, no clima, na produtividade biológica, na biodiversidade, nos ciclos biogeoquímicos, nos padrões de sedimentação e na utilização global de terras e mares (Leinfelder, 2013).

Seguindo as discussões sobre o Antropoceno, Kathryn Yusoff defende, em *A Billion Black Anthropocenes or None* (2018), que o acalorado debate que tem se produzido na última década é fruto da repentina exposição das comunidades liberais brancas dos países desenvolvidos às mudanças ambientais. Yusoff (2018) esclarece que, nos últimos séculos, mudanças ambientais e transformações sociais foram a regra em países colonizados e explorados pelas potências capitalistas. Na esteira do "processo modernizador", grupos pretos, pardos e populações indígenas foram vulnerabilizados pelas forças coloniais.

Para Yusoff (2018), o conceito de "Antropoceno" está sendo aceito na academia pela sua capacidade de inocentar os grupos sociais que mais promoveram a exploração social e a degradação ambientais. Assim,

defende bilhões de Antropocenos negros ou nenhum, ou seja, que o conceito seja aplicado a contextos e grupos sociais específicos e que a geologia tome partido e defina o começo do Antropoceno a partir da migração forçada de africanos para compor força de trabalho na América.

No discurso de que todos "os seres humanos" têm transformado as dinâmicas biogeofísicas do Planeta, o lugar do *Homo sapiens* na narrativa da História Ambiental precisa ser revisto. Nesse caminho, a discussão proposta por Kathryn Yusoff (2018) aponta a necessidade de olhar para os grupos sociais em maior condição de vulnerabilidade, nos mais diferentes contextos históricos e geográficos dadas as mudanças climáticas.

A partir da década de 1970, com o surgimento do ambientalismo, gradativamente, o lugar do meio ambiente foi sendo conquistado na narrativa histórica. Com o surgimento das controvérsias sobre o Antropoceno, torna-se necessário novamente refletir sobre os clássicos conceitos "cultura e natureza" e retomar os estudos históricos que desde o século XIX, pelo menos, já haviam colocado a relação homem-natureza como centro das investigações na era da modernidade. A História Ambiental e o papel dos historiadores/as ambientais assumem o compromisso de desenvolver investigações históricas de modo a elucidar as transformações ambientais e sociais promovidas pela cultura humana, na relação dialética com os ecossistemas naturais e o regime climático do Planeta Terra.

3

História Ambiental na América Latina

Também existe uma História Ambiental *na* e *da* América Latina. Desde 2005, pelo menos, historiadores(as) ambientais vêm realizando pesquisas historiográficas e apontando aspectos que indicam evolução, expansão e limites dessa nova especialidade do campo da ciência histórica. Num dos balanços históricos da disciplina realizado no início do século XXI – apresentação do dossiê "História Ambiental Latino-Americana", a historiadora colombiana Claudia Leal (2005, p. 5-6) afirma

que foi nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia que surgiram as primeiras publicações desse novo campo de estudo e que, na América Latina, a História Ambiental estava se desenvolvendo num ritmo mais lento, embora já houvessem indicadores de crescimento em diversos países. Fora do mundo acadêmico, no entanto, quando se trata de identificar a "origem" da crítica ambiental, há que se reconhecer as diversas vozes dos povos originários das Américas e descobrir trabalhos que podem configurar-se como estudos "pioneiros" de sensibilidade ambiental. Na Colômbia, por exemplo, há estudos sobre o modo de vida dos povos indígenas, estudos de geografia do sociólogo Orlando Fals Borda sobre a costa do Caribe e pesquisas sobre o cultivo de café de Marco Palacios (Leal, 2005, p. 8).

Na *Revista de História* da Universidade de Costa Rica, Patricia Clare apresenta *Un balance de la historia ambiental latino-americana*, na edição de 2009. Na parte conclusiva, Clare (2009, p. 196) problematiza algumas tendências mais extremas no modo de perceber e explicar a relação entre cultura e natureza, questionando as perspectivas "naturocêntricas" e "antropocêntricas", ou seja, visões que caracterizam o "ser humano" como um "erro da natureza" e visões que apenas destacam os impactos ambientais do "ser humano" na natureza; em 2013, Claudia Leal, José Augusto Pádua e John Soluri organizaram a publicação de *Novas histórias ambientais da América Latina e do Caribe*, pela Rachel Carson Center Perspectives, instituição vinculada à Universidade de Munique, Alemanha. Na apresentação, os autores esclarecem o que há de novo:

> Esses textos buscam apresentar formas inovadoras de pensar sobre as entidades geo-históricas que são a "América Latina e o Caribe". Eles tomam por base uma síntese da História Ambiental da região, que recolhe pesquisas publicadas em vários idiomas e derivadas de várias disciplinas (incluindo a Antropologia, a Ecologia, a Geografia, a História e a Ciência Política). Os autores, oriundos da Argentina, do Brasil, da Colômbia, de Cuba, do Equador e do México, assim como do Canadá e dos Estados Unidos, fazem parte do crescente número de indivíduos e instituições dedicados ao estudo das histórias ambientais dessa macro-região (Leal; Pádua; Soluri, 2013, p. 5).

Em 2019, a *Revista História Crítica* (Colômbia) publicou um novo dossiê, intitulado *Panorama actual de la historia ambiental latinoamericana*, composto por seis artigos. Vladimir Sánchez-Calderón, da Universidade Industrial de Santander (Colômbia), e Jacob Blanc, da Universidade de Edimburgo (Reino Unido), fazem a abertura do dossiê, com o artigo "*La historia ambiental latinoamericana: cambios y permanencias de un campo en crecimiento*". Os autores fazem referência a outros "panoramas históricos" da História Ambiental na América Latina para destacar mudanças, permanências e problemas da área. O artigo propõe contribuir com debate e reflexão crítica no sentido de elucidar o "papel do ambiente ou da natureza na História da América Latina". Os autores identificam as tendências temáticas no período de 2005 a 2018: predomínio de "histórias trágicas"; o Estado-Nação e as unidades nacionais como campo principal de investigação; "concentração e fragmentação das publicações em alguns países" (Sánchez-Calderón; Blanc, 2019, p. 5-6). Na segunda parte do artigo, apresentam as publicações do dossiê agrupando-os em três eixos temáticos: histórias ambientais sobre processos urbanos; histórias sobre políticas de conservação ambiental no século XX, principalmente no México, na Argentina, no Chile e no Brasil; e estudos atuais sobre a história do clima. Os autores ressaltam que "a influência entre clima e sociedade tem sido retomada com ares renovados, tanto conceituais quanto metodológicos e, embora seja uma inovação na academia latino-americana, é um campo que rapidamente se consolidou na comunidade de historiadores" (Sánchez-Calderón; Blanc, 2019, p. 14, tradução livre).

Para se ter uma visão ainda mais recente sobre as tendências e abordagens dos estudos ambientais na América Latina, vale a pena conhecer as publicações da *Revista de História Ambiental da América Latina e Caribe* (Halac), criada pela Sociedade Latino-Americana e do Caribe de História Ambiental (Solcha), em 2010, e o livro coletivo *Historia ambiental de América Latina: Enfoques, procedimientos y cotidianidades*, organizado por Pedro S. Urquijo, Adi E. Lazos e Karine Lefebvre, pela Universidade Nacional Autônoma do México (2022). O livro foi organizado em cinco partes: 1) posicionamentos teóricos e historiográficos; 2) perspectivas interdisciplinares; 3) enfoques metodológicos; 4)

a natureza como documento histórico; 5) história pública e cotidianidades. A obra é composta por 37 capítulos e 53 autores de doze nacionalidades: 27 do México; 8 do Brasil; 4 da Espanha; 3 da Colômbia; 3 dos EUA; 2 de Porto Rico; e 1 da Argentina, do Chile, do Equador, da França, dos Países Baixos e do Reino Unido. Cabe registrar que os artigos publicados na Revista Halac, desde 2011, oferecem uma janela visual dos estudos de História Ambiental na/da América Latina e Caribe.

Urquijo (2022, p. 34, tradução livre) propõe uma História Ambiental latino-americana crítica e aberta ao diálogo com outras fronteiras geográficas e epistemológicas. Ressalta que "podemos ser decolonialistas, com posições críticas de Sul a Norte e partidários de Pachamama, Abya Yala ou Aztlán" e, ao mesmo tempo, "podemos nos beneficiar da abertura teórica, historiográfica e metodológica de muitas tradições, condição que, sem dúvida, enriquece nosso conhecimento histórico-ambiental". Na visão do autor, articulando-nos às experiências local e regional de forma intercultural, "poderemos construir um conjunto de propostas genuinamente latino-americanas, mas de fronteiras abertas, indo e vindo, entre as múltiplas regiões que compõem este continente".

O diálogo e as diversas interações possíveis com a América Latina e o Caribe ampliam o horizonte do campo profissional do/a historiador/a ambiental. Entretanto, cabe lembrar e destacar que a sociedade brasileira e a comunidade acadêmica ainda estão distantes do mundo latino-americano comparativamente às relações com Europa e Estados Unidos. Do mesmo modo, lembrar que o Brasil faz fronteira com nove países da América do Sul: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname e Guiana Francesa (Departamento Ultramarino/França).

4
A História Ambiental em Santa Catarina

Pelo menos desde o início da década de 2000, Santa Catarina conta com pesquisas desenvolvidas no campo da História Ambiental. Ao longo desse período, grupos de pesquisa e laboratórios se estruturaram

em diferentes regiões do estado, possibilitando uma consolidação da temática e permitindo que fossem explorados temas de abrangência regional em conexão com questões estaduais, nacionais e globais. Devido ao amplo número de historiadores e historiadoras que transitaram pela área ao longo dessas duas décadas, torna-se difícil abordar todos os trabalhos desenvolvidos nos limites deste texto. Além dos 87 trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses localizados nos repositórios digitais das universidades catarinenses a que estão vinculados os laboratórios e grupos de pesquisa levantados aqui, há também um número expressivo de pesquisas no âmbito da iniciação científica. Diante do desafio de contemplar todos esses trabalhos neste texto, sistematizaram-se as pesquisas a partir de grandes grupos de questões, assumindo o risco de generalizações para enquadrar a diversidade de objetos de estudo das pesquisas mencionadas. Do mesmo modo, buscou-se trazer informações sobre os grupos que permitam ao leitor aprofundar suas pesquisas, acessando *sites* e outras fontes de informação que detalham o trabalho de cada laboratório.

Buscando visualizar um panorama das pesquisas realizadas em Santa Catarina a partir do viés proposto pela História Ambiental, optamos por fazer um levantamento nos repositórios digitais das universidades a que estão vinculados os laboratórios e grupos de pesquisa em História Ambiental em Santa Catarina (UFSC, FURB, Unesc e UFFS). Os trabalhos de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado apresentados aqui foram localizados a partir de uma pesquisa pelo termo "História Ambiental" nesses repositórios.

Em 1994, os professores Eunice Sueli Nodari e João Klug criaram, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Laboratório de Imigração e Migração. A temática abordada nas pesquisas desenvolvidas pelo laboratório convergiu para a discussão do meio ambiente na história, associada ao estudo da colonização e processos de migração. Com isso, em 2001, a professora Eunice Sueli Nodari iniciou o desenvolvimento do primeiro projeto do laboratório a partir da História Ambiental, e em 2008 o nome do grupo foi alterado para Laboratório de Migração, Imigração e História Ambiental (Labimha) (Lopes; Gerhardt; Moretto, 2022). De acordo com Moretto e Nodari (2011), o Programa

de Pós-graduação em História da UFSC conta com projetos de alunos que ingressaram no mestrado com o objetivo de desenvolver pesquisas nessa temática desde o ano de 2002. Na ocasião em que o PPGH/UFSC completava 35 anos de atuação, as autoras levantaram os trabalhos defendidos no programa a partir da perspectiva da História Ambiental. No total, 10 trabalhos haviam sido defendidos (Moretto; Nodari, 2011), sendo que muitos dos egressos desse período do Labimha atualmente estão vinculados a outros laboratórios nas universidades em que atuam. Hoje, o número de trabalhos defendidos no programa com base na História Ambiental aumentou para quase 40, além de outros trabalhos que utilizam essa perspectiva e que foram defendidos no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da mesma universidade. Em 2018, a área de concentração do PPGH/UFSC passou a ser História Global. Nesse sentido, ressalta-se que muitos dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo abordam com recortes geográficos diversos, incluindo possibilidades de análise a partir de uma História Ambiental Global.

No ano de 2003, foi criado o Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí (GPHAVI), ligado à Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Desde seus primeiros anos, o GPHAVI se constituiu como um grupo interdisciplinar, contando com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Além do historiador Martin Stabel Garrote e do geógrafo Gilberto Friedenreich dos Santos, que fundaram o GPHAVI, em 2006 a bióloga Vanessa Dambrowski passou a integrar o grupo, o qual vem se dedicando aos estudos das relações entre sociedade e natureza no Vale do Itajaí em diferentes períodos históricos. Ao longo de sua trajetória, o GPHAVI se destaca pelas pesquisas de áreas protegidas, como o Parque Nacional Serra do Itajaí.

No sul de Santa Catarina, os impactos gerados pelo "progresso" da indústria carbonífera no decorrer do século XX tiveram uma dimensão de colapso ambiental. No ano de 2000, professores-pesquisadores/as da área de humanidades e ciências sociais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) integraram suas atividades de estudo com a criação do Grupo de Pesquisa "Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina". Em 2006, Renato Carola criou o Grupo de Estudo e

Pesquisa em História Ambiental e Educação (Gephae). Nos primeiros anos de atividade, o Gephae definiu dois campos de estudo: 1) o lugar da natureza nos discursos, nas políticas e nos empreendimentos de progresso e desenvolvimento; 2) o lugar da natureza na História da Educação. O grupo é integrado por alunos da graduação e pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) e professores da rede pública de ensino. Em termos de inserção social, a publicação do livro *Era uma vez o rio Mãe Luzia* (Fonseca, 2014) teve uma repercussão regional, resultando na criação do Fórum de Recuperação e Restauração do Rio Mãe Luzia, em novembro de 2014. Atualmente, o grupo de pesquisa vem desenvolvendo atividades relacionadas aos problemas ambientais da região e estudos de "educação e formação humana em tempos de mudanças climáticas", com orientações de pesquisa (mestrado e doutorado) no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Unesc).

O Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da Universidade Federal da Fronteira Sul iniciou suas atividades como grupo de estudos em 2016, e foi institucionalizado na condição de laboratório em 2018. É composto por cerca de 20 alunos e 6 docentes dos cursos de graduação em Geografia e História e dos Programas de Pós-Graduação em História e Geografia da universidade. Entre os coordenadores do Fronteiras, estão egressos do Labimha, os professores Marlon Brandt, Samira Peruchi Moretto e Claiton Marcio da Silva. Além dos coordenadores, os docentes Jaisson Teixeira Lino, Geraldo Ceni Coelho, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Fabio Pontarolo e Vanessa dos Santos Moura também fazem parte do Fronteiras. Em linhas gerais, os projetos desenvolvidos pelos integrantes do laboratório buscam avançar no estudo das transformações da paisagem na região oeste catarinense. Para isso, as pesquisas desenvolvidas têm como base três frentes principais: agricultura e cultivo da soja; suinocultura; desmatamento/reflorestamento e preservação ambiental.

Santa Catarina também se destaca na promoção de eventos científicos importantes para a História Ambiental. O Grupo de Trabalho História Ambiental da Anpuh-SC foi instituído em 2012, durante o XIV Encontro Estadual de História. Desde 2010, cinco edições do Simpósio

Internacional de História Ambiental e Migrações foram realizadas em Florianópolis, por meio da organização do LABIMHA. Além disso, em 2019, a terceira edição do maior evento mundial de História Ambiental, que ocorre a cada cinco anos, foi sediada em Florianópolis, contando com um comitê organizador que englobou a UFSC e o Consórcio Internacional de História Ambiental (Iceho), além do apoio de pesquisadores de diversas universidades do País. O 3º Congresso Mundial de História Ambiental teve mais de 400 participantes, constituindo-se como um importante espaço de debates entre pesquisadores do mundo todo.

A expansão da divulgação científica para além do ambiente universitário tem sido outro aspecto presente na atuação de historiadores e historiadoras ambientais catarinenses. Discutindo sobre o conceito de "bioma", as diferentes espacialidades e territorialidades que são tão caras à pesquisa em História Ambiental, o LABIMHA promoveu em 2021, em seu canal do YouTube, o projeto "Biomas, historicidade e suas temporalidades: uma visão histórico-ambiental", buscando trazer historiadores ambientais para debater sobre os seis biomas brasileiros. Além dos vídeos disponíveis no canal, o projeto também resultou na publicação de um livro organizado por Cristiane Fortkamp Schuch, Darlan Damasceno, Fabiana Carla Guarez e Giovana Zamboni Rossi (2021). Outros integrantes do LABIMHA também colaboram com o projeto Lutz Global, que inicialmente enfocava na atuação de José Lutzenberger, importante ambientalista brasileiro. Por meio do canal do YouTube do projeto, atualmente, também são divulgados diversos vídeos que contribuem para a realização de uma História Ambiental pública. Um terceiro canal no YouTube que visa divulgar pesquisas em História Ambiental é o canal do Fronteiras, com a divulgação de pesquisas através do projeto "Histórias além das Fronteiras: meio ambiente em foco". O GPHAVI também possui um canal na mesma plataforma, com o intuito de divulgar suas atividades.

Uma temática que tem sido de grande interesse para a História Ambiental é o estudo das florestas, desde a forma como historicamente se constituíram, passando por interações com diferentes grupos

humanos e formas de uso até as transformações provocadas pela sua derrubada. Em Santa Catarina, que está inserida no bioma da Mata Atlântica, as florestas vêm recebendo especial atenção nas pesquisas de História Ambiental (Carvalho, E., 2004; Carvalho, M., 2006; 2010; Moretto, 2010; 2014; Ferri, 2014; 2018; Felczak, 2018; Fritz, 2022; Pin, 2022; Rossi, 2015; Santos, 2004; 2011; Carvalho, 2004; Cesco, 2005; 2009; Brandt, 2012; Gerhardt, 2013; Rodrigues, 2020; Serafini, 2021; Carlin, 2019; Bianchetto, 2018; Salini, 2018; Bif, 2009; Sá, 2023). Com a redução drástica das florestas, surgem os debates sobre ambientalismo (Mützenberg, 2015) e as propostas para criação de unidades de conservação, tanto para a manutenção de matéria-prima quanto para proteção à natureza (Fortkamp, 2008; Klauck, 2015; Peres, 2017; Ribeiro, 2020). Outra temática relevante consiste nos estudos sobre a água (Cordeiro, 2008; Klauck, 2018).

Onde as florestas perderam lugar para a implementação de cultivos agrícolas, outras pesquisas buscam estudar temas relacionados à agricultura, como as transformações causadas pelos cultivos (Klanovicz, 2007; Meller, 2011; Locatelli, 2019; Mores, 2017; Lima, 2019; Presa, 2011; 2018; Hanauer, 2020; Pereira, 2022; Andrioli, 2020), com especial atenção ao aumento da produção de soja (Benetti, 2019; Frantz, 2019, 2022; Kappes, 2020), à utilização de agrotóxicos (Solivo, 2019; 2022; Hallvass, 2019), e também à busca por agriculturas alternativas, com base na agroecologia (Araujo, 2017; Mattos, 2019; Varotto, 2020; Forchesatto, 2021; Trindade, 2022).

Buscando compreender as interações entre diferentes sociedades com o meio com o qual interagem, outras pesquisas enfatizam populações específicas (Peres, 2009; Taffarel, 2019; Rodrigues, I., 2021; Rodrigues, G., 2022; Roza, 2022). A construção de uma história dos animais não-humanos, incluindo percepções de sensibilidades em relação aos animais, também está presente nos trabalhos desenvolvidos (Fermiano, 2018; Fonseca, 2017; Rosa, 2020; Rosani, 2011; Terreri, 2022).

A degradação ambiental, os impactos e os desastres socioambientais aparecem como tema de pesquisa, incluindo enchentes e outros fenômenos ambientais que são percebidos em relação ao modo como afetam as sociedades humanas (Lopes, 2011; Mendes, 2012; Lopes,

2015; Fagundes, 2015, 2018; Clemes, 2016; Dionísio, 2016; Vasconcelos, 2017; Fonseca, 2017; Rocha, 2022).

Conforme os níveis de estudo propostos por Worster (1991-1992), o entendimento intelectual sobre o meio ambiente também faz parte dos estudos de História Ambiental, entendendo-se percepções e representações acerca do mundo natural. Em Santa Catarina, também foram defendidos trabalhos que refletiam sobre essas questões (Clemes, 2011; Castro, 2013; Constante, 2014; Pochmann, 2015; Costa, 2017; Oliveira, 2018; Diniz, 2018; Silva, 2019; Cruz, 2020; 2022; Jahnke, 2022). Ainda, conforme avança o desenvolvimento dos laboratórios de História Ambiental, estes também podem se tornar temas de pesquisa (Nazário, 2021).

5
Considerações finais

A História Ambiental, portanto, já se constituiu como uma área consolidada e referenciada. Uma área relativamente nova, como todas as demais especialidades ambientais que emergiram a partir da tomada de consciência da gravidade da crise ambiental. Um campo profissional que tem muito a oferecer em termos de conhecimento histórico e experiência em pesquisa, e que pode aprimorar e ampliar seu campo de atuação levando em consideração os seguintes aspectos:

- buscar a pluralidade do diálogo com interlocutores de diferentes campos epistemológicos: América Latina, África e Ásia;
- participar e posicionar-se de forma ativa nos debates sobre aquecimento global e mudanças climáticas;
- criar estratégias para reivindicar sua participação em projetos e ações de políticas públicas voltadas ao enfrentamento de problemas ambientais locais/regionais, como, por exemplo: problemas de cheias em espaços urbanos; projetos de recuperação e renaturalização de rios; projetos de criação de áreas de preservação ambiental; e diversas outras ações que requerem um diagnóstico histórico da área em questão;

- efetivar proposição e/ou participação em projetos de educação ambiental para comunidades escolares e outros públicos;
- efetivar proposição e/ou participação em projetos de atualização e mudanças de espaços museológicos, problematizando e sugerindo formas adequadas de representações dos animais humanos e animais não-humanos.

À medida que se ampliam e se reconhecem os problemas derivados dos impactos ambientais do capitalismo globalizado, ampliam-se também o campo de estudo e os compromissos sociais dos profissionais da História Ambiental; de um modo geral, os(as) historiadores(as) ambientais já vêm compartilhando os seus respectivos conhecimentos desde a década de 1970, embora com maior representatividade global a partir da década de 1990. Numa visão de conjunto, podemos afirmar que, atualmente, os(as) profissionais da História no Brasil já integram a comunidade mundial de cientistas que estão fortemente comprometidos com o enfrentamento da crise ambiental.

O desafio em Santa Catarina é que o estudo das questões ambientais se encontra bem regionalizado, em função das características ambientais de cada território. Isso demonstra o quanto os(as) historiadores(as) ambientais estão integrados aos territórios em que suas instituições de ensino estão estabelecidas. Por outro lado, tal condição provoca os(as) pesquisadores(as) a pensarem estratégias para integração acadêmica, no intuito de apresentar para sociedade o alcance da globalidade da crise ambiental.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Marina. *Celeiro Catarinense*: a agricultura e a paisagem do Oeste de Santa Catarina nos planos desenvolvimentistas (1968-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

ARAUJO, Bruno Azambuja. *A cordilheira em movimento: uma análise agroecológica da expansão Inca nos Andes Centrais* (século XV). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BENETTI, Tiago João. *De "terras do monge" a terras de "gafanhotos de aço"*: a expansão da monocultura e alterações socioambientais na região de Xanxerê

(1970-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

BIANCHETTO, Olda Gobbi dos Santos. *As relações entre caboclos, colonizadores e a História Ambiental do oeste catarinense (1960-2018).* Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

BIF, Carla Zanette. *História e historiografia da colônia Nova Veneza* (SC): uma abordagem de História Ambiental. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2009.

BRANDT, Marlon. *Uma História Ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no Município de Palmas/PR* (1950 a 1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

CAROLA, Carlos Renato (org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*: impactos sociais e ambientais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

CAROLA, Carlos Renato. *Era uma vez o rio Mãe Luzia*. Criciúma: Ediunesc, 2014.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Ely Bergo de. *Sombras do passado, projetos de futuro:* as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão - Paraná, 1947-2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *O desmatamento de florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu:* uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta*: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CASTRO, Milene Silva de. *Estudo do embate entre Vivisseccionistas e Antivivisseccionistas na UFSC*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CESCO, Susana. *Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe*: discussões sobre progresso e transformação ambiental. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CESCO, Susana. *Floresta, Agricultura e Cidade:* transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CLARE, Patricia. Un balance de la historia ambiental latinoamericana. *Revista Historia*, n. 59-60, p. 185-201, 2009. Disponível em: http://revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/3474/3331. Acesso em: 24 abr. 2023.

CLEMES, Jonatã Vieira. *"Um bom selvagem exilado na sociedade industrial"*: a sensibilidade ambiental expressa na obra Marcovaldo ou as estações na cidade de Ìtalo Calvino. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2011.

CLEMES, Jonatã Vieira. *Interação ser humano/natureza em Araranguá, SC, através do processo de degradação ambiental do Rio Araranguá* - 1900-1950. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CONSTANTE, Catia Elaine Alves. *A pedagogia antropocêntrica em livros didáticos de ciências* (1960-1970). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2014.

CORDEIRO, Lorena de Pauli. *Uma História Ambiental dos mananciais da Serra do Mar*: o abastecimento de água para Curitiba (1870 - 1829). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

COSTA, Tati. *Ao sabor do café*: memórias e percepções do ambiente nas fotografias e relatos de Armínio Kaiser sobre a cafeicultura (1951-2013). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CROSBY, Alfred W. The past and present of environmental history. *American Historical Review*, v. 100, n. 4, p. 1177-1189, 1995.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The "Anthropocene". *IGBP Newsletter*, n. 41, 2000.

CRUZ, Leandro Gomes Moreira. *O projeto Radar na Amazônia*: tecnociência na ditadura militar brasileira (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

CRUZ, Leandro Gomes Moreira. *Thoreau e as vidas no bosque:* da natureza das ideias às ideias sobre a natureza. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

DINIZ, José Nilo Bezerra. *Os mapas que fizeram Angola*: desenhos e desígnios na produção cartográfica do sul de Angola (1785-1886). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

DIONÍSIO, Ana Carolina. *Memórias de trabalho, veneno e fumaça*: uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970-2000). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FAGUNDES, Luís Guilherme. A *construção das enchentes como desastres ambientais em Palhoça:* do final do século XIX à grande enchente de 1995. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

FAGUNDES, Luís Guilherme. *Desastres socioambientais na região metropolitana de Florianópolis*: uma história das inundações. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FELCZAK, Valéria. *A exploração da erva-mate:* um viés histórico-ambiental sobre o Vale do Rio Negro. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

FERMIANO, Mariani Cabreira Gomes. *Os animais não humanos no ensino de ciências e biologia*: uma abordagem a partir do paradigma ecológico e biocêntrico. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2018.

FERRI, Gil Karlos. *"Verdes matas a te circundar"*: aspectos históricos e socioambientais da indústria madeireira. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

FERRI, Gil Karlos. *Entre rios e florestas*: uma História Ambiental do município de Celso Ramos, SC. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

FONSECA, Maíra Kaminski da. *Da crueldade à libertação:* análise dos níveis de sensibilidade em relação aos animais no Brasil pós década de 1970. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FONSECA, Wagner. *A crise ambiental, o rio e a escola:* o lugar do Rio Mãe Luzia na Escola de Educação Básica Luiz Tramontin, no município de Forquilhinha (SC/Brasil). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2017.

FORCHESATTO, Raquel. *A agroecologia no MST*: uma experiência histórica no Oeste de Santa Catarina. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021.

FORTKAMP, Cristiane. *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST):* história e conflito sócio-ambiental (1975-2007). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FRANTZ, Saionara Solange. *As discussões em torno da sojicultura como parte do processo da grande aceleração na região de Chapecó, Oeste de Santa Catarina* (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

FRANTZ, Saionara Solange. *Uma análise das estratégias de adesão ao cultivo da soja no oeste catarinense através do Jornal da Produção* (1973-1978). Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

FRASSON, Maicon Marques. *A enchente de 1974 em Tubarão-SC: a construção de um desastre natural*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2011.

FRITZ, Sara Rocha. *O "Inferno Verde" na ditadura*: os usos do conceito nas páginas de O Cruzeiro e Manchete (1965-1975). Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

FRONTEIRAS: Laboratório de História Ambiental. Disponível em: https://www.youtube.com/@FronteirasHistoriaAmbiental

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GRUPO DE PESQUISAS DE HISTÓRIA AMBIENTAL DO VALE DO ITAJAÍ. Disponível em: https://www.youtube.com/@grupodepesquisasdehistoria129

GRUPO DE PESQUISA LABORATÓRIO DE IMIGRAÇÃO, MIGRAÇÃO E HISTÓRIA AMBIENTAL (LABIMHA). Disponível em: https://www.youtube.com/@Canaldo-Labimha Acesso em: 20 abr. 2023.

HALLVASS, Gabriel. *Um debate sobre o agrotóxico Paraquat:* 1970-2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

HANAUER, Luiz Fernando Perondi. *Revolução verde e planejamentos governamentais*: a transformação do setor agrário no Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1960-1970. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

JAHNKE, Morgana Elisha. *Canibal Filmes*: cinema independente e crítica ambiental (1990-2020). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

KAPPES, Jeferson. F*ronteiras da soja no Oeste Catarinense:* biopoder e difusão de transgênicos (2002-2010). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

KLANOVICZ, Jó. *Natureza Corrigida*: uma História Ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990). Tese (Doutorado em História). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KLAUCK, Aline Gabriela. "*Reflorestamento de mil hectares de dunas e alagados*": o Parque Estadual do Rio Vermelho. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

KLAUCK, Aline Gabriela. *Água, fontes e aguadeiros:* o abastecimento hídrico em Nossa Senhora do Desterro (Século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Historia del clima desde el Año Mil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

LEAL, Claudia; PÁDUA, José Augusto; SOLURI. John. *Nuevas historias ambientales de América Latina y el Caribe.* Alemanha: Federal Ministry of Education and Research-Germany/Rachel Carson Center, 2013.

LEAL, Claudia. Presentación del dossier sobre historia ambiental latinoamericana. *Historia Crítica*, n. 30, Bogotá, p. 5-11, 2005. DOI: https://doi.org/https://doi.org/10.7440/histcrit30.2005.00. Acesso em: 24 abr. 2023.

LEINFELDER, R. Assuming Responsibility for the Anthropocene: challenges and opportunities in education. *In*: TRISCHLER, H. Anthropocene: Envisioning the Future of the Age of Humans. *RCC Perspectives*, Munich, n. 3, p. 9-28, 2013.

LIMA, Angela Bernadete. *Espaços de cultivo agrícola em meio à cidade*: uma história socioambiental da Alemanha (do séc. XIX aos dias atuais). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LOCATELLI, Angela Regina. *Uma História Ambiental do resgate das sementes crioulas em Anchieta - SC* (1996-2002). Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. *A Lagoa do Sombrio corre que desaparece*: uma História Ambiental da degradação e o atual debate sobre a preservação da Lagoa de Sombrio (1960-2010). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. *Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina* (1974-2004). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LOPES, Alfredo R. S.; GERHARDT, Marcos; MORETTO, Samira. Apresentação. *In*: MORETTO, S.; NODARI, E. S.; SA, D. N.; MINUZZI, J. D. (org.). *História ambiental em rede*: novos temas e abordagens. Governador Valadares: Univale; Passo Fundo: Acervus, 2022.

MARINHO JÚNIOR, Lenício Dutra. *A fronteira do carvão*: impactos socioambientais da siderurgia no Vale do Rio Doce, século XX. Tese (Doutorado

Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

MARKS, R. The (modern) World since 1500. In: MCNEILL, John Robert; MAULDIN, Stewart. *A companion to Global Environmental History*. Nova York, Londres: Wiley- Blackwell, 2012. p. 57-78.

MATTOS, Cleomar de. *Movimentos sociais e agroecologia no oeste de Santa Catarina*: 2015 a 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

MELLER, Gustavo Piazza. *Uma história do arroz em Meleiro*: mudanças na produção agrícola e na família rural 1960- 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2011.

MENDES, Simoni. *A Construção sócio-cultural dos desastres ambientais em áreas de colonização alemã no sul do Brasil:* o caso das enchentes em Blumenau (1850 - 1957). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MORES, Lucas. *História ambiental do agroecossistema do café (Coffea arábica) no norte do Paraná* (1945-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MORETTO, Samira Peruchi. *A domesticação e a disseminação da feijoa (Acca sellowiana) do século XIX ao século XXI.* Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MORETTO, Samira Peruchi. *Remontando a floresta:* A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MORETTO, S. P.; NODARI, E. S. O meio ambiente como tema da História. *In*: FLORES, Maria Bernardete Ramos; BRANCHER, Ana Lice (org.). *Historiografia*: 35 anos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011. p. 93-109.

MOTA, Márcia. História Agrária. *In*: MOTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MÜTZENBERG, Bruno Vinícius. O *emergente preservacionismo transimperial durante o colonialismo na África*: a Conferência Internacional para a Proteção da Vida Selvagem (Londres, 1900). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NAZÁRIO, Juliano João. *GPHAVI*: a contribuição de um grupo de pesquisa para a História Ambiental. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2021.

OLIVEIRA, Antonio José Alves de. *"Para vir a ser a mais florente de toda a América Portuguesa"*: leituras do mundo natural, geografias coloniais e projeções nos sertões - Capitania do Ceará Grande (1760-1799). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

OLIVEIRA, Marcos José de; CARNEIRO, Celso Dal Ré; VECCHIA, Francisco Arthur Silva; BAPTISTA Gustavo Macedo de Mello. Ciclos climáticos e causas naturais das mudanças do clima. *Terrae Didatica*, v. 13, n. 3, 2017, p. 149-184. Disponível em: https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v13_3/PDF13_3/td13-3-171-1.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

PADUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados,* v. 24, p. 81-101, São Paulo, 2010.

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). *Aquecimento Global de 1,5°C.* Brasília: MCTIC, 2019. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

PEREIRA, Joel dos Santos. *Políticas públicas e redes político-empresariais transformando a paisagem*: a pomicultura no Vale do Rio do Peixe (décadas de 1970 e 1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

PERES, Jackson Alexsandro. *Entre as matas de araucárias*: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PERES, Jackson Alexsandro. *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro:* natureza, legislação e conflitos na Baixada do Maciambú – Palhoça (1975-2012). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PIN, André Egidio. *Mas pai, aonde estão os pinheiros do Paraná?*: a devastação da floresta ombrófila mista no sudoeste do Paraná (1935-1975). Tese (Doutorado em História). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

POCHMANN, Cristiano Antônio. *Discursos e imagens da ideologia desenvolvimentista no ensino de história do Brasil durante o período da ditadura civil-militar* (1964-1984). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2015.

PRESA, Juliana Brocca. *A insustentabilidade ambiental dos modelos agroriziculto-res presentes na bacia hidrográfica do Rio Araranguá* (1980-2017). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PRESA, Juliana Brocca. *O Arroz no espigão e o milho no banhado*: Programa Provárzeas - o desenvolvimento de uma política pública e o cultivo do arroz em

municípios da bacia do Rio Araranguá. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PROJETO LUTZ GLOBAL. Disponível em: https://www.youtube.com/@LutzGlobal

RIBEIRO, Michely Cristina. *Um histórico da criação da FLONA*: a Floresta Nacional de Chapecó (1960-1988). Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

ROCHA, Lissandra Lopes Coelho. *Gestão e governança preventiva e precaucional no desastre da barragem da Samarco/Vale/BHP em Mariana/MG*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

RODRIGUES, Adriano Vanderlei Michelotti. *Desastres que não deixaram saudades:* construção das enchentes em desastres socioambientais nas inundações de 1990 e 2015 no município de Saudades, SC. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

RODRIGUES, Adriano Vanderlei Michelotti. *Era puro mato*: o processo de desmatamento nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil (1925-1978). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

RODRIGUES, Géssica Pinto. "*Proteção tutelar às avessas*": a transformação da paisagem no posto indígena Nonoai (RS) sob a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (1941-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

RODRIGUES, Ivan. *Etnohistória Kaingang na região de Palmas/Paraná: um olhar para a relação com o meio ambiente.* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021.

ROSA, Evania Muller da. A representação do abate no meio rural em Chapecó – SC, (décadas de 1960 e 1970) e a construção de novas sensibilidades em relação aos animais. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

ROSANI, Mariana Peruchi. *Em defesa dos animais*: discussões sobre a Farra do Boi em Santa Catarina (1980-1990). Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2011.

ROSSI, Esther Mayara Zamboni. "*Subindo a serra*": migrações, indústria madeireira e as transformações da paisagem nos campos de altitude no Rio Grande do Sul (1890-1970). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ROZA, Talita França. *Terra indígena Xapecó - Etnopaisagem e fronteiras no olhar da História Ambiental*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

SÁ, Débora Nunes de. *Paisagens construídas*: a Floresta com Araucárias na fronteira da Argentina com o Brasil (1895-2000). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2023.

SALINI, Ademir Miguel. *Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense* (1930 a 1970). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó. 2018.

SÁNCHEZ-CALDERÓN, Vladimir; BLANC, Jacob. La historia ambiental latinoamericana: cambios y permanencias de un campo en crecimiento. *Historia Crítica*, v. 1, n. 74, p. 3-18, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.7440/histcrit74.2019.01. Acesso em: 20 abr. 2023.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. *O Imigrante e a floresta*: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. *Vida e trabalho na floresta*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SCHUCH, Cristiane F.; DAMASCENO, Darlan; GUAREZ, Fabiana C.; ROSSI, Giovana Z. *Biomas, historicidade e suas temporalidades*: uma visão histórico-ambiental. São Leopoldo: Oikos, 2021.

SERAFINI, Alesandro Luiz. *Província do Paraná e a região dos Campos de Palmas: percepção do poder público sobre o meio natural numa área de fronteira* (1853-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021.

SILVA, Leandro Maciel. *Oásis do sertão:* a paisagem do Cariri cearense (séc. XIX - XX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

SILVA, Robson Willians da Costa; DE PAULA, Beatriz Lima. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. *Terræ Didatica*, v. 5, n. 01, p. 42-29, 2009. Disponível em: https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v5/pdf-v5/TD_V-a4.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

SOLIVO, Leticia. *História do DDT no Brasil* (1940 a 1980): de defensivo a veneno. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

SOLIVO, Leticia. *O uso de agrotóxicos:* o veneno chegou no oeste catarinense (1970-1980). Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

TAFFAREL, Eliane. *Da fazenda São João à comunidade quilombola Invernada dos Negros:* terra, trajetória e permanência. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

TERRERI, Laianny Cristine Gonçalves. *Das florestas às gaiolas:* o impacto da industrialização da suinocultura do oeste catarinense no bem-estar animal (1978-1998). Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

TRINDADE, Janaí Jucéia de Oliveira. *Agroecologia no Oeste de Santa Catarina:* de sua gênese ao estudo de caso de pequenos agricultores. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

URQUIJO, Pedro S. Consideraciones para una aproximación a la historia ambiental. *In*: URQUIJO, Pedro S.; LAZOS, Adi E.; LEFEBVRE Karine (coord.). *Historia ambiental de América Latina*: enfoques, procedimientos y cotidianidades. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones en Geografía Ambiental, 2022. p. 21-41.

VAROTTO, Daiana Paula. *Agroecologia e mulheres:* protagonismo feminino na agroecologia no Planalto e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (1985-2019). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

VASCONCELOS, Jacqueline Martins de Carvalho. *Fios d'água:* burburinhos às margens do Rio Doce em Governador Valadares-MG. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

YUSOFF, Katlyn. *A Billion Black Anthropocenes or None*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, 1991-1992.



Capítulo 13



OS HISTORIADORES E AS "ÁFRICAS": PERSPECTIVAS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA EM SANTA CATARINA

Michelle Maria Stakonski Cechinel
Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano

Há que explicar, porque a História deixou lesões e cicatrizes (Mbembe, 2001).

É verdade que o mundo é antes de mais uma forma de relação consigo mesmo. Mas não há relação consigo mesmo que não passe pela relação com o Outro. O Outro não é mais do que a diferença e o semelhante reunidos. O que teremos de imaginar será uma política do ser humano que seja, fundamentalmente,

> uma política do semelhante, mas num contexto onde, é verdade, o que partilhamos em conjunto sejam as diferenças. E são elas que precisamos, paradoxalmente, de pôr em comum. Tudo isso pela reparação, isto é, por uma ampla concepção da justiça e da responsabilidade (Mbembe, 2001).

1
Introdução

O campo da História das Áfricas e das suas populações no Brasil possui um histórico marcado por grandes desafios e disputas na constituição e sedimentação da área. Nem sempre esses embates foram travados nos meandros acadêmicos. De fato, muitas das conquistas relacionadas à área são decorrentes das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais organizados. O movimento negro brasileiro, em particular, engendrou intensas mobilizações da sociedade civil em proveito da valorização da História africana e afro-brasileira nos currículos oficiais das redes de ensino de nosso país. Esses elementos indicam que, em que pesem as diferenças político-ideológicas e teórico-metodológicas dos campos de atuação, circulação e produção de conhecimento sobre as Áfricas, o docente-pesquisador que se debruça sobre a História das Áfricas no tempo presente se depara com um desafio que não é só de ordem epistemológica, mas, também, um desafio incontornavelmente político.

O objetivo deste capítulo é, portanto, apresentar um panorama possível da profissão historiadora no âmbito da História das Áfricas em Santa Catarina, destacando lacunas e desafios enfrentados por pesquisadoras/pesquisadores e professoras/professores que se dedicam a esse campo específico de estudo, movidos, pois, por uma "ampla concepção de justiça e da responsabilidade", como indica a

epígrafe deste capítulo. Intenta-se compreender como a História das Áfricas e de suas populações é abordada no contexto catarinense, explorando perspectivas epistemológicas, metodológicas e teóricas em construção, bem como as relações entre a produção de conhecimento e o ensino de África.

2
História das Áfricas: um referente ausente

Segundo a historiadora Beatriz Mamigonian (2004), os estudos sobre a presença dos africanos no Brasil podem ser categorizados em, ao menos, quatro fases distintas. O trabalho do médico e teórico eugenista Nina Rodrigues, inaugural na área da etnografia da escravidão no Brasil, apresenta um inventário de informações referentes ao tráfico intercontinental de homens e mulheres escravizados. A publicação do seu livro *Os Africanos no Brasil* (1932) é, pois, considerada o marco inicial das pesquisas sobre o tema, apresentando um amplo panorama das manifestações culturais de origem africana e dados importantes sobre os grupos étnicos e grupos linguísticos africanos presentes no país (Mamigonian, 2004).

Os chamados "estudos afro-brasileiros" das décadas de 1940 e 1950 principiam, para Mamigonian (2004) e para a historiadora Vanicléia Silva Santos (2013), um novo enfoque das ciências sociais na interpretação sobre a presença africana no Brasil, impulsionado pelo relativismo cultural e pela antropologia americana de Gilberto Freyre na década de 1930. Freyre introduziu a discussão da "miscigenação racial" como traço fundamental da identidade brasileira, indo de encontro à visão de Nina Rodrigues, cuja ideologia racista outorgava à dita mistura de raças a degradação moral, degenerescência e a impossibilidade de desenvolvimento civilizatório do País. Nesse ínterim, os estudos desenvolvidos no período deslocaram-se das manifestações africanas para se concentrar no estudo do "negro" e de uma então chamada "cultura negra" (Santos, 2013; Mamigonian, 2004).

É, ainda, na esteira das discussões de Gilberto Freyre e dos estudos afro-brasileiros que se pode identificar uma terceira fase nas investigações sobre as populações africanas no Brasil. Entre as décadas de 1950 a 1970, pesquisas históricas e sociológicas se debruçaram mais intensamente no violento funcionamento do sistema escravista, desconstruindo visões solidificadas de uma escravidão benevolente que teria, juntamente a outros fatores, permitido a construção daquilo que os teóricos dos estudos afro-brasileiros sugeriam ser uma "democracia racial". As preocupações dessa nova historiografia com a compreensão das dinâmicas sociais coloniais deslocaram o olhar dos pesquisadores da tentativa de construir um conceito genérico de "cultura negra" para o estudo das experiências de escravidão das populações de origem africana (Santos, 2013; Mamigonian, 2004). Assim registra Mamigonian:

> A nova perspectiva da escravidão se abre com pesquisa empírica intensiva em materiais manuscritos antes inexplorados, como inventários post-mortem, processos-crime, ações de liberdade, correspondência policial, além de uma leitura 'a contrapelo' de relatos de viajantes e de documentos oficiais. A pesquisa revela com riqueza de detalhes o funcionamento das relações no sistema escravista e a vida dos escravos propriamente. Enquanto antes os escravos eram vistos como uma massa uniforme, agora percebe-se uma hierarquia entre escravos, e o entrecruzar de identidades, baseadas em gênero, idade, ocupação (escravos rurais, urbanos, domésticos, artesãos, ganhadores etc.) e origem (africanos de diversas etnias ou nascidos no Brasil). Assim, na busca da diversidade das experiências históricas da população escravizada, os historiadores chegaram aos africanos e à sua experiência distinta [...] (2004, p. 35-36).

Por fim, uma quarta fase dos estudos sobre as populações africanas pode ser identificada a partir das décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Para Santos (2013), as pesquisas então desenvolvidas foram fortemente inspiradas pelos estudos da história social da escravidão, tendo como grandes expoentes do período as historiadoras

Silvia Hunold Lara, Laura de Mello e Souza, e os historiadores Sidney Chalhoub e Manolo Florentino. Para esses historiadores, no entanto, a História das Áfricas ainda não constituía um objeto próprio de estudo (Santos, 2013).

Ainda na década de 1960, a produção acadêmica sobre a História da África no Brasil teve seus primeiros marcos significativos. Neste sentido, a obra *Brasil e África: outro horizonte*, de José Honório Rodrigues, publicada em 1963, é considerada uma referência anticolonialista desbravando novos horizontes de estudo nesse campo (Schlikmann, 2016). Para Rodrigues (1961, p. 1),

> O Brasil desde o seu nascimento até poucos anos depois da abolição do tráfico escravo teve as mais íntimas relações com a África, ou melhor ainda, com certas partes da África. Relações tão estreitas, que África portuguesa, já limitada nas suas fronteiras, era uma dependência administrativa do Brasil. Relações geográficas, étnicas, culturais, enfim, que duraram quase quatro séculos e se romperam desde 1850, quando a imagem da África só sobreviveu nos centros de cultura afro-brasileira, espalhados pelo território. Não sei, e só uma pesquisa poderia revelar a imagem, as atitudes, os valores e os estereótipos que possuíam nossos antepassados a respeito da África e dos africanos. Sabemos que as atitudes de uma nação para com outros povos exprimem um complexo confuso e mutável de mito e realidade. Se isto tem sido verdadeiro mesmo quando a proximidade e similaridade tem tornado familiares certas nações e povos, é de esperar que as distorções aumentem quando o afastamento perdura por muito tempo.

Na esteira desse processo de construção dos estudos africanos no Brasil, entre 1959 e 1963, foram estabelecidos os três primeiros centros de pesquisa da temática vinculados a universidades brasileiras: 1) o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) em Salvador, fundado em 1959 na Universidade Federal da Bahia (UFBA); 2) o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), instituído na Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM) em 1961 e reformulado em 1973, transformando-se em Centro de Estudos

Afro-Asiáticos (CEAA); e o Centro de Estudos e Cultura Africana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), fundado em 1963 e, desde 1979, conhecido como Centro de Estudos Africanos (CEA). Esses centros congregaram pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como linguistas, antropólogos, sociólogos e historiadores, entre outros (Pereira, 2012; Santos, 2013; Schlikmann, 2016).

As iniciativas acadêmico-institucionais, bem como a interlocução de pesquisadores de diferentes áreas, permitiram uma abordagem mais abrangente e multidisciplinar no estudo de uma História das Áfricas. O diálogo entre as áreas de conhecimento, naquele momento, enriqueceu a compreensão sobre o continente africano e suas conexões com o Brasil, ampliando as perspectivas de pesquisa e interpretação. Assim, a produção acadêmica sobre a História das Áfricas no Brasil ganhou impulso nas décadas de 1960 e 1970, graças ao trabalho de pesquisadores engajados, à criação de centros de estudos dedicados a essa temática e à interdisciplinaridade como uma abordagem metodológica inicial.

No entanto, para Souza (2013), foi apenas nos 1980, com a publicação da tese do historiador João José Reis, que a discussão da História das Áfricas passou a considerar, de forma mais evidente, a dimensão Atlântica da escravidão. Nos anos subsequentes, a historiadora sugere que houve um avanço quantitativo nas produções acadêmicas voltadas para o Atlântico Negro e para a História das Áfricas: "As teses de Leila Leite Hernandez, Selma Pantoja e Valdemir Zamparoni, respectivamente defendidas em 1993, 1994 e 1998, foram as primeiras produzidas no Brasil, cujo tema era exclusivamente a História da África" (Souza, 2013, p. 8). Ainda em se tratando de um fenômeno de reorientação das análises históricas para dimensão "Atlântica dos estudos africanos" (Souza, 2013, p. 8), entre os anos de 1990 e 2000, há de se citar os importantes trabalhos do historiador Alberto Costa e Silva, e as teses de Mariza Carvalho Soares (1997) e Marina de Mello e Souza (1999), bem como as obras *Na Senzala, uma flor*, do historiador Robert Slenes (1999), e *O Trato dos Viventes*, de Luís Felipe de Alencastro, publicado no ano de 2000 (Souza, 2013).

3
África renitente: movimento negro e a Lei n. 10.639/2003

Enquanto no âmbito acadêmico deslocamentos, disputas e tensões teórico-metodológicas iam constituindo rupturas e similitudes entre os campos de pesquisa e ensino sobre as populações africanas e as Áfricas – em especial nas instituições universitárias do Sudeste e da Bahia, onde os primeiros centros de estudos sobre as temáticas emergiram de forma menos institucional –, na sociedade civil, o debate sobre a necessidade da valorização da história dos africanos e afrodescendentes apresentava-se como pauta, ancorada na premissa da impossibilidade de dissociar o Brasil da África.

Para Luigi (2019), é possível identificar na chamada Imprensa Negra – desde as primeiras décadas do pós-abolição e, de forma mais intensificada, nas primeiras décadas do século XX – a vinculação de inúmeros artigos sobre a história das civilizações africanas. Além da prática de difusão das histórias nos textos impressos, para valorizar uma dita cultura africana, Luigi (2019, p. 93) indica que estas dinâmicas permaneceram como agenda "nas iniciativas da Frente Negra Brasileira dos anos 1930 e se estendeu à dramaturgia na atuação do Teatro Experimental do Negro ao longo dos anos quarenta e cinquenta, assim como nas reuniões da União dos Homens de Cor e do Conselho Nacional das Mulheres Negras".

O debate, arrefecido no período da década de 1960, em vista da repressão da Ditadura Militar e dos discursos que visavam criminalizar o movimento negro, retornaria com força em 1978, com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo, cuja principal pauta – em um contexto de extrema violência policial contra as populações negras – era institucionalizar e politizar a luta contra o racismo. É, pois, dentro do MNU que surgem as primeiras tentativas de articulação, em âmbito federal, da criação de uma legislação que incluísse a História das Áfricas – ainda que pensada no singular "História da África" – nos currículos da Educação Básica (Luigi, 2019), em razão da concepção de que a

educação é uma força emancipadora, a qual pode ajudar a desconstruir as estruturas raciais, vetores da violência contra as populações negras.

Após um longo histórico de tentativas frustradas de criação de projetos de leis, que incluíram as propostas, na década de 1980 e 1990, dos deputados federais Abdias Nascimento, Paulo Paim, Humberto Costa e da senadora Benedita da Silva, em meados da década de 2000, em consequência da ressoante participação do movimento negro brasileiro na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa, realizada na África do Sul, na cidade de Durban (2001), o governo brasileiro concebeu um órgão colegiado que seria responsável por acompanhar as metas da Conferência de Durban, que incluíam a proposta da valorização da cultura e História Africana e Afro-brasileira. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação foi responsável por pressionar o Congresso Nacional, que aprovou a PL-259, de autoria de Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira, e seria sancionada como Lei n. 10.639 em 2003.

A Lei n. 10.639, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, é um divisor de águas nos estudos brasileiros no campo da História das Áfricas e da História afro-brasileira. Promulgada em 9 de janeiro de 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ela foi, como visto, resultado de uma demanda histórica do movimento negro no Brasil, que participou diretamente no processo de elaboração da referida lei e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira (DCNERER- 2004). A Lei n. 10.639 e suas diretrizes foram responsáveis por: mobilizar as instituições de ensino na construção de uma educação compromissada com o combate ao racismo; destacar a multiplicidade cultural na formação do Brasil; estimular a ampliação das pesquisas no campo dos estudos africanos e afro-brasileiros; consolidar disciplinas acadêmicas voltadas para a temática africana na formação dos professores nas universidades. Posteriormente, este dispositivo legal foi alterado pela promulgação da Lei n.º 11.645/2008, que instituiu, ainda, a obrigatoriedade da história e cultura indígena nas instituições de educação básica brasileiras.

É importante ressaltar que em 1994 foi aprovada em Florianópolis a Lei Municipal n. 4.446, que determinou a inclusão, nos currículos escolares, de conteúdos históricos e culturais afro-brasileiros, resultado do trabalho de assessoria parlamentar e desenvolvimento de políticas públicas para população negra catarinense da professora, pedagoga e militante do movimento negro catarinense, Jeruse Romão (Carvalho, 2021).

Apesar do longo histórico e das intensas discussões acadêmicas no âmbito da História das populações africanas no Brasil e das importantes pesquisas no campo da História das Áfricas, como as citadas anteriormente neste capítulo, a constatação de que os currículos escolares da Educação Básica negligenciaram a importância do continente africano e a experiência das suas populações impulsionou a tentativa de buscar meios legais e institucionalizados de difusão dos conhecimentos sobre a temática. A lei que estabeleceu que o ensino da história e cultura afro-brasileira deveria ser desenvolvido de forma transversal em todas as etapas e modalidades da Educação Básica tornou-se um marco daquilo que Luigi (2019) considera um projeto mais amplo de implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

3.1 As lacunas da lei

Se, por um lado, a Lei n. 10.639 e a DCNERER – que instituem as normativas de uma educação para as relações étnico-raciais – configuram-se como marcos importantes para o campo da História das Áfricas e das suas populações no Brasil, por outro, esses documentos evocam uma visão idealizada e essencializada de diversas sociedades africanas, abordando a cultura dos povos africanos de forma homogênea e reforçando a dicotomia entre opressores e oprimidos (Mortari, 2016, p. 48). A ideia de uma identidade africana, presente na concepção adotada nas diretrizes, foi construída sob epistemes a serviço da perspectiva eurocêntrica do mundo. Segundo Barbosa (2008, p. 2), o eurocentrismo é "pensado como ideologia e paradigma, cujo cerne é uma estrutura mental de caráter provinciano, fundada na crença da superioridade do modo de vida e do desenvolvimento

europeu-ocidental". A identidade africana é, na verdade, uma diversidade de práticas, formas, linguagens, impossíveis de serem reduzidas a uma só (Mbembe, 2016, p. 199).

Apesar de a DCNERER ter como objetivo principal promover a valorização da diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira, reconhecendo a contribuição dos diferentes grupos étnicos, especialmente dos afrodescendentes, o texto das orientações do relatório, que acompanha a promulgação da resolução pelo Conselho Nacional de Educação – assinado pela pesquisadora da área das relações étnico-raciais Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, pelo filósofo Carlos Roberto Jamil Cury, pela historiadora indígena Francisca Novantino Pinto de Ângelo e pela psicóloga Marília Ancona-Lopez –, apresenta, em muitas das suas formulações, reflexos de uma concepção pouco plural das Áfricas e das suas culturas, referindo-se a uma dita "identidade africana", uma "cultura dos negros", um "saber africano" ou "um jeito de ser" do negro.

Essas diretrizes orientam as escolas e demais instituições de ensino não apenas a incluírem nos seus currículos conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana, mas a abordar questões como racismo, preconceito, identidade e diversidade étnico-racial. Além disso, a DCNERER também recomenda a promoção de ações afirmativas, a formação de professores para lidar com as temáticas étnico-raciais e a participação da comunidade escolar na construção de uma educação mais inclusiva e igualitária. Entretanto, muitas das formulações, tanto do relatório quanto da própria DCNERER, enfatizam a necessidade de apresentar uma "África positiva", pois "os negros poderão se orgulhar de suas origens africanas".

A mesma problemática foi verificada no momento da construção do Currículo Base do Território Catarinense da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (CBTC), "elaborado a partir das exigências do Parecer de nº 15/2017 e da Resolução Nº 02/2017 do Conselho Nacional de Educação" (Lima; Souza, 2021, p. 39), e que contou com a participação de mais de 500 profissionais das 36 regionais estaduais de educação. O documento contempla os diversos níveis de ensino do estado de Santa Catarina. A Resolução CNE/CP n. 2 instituiu e orientou

a implantação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), extremamente criticada pelo esvaziamento formativo, em especial no ensino médio, em decorrência da diminuição da carga horária de quase todos os componentes curriculares, exceto das disciplinas de matemática e português.

No caso de História, o currículo é reduzido à possibilidade de aparecer como tema transversal nas aulas do eixo formativo de Humanidades e suas Tecnologias no chamado novo ensino médio (NEM). Sobre a BNCC e os impactos do novo ensino médio, convém conferir Cechinel e Mueller (2022). No debate referente à temática para a educação das relações étnico-raciais (ERER), os elaboradores concluíram:

> [...] o eurocentrismo, a branquitude e o mito da democracia racial ainda se faziam presente no currículo catarinense e reconheceram que a Secretaria de Estado de Educação ainda tem uma dívida histórica com a população negra e indígena deste estado, do ponto de vista curricular (Lima; Souza, 2021, p. 40).

Assim, esses profissionais decidiram pela elaboração de um capítulo específico para a ERER, destacando conhecimentos, habilidades e conteúdos vinculados a ela, pautados pelos princípios das leis n. 10.639 e n. 11.645/2008: "Esse capítulo identificou acontecimentos e personalidades afros e indígenas de Santa Catarina, sistematicamente omitidos, silenciados e invisibilizados do currículo oficial da rede pública catarinense até então" (Lima; Souza, 2021, p. 40).

Porém, na determinação de objetos, conhecimentos, conteúdos e habilidades, a mesma perspectiva essencialista de "africanos", "cultura africana" e "saberes africanos" (Santa Catarina, 2019, p. 44-58) está presente, consolidando o entendimento de que a África, para fins das diretrizes, é percebida unicamente como um instrumento discursivo para reforçar as lutas políticas antirracistas e o reconhecimento do lugar de homens e mulheres negros/as em Santa Catarina, para os quais a ERER, no currículo, deve direcionar seus propósitos. No entanto, como afirmam Lima e Souza (2021, p. 40),

> [...] embora o referido capítulo apresente uma importância significativa no trato com a "diversidade étnico-racial" enquanto política curricular, entendemos que ele ainda é insuficiente para essa implementação e, sobretudo, para o rompimento com um modelo curricular hegemonicamente eurocêntrico e branco.

Os marcos jurídicos mencionados acionam discursos que revelam imagens essencialistas da concepção de identidade. Para Michel Agier (2015, p. 256), uma "armadilha identitária" pode se consolidar ao crer que "as identidades dos outros podem ser definidas e congeladas de uma vez e por todas de forma absoluta, fora do contexto de relações no qual elas são afirmadas num momento dado". Para o autor, essa concepção a-histórica das formas de identificação produz sérias implicações sociais: "Essa negação da atualidade [das identidades] tem por efeito 'essencializá-las' numa linguagem racial ('negros'), étnica ('ciganos'), religiosa ('muçulmanos), até mesmo urbana ('gueto')" (Agier, 2015, p. 256). Outrossim, o perigo de tal essencialização se localiza na concepção de uma submissão passiva dos indivíduos às identidades coletivas, "enquanto se reconhece, para si mesmo, uma perpétua mudança, uma autonomia do sujeito e, sobretudo, a singularidade de uma assinatura que desaparece na atribuição identitária coletiva do outro" (Agier, 2015, p. 256). Com efeito, o problema não se localiza na utilização das identidades coletivas como forma política de acionamento de redes de interesse e possibilidades de ser e estar no mundo, mas na tendência de atribuir a esses acionamentos as formas-únicas de existência de determinados grupos.

O debate levantado por esses documentos legais reforça a importância da consolidação das pesquisas no campo da História das Áfricas que envolvam a criação de programas e linhas de pesquisa específicas, abertura a variados recursos de investigação e fontes, articulação entre pesquisadores por meio de espaços coletivos como os grupos de trabalhos da Associação Nacional de História nos âmbitos nacional e estadual. Essas ações, no entanto, sem o devido intercâmbio com o campo da educação e do ensino de História, correm o risco de ficarem fechadas em círculos acadêmicos restritos, permanecendo uma visão essencializada que está na raiz da permanência das violências raciais no Brasil, na qual a negação da história africana está contida.

Um exemplo bem-sucedido desse intercâmbio é a obra Africanidades Catarinenses (2010), coordenada pela professora Jeruse Romão.

4
Novos olhares sobre as Áfricas na historiografia

Para os sociólogos Panse Chizenga e Frederico Alves Cabral (2016), as Áfricas constituíram-se como "entidade" em uma ampla gama de trabalhos acadêmicos, desde meados do século XIX. Contudo, nos últimos anos, diversos teóricos vêm se debruçando em uma perspectiva mais questionadora, que problematiza as abordagens nas quais o continente africano aparece como "'objeto', entidade e 'sujeito' epistêmico" (p. 263). Efetivamente, os estudos contemporâneos sobre as Áfricas no Brasil vêm sofrendo uma importante influência dos estudos pós-coloniais e decoloniais, que se posicionam epistemologicamente a favor de uma interpretação endógena e plural das histórias, fazeres e percepções em África, atribuindo o "poder de definição" e o "lugar de enunciação" aos próprios sujeitos da experiência.

Nesse sentido, como movimentos contra hegemônicos, os estudos que se localizam em tais perspectivas teóricas buscam evidenciar, também, como determinadas narrativas históricas trabalharam para fortalecer discursos de subalternidade das Áfricas e suas populações, sendo coagentes responsáveis pela perpetuação de um projeto colonial de epistemicídio. O questionamento de categorias de análise e interpretações coloniais, exógenas e eurocentradas permite novas interpretações não universalizantes e não totalizantes das dinâmicas e dos processos históricos nas Áfricas. Assim indica o professor Muryatan Santana Barbosa (2008, p. 56):

> A História da África reconstrói sua relevância teórica e política, estabelecendo seu local de contribuição às diversas correntes interessadas na superação da agenda eurocêntrica das ciências sociais. Como observa Edgardo Lander (2000: 9),

> trata-se, hoje, de um movimento amplo e transdisciplinar nas ciências humanas, que visa desconstruir a tradição eurocêntrica em um ponto central: na literatura autolegitimadora da "modernidade ocidental".

A historiografia brasileira não ficou alheia aos processos de transformação na historiografia produzida na África e por historiadores africanos, que desde os movimentos de descolonização engajaram-se no propósito de descolonizar a própria história. A geração de historiadores contemporâneos das Áfricas, como aponta Barbosa (2008), não só reforça essa perspectiva como incorpora um olhar crítico às produções historiográficas de seus antecessores, apontando-os como reprodutores de uma visão de mundo eurocêntrica; aborda os problemas históricos do continente numa perspectiva que inclui também a responsabilização das elites africanas; consolida um diálogo transdisciplinar com outras ciências, como as ciências naturais, a arqueologia, a antropologia; consolida uma abertura à História Oral e aos estudos linguísticos; recoloca o africano e a africana como sujeitos da própria história.

> Neste particular, é visível como os estudos históricos contemporâneos tendem a desmistificar o caráter a-histórico atribuído aos africanos por pensadores mais eurocêntricos e, por conseguinte, mais racistas. O africano aparece, assim, com uma presença mais viva na história humana. Estas e outras tendências recentes da historiografia sobre a África têm sido um ataque considerável ao eurocentrismo na História disciplinar (Barbosa, 2008, p. 60).

No Brasil, uma nova geração de historiadores africanistas está estabelecendo um diálogo direto com essa perspectiva e, apesar de reforçarem a importância da conexão dos estudos africanos e da diáspora, especialmente pelo seu caráter político, entendem a necessidade de reconhecer as especificidades de cada campo, "pois colocá-los num mesmo tópico pode gerar alguns equívocos na prática de ensino e no entendimento da própria história e de seus processos de mudança" (Mortari, 2016, p. 45). Esses equívocos, cujos efeitos foram apontados anteriormente neste texto, tensionaram o debate acadêmico

sobre o currículo dos cursos de História, especialmente com o ingresso de pesquisadores oriundos das ações afirmativas, que apontaram a problemática da permanência de uma prática de pesquisa que encerra sujeitos racializados na condição de objetos de estudo ou espectadores passivos da história.

Os resultados dessa releitura dos pressupostos teóricos, metodológicos e discursivos oriundos desse debate e do crescente diálogo com intelectuais africanos estão no cerne de uma renovação historiográfica do campo da História da África no Brasil, ainda em curso, cujos reflexos na produção dos historiadores catarinenses discutimos a seguir.

5
Panorama da História das Áfricas em Santa Catarina

A produção historiográfica catarinense acerca da História africana foi afetada pelo processo de "desafricanização" da memória e da história das relações Brasil-África (Correa, 2016, p. 70) ocorrido a partir do século XIX, como se evidencia nos trabalhos de memorialistas e historiadores amadores catarinenses. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fundado em 1896, "contribuiu para a desafricanização da história regional ao considerar a presença de africanos e seus descendentes na sociedade sulina como algo residual em comparação a outras regiões do Brasil" (Correa, 2016, p. 71), reforçando o caráter eurocêntrico da historiografia produzida localmente e o alinhamento ao discurso do branqueamento por meio da miscigenação.

Ao descrever um panorama dos estudos sobre África em Santa Catarina até o século XX, Sílvio Marcus de Souza Correa (2016, p. 72), doutor e professor associado no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e no Programa de Pós-Graduação em História Global da UFSC, reconhece os esforços de intelectuais modernistas que estabeleceram um diálogo com escritores da África lusófona ainda no início do século, os quais, porém, não resultaram na

consolidação de um campo de estudos historiográficos sobre África em âmbito local. Só a partir da década de 1990 iniciativas oriundas dos novos estudos sobre escravidão repercutiriam na consolidação desse campo disciplinar:

> Embora os estudos sobre a escravidão e o racismo no Brasil meridional tivessem um novo impulso com as teses de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, as décadas de ditadura não favoreceram os estudos africanos e afro-brasileiros em Santa Catarina. Com a redemocratização do país, deu-se maior vazão ao marxismo no ensino e na pesquisa em história nas universidades do Brasil meridional. Mas não tardou para que, diante da crise do marxismo, surgissem novas abordagens historiográficas, inclusive na História da África (Correa, 2016, p. 72).

No século XXI, particularmente, com a promulgação da Lei n. 10.639/2003, a consolidação da História da África nas terras catarinenses veio acompanhada da discussão sobre as premissas epistemológicas sobre as quais a abordagem no campo se assenta. Um panorama do ensino de História da África após esse período foi desenvolvido em dois trabalhos de conclusão de curso apresentados por graduadas em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

No primeiro trabalho, Mariana Heck Silva (2013) construiu sua análise a partir dos projetos político-pedagógicos (PPP) e ementas das disciplinas dos cursos de instituições públicas de ensino superior – a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que é estadual, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que são federais.

No segundo trabalho, Ana Júlia Pacheco (2014) utilizou os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e as ementas das disciplinas dos cursos das instituições comunitárias Universidade da Região de Joinville (Univille), Universidade Regional de Blumenau (FURB), Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) e Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Dessas instituições, duas – Unidavi e Unoesc – não ofereceram nos últimos anos vagas para ingresso no curso de História.

Nas instituições públicas abordadas, o curso de História oferece disciplinas específicas em História da África, sendo a UDESC a pioneira, ainda em 1996. Silva (2013, p. 92) ressaltou em sua análise das ementas das disciplinas um esforço inclusivo de sujeitos e perspectivas plurais, apesar da permanência do "modelo quadripartite herdado quando da herança do currículo francês e que tem o marco temporal pautado numa historiografia europeia".

Em relação às instituições comunitárias, Pacheco (2014, p. 66) apontou a percepção de iniciativas de introdução dos Estudos Africanos nos cursos de graduação nos planos e ementas analisados, ainda que vigorasse uma "percepção dos processos históricos vividos em África, como desdobramentos dos processos vividos na Europa, o modelo eurocêntrico quadripartite para o ensino de História". Em que pese o fato de nos últimos anos o cenário da oferta de graduação em História ter-se alterado, além do avanço do ensino a distância ou semipresencial nas licenciaturas em geral, instituições como a FURB ampliaram as disciplinas e as discussões teóricas que contemplam os estudos africanos em seu respectivo curso, conforme verificado na comparação entre o PCC de 2014 e o de 2020. O mesmo se identifica na Unesc, com a mudança das matrizes curriculares em 2021, que incluiu Educação e Relações Étnico-Raciais como disciplina institucional e comum a todas as licenciaturas. O Departamento de História da Unesc também adicionou, na grade do curso de História, a disciplina Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais.

Para o professor Fábio Amorim, mestre em História e professor colaborador no Departamento de História da UDESC, os estudos sobre História da África no Estado seguem uma tendência similar ao que ocorre no restante do País.

> Se há algumas décadas eram ainda escassos os trabalhos voltados à análise de fontes africanas, hoje vemos no nosso cenário regional pesquisas de qualidade alicerçadas não só no desenvolvimento de uma História da África, mas também seguindo premissas tipicamente ligadas à originalidade que os contextos africanos colocam ao/à pesquisador/a situado no campo dos Estudos Africanos (Vieira, 2023).

Abordagem semelhante encontra-se no artigo da doutora Cláudia Mortari (2016, p. 46), professora de História da África do Curso de Graduação em História e docente nos programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e em Ensino de História (ProfHistória) da UDESC, em que problematiza o ensino da História das Áfricas e reforça os desafios epistemológicos e políticos do campo na produção de conhecimento sobre as populações africanas que atenda aos dispositivos da Lei n. 11.645/2008 e que as considere agentes ativos nos processos históricos em África.

Ao descrever a experiência na disciplina de África II, na UDESC, que aborda o contexto do colonialismo e movimentos de independência nas Áfricas, Mortari defende uma perspectiva pautada no "equilíbrio das histórias", ou seja, "diante de uma história de que você não gosta ou que não o/a representa, é preciso contar outra que se contraponha a ela" (2016, p. 41) inspirada nas ideias do escritor nigeriano Chinua Achebe, cuja produção literária foi incorporada ao currículo da disciplina no propósito de deslocar o *locus* de enunciação (ver mais em Grosfoguel, 2008) do olhar sobre o colonialismo do homem europeu para o olhar de mulheres e homens africanos (Mortari, 2016, p. 50).

Falando a partir da sua experiência na UFSC, o professor Silvio Correa (2016, p. 73) aponta o caráter periférico que a História da África ainda ocupa no curso de pós-graduação em História, com produções irregulares sobre o tema pela ausência de linhas de pesquisa específicas na área. No âmbito da graduação, trabalhos de conclusão de curso com temáticas relacionadas à África são em sua maioria do curso de Relações Internacionais. No entanto, há um movimento de expansão da pesquisa no campo dos estudos africanos no Departamento de História da UFSC, alavancado pela criação do Laboratório de Estudos em História da África (Lehaf), em 2013 (Correa, 2016, p. 76). Ainda na UFSC, através da parceria entre vários laboratórios e núcleos de diferentes centros da UFSC, foi fundado o Instituto Kadila de Estudos Africanos e das Diásporas. Esse movimento também é percebido na UDESC a partir das ações e pesquisas vinculadas ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) e ao AYA Laboratório de Estudos Pós-Colonial e Decolonial.

Esses espaços possuem também uma proposta formativa, tanto de professores que atuam junto à Educação Básica por meio das produções de material didático, cursos de formação e eventos abertos ao público em geral quanto de novos pesquisadores no campo dos estudos africanos, como verifica-se na trajetória do professor Fábio descrita por ele mesmo:

> [...] as disciplinas de História da África me expuseram ao debate fundamental em torno da construção historiográfica sobre África, bem como a participação de intelectuais africanos nesta empreitada. Assim, acabei por desenvolver o meu trabalho de conclusão de curso, sob orientação da professora Cláudia Mortari, com foco nestes temas de meu interesse prévio e desenvolvido nas disciplinas de África. Posteriormente, prossegui na temática de análise das realidades africanas antigas no Mestrado em História na UFRGS, sob supervisão do professor José Rivair Macedo, aprofundando a pesquisa sobre a antiguidade africana a partir da cultura material e da historiografia ocidental e africana. Importante salientar que minha presença como bolsista e pesquisador voluntário no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) e no Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais (AYA) na Udesc foram de suma importância para o desenvolvimento de abordagens teóricas, bem como para o enriquecimento do debate sobre temas transversais à pesquisa (Vieira, 2023).

A transversalidade e a abertura a novas fontes são premissas presentes, também, nas produções dos pesquisadores vinculados ao Lehaf:

> Ao articular as categorias de classe, raça e gênero, por exemplo, os projetos de pesquisa e de extensão universitária do Lehaf têm dado ênfase às representações da África e dos africanos na visualidade produzida pelos impérios coloniais nos séculos XIX e XX. As imagens e seus diferentes suportes (fotografias, cartões postais, imprensa ilustrada,

> filmes etc.) têm sido não apenas fontes de estudos, mas objetos de pesquisas (Correa, 2016, p. 77).

Porém, ainda que a produção historiográfica catarinense acerca da história africana esteja em consonância com o movimento nacional de renovação do campo, é preciso ressaltar a permanência de um caráter ainda regionalizado dessa produção, cujo epicentro são as instituições públicas da capital do estado. A doutora Renilda Vicenzi, professora da Licenciatura em História e do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó, por exemplo, possui uma trajetória em História da África decorrente da sua atuação na referida disciplina; suas pesquisas são desenvolvidas numa perspectiva das aproximações entre África e a diáspora, com foco no protagonismo de pessoas negras e relações raciais:

> No oeste catarinense o campo de História da África é tímido, temos pesquisas iniciais sobre literatura africana, há maior ênfase a partir da Lei n. 10.639/2003 em estudos sobre relações étnico-raciais. Contudo, em nível estadual, percebo que há a consolidação do núcleo de estudos e pesquisas em África em Universidades da capital, na retomada do GT de África na Anpuh estadual. Sobre o futuro seria interessante em Santa Catarina a fusão das pesquisas em África, diáspora, escravidão, pós-abolição, visto que não somos poucos (Vicenzi, 2023).

A atuação do GT História da África nos últimos dois anos foi no sentido de fortalecer essa conexão entre os campos de pesquisa, ainda que respeitando suas particularidades, tendo em vista a necessidade de romper com o isolamento dos pesquisadores, particularmente os que estão fora da capital catarinense, e pela ausência de uma representação catarinense de grupos de trabalho específicos da História da Diáspora e do Pós-abolição.

Ainda há o desafio de que os resultados dessas pesquisas reflitam no currículo escolar da Educação Básica. A professora Emy Francielli Lunardi, que atua na Educação Básica em Chapecó, reforça, em seu depoimento, as dificuldades da superação da abordagem colonial no ensino de História da África nas escolas:

> Eu considero que, de modo geral, as discussões até perpassam a academia, mas ainda estão bem distantes de atingir a maior parte dos professores das escolas públicas e privadas. As escolas ainda centram as discussões em datas comemorativas, em visões estereotipadas e exóticas dos outros, sejam eles africanos, afrodescendentes ou indígenas. Faltam formações adequadas e materiais que possam ser usados na realidade de professores que muitas vezes trabalham em 3 ou 4 escolas. O que aparece nos livros didáticos, são conteúdos marginais, quase sempre numa perspectiva eurocêntrica, sem trazer as visões e as epistemologias a partir desses outros. De modo geral, as escolas ainda apresentam uma visão epistemológica única e colonial. A inclusão obrigatória dessas temáticas sem dúvida é um avanço, mas ainda está muito distante de uma perspectiva equitativa (Lunardi, 2023).

Essa problemática é um dos campos de atuação de pesquisa dos historiadores vinculados ao curso de mestrado profissional em rede na área de ensino de História, o ProfHistória, oferecido em todo o País e com dois polos localizados no estado de Santa Catarina (UFSC e UDESC), que viabiliza novas possibilidades de pesquisas e de articulação entre pesquisa histórica e educação, rompendo o isolamento acadêmico típico dos mestrados convencionais. A discussão não é nova (Romão, 2010, p. 141); desde a década de 1980, quando foi fundado o Núcleo de Estudos Negros (NEN) em Florianópolis e a instituição de núcleos de estudos afro-brasileiros (NEAB) nas universidades federal (1986) e estadual (2003), a relação entre pesquisa e educação, particularmente no contexto da educação para as relações étnico-raciais, adquiriu centralidade no desenvolvimento de ações no campo da História da África e afro-brasileira nesses espaços.

Nesse sentido, alguns caminhos são percebidos como estratégicos: a atenção aos materiais didáticos adotados nas escolas públicas e particulares e a produção de materiais próprios, particularmente na abordagem da temática africana; o engajamento em ações de extensão e divulgação científica; a formação continuada de professores para o desenvolvimento de estratégias de implementação do ensino de

História das Áfricas, com (e apesar de) as diretrizes previstas nos Currículos oficiais; o desenvolvimento de pesquisas sobre as conexões Brasil-África no contexto catarinense.

Ainda em se tratando das novas pesquisas desenvolvidas em Santa Catarina, nas áreas da História das Áfricas, dos africanos e de suas diásporas, destacamos: o trabalho de conclusão de curso de Aline B. Oliveira (UFSC), "História da África nos livros didáticos: uma análise da coleção 'Estudar História: das origens do homem à era digital' (2019); a dissertação de Tathiana Cassiano (UDESC), "'[...] Vai haver outra guerra, a guerra das mulheres: o protagonismo das mulheres igbos na escrita literária de Flora Nwapa (Nigéria 1960)" (2020); a dissertação de Thalia Faller (UFFS), "Escritoras dos emaranhados dos tempos: narrativas de identidades em Buchi Emecheta, Ayòbámi Adébáyò e Sefi Atta (Nigéria 1970-2017)" (2023); e, por fim, a tese de Michelle Maria Stakonski Cechinel (UDESC), "Zongos em Itinerância: migrações ganesas em Criciúma no Tempo Presente (2014-2021)" (2021), pesquisa ganhadora da menção honrosa no Prêmio Capes de Teses (2022).

6
Considerações finais

Este capítulo apresentou um panorama da profissão historiadora no âmbito da História das Áfricas e de suas populações em Santa Catarina, destacando as lacunas e os desafios enfrentados por pesquisadoras/pesquisadores e professoras/professores dedicados a esse campo de estudo. Partindo, pois, de diferentes temporalidades e escalas de observação, apresentamos um breve itinerário da área, assumindo o risco de que estas poucas páginas não bastassem para fazer jus à trajetória dos centros de pesquisas, historiadores e obras dedicadas às Áfricas no Brasil e no estado.

Esse balanço é importante, uma vez que a própria profissão historiadora hoje tem um marco jurídico que garante a regulamentação do seu ofício. A Lei n. 14.038, de 17 de agosto de 2020, pode ser considerada uma importante conquista por estabelecer critérios e atribuições

específicas para o exercício da atividade historiadora. Com a aprovação da regulamentação da profissão historiadora, o campo da História passa a contar com uma base legal que valoriza a formação acadêmica específica em História e determina a competência e a ética das pesquisadoras e dos pesquisadores para a realização de pesquisas, análises, consultorias, assessorias e produção de documentos históricos. A atuação historiadora não se circunscreve apenas ao âmbito da sala de aula, como visto, mas sua prática qualificada pode ser exercida na preservação e na divulgação do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Esse reconhecimento legal contribui para fortalecer a identidade e a autonomia da profissão de historiador, evidenciando o compromisso do Estado em reconhecer a relevância da História como uma área de conhecimento.

Há pontos a serem discutidos sobre a referida lei, especialmente em relação às divergências entre os historiadores na interpretação das implicações da regulamentação – e certamente o consenso não virá a curto prazo. No entanto, no âmbito do GT de História da África da Anpuh, seção Santa Catarina, a premissa de nossas ações é a defesa do diálogo teórico e epistêmico transdisciplinar, ou seja, consideramos que a regulamentação da profissão historiadora não deve configurar-se num isolamento em relação aos profissionais de outras áreas, tendo em vista que nos estudos sobre, com e a partir de África, a transdisciplinaridade é condição fundamental para uma produção histórica qualificada e comprometida com as premissas defendidas neste texto.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *Migrações, descentramento e cosmopolitismo*: uma antropologia das fronteiras. Maceió: Edufal, 2015.

AYA Laboratório de Estudos Pós-Colonial e Decolonial Disponível em: https://ayalaboratorio.com/ Acesso em: 10 fev. 2023.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. *Sankofa*: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, n. 1, jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO, Carol Lima de. Teoria e prática na construção da história: uma conversa com a professora Jeruse Romão. *Fronteiras*: Revista de História, Dourados, v. 23, n. 41, p. 208-232, 2021.

CASSIANO, Tathiana Cristina da Silva Anizio. *"[...] Vai haver outra guerra, a guerra das mulheres": o protagonismo das mulheres igbos na escrita de Flora Nwapa (Nigéria, 1960)*. 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (Profhistoria), Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CECHINEL, André; MUELLER, Rafael Rodrigo. *Formação espetacular!* Educação em tempos de Base Nacional Comum Curricular. Salvador: Edufba, 2022.

CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. *Zongos em itinerância: migrações ganesas em Criciúma no Tempo Presente (2014-2021)*. 2021. 436 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

CHIZENGA, Anselmo Panse; CABRAL, Frederico Matos Alves. (Des)caminhos da produção do conhecimento em África: o Codesria na disseminação do conhecimento no contexto da globalização. *In*: MACEDO, José Rivair (org.). *O Pensamento Africano no Século XX*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

CORREA, Silvio M. S. Uma mirada insular ao continente africano: a África no PPGH/UFSC. *In*: CORREA, S. M. S.; PAULA, S. M. (org.). *Nossa África*: ensino e pesquisa. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 68-81.

FALLER, Thalia. *Escritoras dos emaranhados dos tempos: narrativas de identidades em Buchi Emecheta, Sefi Atta e AyòBámi Adébáyò (Nigéria, 1970-2017)*. 2023. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, 2008. Disponível em: http://rccs.revues.org/697 Acesso em: 10 fev. 2023.

HECK, Mariana. *Identidades e Multiculturalismo*: um estudo acerca do Ensino de História das Áfricas nas Universidades Públicas de Santa Catarina (2011-2012). 2013. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

INSTITUTO KADILA DE ESTUDOS AFRICANOS E DA DIÁSPORA (Kadila). Disponível em: https://kadila.cfh.ufsc.br/ . Acesso em: 15 mar. 2023.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA DA ÁFRICA (Lehaf). Disponível em: https://lehaf.paginas.ufsc.br Acesso em: 15 mar. 2023.

LIMA, Valdemar de A.; SOUZA, Odair. A educação para as relações étnico-raciais no currículo base do território catarinense: pressupostos decoloniais, saberes e práticas. *Revista Com Censo*, v. 8, n. 4, p. 35-46, Brasília, DF, 2021.

LUIGI, A. S. Ensino de História da África no Brasil: fluxos, refluxos e possibilidades. *Crítica Educativa*, v. 5, n. 1, p. 92-104. 2019.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Revista Topoi*, v. 5, n. 9, p. 33-53, Rio de Janeiro, 2004.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos afro-asiáticos,* v. 23, n. 1, p. 171-209, jan. 2001.

MORTARI, Cláudia. O "equilíbrio das histórias": reflexões em torno de experiências de ensino e pesquisa em História das Áfricas. *In*: CORREA, S. M. S.; PAULA, S. M. (org.). *Nossa África*: ensino e pesquisa. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 41-53.

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (Neab). Disponível em: https://www.udesc.br/neab Acesso em: 10 mar. 2023.

OLIVEIRA, Aline Balancelli. *História da África nos livros didáticos: uma análise da coleção "Estudar História: das origens do homem à era digital"*. 2019. 73 f. TCC (Graduação) – Curso de Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PACHECO, Ana Júlia. *História da África no curso de graduação em História de instituições comunitárias de ensino superior de Santa Catarina*: perspectivas, avanços e desafios. 2014. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PEREIRA, Marcia Guerra. *História da África:* Uma disciplina em Construção. 2012. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África*: outro horizonte. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961.

ROMÃO, Jeruse Maria (org.). *A África está em nós; história e cultura afro-brasileira*: africanidades catarinenses. João Pessoa: Grafset, 2010. v. 5.

SANTA CATARINA. *Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense*. Florianópolis: SED, 2019. 492 p.

SANTOS, Vanicléia Silva. Apresentação. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, ago./dez. 2012.

SCHLIKMANN, M. *A introdução dos estudos africanos no Brasil (1959-1987)*. Curitiba: CRV, 2016.

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Projeto Pedagógico do Curso de História. Blumenau, 2020. Disponível em: https://www.furb.br/pt/graduacao/historia Acesso em: 20 jan. 2023.

Entrevistas

LUNARDI, Emy Francielli. *Entrevista concedida por e-mail a Thalia Faller*. Chapecó, 10 abr. 2023.

VICENZI, Renilda. *Entrevista concedida por e-mail a Michelle Stakonski e Tathiana Cassiano*. Florianópolis, 11 abr. 2023.

VIEIRA, Fábio Amorim. *Entrevista concedida por e-mail a Michelle Stakonski e Tathiana Cassiano*. Florianópolis, 4 abr. 2023.

Capítulo 14



UM CAMPO POUCO EXPLORADO: O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL EM SANTA CATARINA

Roberta Barros Meira
Cibele Dalina Piva
Giane Maria de Souza

1 Introdução

A escrita da história relaciona-se a um *lugar* e a um tempo histórico. Tal contexto influencia metodologias, seleções de fontes, abordagens e problematizações do objeto. Não se pode considerar que verdades são produzidas, mas, sim, que trabalhos técnicos e narrativas historiográficas são frutos desse lugar social, balizados por um discurso acadêmico.

O trabalho historiográfico está inserido num contexto em que os historiadores se movem, selecionam e se relacionam e, a partir disso, são definidos os métodos, as abordagens, os interesses e os

posicionamentos. Entretanto, esse trabalho não apenas sinaliza um lugar, mas também o demarca e problematiza-o (Certeau, 1982). As escolhas não são feitas sem motivo e, também, não é possível que os diálogos ocorridos no processo da pesquisa não modifiquem quem está pesquisando.

A história existe a partir do momento em que é contada, quando o vivido é separado, controlado e submetido a regras e ritos (Certeau, 1982). Ao investigarmos os objetos e manipularmos vestígios, transformando-os em fontes, obedecemos a regras. Juntamos documentos, artefatos e memórias, atribuímos ordem e valoração para reorganizar os sentidos da história. Agimos sobre nosso objeto e o fazemos a partir do nosso lugar social, de onde e como falamos. E o nosso contexto impacta o que pesquisamos.

Diante disso, o presente capítulo intenta discutir a respeito do campo do patrimônio cultural em Santa Catarina e o papel do historiador – um campo em expansão, porém, ainda pouco explorado e que demanda reflexões nesse processo. A pesquisa busca refletir sobre a atuação do profissional de História no campo do patrimônio cultural e o desenvolvimento de um estudo do estado da arte. No texto, procuramos lançar luzes sobre a produção dos profissionais da História ligados à Associação Nacional dos Profissionais de História (Anpuh).

Este capítulo apresenta alguns olhares sobre a produção dos pesquisadores filiados à Anpuh que se autodeclararam pertencentes ao Grupo de Trabalho (GT) ou à área do Patrimônio no ano de 2022. Portanto, não é um estudo finalizado, mas em desenvolvimento. Até porque muitos historiadores que se declararam pertencentes ao campo do patrimônio se deslocaram para outros, assim como alguns pesquisadores reconhecidos da área não se encontravam filiados na ocasião da disponibilização da lista pela Anpuh-SC. Entretanto, as informações catalogadas, os pesquisadores e as produções sugerem infinitas possibilidades de pesquisa e análise. Então, o que apresentamos nesse sentido é uma parte da investigação que iniciamos como coordenação tripartite do GT de Patrimônio.

Com as atividades do 32º Simpósio Nacional de História, realizado em julho de 2023, em São Luís, no Maranhão, o panorama de filiações à

Anpuh se alterou um pouco. Logo, o estudo aqui proposto se mantém em processo histórico. Por fim, percebemos que existem pesquisadores reconhecidos da área que não se encontravam com as suas filiações atualizadas, provocando a necessidade de uma rearticulação dos historiadores em busca do fortalecimento de seu ofício e lugar no estado de Santa Catarina e sua contribuição para as políticas nacionais, sobretudo as de patrimônio, educação, ciência e em prol da democracia.

2
O campo do patrimônio cultural em Santa Catarina

O campo do patrimônio cultural em Santa Catarina vem sendo objeto de permanências, mas também de rupturas nas últimas décadas. Aos edifícios tombados, como igrejas, parques, fortalezas e sedes administrativas, somaram-se festas, tradições alimentares, modos de fazer, além de muitos saberes e memórias. De uma maneira geral, verificou-se que a valorização do patrimônio imaterial ampliou de modo significativo a inclusão dos grupos sociais que participavam das escolhas dos bens protegidos pelo Estado. Também não resta dúvida de que os bens referentes ao período do Brasil Colônia e, em menor número, do Império cederam espaço a patrimônios com temporalidades mais abrangentes. A reação às novas demandas da sociedade não foi exclusiva de Santa Catarina, fazendo parte de um processo que acompanhou as discussões nacionais e internacionais (Chuva, 2012). Mesmo que aplicadas em condições muitas vezes adversas e com muitas delongas, as políticas patrimoniais têm avançado pouco a pouco no reconhecimento da história e do patrimônio de grupos sociais diversos. Embora ainda fortemente silenciadas, as populações negras e indígenas, os pescadores, os pequenos agricultores, entre outros, têm amealhado vitórias importantes.

Segundo Daniela Pistorello (2020), o marco inicial para pensarmos o patrimônio cultural em Santa Catarina foram os tombamentos ligados aos

imigrantes europeus no município de Joinville, a exemplo do "Palácio dos Príncipes", do Cemitério Protestante e do Bosque Schmalz. A mudança nos bens até então escolhidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – como as igrejas e as fortalezas do período colonial – cedeu espaço a um grupo ainda não privilegiado, ressaltando "uma perspectiva de patrimônio cultural calcada essencialmente em questões étnicas" (Pistorello, 2020, p. 1). Durante as décadas seguintes, a escolha seria mantida pelo privilégio dado aos processos voltados para o tombamento dos bens ligados à arquitetura enxaimel e à chancela da paisagem cultural com tons europeus apresentada nos Roteiros Nacionais de Imigração. E assim, sob a idealização de um imigrante alemão ou italiano, pequeno produtor rural e trabalhador, é que foram pensados os parâmetros de originalidade em contraponto ao restante do País.

Por outro lado, a história e os patrimônios da imigração relacionados ao tráfico negreiro foram quase sempre colocados em segundo plano ou sofreram processos de apagamento. São "nós difíceis de desatar", como aponta Diego Finder Machado (2018), mas que passam por um processo contínuo de esgarçamento. Seja como for, Santa Catarina tem acompanhado o movimento iniciado pela Constituição brasileira de 1988 (Mattos; Abreu, 2011) de discussão da importância das políticas que envolvem tanto a certificação e a titulação das terras das "populações remanescentes de quilombos" quanto o aumento dos processos de registro do patrimônio imaterial das comunidades negras.

Sob a ação dos órgãos patrimoniais e dos movimentos sociais, tem-se conseguido alcançar novos marcos legais, colocando novos atores no cenário da história e do patrimônio do estado. Exemplo disso foi a rememoração, através da instalação de uma placa com a função de cenotáfio, representando os enterramentos de escravizados e libertos negros no Cemitério dos Imigrantes de Joinville. Infelizmente, embora o avanço da legislação e as ações da comunidade e do poder público indiquem ganhos, vislumbra-se que a falta de acesso à terra e às políticas culturais ainda faz parte da história e das questões patrimoniais das populações negras de Santa Catarina (Borba, 2021).

O cenotáfio faz parte do cemitério desde 2009, por uma iniciativa do diretor da Casa da Memória, o historiador Dilney Cunha, e do

movimento negro da cidade. Nesse caso, é preciso estar atento para a história do próprio cemitério e a sua desvinculação da história da escravidão e da presença das populações negras. O cemitério protestante, fundado em 1851, na então Colônia Dona Francisca, que foi oficialmente fechado em 1913, foi tombado em 1962 pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) como um modelo padrão de cemitério nas regiões de colonização alemã de Santa Catarina. Não se pode esquecer que a mácula da escravidão na história do Brasil foi silenciada em muitos lugares e que a história das populações negras continua sendo um tema pouco explorado em Santa Catarina (Carrasco, 2019; Machado, 2018).

Releva notar que o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc) e os arquivos municipais, além da documentação nos arquivos cartoriais e eclesiásticos, possuem um rico acervo ainda pouco explorado, composto por jornais, registros de batismo, relatórios técnicos, escrituras de compra e venda de escravizados, atas de criação de irmandades, por exemplo. Essas fontes primárias ainda são pouco procuradas, devido aos problemas estruturais e de organização dos arquivos e, igualmente, pela falta de interesse dos pesquisadores e da sociedade. Nesse sentido, investigar a presença das populações negras em Santa Catarina é fundamental para a proposição de novas hipóteses que permitam enfraquecer a defesa de uma história exclusiva das populações brancas.

As possibilidades para os profissionais de História abarcam pesquisas que investiguem temas como a escravidão dos séculos XVI ao XIX até a presença atual das populações negras; contudo, em termos profissionais, envolvem ainda a atuação nos órgãos e conselhos patrimoniais. Portanto, a conclusão que defendemos é a de que a participação de profissionais de História em diferentes campos pode viabilizar novas possibilidades para as políticas de inclusão do patrimônio afro-brasileiro – que perpassam tanto a educação patrimonial antirracista nas escolas quanto uma nova atuação dos gestores e técnicos do estado.

Da mesma forma, a história e o patrimônio cultural das populações indígenas de Santa Catarina ainda são temas pouco lembrados. Desde o movimento de colonização iniciado no período colonial, continuado

pela fundação das colônias agrícolas de imigrantes europeus no século XIX, as terras foram ocupadas pelo uso da violência e do genocídio indígena (Santos, 1973; Amoroso, 2014). Por outro lado, foi notável a preocupação em preservar os registros dos povos que outrora habitaram a região, marcada pela atuação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), fundado em 1969, ou a proteção de sítios arqueológicos pelo Iphan. Embora o estado tenha um importante patrimônio arqueológico pré-colonial, releva notar que essa também é uma História do Tempo Presente, que envolve a necessidade premente da demarcação das terras indígenas e a proteção do patrimônio biocultural. Nesse sentido, o fortalecimento da relação entre a arqueologia, a história pública e a história oral abre novas possibilidades de pesquisa nos acervos construídos com e pelas populações indígenas.

Apesar dos processos de enaltecimento ou apagamento dos diferentes grupos sociais que compõem o estado, as memórias e os vestígios históricos saltam aos olhos tanto nos espaços privilegiados como nos bens sombreados pelo poder público, escondendo-se nas entrelinhas dos documentos ou nas narrativas que compõem os bens patrimoniais. Não é de se admirar, portanto, o impacto da história que se revela pelas frestas mesmo quando se evoca uma apologia ao embranquecimento ou ao "ser monocultural" (Simas; Rufino, 2018, p. 18). Nesses casos, é sensível a necessidade de trazer à tona os vários tons – esmaecidos ou vibrantes – da história e do patrimônio cultural dos diferentes sujeitos históricos, como defendia Lima Barreto (2004) desde o início do século XX. É fundamental que as novas visões historiográficas e as recentes atuações do profissional de história friccionem a história e o patrimônio oficial que se construiu em Santa Catarina. Além disso, a inserção de novos sujeitos históricos e o reconhecimento de patrimônios mais inclusivos e diversificados sugerem uma miríade de novos desafios, possibilidades, interesses e questionamentos.

Assim, revelar outros sujeitos históricos pode ter o caráter de perturbar a paisagem estática contada pela história oficial, revelando a complexidade dos enredos patrimoniais. A Lei n. 14.038, de 17 de agosto de 2020, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de historiador(a), contorna os obstáculos impostos até então por uma atuação muito

restrita aos espaços educacionais. É importante frisar que a lei pode ter um forte impacto sobre os temas, usos e a visibilidade das pesquisas históricas nas políticas arquivísticas e na administração pública do patrimônio cultural do estado. Um aspecto importante seria a ampliação do campo de trabalho do historiador nos arquivos, museus e órgãos patrimoniais. Igualmente interessante seria a atuação mais ativa nos meios de comunicação, nas mídias e nas esferas culturais pela "elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos". Por fim, cabe ressaltar que a relação entre os historiadores e o campo do patrimônio cultural ainda é muito pouco explorada, abrindo espaço para muitas outras possibilidades de atuação.

3
A pesquisa sobre o patrimônio cultural em Santa Catarina

A pesquisa sobre o patrimônio cultural é interdisciplinar por essência, pois está relacionada a aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, psicológicos, entre outros, e, ainda, à relação material ou imaterial que os indivíduos constroem com ele. O conhecimento histórico, integrado a outros modos de saber, pode fornecer os subsídios necessários para compreender o patrimônio cultural na contemporaneidade em seus múltiplos aspectos e implicações. Diante disso, a pesquisa sobre o patrimônio cultural é um dos caminhos possíveis dentro do fazer historiográfico.

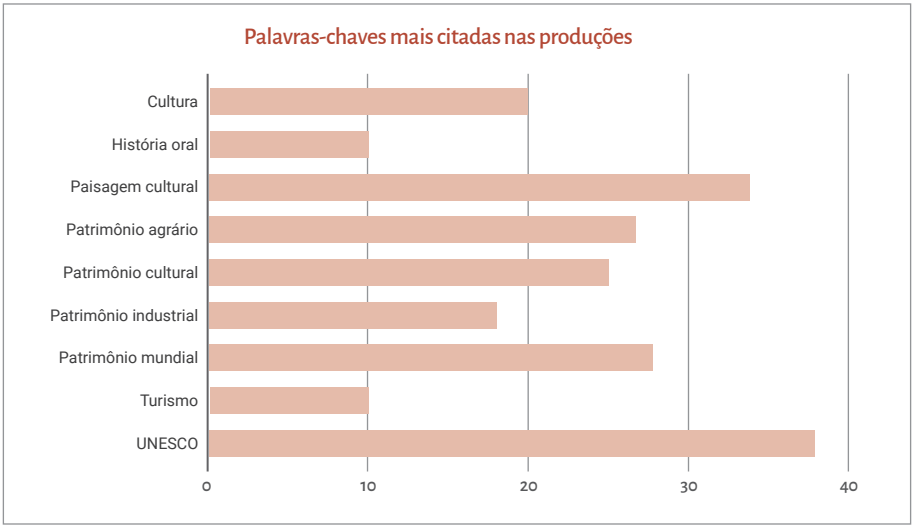
Como dito anteriormente, a escrita da história tem um tempo e um espaço que a influenciam, e investigar acerca da produção acadêmica historiográfica sobre o patrimônio cultural favorece a identificação e a análise do que foi produzido nesse campo, bem como as abordagens e os aportes teóricos das pesquisas identificadas (Ferreira, 2002). A metodologia empregada para esse fim foi o estado da arte, que possibilita inventariar e descrever a produção acadêmica por meio da leitura e da análise das principais abordagens, metodologias, métodos e autores

relacionados à produção acadêmica sobre patrimônio cultural dos filiados da Anpuh em Santa Catarina (Ferreira, 2002).

O estado da arte possibilita compreender "que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas" (Ferreira, 2002, p. 257). E foi esse o objetivo do estudo realizado. Foram identificados os nomes dos filiados a serem analisados e, a partir dessa informação, analisados os dados do Currículo Lattes para inventariar os trabalhos relacionados ao patrimônio cultural. Esses trabalhos foram localizados na internet e salvos em um *drive* para leitura e análise. Os dados extraídos dessa leitura foram analisados, inicialmente, a partir da construção de tabelas objetivas e, em seguida, de uma análise a respeito dos objetos e das abordagens desenvolvidas.

Na Figura 1, pode-se observar uma correlação de palavras-chaves que foram analisadas como as mais citadas entre as produções dos pesquisadores. Sublinha-se que, no caso do patrimônio mundial, agrário e industrial, elas foram aproximadas conforme as categorias e nomenclaturas apresentadas nos resumos ou nos títulos. Por exemplo: estação ferroviária com patrimônio industrial e rizicultura com patrimônio agrário.

Figura 1 – Compilação de palavras-chaves mais recorrentes nas produções acadêmicas dos pesquisadores ligados ao campo do patrimônio

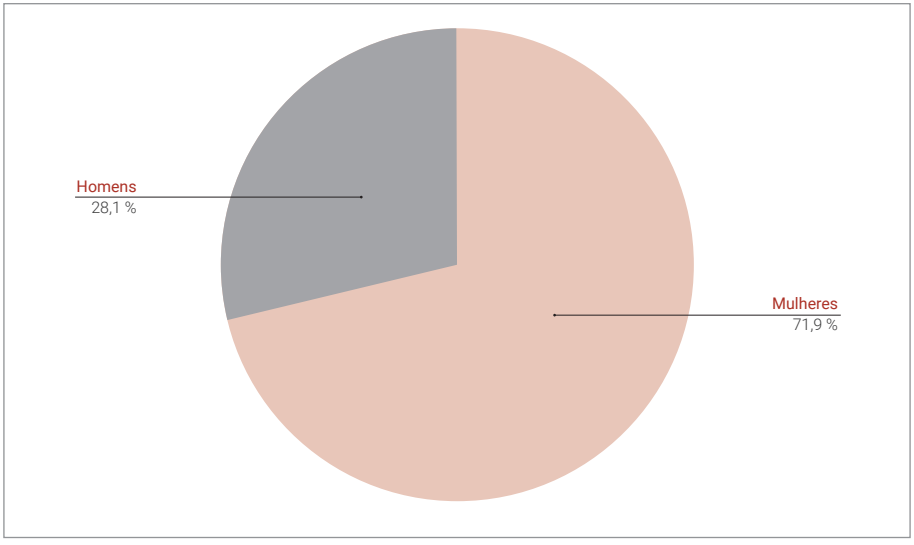


Fonte: autoras (2023).

Também foi compilado o número de sócios da Anpuh-SC, entre homens e mulheres, conforme os nomes declarados na ficha do associado junto ao sítio eletrônico da associação, sem um estudo de gênero mais apropriado. Pretendeu-se realizar um levantamento preliminar da produção dos historiadores em Santa Catarina que se autodeclararam pertencentes ao campo do patrimônio, considerando suas produções na plataforma de pesquisa Google Acadêmico e na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No arrolamento das produções no campo do patrimônio dos pesquisadores filiados à Anpuh-SC, privilegiaram-se as palavras-chaves inseridas em seus artigos para o vislumbre do temário estudado e divulgado nesse campo dentro do estado de Santa Catarina.

Observa-se, entre os nomes arrolados na filiação Anpuh-SC, no campo do patrimônio, uma presença majoritariamente feminina (figura 2). Não existem outros estudos mais apurados sobre a questão de gênero que possam ser mensurados para elencar os pesquisadores do campo. Entretanto, a presença predominante das mulheres fortalece a contribuição e a intersecção femininas na produção científica.

Figura 2 – Mensuração feminina e masculina no campo do patrimônio da Anpuh-SC



Fonte: autoras (2023).

Esse movimento é significativo para ressaltar tanto a importância dos espaços femininos na sociedade quanto a superação de uma narrativa histórica e patrimonial marcada por uma visão patriarcal. Segundo Angela de Castro Gomes (2004), as "práticas da escrita de si" passaram por muitos obstáculos se pensarmos nas pesquisas feitas por mulheres sobre mulheres. Os focos de interesse da história ainda são, em muitos casos, sujeitos históricos homens e brancos.

Pela recorrência de uma história e de um patrimônio estruturados em narrativas que retratam as mulheres como secundárias e não como pilares, o desafio presente é avançar em uma história social, econômica, cultural, ambiental, enfim, uma história total (Bloch, 2001), que contemple a História das Mulheres, ainda pouco contada. Considerando esse histórico de ocupação no campo das ciências, a produção historiográfica feminina sobre o patrimônio incorpora o olhar multidisciplinar, pautado em questões de gênero e que percebe os diferentes atores sociais dentro do cenário de disputas que envolve o patrimônio cultural.

Pollak (1989, p. 9) defende que as memórias sombreadas têm o potencial de invadir o espaço público e passar do "não dito à contestação e à reivindicação". A importância da crescente presença de pesquisadoras nos espaços da Anpuh é significativa para reverter os apagamentos e trazer a História das Mulheres e outras minorias sociais para o centro do debate patrimonial. Se atualmente ainda temos uma realidade marcada pelas estigmatizações e pelos modelos impostos, presenciamos um cenário de conquistas pelas lutas femininas. Joan Scott (1991, p. 93) nos questiona: "Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais?" Nesse sentido, a Lei n. 14.038/2020 pode reverter o processo de invisibilidade e contribuir à efetivação, de fato, de uma história mais inclusiva e plural. Ressaltamos, ainda, a importância da história pública nesse processo, como destacam Cláudia Regina Nichnig e Anna Carolina Horstmann Amorim (2021).

As pesquisas mapeadas também apontam para as discussões que envolvem a maior presença da História Ambiental entre os membros

da Anpuh. Essas novas abordagens podem auxiliar a levantar hipóteses sobre os espaços pouco estudados ou "sombreados", para utilizarmos a expressão de Francisco Foot Hardman (1988). Nesse particular, ressaltamos a importância dos estudos sobre os *corpus* documentais nos arquivos de Santa Catarina somados às pesquisas que envolvem a história oral produzidas acerca dos espaços rurais e urbanos que estabelecem uma exploração mais exaustiva da questão ambiental. Essas fontes – pouco trabalhadas pelos estudos no campo do patrimônio cultural – auxiliam na reconstituição da rede de relações entre os indivíduos na sociedade/natureza, colocada na perspectiva da História Ambiental e da história global (Freyre, 1985; Worster, 1991).

Nesse sentido, quando pensamos a História Ambiental e a sua relação com o patrimônio cultural, precisamos dialogar com as relações que a sociedade estabelece com a natureza, suas formas de manejo e cultivo do solo, os marcos políticos e institucionais, os processos de degradação ambiental, os conflitos socioambientais gerados pelo predomínio da monocultura, a exploração predatória do ambiente e a concentração de terras (Zarrilli, 2014; Nodari, 2015). Ao mesmo tempo, não podemos deixar de considerar os êxitos das comunidades tradicionais, a mobilização de intelectuais, literatos e cientistas em prol de uma sociedade sustentável (Diegues, 2003) e as suas formas de resistência. Exemplos desse movimento são as pesquisas que envolvem questões como a transformação da paisagem catarinense e o patrimônio ambiental descrito nos documentos históricos dos séculos XVIII e XIX (Moretto, 2021).

Antonio Elio Brailovsky e Dina Foguelman (1991) têm razão quando perguntam se podemos ler nossa história de outra maneira, entrelaçada à ecologia e às "memórias verdes" que a sociedade constrói ao longo do tempo. Segundo os autores, precisamos incluir a discussão sobre a história e o patrimônio ambiental no nosso cotidiano e nos nossos hábitos sociais. Além disso, podemos incluir novos temas, como o conjunto de experiências ambientais humanas, isto é, ressaltar os saberes das culturas afro-brasileiras e indígenas, a literatura, os espaços femininos e os processos de resistência, a história agrária e a história da indústria, entre outras discussões.

A História Ambiental tem caminhado *pari passu* com a valorização da história e do patrimônio indígena em Santa Catarina. É importante notar que a história indígena propicia novas formas de pensar o território, a natureza e a cultura ao considerar os seres humanos como pertencentes à natureza (Krenak, 2019). As populações indígenas vêm, aos poucos, ganhando espaço nas pesquisas, envolvendo uma perspectiva biocultural que abarca temas como as tecnologias agrícolas tradicionais, a literatura, o saber-fazer, o manejo das áreas florestais (Cunha, 2017), entre outros que entrelaçam o campo patrimonial e a história. Se as escolas eram os espaços privilegiados de atuação em trazer para o centro dos debates a história indígena, vale notar que a lei que regulamenta a profissão de história abre espaço para a atuação dos historiadores nos museus, nos arquivos, no assessoramento na elaboração de projetos, pareceres e laudos que envolvem os direitos indígenas, entre outros.

As pesquisas sobre a escravidão e o patrimônio afro-brasileiro têm reforçado a presença dos africanos e seus descendentes em um estado que até pouco tempo negava a sua presença. A história da diáspora africana traz tanto os processos de resistência quanto uma história marcada por tentativas de silenciamentos e violência. Por outro lado, a história dessas populações agrega trocas culturais, saberes femininos, culturas religiosas, tecnologias mineradoras e agrícolas, criação de laços de solidariedade e compadrio. As pesquisas que discutem os impactos sociais, culturais, políticos e econômicos das populações negras em Santa Catarina são fundamentais para quebrarmos o apagamento feito pela história oficial. Nesse âmbito, ainda temos muitas perguntas que precisam de respostas:

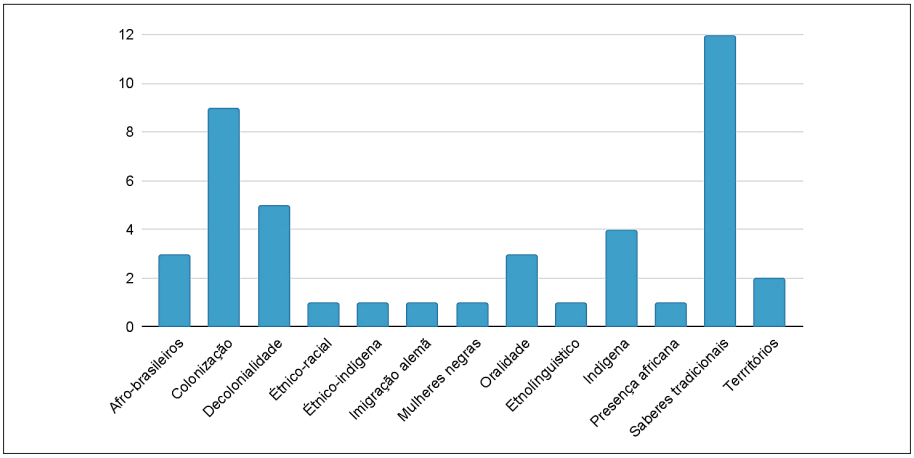
> Como se dava o tráfico de escravos para Santa Catarina? De onde vieram os africanos que aqui viveram como escravos e libertos? Em quais atividades econômicas foram empregados? Como era o cotidiano de trabalho nessa região de propriedades pequenas? Como se dava a relação com os senhores, e quais as formas de resistência adotadas pelos escravos? Que espaços os africanos e seus descendentes criaram para suas manifestações culturais? Quais as chances de alforria e

> oportunidades de trabalho na liberdade? Como era a vida das pessoas "livres de cor", e como se manifestava a discriminação, antes e depois da Abolição? (Mamigonian; Vidal, 2021, p. 11).

A educação antirracista tem sido uma luta dos movimentos negros, mas precisa ser pensada como uma pauta de toda a sociedade. A recomendação é trazer a discussão sobre a história e o patrimônio negro para a sala de aula, revisitar e buscar novas fontes, rediscutir os patrimônios oficiais e propor a inclusão de novos bens que permitam olhares mais inclusivos para a história de Santa Catarina. Por essa trilha, podemos reconstituir lacunas e encontrar vestígios históricos, propor novas hipóteses e trazer as populações negras como protagonistas da história. É válido notar a importância da história e do patrimônio para discutirmos o impacto da Lei n. 10.639, de janeiro de 2003, que alterou a lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB) e regulamentou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, assim como a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispôs sobre a garantia da entrada e da permanência dos estudantes negros nas universidades brasileiras (Brasil, 2003, 2012).

Mesmo diante desse arcabouço legal, as pesquisas apresentadas nessas áreas e a inclusão dos patrimônios afro-brasileiro e indígena na prática escolar, na produção e pesquisa acadêmicas dos historiadores em Santa Catarina ainda são caminhos a serem percorridos com mais organicidade. Dentro do mapeamento proposto pelo GT de patrimônio da Anpuh-SC, para levantamento e reconhecimento das produções dos historiadores catarinenses, constatou-se baixa incidência no registro de temas relacionados aos patrimônios étnicos, entre eles, a educação do patrimônio indígena, etnolinguístico e afro-brasileiro, e de algumas palavras, pelo valor político que elas representam, como mulheres negras, territórios quilombolas e patrimônios indígenas (Figura 3). Arrolamos também algumas categorias – como decolonialidade, imigração, colonização, oralidade, saberes tradicionais, entre outras – que são correlacionadas com os patrimônios étnicos afro-brasileiros e indígenas.

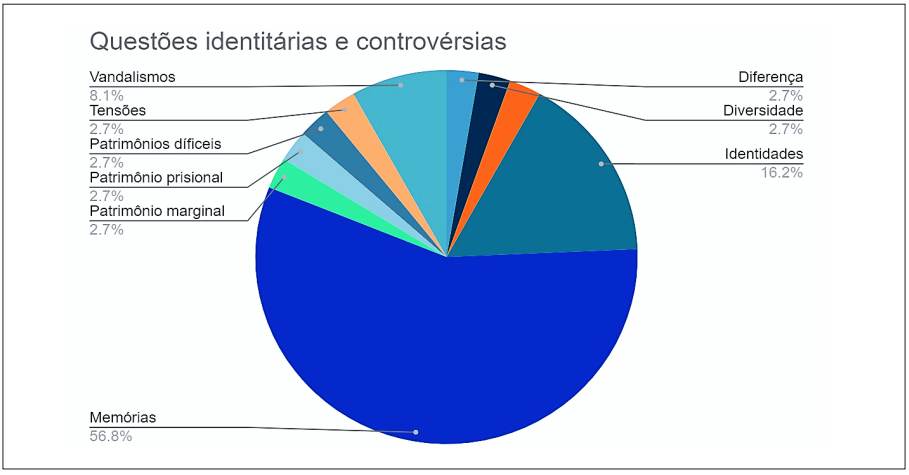
Figura 3 – Mapeamento dos patrimônios étnicos



Fonte: autoras (2023).

A questão étnica identitária também se mostrou presente, mas com interlocução nas pesquisas dos historiadores catarinenses. Outra questão interessante para reflexão no mapeamento que reunimos são as incidências das categorias memórias, identidades, esquecimentos, territórios, tensões e vandalismos, entre outras palavras, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 4 – Mapeamento de categorias inter-relacionadas ao patrimônio identitário



Fonte: autoras (2023).

Esse levantamento se propõe a provocar problematizações além das linguagens consolidadas nos patrimônios arquitetônico, paisagístico, museológico, arquivístico, documental, artístico, arqueológico, entre outros. Nos estudos realizados, constatou-se a pulverização do patrimônio em processos de patrimonialização e adjacências. O patrimônio escolar e os estudos sobre a área cruzam de forma interdisciplinar ações voltadas para as reflexões das questões étnicas e identitárias, o que demonstra que a pesquisa em história compõe um diálogo fundamental com a pesquisa em educação, com a formação dos professores e com a produção de meios didáticos para o vislumbre de possibilidades de pesquisar novas fontes históricas calcadas na oralidade e nas comunidades tradicionais.

4
Considerações finais

A pesquisa de estado da arte possibilita um balanço das produções acadêmico-científicas, buscando entender quais temas são mais abordados, de que forma o são, como são estudados e que contribuições as pesquisas nesse campo têm trazido para a ciência e, consequentemente, para a sociedade (Romanowski; Ens, 2006).

Observou-se que muitos pesquisadores que se declararam do campo do patrimônio dialogam com outros campos, sobretudo gênero, meio ambiente, mundo do trabalho, direito e educação. Não deixa de ser uma constatação próxima do que defendemos dentro do campo, sobre sua interdisciplinaridade e capacidade de retroalimentação em todas as frentes de estudos historiográficos. Ainda, existem associados que atuam na área como filiados, porém não são historiadores de formação, demarcando que o campo do patrimônio é um campo de deslocamentos e tensões, não somente do próprio campo, mas de outros ofícios e profissões que se reconhecem na Anpuh-SC como uma instituição corporativa e de classe importante para a mobilização e a articulação do campo dos estudiosos do patrimônio.

Enfim, as informações catalogadas, pesquisadores e produções sugerem infinitas possibilidades de pesquisa e análise. O que apresentamos nesse sentido é uma parte da investigação que iniciamos como coordenação tripartite do GT de Patrimônio a fim de colaborarmos com os trabalhos da coordenação da Anpuh-SC para mapearmos as produções historiográficas do campo do patrimônio e da história da Associação em Santa Catarina e no Brasil.

Buscamos refletir sobre o papel ocupado pelas mulheres na sociedade e a importância dos espaços femininos na Anpuh, em uma realidade profundamente marcada pelas narrativas masculinas nos campos da História e do patrimônio cultural. A transmissão de memórias, saberes e práticas culturais das mulheres em diversos níveis e no decorrer da história tem sido indubitavelmente marcada por cenários de violência e apagamentos presentes no cotidiano do ambiente doméstico, do trabalho e na rua, que inclui pais, maridos, filhos, patrões, colegas, policiais etc., mas, igualmente, nos espaços acadêmicos. As mulheres passam por dificuldades extremas para transmitir, contar e pesquisar a sua própria história. A valorização do patrimônio cultural feminino é construída por gerações e ainda é uma forte arma de resistência àquelas que lutam para colocar a História das Mulheres em primeiro plano.

O fenômeno do impacto provocado pela crescente industrialização e pelo agronegócio em tempos de Antropoceno vem sendo objeto de análise da História Ambiental, contudo permanece ainda em segundo plano no campo patrimonial. De uma maneira geral, parte-se de uma visão econômico-cultural, muitas vezes entrelaçada ao turismo, que desconsidera os fatores ambientais e a necessidade de fortalecer modos de vida mais sustentáveis nos espaços rurais e urbanos. As decisões tomadas no moldar e remodelar das paisagens culturais envolvem um universo de questões que não podem ser desconsideradas: o ingresso e/ou a permanência de atividades econômicas e culturais; a construção de uma paisagem cultural que caminha de mãos dadas com a diversidade ou a degradação nos espaços rurais e urbanos; a história da ciência e as mudanças tecnológicas; os processos de resistência e a manutenção do saber-fazer e dos modos de vida tradicional; os discursos das instituições de pesquisas.

A compreensão mais aprofundada da história local e da história regional rompe com a ideia de um passado monolítico germânico. O conjunto do patrimônio que abarca a história das populações negras e indígenas, a História Ambiental e a História das Mulheres é um exemplo instigante das possibilidades de atuação dos futuros historiadores.

Na condição de coordenadoras do GT de patrimônio da Anpuh-SC, estabelecemos um propósito de mapear e difundir as produções dos historiadores vinculados ao campo e de pesquisadores que interseccionam temas com o patrimônio. Finalmente, acreditamos que a criação de um banco de dados para a localização dessas produções e dos pesquisadores auxiliará não somente o debate da história pública, mas também o trabalho dos professores da Educação Básica e do ensino médio para o acesso a novas produções científicas que possam auxiliar a problematização dos temas ainda tensionados nos nossos campos de atuação e na operacionalização das políticas públicas.

Esse banco de dados, proveniente da pesquisa que se iniciou com o GT da Anpuh-SC, pretende também intercambiar os movimentos sociais e identitários com novos olhares para a pesquisa histórica e para a produção historiográfica, sobretudo por entender que o papel do historiador e do patrimônio é político e deve ser instrumentalizado para movimentarmos a história em busca de reconhecimento e fortalecimento da democracia e dos direitos culturais e constitucionais.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, Marta. *Terra de índio*: imagens em aldeamentos do Império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORBA, Fernanda Mara. *O patrimônio cultural no percurso do reconhecimento quilombola em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BRAILOVSKY, Antonio Elio; FOGUELMAN, Dina. *Memória verde*: historia ecológica de la Argentina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana S.A., 1991.

BRASIL. Lei nº 10.639, de janeiro de 2003: altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012: dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020: dispõe sobre a regulamentação da profissão do Historiador e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2003.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade. *Preservação de Artefatos Ornamentais de Ferro Integrados à Arquitetura*: estudo de Caso – Cemitério do Imigrante, Joinville, SC. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, 2012, p. 147-165.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Cultura com aspas.* S ão Paulo: Ubu, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Sociedades e comunidades sustentáveis*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2003.

FERREIRA, Sandra Norma de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, Campinas, Ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. *In*: GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-26.

HARDMAN, Francisco Foot. "Visões errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino no século XIX". *Anuário Brasileiro de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs/Vértice, 1988.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. "Todos os Santos (Rio de Janeiro)". *In*: TODA Crônica. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 411- 412.

MACHADO, Diego Finder. Nós difíceis de desatar: reaberturas do passado e

sobreposições de narrativas patrimoniais sobre a presença negra em Joinville (SC). *Revista Confluências Culturais*, v. 7, p. 21-35, 2018.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, J. Z. (org.). *História Diversa*: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2021.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. "Remanescentes das Comunidades dos Quilombos": memória do cativeiro, patrimônio cultural e direito à reparação. *Revista do Ibero-Amerikanisches Institut*, v. 42, p. 147-160, 2011.

MORETTO, Samira Peruchi. Ampliando fronteiras: viajantes e as florestas catarinenses no século XIX. In: Anderson Marcelo Schmitt e Murillo Dias Winter (org.). *Fronteiras na História*: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX). Chapecó: UFFS, 2021. p. 75-89.

NICHNIG, Claudia Regina; AMORIM, Anna Carolina Horstmann. Refletindo sobre os estudos de gênero, feministas e a história pública: possibilidades epistêmicas na fronteira. *Ensino & Pesquisa*, União da Vitória, v. 19, p. 80-97, 2021.

NODARI, Eunice Sueli; ESPINDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva (org.). *Desastres Socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PISTORELLO, Daniela. Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para o patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 28, p. 1-27, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil*. Florianópolis: Lunardelli, 1973.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, n. 16, 1991, p. 71-99.

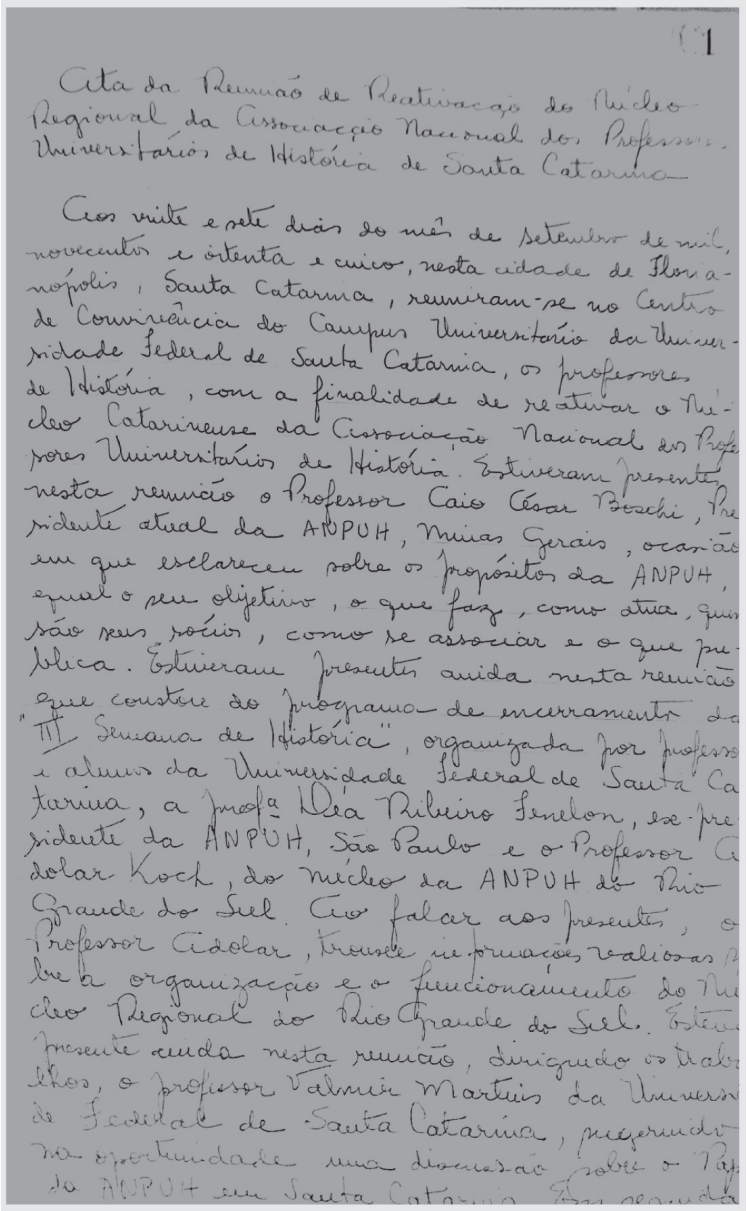
SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Fogo no mato*: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

ZARRILLI, Adrián. Argentina, tierra de promisión. Una interpretación historiográfica de las relaciones entre la historia rural y la historia ambiental. *Hib*: Revista Historia Iberoamericana, v. 7, n. 1, p. 107-132, 2014.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ANEXOS

Ata da reunião de reativação do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina – Florianópolis, 27 de setembro de 1985

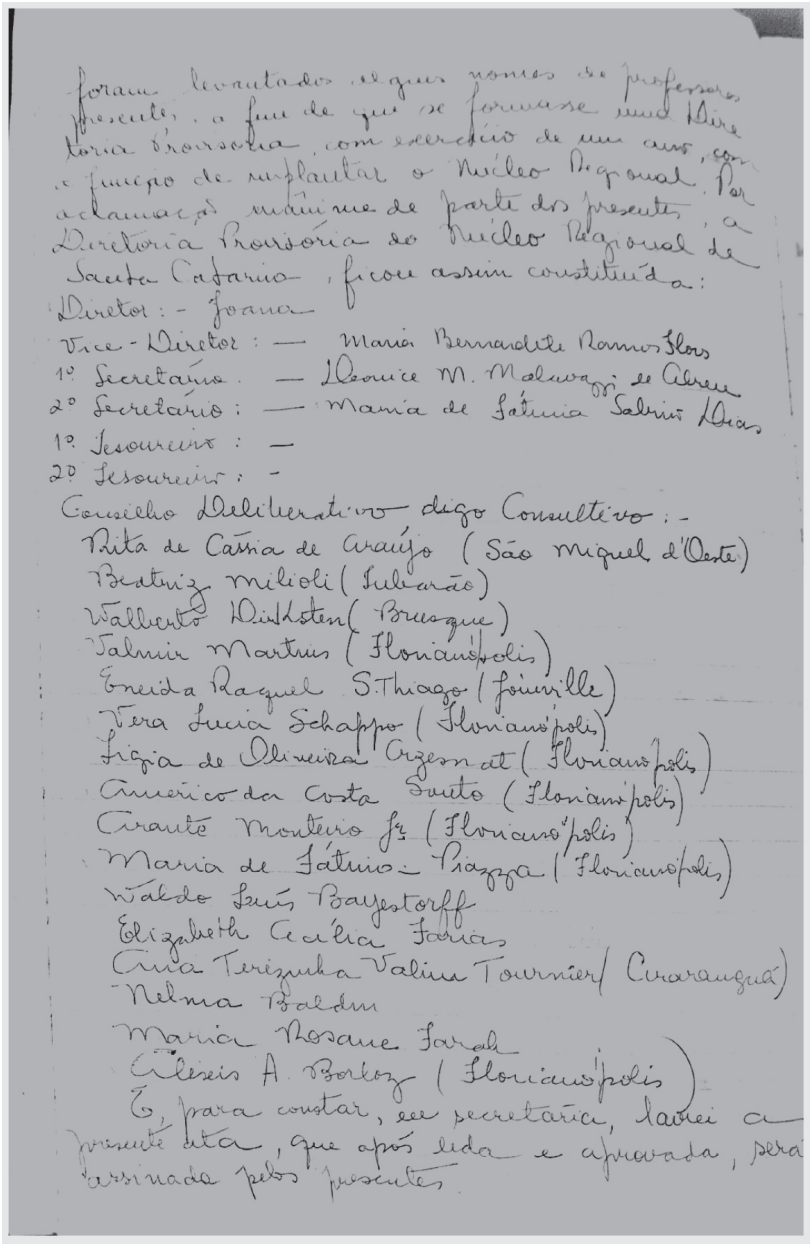


(1

Ata da Reunião de Reativação do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil, novecentos e oitenta e cinco, nesta cidade de Florianópolis, Santa Catarina, reuniram-se no Centro de Convivência do Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, os professores de História, com a finalidade de reativar o Núcleo Catarinense da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Estiveram presentes nesta reunião o Professor Caio César Boschi, Presidente atual da ANPUH, Minas Gerais, ocasião em que esclareceu sobre os propósitos da ANPUH, qual o seu objetivo, o que faz, como atua, quais são seus sócios, como se associar e o que publica. Estiveram presentes ainda nesta reunião que constou do programa de encerramento da "III Semana de História", organizada por professores e alunos da Universidade Federal de Santa Catarina, a profa Déa Ribeiro Fenelon, ex-presidente da ANPUH, São Paulo e o Professor Cidolar Kock, do Núcleo da ANPUH do Rio Grande do Sul. Ao falar aos presentes, o Professor Cidolar, trouxe informações valiosas sobre a organização e o funcionamento do Núcleo Regional do Rio Grande do Sul. Estiveram presente ainda nesta reunião, dirigindo os trabalhos, o professor Valmir Martins da Universidade Federal de Santa Catarina, que aproveitou a oportunidade uma discussão sobre o Papel da ANPUH em Santa Catarina. Foi resolvido

Ata da reunião de reativação do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina – Florianópolis, 27 de setembro de 1985



foram levantados alguns nomes de professores presentes, a fim de que se formasse uma Diretoria Provisória, com exercício de um ano, com o fim de implantar o Núcleo Regional. Por aclamação unânime de parte dos presentes, a Diretoria Provisória do Núcleo Regional de Santa Catarina, ficou assim constituída:

Diretor: - Joana

Vice-Diretor: — Maria Bernadete Ramos Flores

1º Secretário: — Monica M. Malvasio de Abreu

2º Secretário: — Maria de Fátima Sabino Dias

1º Tesoureiro: —

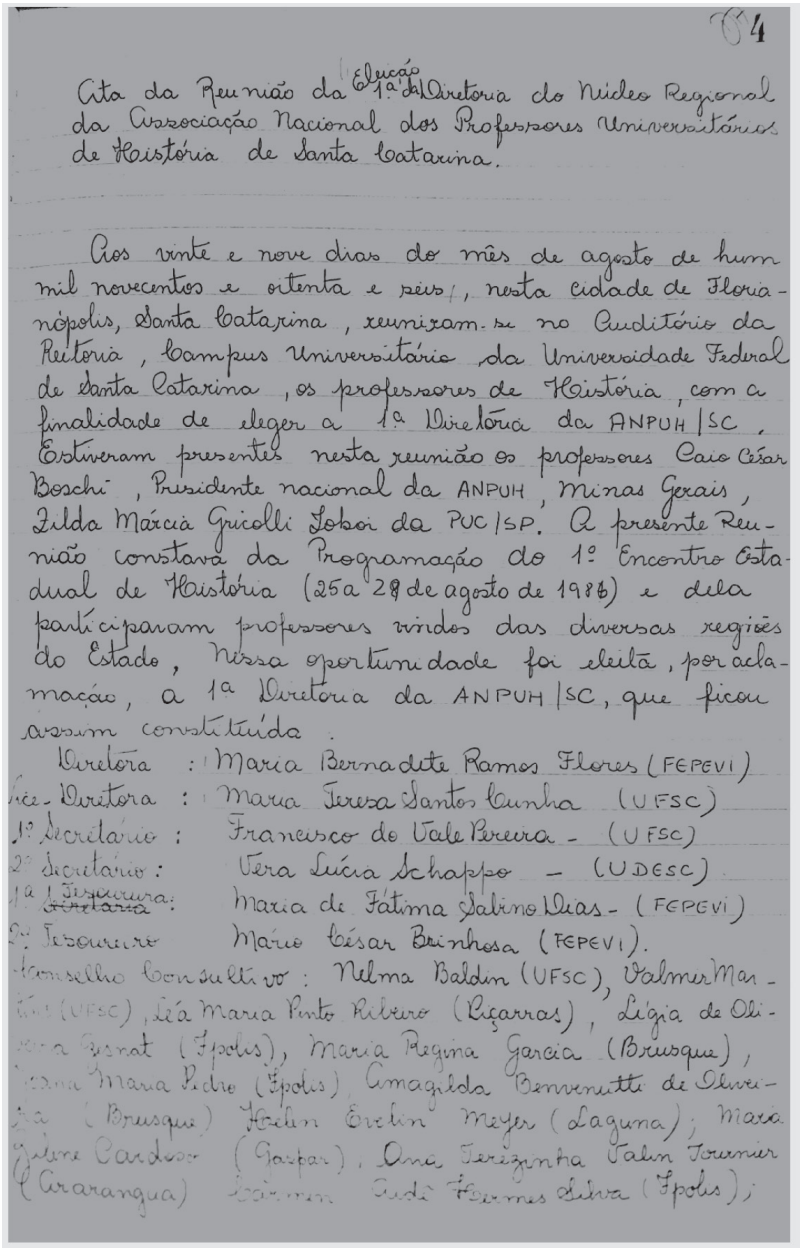
2º Tesoureiro: -

Conselho Deliberativo diga Consultivo: -

Rita de Cássia de Araújo (São Miguel d'Oeste)
Beatriz Milioli (Tubarão)
Walberto Dickstein (Brusque)
Talmir Martins (Florianópolis)
Eneida Raquel S. Thiago (Joinville)
Vera Lucia Schappo (Florianópolis)
Ligia de Oliveira Arzeno at (Florianópolis)
Americo da Costa Santo (Florianópolis)
Ciranto Monteiro Jr. (Florianópolis)
Maria de Fátima Piazza (Florianópolis)
Waldo Luiz Bayestorff
Elizabeth Cecília Farias
Cina Terezinha Valim Tournier (Curaçuçá)
Nelma Baldin
Maria Rosane Farah
Alcesis A. Borboz (Florianópolis)

E, para constar, eu secretária, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Ata da reunião da eleição da 1ª Diretoria do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina – Florianópolis, 9 de agosto de 1986



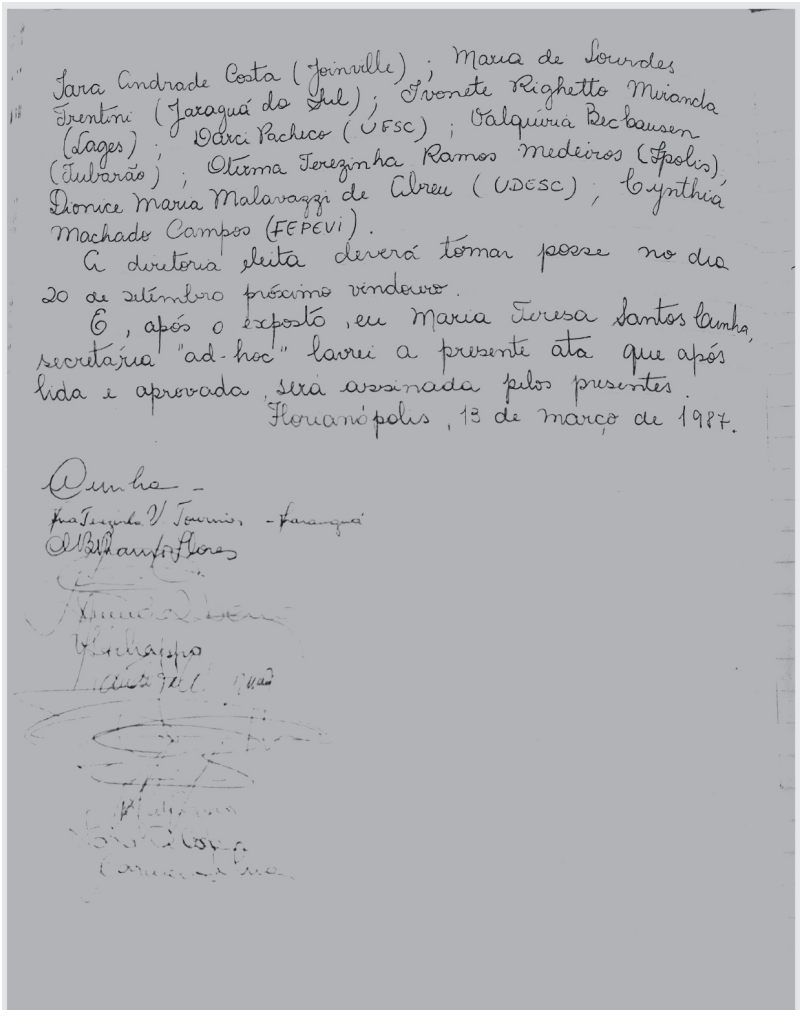
64

Ata da Reunião da Eleição da 1ª Diretoria do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e seis, nesta cidade de Florianópolis, Santa Catarina, reuniram-se no Auditório da Reitoria, Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, os professores de História, com a finalidade de eleger a 1ª Diretoria da ANPUH/SC. Estiveram presentes nesta reunião os professores Caio César Boschi, Presidente nacional da ANPUH, Minas Gerais, Zilda Márcia Gricoli Iokoi da PUC/SP. A presente Reunião constava da Programação do 1º Encontro Estadual de História (25a 28 de agosto de 1986) e dela participaram professores vindos das diversas regiões do Estado, Nessa oportunidade foi eleita, por aclamação, a 1ª Diretoria da ANPUH/SC, que ficou assim constituída.

Diretora: Maria Bernadete Ramos Flores (FEPEVI)
Vice-Diretora: Maria Teresa Santos Cunha (UFSC)
1º Secretário: Francisco do Vale Pereira - (UFSC)
2º Secretário: Vera Lúcia Schappo - (UDESC)
1ª ~~Tesoureira~~ Diretoria: Maria de Fátima Salino Dias - (FEPEVI)
2º Tesoureiro: Mário César Brinhosa (FEPEVI).
Conselho Consultivo: Nelma Baldin (UFSC), Valmes Mar[illegible] (UFSC), Léa Maria Pinto Ribeiro (Biguaçu), Lígia de Oli[illegible]ra Gesnat (Tijucas), Maria Regina Garcia (Brusque), [illegible]ana Maria Pedro (Tijucas), Amagilda Benvenutti de Olivei[illegible]a (Brusque) Hoelin Evelin Meyer (Laguna); Maria Helena Cardoso (Gaspar), Ana Terezinha Talin Fournier (Araranguá) [illegible] Cruz Hermes Silva (Tijucas);

Ata da reunião da eleição da 1ª Diretoria do Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História de Santa Catarina – Florianópolis, 9 de agosto de 1986



Sara Andrade Costa (Joinville); Maria de Lourdes Trentin (Jaraguá do Sul); Ivonete Righetto Miranda (Lages); Odri Pacheco (UFSC); Valquíria Bachausen (Tubarão); Otiima Terezinha Ramos Medeiros (Apolis), Dionice Maria Malavazzi de Abreu (UDESC); Cynthia Machado Campos (FEPEVI).

A diretoria eleita deverá tomar posse no dia 20 de setembro próximo vindouro.

E, após o exposto, eu Maria Teresa Santos Cunha, secretária "ad-hoc" lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Florianópolis, 13 de março de 1987.

Cunha –

Lei 14.038: dispõe sobre a regulamentação da profissão de historiador(a) no Brasil e dá outras providências – Brasília, 17 de agosto de 2020

LEI Nº 14.038, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a profissão de Historiador, estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional e determina o registro em órgão competente.

Art. 2º É livre o exercício da atividade de historiador, desde que atendidas as qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º O exercício da profissão de Historiador, em todo o território nacional, é assegurado aos:

I - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;

II - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

III - portadores de diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

IV - portadores de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que tenha linha de pesquisa dedicada à História;

V - profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de Historiador, a contar da data da promulgação desta Lei.

Art. 4º São atribuições dos historiadores:

I - magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, desde que seja cumprida a exigência da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB quanto à obrigatoriedade da licenciatura;

II - organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;

III - planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;

IV - assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;

V - assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;

VI - elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

Art. 5º Para o provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de historiador, é obrigatória a comprovação de registro profissional nos termos do art. 7º desta Lei.

Art. 6º As entidades que prestam serviços em História manterão, em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, historiadores legalmente habilitados.

Art. 7º O exercício da profissão de Historiador requer prévio registro perante a autoridade trabalhista competente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

Carta-compromisso com os(as) profissionais de História que atuam em Santa Catarina – Florianópolis, 25 de agosto 2022

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - SEÇÃO SANTA CATARINA (ANPUH-SC)

CARTA-COMPROMISSO – CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO COM OS PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA DE SANTA CATARINA

Santa Catarina, setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Candidato:

Como instituição que se propõe representar os "profissionais de História perante instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores", a Associação Nacional de História - Seção Santa Catarina (Anpuh-SC), uma entidade civil, científica, sem fins lucrativos, apartidária e comprometida com o "estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de História", bem como com o "aperfeiçoamento do ensino de História em seus diversos níveis" (Estatuto da Anpuh-SC, Artigo 4º), vem a público solicitar o seu comprometimento com o conjunto das propostas desta Carta-compromisso.

Direcionadas ao fortalecimento e consolidação da profissão historiadora em território catarinense, os itens desta Carta-compromisso foram elaborados de maneira coletiva e colaborativa tanto por associados e associadas da Anpuh-SC quanto pelas Coordenações de seis Cursos de Graduação e cinco Programas de Pós-graduação em História de instituições de ensino superior públicas e comunitárias de Santa Catarina. Nessa direção, ressaltamos que o documento foi aprovado, por unanimidade, em Assembleia Geral Ordinária da Anpuh-SC, realizada no dia 25 de agosto de 2022, em Florianópolis.

Ao longo de quase 40 anos de existência, a Anpuh-SC tem estimulado a rigorosa discussão histórica, historiográfica e científica de

acontecimentos do passado e do presente catarinense. Em conjunto com entidades congêneres, nossa Associação tem buscado a valorização e o reconhecimento público da profissão historiadora, o que culminou com a criação da Lei n. 14.038, que "dispõe sobre a regulamentação da profissão de historiador" em nosso país[1].

A seguir, pontualmente, apresentamos as propostas que solicitamos o seu comprometimento:

> 1) Regulamentação da carreira pública dos profissionais de História no Estado de Santa Catarina, implementando a Lei n. 14.038, de 17 de agosto de 2020;
>
> 2) Promoção de concursos públicos para contratação de historiadores para atuar em órgãos mantidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, assim como para contratação de professores de História para o Magistério da Educação Básica;
>
> 3) Reabertura do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, com ampliação e fortalecimento da instituição e de seu corpo técnico, garantindo a adequada gestão das fontes que integram o seu acervo;
>
> 4) Fortalecimento da Fundação Catarinense de Cultura por meio da ampliação das verbas para ações de fomento empreendidas pela entidade e da realização de concursos públicos voltados à ampliação de seu corpo técnico;
>
> 5) No âmbito da FAPESC, garantir o lançamento de chamadas públicas específicas para a Área da História, sobretudo voltadas ao financiamento de atividades de pesquisa, bolsas de estudo, internacionalização, missão técnica, criação e consolidação de periódicos científicos, realização de eventos e aquisição de equipamentos de laboratório.

Certos de sua clareza quanto à relevância de nossas demandas, solicitamos a assinatura no espaço indicado expressando o seu

1 Disponível em: https://www.sc.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2574.

compromisso com a efetivação das cinco propostas anteriores, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026, caso seja eleito para governar o Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

Diretoria da Anpuh-SC

Diretor: Fernando Cesar Sossai (UNIVILLE); Vice-diretora: Michele Gonçalves Cardoso (UNESC); 1º Secretário: Wilson de Oliveira Neto (UNIVILLE); 2ª Secretária: Sílvia Maria Fávero Arendt (Udesc); 1ª Tesoureira: Samira Peruchi Moretto (UFFS); 2º Tesoureiro: Dominique Vieira Coelho dos Santos (FURB); Conselho fiscal: Fabíolla Falconi Vieira (EEB Professora Laura Lima/SED-SC), Luciana Rossato (Udesc), Renato Viana Boy (UFFS), Ismael Gonçalves Alves (UNESC).

Espaço destinado para assinatura do Candidato

CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA QUE RATIFICARAM A CARTA-COMPROMISSO

- Curso de História da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE, Joinville)
- Curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc, Florianópolis)
- Curso de História da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC, Criciúma)
- Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Chapecó)
- Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis)
- Curso de História da Universidade Regional de Blumenau (FURB, Blumenau)
- Programa de Pós-Graduação em História da Udesc (Florianópolis)
- Programa de Pós-Graduação em História da UFFS (Chapecó)
- Programa de Pós-Graduação em História da UFSC (Florianópolis)
- Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da Udesc (Florianópolis)
- Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA (UFSC, Florianópolis)

Listagem dos cursos de graduação e pós-graduação em História, sediados em Santa Catarina, ofertados na modalidade presencial por instituições públicas e comunitárias sem fins lucrativos (Santa Catarina, set. 2023)

GRADUAÇÃO					
Universidade	Cidade sede	Modalidade(s)	Graduação	Natureza institucional	vagas anuais autorizadas pelo (e MEC)
Univille	Joinville	Presencial	Licenciatura	Comunitária	44
UDESC	Florianópolis	Presencial	Bacharelado	Pública	20
UDESC	Florianópolis	Presencial	Licenciatura	Pública	60
UNESC	Criciúma	Presencial	Licenciatura	Comunitária	50
UNIVALI	Itajaí	Presencial	Licenciatura	Comunitária	55
UNIVALI	Itajaí	EAD	Licenciatura	Comunitária	50
UFFS	Chapecó	Presencial	Licenciatura	Pública	50
UFFS	Erechim	Presencial	Licenciatura	Pública	90
UFFS	Erechim	Presencial	Licenciatura (PRONERA)	Pública	90
UFSC	Florianópolis	Presencial	Licenciatura/ Bacharelado	Pública	80
FURB	Blumenau	Presencial	Licenciatura	Pública	80

PÓS-GRADUAÇÃO					
Universidade	Cidade sede	Modalidade(s)	Pós-Graduação	Natureza institucional	vagas anuais autorizadas pelo (e MEC)
UDESC	Florianópolis	Presencial	Mestrado	Pública	20
UDESC	Florianópolis	Presencial	Doutorado	Pública	15
UDESC	Florianópolis	Presencial	Mestrado (PROFHISTÓRIA)	Pública	12
UFFS	Chapecó	Presencial	Mestrado	Pública	15
UFSC	Florianópolis	Presencial	Mestrado	Pública	18
UFSC	Florianópolis	Presencial	Doutorado	Pública	18
UFSC	Florianópolis	Presencial	Mestrado (PROFHISTÓRIA)	Pública	15

Sobre os(as) autores(as)

Alfredo Ricardo Silva Lopes
Professor do Departamento de Educação do Campo e dos Programas de Pós-Graduação em História e Ensino de História da UFSC. Coordenador do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA-UFSC). alfredo.lopes@ufsc.br Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2884-1701.

Camila Serafim Daminelli
Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense e pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEGEN/UNESC). Compõe a Comissão Coordenadora do GT História da Infância e da Juventude da Anpuh/SC. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1893-1543.

Carlos Renato Carola
Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de História da UNESC. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0073-9588.

Cibele Dalina Piva
Professora da educação básica. Coordenadora Pedagógica do Polo de Produção Musical do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. cibelpiva@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2809-565X.

Claudia Regina Nichnig
Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9689-8112.

Cristina Ferreira
Professora do Departamento de História e Geografia, vinculada ao Curso de História da FURB. Coordenadora do Centro de Memória Oral e Pesquisa (CEMOPE) da FURB. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6878-3473.

Cristina Scheibe Wolff
Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7315-1112.

Daniel Alves Boeira
Docente na Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS/SC). É pesquisador junto ao Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF/UDESC). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2066-486X.

Elisangela da Silva Machieski
Pesquisadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família. Integra a Comissão Coordenadora do Grupo de Trabalho História da Infância e da Juventude ANPUH/Santa Catarina, no biênio 2022/2024, e a Comissão Coordenadora da Red de Estudios de Historia de las Infancias en America Latina – REHIAL. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1394-5180.

Elison Antonio Paim
Professor permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória-UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e da Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Produtividade CNPq processo 314583/2020-3, chamada PQ – 2020. Pós-doutor pelo Instituto Superior de Ciências da Educação - Huíla (ISCED) em Angola. Doutor em Educação pela Unicamp e Mestre em História pela PUC-SP. Membro dos grupos de pesquisa Pameduc (UFSC), Rastros (USF) e Kairós (UNICAMP). Orcid: ttps://orcid.org/0000-0002-7509-5572.

Fernando Cesar Sossai
Professor do curso de História e dos Programas de Pós-graduação em Educação e em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Coordenador do Centro Memorial e Laboratório de História Oral da Univille (https://lhouniville.org/). Coordenador do PIBID/CAPES-Univille. Diretor da ANPUH-SC (2020/2022 e 2022/2024). Presidente da Associação Brasileira de História Oral - ABHO (2022/2024)Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6757-4151.

Giane Maria de Souza
Integrante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural/SC, GT de História e Patrimônio da Anpuh/Brasil e Anpuh/SC, e do Observatório de Patrimônio Histórico Cultural (OPAH). Professora e pesquisadora de políticas culturais e de patrimônio, possui publicações de artigos de opinião e acadêmicos sobre as áreas de políticas públicas, patrimônio, mundos do trabalho e democracia participativa. Trabalha no Arquivo Histórico de Joinville, unidade da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de Joinville. Orcid: 0000-0002-7067-6597.

Iara Andrade Costa
Professora Senior da Universidade da Região de Joinville, onde atuou em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão no curso de História. Atuou como gestora e docente da Educação Básica durante mais de 30 anos, destacadamente no ensino de História. Foi uma das figuras-chave na articulação, difusão e construção da representatividade da ANPUH-SC em Joinville e suas regiões circunvizinhas.

Ismael Gonçalves Alves
Professor do curso de História, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e de Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3580-9101.

Joana Maria Pedro
Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina. rofessora permanente do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Pesquisadora do IEG - Instituto de Estudos de Gênero (www.ieg.ufsc.br) e do LEGH Laboratório de Estudos de Gênero e História (http://www.legh.cfh.ufsc.br/). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5690-4859.

Lidia Mallet Gonçalves
Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH/UFSC e do grupo de pesquisa "Cultura e relações sociais". Integra os projetos de pesquisa "Estudantes feministas: possíveis promotoras de uma virada epistêmica no ensino nas universidades?" e "Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)". Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6893-6399.

Michele Gonçalves Cardoso
Docente e coordenadora do curso de História da UNESC. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC. Líder do Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, Histórias e Memórias. Vice-diretora da Associação Nacional de História, seção Santa Catarina (2020/2022 e 2022/2024). Coordenadora Institucional do PIBID/CAPES-UNESC. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0912-6825.

Michelle Maria Stakonski Cechinel
Professora colaboradora do departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Coordenadora do GT de História da África (ANPUH/SC). Pesquisadora associada ao Observatório das Migrações Catarinenses (OBMIGRA/SC) e ao Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF-UDESC). Orcid: http://orcid.org/0000-0001-5574-6633

Michely Cristina Ribeiro
Doutoranda em História pela UFSC. Graduada e mestre em História pela UFFS. Integrante do Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS e do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA-UFSC). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3915-677X.

Mirian Carbonera
Professora dos Programas de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Unochapecó e em História da UFFS. Coordenadora do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina-CEOM/Unochapecó. Editora da Revista Cadernos do CEOM. Bolsista de Produtividade do CNPq. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3651-1438.

Renata Lewandowski Montagnoli
Professora de História da Rede Municipal de Ensino de Itapema/SC. Coordenadora do GT de Gênero da Anpuh Santa Catarina. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5371-0522.

Roberta Barros Meira
Professora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Vice-coordenadora do GT Patrimônio Cultural da Anpuh Santa Catarina e vice-editora da Revista Confluências Culturais. Orcid: http://orcid.org/0000-0001-7739-216X

Samira Peruchi Moretto
Professora dos Programas de Pós-graduação em História da UFFS e da UFSC. Visiting Research Professor, 2023 - California University, Los Angeles (UCLA). Editora da Fronteiras: Revista Catarinense de História. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5276-2512.

Silvia Maria Favero Arend
Professora do curso de História e dos Programas de Pós-graduação em História e em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Coordenadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF) e membro do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). Editora da Revista Tempo Argumento do PPGH-UDESC (http://revistas.udesc.br/index.php/tempo). Coordenadora, em Santa Catarina, do Projeto de Extensão Pode Falar financiando pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF-ONU). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3262-5596

Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano
Produtora na EMITAI Produções audiovisuais; pesquisadora associada ao AYA Laboratório de estudos pós-coloniais e decoloniais (FAED/UDESC) e à Rede de Historiadores(as) negros(as). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0563-0701

Tiago da Silva Coelho
No Instituto Federal de Santa Catarina é professor permanente, atuando na área de História, História da Educação e História da Moda e Arte. Participa dos grupos de pesquisa: GPA - Grupo de Pesquisa em Arte; Patrimônio Cultural, Histórias e Memórias; e Políticas de Memória, Arte e Patrimônio. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7766-5604.

Weslley dos Santos Graper
Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille).

Wilson de Oliveira Neto
Professor Adjunto na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) com atuação, principalmente, no curso de História. Orcid: 0000-0002-6439-661X.

Diretoria da Anpuh-SC (biênio 2022/2024)

Diretor: **Fernando Cesar Sossai** (Univille)
Vice-diretora: **Michele Gonçalves Cardoso** (Unesc)
1º Secretário: **Wilson de Oliveira Neto** (Univille)
2ª Secretária: **Sílvia Maria Favero Arend** (Udesc)
1ª Tesoureira: **Samira Peruchi Moretto** (UFFS)
2º Tesoureiro: **Dominique Vieira Coelho dos Santos** (FURB)

Conselho fiscal:
Fabíolla Falconi Vieira (EEB Professora Laura Lima/SED-SC)
Luciana Rossato (Udesc)
Renato Viana Boy (UFFS)
Ismael Gonçalves Alves (Unesc)

ANPUH seção SC

fapesc
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Reitor	João Alfredo Braida
Vice-Reitora	Sandra Simone Hopner Pierozan
Chefe do Gabinete do Reitor	José Carlos Radin
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura	Edivandro Luiz Tecchio
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	Clovis Alencar Butzge
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas	Gabriela Gonçalves de Oliveira
Pró-Reitor de Extensão e Cultura	Willian Simões
Pró-Reitor de Graduação	Elsio José Corá
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Joviles Vitório Trevisol
Pró-Reitor de Planejamento	Ilton Benoni da Silva
Secretária Especial de Obras	Daiane Regina Valentini
Secretário Especial de Tecnologia e Informação	Cassiano Carlos Zanuzzo
Procurador-Chefe	Rosano Augusto Kammers
Diretor do *Campus* Cerro Largo	Bruno Munchen Wenzel
Diretora do *Campus* Chapecó	Adriana Remião Luzardo
Diretor do *Campus* Erechim	Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
Diretor do *Campus* Laranjeiras do Sul	Fábio Luiz Zeneratti
Diretor do *Campus* Passo Fundo	Jaime Giolo
Diretor do *Campus* Realeza	Marcos Antônio Beal
Diretor da Editora UFFS	Antonio Marcos Myskiw
Chefe do Departamento de Publicações Editoriais e Revisora de Textos	Marlei Maria Diedrich
Assistente em Administração	Fabiane Pedroso da Silva Sulsbach

UFFS
EDITORA

Conselho Editorial

Alcione Aparecida de Almeida Alves — Aline Raquel Müller Tones
Nilce Scheffer — Wanderson Gonçalves Wanzeller
Everton Artuso — Carlos Alberto Cecatto
Guilherme Dal Bianco — Samuel da Silva Feitosa
Rosane Rossato Binotto — Danielle Nicolodelli
Izabel Gioveli — Tiago Vecchi Ricci
Roque Ismael da Costa Güllich — Rosemar Ayres dos Santos
Joice Moreira Schmalfuss — Gelson Aguiar da Silva Moser
Tassiana Potrich — Inês Claudete Burg
Maude Regina de Borba — Claudia Simone Madruga Lima
Tatiana Champion — Fabiana Elias
Alessandra Regina Müller Germani — Athany Gutierres
Érica de Brito Pitilin — Débora Tavares de Resende e Silva
Valdir Prigol — Angela Derlise Stübe
Melissa Laus Mattos — Luiz Felipe Leão Maia Brandão
Antonio Marcos Myskiw — Sergio Roberto Massagli
Marlon Brandt — Samira Peruchi Moretto
Thiago Ingrassia Pereira — Ana Maria de Oliveira Pereira

EDITORA ASSOCIADA À
ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

REVISÃO DOS TEXTOS **Autores | Araceli Pimentel Godinho**

PREPARAÇÃO E REVISÃO FINAL **Marlei Maria Diedrich**

PROJETO GRÁFICO **Glaucio Coelho | MC&G Design Editorial**

DIAGRAMAÇÃO **MC&G Design Editorial**

PROJETO GRÁFICO DA CAPA **Glaucio Coelho | MC&G Design Editorial**

FINALIZAÇÃO DA CAPA **MC&G Design Editorial**

DIVULGAÇÃO **Diretoria de Comunicação Social**

FORMATOS **Impresso, PDF e e-Pub**

P964 Profissão historiadora em Santa Catarina: passados, presentes e futuros possíveis / Fernando Cesar Sossai, Samira Peruchi Moretto (organizadores). – Chapecó : Ed. UFFS, [2024].
340 p.

ISBN: 978-65-5019-095-8 (iEPUB)
978-65-5019-093-4 (PDF)

1. História 2. Historiadores – Santa Catarina 3. Historiografia I. Sossai, Fernando Cesar (org.) II. Moretto, Samira Peruchi (org.) III. Título.

CDD: 907.202

Ficha catalográfica elaborada pela
Divisão de Bibliotecas – UFFS
Vanusa Maciel
CRB - 14/1478

Procurando dialogar com as (re)configurações do cenário profissional dos historiadores, este livro busca aprofundar debates a respeito da trajetória do ofício de historiador(a) em território catarinense, não se limitando à análise de acontecimentos passados. Dentro de suas possibilidades, a publicação visa constituir-se como uma importante referência para discussões sobre o presente e o futuro desta profissão, além de contribuir para o reconhecimento público da profissão historiadora no estado de Santa Catarina. Fruto de uma parceria colaborativa entre a diretoria e os grupos de trabalho (GTs) da Anpuh-SC, a obra reúne textos que discutem, por um lado, aspectos da trajetória da formação do profissional de História em Santa Catarina e, por outro, alguns dos principais desafios de presente e de futuro desta profissão. Quer seja pela complexidade das temáticas, quer seja pela diversidade das suas abordagens, o livro é uma referência fundamental para todos(as) que desejam discutir os passados, presentes e futuros possíveis da profissão historiadora no estado de Santa Catarina.

fapesc
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

ANPUH seção SC

UFFS EDITORA

ISBN 978-65-5019-093-4